

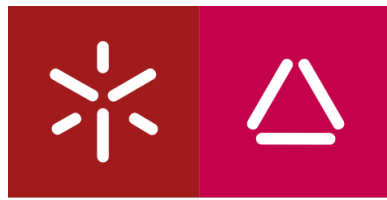


Marina Gomes de Oliveira Polo

**Ideologia, discurso e Internet:  
uma análise dos discursos parlamentares  
sobre a neutralidade da rede,  
em Portugal e no Brasil (2006-2019)**







ISCTE IUL  
Instituto Universitário de Lisboa



UNIVERSIDADE  
BEIRA INTERIOR



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Marina Gomes de Oliveira Polo

**Ideologia, discurso e Internet:  
uma análise dos discursos parlamentares  
sobre a neutralidade da rede, em Portugal  
e no Brasil (2006-2019)**

Tese de Doutoramento em Ciências da  
Comunicação

Programa Doutoral em Estudos da Comunicação:  
Tecnologia, Cultura e Sociedade, em associação  
com as seguintes universidades: Universidade do  
Minho, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa,  
Universidade da Beira Interior e Universidade  
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Trabalho efetuado sob orientação da  
**Professora Doutora Maria Helena Costa  
de Carvalho e Sousa**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial**  
**CC BY-NC**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>



## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão desta tese deve-se a algumas circunstâncias. Uma delas é o esforço da vontade e a resiliência emocional para o trabalho de investigação; outra é a disponibilidade da minha orientadora, professora Dra. Helena Sousa, a quem mais agradeço pela confiança e pelo exemplo de humanidade durante a empreitada que é o desenvolvimento de uma tese. Agradeço também pelas palavras de motivação, que, a cada obstáculo, foram fundamentais.

Reconhecidas as circunstâncias que me permitiram concluir este trabalho, reconheço que o percurso doutoral se fez, também, de ausências. Por isto o maior agradecimento devo aos meus pais, Kátia e Lécio, por terem compreendido todas as vezes que não estive fisicamente presente, nos momentos alegres e também nos mais difíceis. Agradeço a eles pelo suporte, afeto e pela relação de proximidade que construímos neste percurso. Agradeço aos meus tios, Tânia e João, por todo o apoio, pelo encorajamento e pela presença. Agradeço à minha avó, Ceny, por ter me incentivado sempre. Agradeço ao meu irmão, Rafael, cientista da computação, com quem encontro espaço de diálogo sobre as formas sociais da tecnologia.

Agradeço aos meus colegas e amigos do doutoramento por terem tornado esta trajetória repleta de boas recordações. À Mariana agradeço pela força e pelas trocas generosas no final desta etapa. Ao Marcos agradeço pela potência do encontro.

Agradeço aos amigos por todo o incentivo que recebi, por entenderem a demanda do trabalho e por terem permanecido. Agradeço pelo apoio daqueles que chegaram e fizeram de Braga e do Porto lugares de especial afeto.

Meu carinhoso agradecimento pelo apoio afetivo multiespécies que trouxe doses diárias de motivação e a todos que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho.

Agradeço à Universidade do Minho por ter me acolhido e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) por ter me concedido uma bolsa de doutoramento, fundamental para a viabilização material desta investigação.

## APOIO FINANCEIRO

Esta tese foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da concessão de uma bolsa de doutoramento (PD/BD/128177/2016) no âmbito do Programa Doutoral em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade (PD/00059/2013 COMSOCITEC), Programa Doutoral em associação da responsabilidade de um consórcio entre seis Centros de Investigação portugueses [Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) e Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-Line (LabCom), aos quais estão associadas quatro universidades [Universidade do Minho (UMinho), na qualidade de instituição proponente e Universidade-sede; ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Universidade da Beira Interior (UBI); e Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT/COFAC)].



PROGRAMAS DE  
DOUTORAMENTO  
FCT



## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 05 de fevereiro de 2021

Marina Gomes de Oliveira Polo

Assinatura: 

## **Ideologia, discurso e Internet: uma análise dos discursos parlamentares sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil (2006-2019)**

### **Resumo**

Investigamos nesta tese os discursos sobre a neutralidade da rede nos parlamentos de Portugal e do Brasil, entre os anos de 2006 e 2019. A neutralidade da rede é o princípio através do qual se afirma que não deve haver discriminação, por parte dos operadores de conexão, ao tráfego dos dados que percorrem as infraestruturas da Internet. Partindo das contradições presentes nas narrativas de uma Internet cujos protocolos são apontados como sendo neutros, analisamos 322 textos de parlamentares, falados e escritos, para responder sobre os seus sentidos ideológicos. O percurso analítico que propomos recorre ao pensamento crítico, numa aproximação da abordagem da Análise Crítica do Discurso com a Economia Política da Comunicação, campos indispensáveis para a compreensão dos sentidos ideológicos associados aos discursos que estão inseridos, de forma mais ampla, no âmbito da regulação e da governação da Internet. Numa primeira etapa da análise verificamos que a imagem da Internet, que se encontra absorvida nos textos analisados, contrasta com aquela que é apresentada nos estudos que buscam refletir criticamente sobre a tecnologia. Numa segunda etapa da análise constatámos que, ao falar e escrever sobre a neutralidade da rede, os parlamentares recorreram a procedimentos discursivos e linguísticos, tais como pressupostos, metáforas e antíteses que os ajudaram a operacionalizar a ideologia. Por meio das estratégias discursivas, os discursos parlamentares sobre a neutralidade da rede legitimam uma Internet conformada pela lógica de privatização das infraestruturas comunicacionais e dissimulam a ideia de que uma construção democrática possa se concretizar com a liberdade concorrencial dos mercados. Concluimos que, discursivamente, a neutralidade da rede, está mais próxima da manutenção das lógicas de poder hegemónicas do que poderíamos supor inicialmente. As reflexões finais deste trabalho apontam para a necessidade de integração do debate sobre a neutralidade da rede no âmbito dos desafios da reapropriação das infraestruturas públicas comunicacionais e da disputa da hegemonia pela Internet.

**Palavras-chave:** análise crítica do discurso; Brasil; neutralidade da rede; Portugal; regulação da Internet

# **Ideology, discourse and Internet: analysis of parliamentary discourses on net neutrality in Portugal and in Brazil (2006-2019)**

## **Abstract**

This thesis aims to investigate the discourses on net neutrality in the parliaments of Portugal and Brazil between the years 2006 and 2019. The principle of net neutrality states that there should be no discrimination, by Internet Service Providers (ISPs), in the data traffic that travel through Internet infrastructures. Starting from the existing contradictions in the narratives of an Internet whose protocols are considered to be neutral, we analyzed 322 texts by parliamentarians, both spoken and written, to investigate their ideological meanings. The use of critical thinking in our analytical path brings together the Critical Discourse Analysis methodology and Political Economy of Communication, two crucial fields to understand the ideological meanings associated with the discourses that are inserted, in a broader way, within the scope of regulation and Internet governance. In a first stage of the analysis, we found that the image of the Internet, absorbed in the analyzed texts, contrasts with the image presented in studies that seek to reflect critically on technology. In a second stage of the analysis, we found that, when speaking and writing about net neutrality, parliamentarians resorted to discursive and linguistic procedures, such as assumptions, metaphors, and antitheses, which helped them to operationalize ideology. Through discursive strategies, parliamentary speeches about net neutrality legitimize an Internet conformed by the logic of privatization of communication infrastructures, hiding the idea that a democratic construction can become real, with competitive freedom of markets. We conclude that, discursively, net neutrality is closer to the maintenance of hegemonic power logics than we could have initially supposed. The final reflections of this work reveal the urgent need to integrate the net neutrality debate, in terms of the challenges of reappropriating public communicational infrastructures and the dispute for hegemony over the Internet.

**Keywords:** Brazil; critical discourse analysis; Internet regulation; net neutrality; Portugal

## Índice

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
A neutralidade da rede enquanto fenómeno social de investigação .....	5
As questões fundamentais da investigação.....	8
Organização do trabalho .....	10
<b>CAPÍTULO 1. PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA IDEOLOGIA SOBRE A INTERNET:</b>	
<b>A TEORIA SOCIAL MOBILIZADA.....</b>	<b>14</b>
1.1. A ideologia como objeto de análise na pesquisa social .....	14
1.1.1. Concepções marxistas clássicas: a crítica da ideologia.....	15
1.1.2. A noção gramsciana de ideologia e a hegemonia ideológica .....	18
1.1.3. A teoria da ideologia em Althusser e os aparelhos ideológicos .....	22
1.1.4. Os processos de dominação ideológica em Thompson.....	25
1.2. Tecnologia e ideologia .....	28
1.2.1. O anúncio do fim da ideologia como arauto da sociedade da informação.....	28
1.2.2. A sociedade da informação: das utopias e distopias à ideologia.....	33
1.2.3. A dupla ideologia: o neoliberalismo e o ciberlibertarismo.....	41
1.2.4. O pensamento crítico e a problemática da neutralidade tecnológica .....	48
<b>CAPÍTULO 2. PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA SOBRE A INTERNET:</b>	
<b>AS CONEXÕES ENTRE O LINGÜÍSTICO E O SOCIAL .....</b>	<b>53</b>
2.1. O paradigma comum da Análise Crítica do Discurso enquanto campo disciplinar das Ciências Sociais .....	54
2.2. Princípios comuns orientadores para uma Análise Crítica do Discurso .....	57
2.3. A variedade de abordagens em Análise Crítica do Discurso .....	61
2.4. Características da Teoria Social do Discurso: a vertente britânica da ACD.....	64
2.4.1. O Realismo Crítico e a perspectiva da mudança social.....	66
2.4.2. Ordens do discurso: o aspecto semiótico da prática social e as suas significações.....	68
2.4.3 O modelo analítico: o texto, a prática discursiva e a prática social .....	71
2.5. A concepção de ideologia na Análise Crítica do Discurso .....	74
<b>CAPÍTULO 3. A INTERNET CONFINADA: AS CONTRADIÇÕES REGULATÓRIAS</b>	
<b>E A NARRATIVA DA NEUTRALIDADE DA REDE.....</b>	<b>77</b>
3.1. O contexto internacional estadunidense: o arquétipo da neutralidade da rede .....	77

3.2. A construção de uma abordagem europeia para a neutralidade da rede .....	87
3.3. O mercado das comunicações eletrónicas em Portugal: da liberalização dos media à Internet banda larga .....	91
3.4. Os aspectos regulatórios da banda larga no Brasil e a consolidação de um sistema de governação da Internet .....	101
<b>CAPÍTULO 4. O DISCURSO SOBRE A NEUTRALIDADE DA REDE NO PARLAMENTO E A COMPOSIÇÃO DE UM CORPUS DE ANÁLISE.....</b>	<b>110</b>
4.1. A delimitação e os procedimentos para a recolha dos dados .....	111
4.2 As categorias analíticas do domínio político.....	118
4.3. Os atores que participam do discurso político .....	119
4.4. O género discursivo parlamentar.....	123
<b>CAPÍTULO 5. O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....</b>	<b>125</b>
5.1. Etapa I: Análise dos temas globais dos discursos .....	126
5.2. Etapa II : A análise do texto como prática discursiva e social .....	128
5.2.1. Análise dos significados acionais .....	129
5.2.1.1. Intertextualidade .....	129
5.2.2. Análise dos significados representacionais .....	130
5.2.2.1. Interdiscursividade .....	130
5.2.2.2. Significado de palavras.....	131
5.2.2.3. Representação de atores sociais.....	131
5.2.3. Análise dos significados identificacionais.....	133
5.2.3.1. Metáfora .....	133
5.2.3.2. Avaliação .....	133
5.2.3.3. Nominalização .....	134
<b>CAPÍTULO 6. ANÁLISE DOS TEMAS E TÓPICOS PRODUZIDOS E REPRODUZIDOS NOS DISCURSOS DOS PARLAMENTARES .....</b>	<b>136</b>
6.1. Os imaginários da Internet sobre a qual se discursa.....	140
<b>CAPÍTULO 7. O DESENVOLVIMENTO DA ORDEM DO DISCURSO DOS LEGISLADORES SOBRE A NEUTRALIDADE DA REDE .....</b>	<b>151</b>
7.1. Entrelaçamentos textuais e historicidade: o mosaico de vozes .....	152
7.1.1. O caso brasileiro: a mudança discursiva no parlamento .....	152
7.1.2. O caso português: a voz abafada do legislador nacional .....	161

7.2. A construção de consenso e hegemonia .....	167
7.3. O medo como práxis de manutenção da Internet hegemónica .....	179
7.4. Nós, a salvar a Internet: a construção heroica dos guardiões da rede .....	182
7.5. Nós e eles: a construção de um inimigo em comum .....	186
<b>CAPÍTULO 8. OS SENTIDOS IDEOLÓGICOS CONTIDOS NO DISCURSO DA NEUTRALIDADE</b>	
<b>DA REDE .....</b>	<b>194</b>
8.1 Por qual Internet lutar? Reflexões para reorientar a disputa da hegemonia pela Internet.....	202
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>212</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>212</b>



## Índice de figuras, gráficos e tabelas

Figura 1: A diversidade de abordagens em ACD .....	62
Figura 2: A análise nas vertentes da ACD .....	64
Figura 3: O enquadre para a ACD .....	68
Figura 4: Os significados que o texto produz.....	69
Figura 5: O modelo tridimensional na ACD .....	72
Figura 6: Etapas de recolha e organização dos documentos .....	115
Figura 7: O desenho da análise empírica.....	126
Figura 8: Painel de codificação dos temas e tópicos .....	136
Figura 9: Esquema de codificação dos temas e tópicos .....	137
Figura 10: Camadas do protocolo TCP .....	147
Figura 11: O que nós, parlamentares brasileiros, queremos .....	178

Gráfico 1. Distribuição do <i>corpus</i> de análise por ano .....	111
Gráfico 2: Distribuição do número de parlamentares e partidos políticos .....	122

Tabela 1: As perguntas de investigação, as etapas de análise e os resultados.....	10
Tabela 2: Modos de operação da ideologia em Thompson .....	26
Tabela 3: Perspectiva contemporânea da filosofia da tecnologia .....	50
Tabela 4: Representação de atores sociais .....	132
Tabela 5: Principais temas de cada um dos textos.....	138
Tabela 6: Participação de instituições convidadas.....	159
Tabela 7: Representações empresa - legislador .....	191

## Índice de Anexos

Anexo 1. Macroproposições .....	233
Anexo 2. Visualizações da base de dados do <i>corpus</i> .....	236
Anexo 3. Variáveis na base de dados no MAXQDA .....	238
Anexo 4. Participação dos atores políticos .....	239

## **Lista de siglas e abreviações**

ACD: Análise Crítica do Discurso  
ADSL: *Asymmetric Digital Subscriber Line*  
ANACOM: Autoridade Nacional de Comunicações  
ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações  
AT&T: *American Telephone and Telegraph*  
BE: Bloco de Esquerda  
BEREC: *Body of European Regulators for Electronic Communications*  
CADE: Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência  
CGI: Comitê Gestor da Internet no Brasil  
DEM: Partido Democratas  
EESPT: Entidades Exploradoras de Serviços Públicos de Telecomunicações  
ERC: Entidade Reguladora para a Comunicação Social  
FCC: *Federal Communications Commission*  
INESC: Instituto de Estudos Socioeconômicos  
ISPs: *Internet Service Providers*  
LGT: Lei Brasileira de Telecomunicações  
PCP: Partido Comunista Português  
PCdoB: Partido Comunista do Brasil  
PDT: Partido Democrático Trabalhista  
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PP: Partido Progressistas  
PPS: Partido Social Cristão  
PRB: Partido Republicano Brasileiro  
PROS: Partido Republicano da Ordem Social  
PS: Partido Socialista  
PSB: Partido Socialista Brasileiro  
PSC: Partido Social Cristão  
PSD: Partido Social Democrático  
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade  
PT: Partido dos Trabalhadores  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
PSCI: Provedores de Serviço de Conexão à Internet  
SENACON: Secretaria Nacional do Consumidor  
SVA: Serviço de Valor Adicionado  
TSM: *Telecom Single Market*  
TICs: Tecnologias da Informação e Comunicação  
UMIC: Agência para a Sociedade do Conhecimento

## **INTRODUÇÃO**

A Internet de hoje não constitui uma infraestrutura livre ou descentralizada nem tampouco os seus protocolos são neutros. Historicamente foi apropriada por um modelo estatal passando a pertencer a modelos cada vez mais restritos e privados. Atualmente está sob a tutela de grandes grupos empresariais e a sua lógica de funcionamento passa por decisões que não são transparentes ou democráticas. Frequentemente, porém, deparamo-nos com as narrativas que apresentam a Internet como sendo aberta e neutra. É o caso daquelas que encontramos no debate sobre neutralidade da rede, uma problemática que está inserida, de forma mais ampla, no âmbito da regulação e da governação da Internet, incidindo sobre as práticas dos operadores de serviços de conexão à Internet. Trata-se de um debate recente, com diversas lacunas a serem investigadas, e a partir do qual podemos interrogar a neutralidade. É neste panorama que o presente estudo investiga o discurso sobre a neutralidade da rede no poder legislativo de Portugal e do Brasil. O intuito é compreender, por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD), os sentidos potencialmente ideológicos que conformam este discurso e de que forma estabelecem e sustentam relações de dominação e de poder.

A sociedade ocidental moderna reconhece a Internet como um serviço que é de interesse público. Este lugar de reconhecimento, suportado por governos e empresas, está afixado num imaginário coletivo onde cabem as narrativas sobre o modelo de desenvolvimento da Internet enquanto tecnologia de comunicação livre. Nestas narrativas, a Internet é o motor indispensável para o desenvolvimento das sociedades numa lógica de funcionamento capitalista. É também do lugar de reconhecimento público deste componente comunicacional que partem os argumentos que assumem a Internet, em sua origem, como artefacto tecnológico neutro, atestando o seu carácter descentralizado e não discriminatório. As narrativas que apontam para a Internet livre raramente tocam as dinâmicas de apropriação e privatização das infraestruturas das comunicações – tais como o espectro radioelétrico, os fios telefónicos e os cabos submarinos – assim como tendem a deixar de lado os tópicos que abordam as controvérsias de regulação das novas possibilidades comunicacionais em rede. Estes são assuntos que afetam a todos nós e, no entanto, são pouco abordados nas justificativas que, associadas à Internet, levam ao princípio de defesa do interesse público (McQuail, 2003; Silva, Fidalgo e Sousa, 2011). Assim, o lugar em que se debate a respeito de uma Internet de interesse público, livre e neutra é, contraditoriamente, o mesmo lugar que leva a um afastamento da compreensão de que o carácter público da Internet há muito tem-se rompido.

O rompimento do carácter público da Internet dá-se paralelamente às concessões das infraestruturas das telecomunicações para atender a uma lógica comercial e de ascensão de atores privados, de entre os quais estão os conglomerados de empresas que formam o GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). A partir das apropriações das infraestruturas comunicacionais são estabelecidas relações assimétricas de poder entre os cidadãos, os grandes grupos empresariais e os governos. Estas assimetrias ficam evidentes na análise dos poderes de decisão que definem o funcionamento da Internet, dinâmica através das quais os interesses públicos aparecem sobrepostos por interesses económicos e privados.

A ascensão destes conglomerados deu-se no âmbito do desenvolvimento das revoluções industriais, dos séculos XVIII e XIX, que alavancou um novo cenário de possibilidades para o regime de acumulação de capital. No início do século XX, o capitalismo já se configurava pela fusão do capital industrial e financeiro. No final deste século, houve a passagem dos monopólios estatais do setor das telecomunicações, no caso de Portugal a partir dos anos 80, e, do Brasil, a partir dos anos 90, para a lógica de privatização. Esta passagem foi marcada pelo surgimento dos fornecedores de serviços de conexão à Internet, e de empresas de conteúdos e aplicações para a comunicação em rede de computadores. A convergência dos mercados de radiodifusão, telefonia e dados deu-se no estágio cronológico teorizado como uma sociedade pós-industrial ou da informação, que, como explica Serra (1998, p. 91), “é, em grande medida, a concretização daquilo a que uns chamam ideologia”.

Na chamada sociedade da informação, as listas numéricas que consideram como critério o capital especulativo são recorrentes e nelas as empresas do setor tecnológico aparecem como as mais valiosas do mercado<sup>1</sup>. Tal posição confirmaria o potencial das redes técnicas de comunicação enquanto parâmetro de reestruturação do modo de produção capitalista e a tese de que experienciamos o capitalismo informacional (Castells, 1999). Em concordância com esta visão, estão as teorias sobre as transformações económicas e sociais associadas a uma revolução das tecnologias da informação. Estes são estudos minuciosos que concluem sobre uma ruptura que evidencia uma nova Era e uma nova sociedade (Bell, 1977; Benkler, 2006, Jenkins, 2008).

Um outro modo de ver as novas tecnologias de comunicação e informação é encontrado em autores como Habermas (2012 [1962] ), Giddens (1990) e Garnham (1990). Estes estudos enfatizam que as tecnologias não levaram a uma reestruturação significativa dos modos de produção na sociedade. Tal visão é ilustrada ao considerarmos que, em termos de facturamento real, o setor financeiro continua a ser o maior mobilizador de capital e os combustíveis fósseis o recurso que

---

<sup>1</sup> Algumas destas listas estão disponíveis nos seguintes endereços eletrónicos: <https://www.interbrand.com/best-brands/best-global-brands/2019/ranking/> e <https://www.visualcapitalist.com/ranked-the-most-valuable-brands-in-the-world/>, acedido a 12 de setembro de 2020.

continua a dominar os modos de produção global. Assim, numa direção diferente da que nos leva à teorização sobre o capitalismo informacional, está o capitalismo digital (Schiller, 1999). Para os teóricos que se associam a este último modo de ver, assistimos à mobilização das inovações tecnológicas como recurso de suporte à reestruturação do capitalismo. Com esta orientação, as novas tecnologias de comunicação e informação têm como função primordial o estímulo das dinâmicas de mercado, de globalização e de privatização, sem que priorizem uma lógica de democratização comunicacional.

A ascensão de grandes conglomerados empresariais associada à problemática da disputa global por infraestrutura comunicacional diz, ainda, sobre o caráter imperialista das novas tecnologias informacionais<sup>2</sup>. Como explica Fuchs (2010a), é possível tratar o caráter imperialista das novas tecnologias quando estas são instrumentos para a concentração dos recursos que possibilitam o exercício do poder. Neste sentido, Braman (2006, p. 26) apresenta e explica sobre o “poder informacional”, que, através da manipulação das bases de dados informacionais, serve e se articula ao exercício de outros poderes, tais como o instrumental, o estrutural e o simbólico.

A segunda década dos anos 2000 expôs a ambivalência dos sistemas tecnológicos. No caso da Internet, pôs em evidência a possibilidade de que os seus usos sirvam às lógicas dicotômicas, ao exemplo da emancipação e da dominação, da informação e da desinformação. São exemplares os casos das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos e as de 2018 no Brasil. Nestes casos, a utilização de plataformas como o *Twitter* e o *WhatsApp*, marcada pela interação entre *bots* sociais e eleitores, no regime da disseminação de desinformação, fez eclodir a ideia de que a tecnologia elege ou destitui governantes. Em ambos os casos revelou-se que o apoio das estratégias tecnológicas serviu ao projeto de poder que formula e implementa políticas para o desenvolvimento do agronegócio e da indústria fóssil, num silenciamento partilhado sobre os custos humanos e de depredação do mundo.

No decorrer da segunda década dos anos 2000, acompanhamos as narrativas dos media no contexto da crise da Venezuela. As notícias percorreram as redes comunicacionais e pouco ou nada diziam sobre o interesse de controlo das reservas de petróleo. Também acompanhamos a ascensão da China no setor tecnológico, especificamente na disputa à geração de telefonia móvel 5G. Esta última colocou em risco a centralidade dos Estados Unidos, evidenciando que os recursos tecnológicos não compreendem apenas disputas económicas. Mais do que isso, envolvem uma disputa de hegemonia

---

<sup>2</sup> Em Fuchs (2010a, 2010b) vemos a investigação a respeito de um imperialismo informacional na sociedade contemporânea. O conceito é trabalhado a partir da noção marxista de imperialismo de Lênin (1917). Sobre as novas formas de imperialismo, em articulação com o capitalismo, ver Harvey (2005).

política na qual a capacidade de processamento e controlo do tráfego de dados torna-se um ponto estratégico.

Não fosse o modo como fechamos a segunda década dos anos 2000, estas poderiam ser consideradas as crises mais recentes da humanidade. Porém, no início do ano de 2020 confrontamo-nos com um estado de emergência, para o qual caminhamos juntos enquanto sociedade. Em março deste mesmo ano, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus Covid-19 como uma pandemia global. Mesmo que a situação não possa ser tomada como inesperada, a sua interpretação não se faz simples e os efeitos socioeconómicos resultantes vieram a agregar novas reflexões para o nosso objeto de estudo. O isolamento social, o contexto dos novos modelos de trabalho e de ensino à distância e a interação e o entretenimento mediados por redes de computadores puseram a Internet e algumas das suas dinâmicas em evidência. O aumento no tráfego dos dados levou os reguladores, brasileiro e português, a debaterem os efeitos da pandemia sobre a demanda e o uso das redes de telecomunicações.

Em Portugal, no mês de março de 2020, o mesmo mês em que foi declarado o estado de emergência no país por causa da pandemia, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) informou um acréscimo de 52% no tráfego dos dados<sup>3</sup>. A entidade passou a divulgar recomendações para que os utilizadores evitassem a visualização de conteúdos em alta definição e reduzissem o envio de ficheiros pesados. As solicitações estiveram em consonância com a declaração emitida conjuntamente pelo Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas (BEREC)<sup>4</sup> e a Comissão Europeia sobre o aumento de tráfego na sequência do Covid-19<sup>5</sup>.

Conjuntamente à adoção do estado de emergência, ainda no contexto português, foi aprovado um diploma legal<sup>6</sup> através do qual os operadores de redes de comunicações públicas foram autorizados a pôr em prática medidas de gestão do tráfego de dados relativamente a aplicações, como: bloqueio, abrandamento, alteração, restrição ou degradação de conteúdos. Tal autorização, mesmo que em contexto excecional, pôs em causa o Regulamento TSM<sup>7</sup> (2015/2120) (Comissão Europeia, 2015a), que diz respeito ao acesso à Internet aberta e neutra na Europa. Também no contexto pandémico, no Brasil, em março de 2020, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) assinou um termo de compromisso público em conjunto com os operadores de telecomunicações. A campanha

---

<sup>3</sup> A informação foi divulgada no endereço eletrónico da ANACOM, disponível em: <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1519947>, acedido a 20 de setembro de 2020.

<sup>4</sup> Acrónimo de Body of European Regulators for Electronic Communications.

<sup>5</sup> A declaração está disponível em: <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1519528>, acedido a 20 de setembro de 2020.

<sup>6</sup> O diploma legal aprovado trata-se do Decreto-Lei n.º 10-D/2020 e pode ser acedido no endereço eletrónico disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/130602979/details/maximized>, acedido a 20 de setembro de 2020.

<sup>7</sup> Acrónimo de Telecom Single Market.

foi intitulada ‘Manutenção do Brasil Conectado’<sup>8</sup> e divulgou a garantia da continuidade dos serviços no setor das telecomunicações. Os compromissos assumidos pelos operadores passaram ainda pela oferta de dados de Internet móvel aos utilizadores. Em Portugal, as operadoras NOS, MEO e Vodafone publicaram a campanha ‘10 gigas para que todos os portugueses continuem ligados’. No Brasil, as quatro maiores operadoras - Claro, Oi, TIM e Vivo - ofereceram isenção de franquia no acesso a aplicações oficiais do governo, das autoridades sanitárias, e de canais de notícias.

Contudo, nenhuma destas resoluções puderam garantir a manutenção da Internet sem a redução de velocidade, o desligamento ou a cobrança de conexão durante a crise da pandemia. A oferta dos serviços das telecomunicações como mercadoria expôs os riscos associados ao afastamento da perspectiva dos direitos universais. Se já era evidente que o acesso aos componentes do sistema dos novos media não chega a todos da mesma forma, na pandemia a precariedade e a desigualdade nas formas de acessos foram instantaneamente evidenciadas<sup>9</sup>. Estamos diante dos desafios e das problemáticas que há muito se escancaram e que dizem respeito à conformidade das novas possibilidades comunicacionais em rede às contradições do sistema capitalista. Ao lançarmos um olhar sobre as relações desiguais de poder que são reproduzidas na modernidade tecnológica, e que disputam uma ideologia hegemónica da Internet, damos-nos conta, mais uma vez, da necessidade de interrogar as narrativas sobre a neutralidade da Internet<sup>10</sup>.

### **A neutralidade da rede enquanto fenómeno social de investigação**

O desenvolvimento de uma investigação que aborda a temática da neutralidade da rede dependerá do ponto de vista a partir do qual se escolhe observar o fenómeno. De entre as possíveis dimensões, este trabalho busca analisar as formas sociais que estão implicadas. A compreensão da neutralidade da rede enquanto fenómeno social circunscreve as contradições que configuram a Internet como um sistema sociotécnico, abrangendo as áreas económicas, políticas, sociais e culturais, embora seja ainda uma temática carregada por uma dimensão técnica.

A neutralidade da rede incide sobre as práticas dos operadores de conexão, grandes ou pequenas empresas que oferecem o serviço de fornecimento de conexão à Internet. Circunscreve, por isso, as políticas de regulação da Internet, relacionadas com as dinâmicas de apropriação das

---

<sup>8</sup> A campanha está disponível em: <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2538-anatel-e-setor-de-telecom-firmam-compromisso-publico-para-manter-brasil-conectado>, acedido a 20 de setembro de 2020.

<sup>9</sup> A situação de emergência e calamidade expôs ainda as problemáticas associadas às possibilidades de censura e a vigilância na Internet, numa lógica de militarização da sociedade.

<sup>10</sup> No decorrer da tese utilizamos com o mesmo sentido as expressões “neutralidade da rede” e “neutralidade da Internet”.

infraestruturas das comunicações por onde percorre o tráfego de dados, e com as dinâmicas de regulação das possibilidades comunicacionais em rede de computadores. A neutralidade da rede não se aplica aos serviços de aplicações e conteúdos, mas a sua imposição, ou a sua supressão, afeta de formas diferentes os diversos agentes que participam do mercado das telecomunicações.

Desde o início dos anos 2000 esses debates estiveram agrupados sob o guarda-chuva da expressão ‘neutralidade da rede’ (do inglês *net neutrality*), emprestada dos artigos académicos do professor estadunidense Tim Wu (2002, 2003). As notícias, distribuídas ao mundo ocidental pelas principais agências internacionais, trataram da neutralidade da rede como um princípio de *design*, assim como definira Wu (2003). Não raramente encontramos afirmações que desencorajam a compreensão sobre o tema – “se Ulisses, de James Joyce, é o romance mais discutido e menos lido do mundo, a neutralidade da rede pode ser o conceito mais discutido e menos compreendido no mundo das políticas da Internet” (Reicher, 2011). Entendemos que a busca por uma compreensão que pretenda definir a neutralidade da rede esbarra na dificuldade de enquadrar a complexidade do mundo social, na qual está subjugada uma rede sociotécnica como a Internet, num debate que se prenda a questões puramente técnicas ou económicas.

Para os que já tiveram contacto com o tópico da neutralidade da rede, não seria incomum o relato de que esta experiência tenha se assemelhado a ser convocado para lutar por uma causa democrática. O imperativo ‘salve a Internet’<sup>11</sup> ecoou a partir de 2005 dos movimentos ativistas estadunidenses, envolvendo de forma mais ou menos organizada indivíduos e empresas num chamamento comum. Neste país, o ativismo foi estimulado e manteve-se a reboque de uma série de decisões tomadas pelo órgão que regula o seu setor de telecomunicações, a Comissão Federal de Comunicações (FCC - do inglês *Federal Communication Commission*). Estas decisões deram-se com mais ênfase entre os anos de 2002 e 2017, em marcos que resultaram em alterações legislativas.

Em disputa estiveram as questões que se movem entre as fronteiras regulatórias do que é considerado telecomunicações e do modo como a Internet é inserida neste debate. Estas decisões continuam a estar em disputa, sobretudo pelos movimentos ativistas que têm como o principal foco das suas mensagens a conscientização da população. O carácter de urgência associado a essas campanhas tem sido reproduzido em campanhas por outros países do mundo ocidental, aos exemplos do ‘Salve a sua Internet’ na Comunidade Europeia e do ‘Internet sob Ataque’ no Brasil<sup>12</sup>. O que estas

---

<sup>11</sup> A campanha Salve a Internet pode ser visualizada no endereço eletrónico disponível atualmente em: <https://web.archive.org/web/20071012041438/http://www.savetheinternet.com/=act> e o vídeo da campanha está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o9Dv8Onlwmc>, acedidos a 20 de setembro de 2020.

<sup>12</sup> Algumas destas campanhas pode ser visualizadas nos endereços eletrónicos: <https://saveyourinternet.eu/pt/>; <https://savetheinternet.info/>, <http://salveainternet.meurio.org.br/>, acedidos a 20 de setembro de 2020.



mensagens têm em comum é a ideia de que o caráter aberto e democrático da Internet tem de ser preservado, além da convocação para “uma luta pelo futuro da Internet”<sup>13</sup>.

As decisões e reações que situam o debate foram colocadas em atenção e alcançaram o público de forma mais ampla a partir de 2014, quando foi tema de um popular programa de notícias nos Estados Unidos<sup>14</sup>. Esta foi a oportunidade para lançar uma chamada à participação do público no debate político. Ao mesmo tempo em que o tópico alcançou o noticiário de canais televisivos de grande audiência, também estava a ser tratado por canais com opiniões ainda mais progressivas de esquerda<sup>15</sup>. Constituindo, assim, um discurso de defesa à Internet, o tema foi partilhado em diferentes esferas da sociedade. Além de alcançar os cidadãos e ativistas, integrou um discurso apropriado por empresas de diversas áreas, desde as diretamente ligadas à distribuição de conteúdos pela Internet até a uma cadeia de empresas enriquecidas pela indústria do agronegócio, cujos interesses abrangem a negociação em moedas virtuais<sup>16</sup>.

No Brasil, o tema começou a estar mais presente nas notícias a partir de 2010<sup>17</sup> e repercutiu através de um movimento ativista dedicado. Alcançou um maior envolvimento dos cidadãos quando foram convocados a assinar petições ‘por uma internet livre e democrática’<sup>18</sup>. As assinaturas foram encaminhadas diretamente aos parlamentares da Câmara dos Deputados, aquando das votações legislativas a respeito do Marco Civil da Internet, em 2014. Dois anos depois, foi distribuído o documentário FreeNet<sup>19</sup>, produzido por instituições académicas, organizações da sociedade civil e pelo Instituto de Defesa do Consumidor no Brasil, que ajudou que o tema mantivesse uma dinâmica ativa junto ao público em geral.

Em Portugal, o debate a sobre a neutralidade da rede ganhou mais espaço a partir de 2009, com a aprovação da reforma das telecomunicações europeias e com as notícias de que Comissão Europeia estava a lançar consulta pública sobre o tema. Rapidamente o tópico motivou indagação por parte da Assembleia da República a respeito de uma posição do governo português sobre a matéria. A discussão foi incorporada na primeira edição do Fórum para a Sociedade da Informação, em 2010, na sessão intitulada ‘Neutralidade da Internet, normas abertas e inovação’ (UMIC, 2010). O debate a

<sup>13</sup> A campanha ‘Fight for the Future’ pode ser consultada em: <https://www.fightforthefuture.org/>, acessado a 20 de setembro de 2020.

<sup>14</sup> O episódio do programa Last Week Tonight está disponível em: <https://youtu.be/fpbOEoRrHyU>, acessado a 20 de setembro de 2020.

<sup>15</sup> A exemplo do Democracy Now, disponível em: [https://www.democracynow.org/topics/net\\_neutrality](https://www.democracynow.org/topics/net_neutrality) e do episódio The Young Turks, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yaPCQpehjik>, , acessados a 20 de setembro de 2020.

<sup>16</sup> A campanha do Burger King, que busca explicar a neutralidade da rede através de uma ação em seus restaurantes, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UWVCaS3B9L4>, acessado a setembro de 2020. Notícias a respeito da ligação da empresa com as moedas virtuais podem ser lidas no endereço eletrônico disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-41082388>, acessado a 20 de setembro de 2020.

<sup>17</sup> Um exemplo de conteúdo noticioso sobre o tema pode ser lido no endereço eletrônico: <https://link.estadao.com.br/noticias/geral,por-uma-internet-mais-livre,10000041028>, acessado a 20 de setembro de 2020.

<sup>18</sup> A petição está disponível no endereço eletrônico: [https://secure.avaaz.org/campaign/po/o\\_fim\\_da\\_internet\\_livre\\_senado/](https://secure.avaaz.org/campaign/po/o_fim_da_internet_livre_senado/), acessado a 20 de setembro de 2020.

<sup>19</sup> O filme está disponível através do endereço eletrônico: <https://vimeo.com/161511483>, acessado a 20 de setembro de 2020.

respeito de uma posição de Portugal sobre o tema manteve-se ativo através da organização de debates, como o realizado em 2011 pelo capítulo português da Internet Society (ISOC-PT), destinado a discutir o tema<sup>20</sup>. Também foram publicados estudos por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, 2014).

Além das campanhas ativistas, outra forma de contacto com o tema da neutralidade da rede poderia ter-se dado pelos media ou pelos debates em fóruns nacionais e publicações. Vimos assim que as discussões sobre a imposição ou a supressão da neutralidade de rede não se restringem à academia. Estão presentes em debates internacionais e locais sobre as políticas da Internet. A narrativa mais comum refere aos riscos de um cenário de supressão da neutralidade da rede, associado às práticas discriminatórias por parte dos operadores de conexão à Internet num contexto de convergência dos serviços de forma enfatizar o prejuízo causado aos direitos dos consumidores.

Pelo exposto acima, a neutralidade da rede poderia ser analisada a partir da observação de diferentes dimensões. Poderia ser analisada a partir do movimento ativista que se articula ao redor do tema, a partir da cobertura dos media, assim como poderia ser analisada a partir da dinâmica de concentração dos agentes económicos no campo das telecomunicações. Neste estudo, escolhemos analisar a neutralidade da rede por meio dos textos, falados ou escritos, dos parlamentares portugueses e brasileiros. Assim, partimos do interesse pela neutralidade da rede como fenómeno social e discursivo, produzido e reproduzido no âmbito das disputas políticas que resultam nas formas pelas quais acedemos à Internet.

## **As questões fundamentais da investigação**

Os caminhos introdutórios que percorremos procuraram enfatizar que, diante dos diferentes modos de ver a Internet, importa reconhecer que as suas dinâmicas constituem um campo estratégico de investigação para a compreensão da sociedade, de nós mesmos e do nosso tempo. Num cenário no qual as novas tecnologias de informação estão ao serviço, de modo desigual, dos cidadãos, dos governos e das grandes empresas, importa analisar os mecanismos que sustentam uma ideologia hegemónica da Internet. É neste sentido que surge a nossa proposta de interrogar as narrativas sobre a neutralidade da rede.

As deliberações acerca da Internet têm ocupado cada vez mais espaço no âmbito parlamentar. A agenda tem sido impulsionada pela tramitação de projetos de lei que buscam legislar a respeito de

---

<sup>20</sup>O programa completo do evento está disponível em: <https://apdsi.pt/wp-content/uploads/prev/Programa%20Net%20Neutrality.pdf>, acedido a 20 de setembro de 2020.

temas como os direitos autorais, a criminalidade na Internet e as práticas dos agentes que atuam na oferta de serviços. Nos parlamentos são veiculados textos, escritos ou falados, que constituem de um campo fecundo para as manifestações ideológicas. Assim, tomamos os discursos que legislam sobre a neutralidade da rede como potencialmente ideológicos. Nestes textos estão corporificadas as contradições, de entre elas as políticas e económicas, que possibilitam uma análise mais ampla dos dilemas contemporâneos integrados à Internet enquanto sistema sociotécnico.

Os debates sobre a neutralidade da rede, nos poderes legislativos brasileiro e português, deram-se respetivamente a partir de 2006 e 2010. Nestes discursos participaram, além dos parlamentares, os diversos agentes que atuam no setor das telecomunicações, numa arena que reúne diferentes vozes do poder. Estes atores buscaram representatividade para os diversos interesses que estão em disputa na construção das políticas associadas às práticas de gestão do tráfego de dados em rede de computadores.

A partir de uma visão dialética, da qual parte a proposta da Análise Crítica do Discurso (ACD), o discurso constitui a sociedade assim como encontramos nos textos indicações acerca das relações sociais de poder. Entendemos que a análise discursiva, diante da natureza ideológica da linguagem, é uma etapa fundamental para confrontar as estruturas de poder que sustentam a narrativa sobre a Internet neutra. Assim, a questão principal que orienta esta investigação é refletida nos contextos português e brasileiro e pode ser sintetizada na interrogativa:

Como os discurso parlamentares sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil, conformam sentidos ideológicos<sup>21</sup>?

Conscientes da amplitude do problema, questões secundárias ajudam a orientar os caminhos desta investigação, sempre no contexto do debate parlamentar sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil.

- 1) Quais são os principais temas que circunscrevem o debate sobre a neutralidade da rede?
- 2) O que os parlamentares falam quando, ao debater sobre a neutralidade da rede, referem a Internet?
- 3) Como são negociadas e articuladas as vozes de diferentes textos nos discursos sobre a neutralidade da rede?
- 4) O que a escolha das palavras associadas ao debate sobre a neutralidade da rede revela sobre a forma como o mundo é representado nestes discursos?

---

<sup>21</sup> Tomamos de Ramalho e Resende (2011, p. 25), com base em Thompson (2011), a compreensão de que os “sentidos ideológicos são aqueles que servem necessariamente, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

5) Como são representados os atores sociais que circunscrevem o debate sobre a neutralidade da rede?

6) Como a neutralidade da rede é construída e significada por meio de metáforas?

7) Como os discursos relacionam e associam a neutralidade da rede aos valores democráticos?

8) Quais os modos de operação da ideologia, que servem ao poder, podem ser apontados no discurso sobre a neutralidade da rede?

Com estas perguntas visamos compreender de que forma os discursos estabelecem e sustentam relações de dominação e de poder relacionadas a uma governação global da Internet. E como objetivos secundários, sempre no contexto de Portugal e do Brasil:

1) Conceber uma base de dados dos textos parlamentares sobre a neutralidade da rede;

2) Identificar quem são os atores sociais que participam dos discursos em torno da neutralidade da rede;

Apresentamos, a seguir, a relação das perguntas de investigação com as etapas de análise e com a apresentação dos resultados:

<b>Questões de Investigação</b>	<b>Etapas de análise</b>	<b>Resultados</b>
Quais são os principais temas que circunscrevem o debate sobre a neutralidade da Internet?	Etapa I de análise	Capítulo 6
O que os parlamentares falam quando, ao debater sobre a neutralidade da rede, referem à Internet?		
Como são negociadas e articuladas as vozes de diferentes textos nos discursos sobre a neutralidade da Internet?	Etapa II de análise	Capítulo 7
O que a escolha das palavras associadas ao debate sobre a neutralidade da Internet revela sobre a forma como o mundo é representado nestes discursos?		
Como são representados os atores sociais que circunscrevem o debate sobre a neutralidade da Internet?		
Como a neutralidade da internet é construída e significada por meio de metáforas?		
Como os discursos relacionam e associam a neutralidade da internet aos valores democráticos?		
Quais os modos de operação da ideologia, que servem ao poder, podem ser apontados no discurso sobre a neutralidade da Internet?	análise dos modos de operação da ideologia	Capítulo 8

**Tabela 1:** As perguntas de investigação, as etapas de análise e os resultados

## **Organização do trabalho**

Esta tese, além da parte introdutória e da parte conclusiva, está organizada em oito capítulos. Os dois primeiros capítulos apresentam as características que levaram à escolha da Análise Crítica do Discurso (ACD) como o quadro teórico-metodológico que melhor coadunou a cada uma das etapas de operacionalização das questões fundamentais da presente investigação. Neles, justificamos as opções metodológicas, da parte teórica e da parte empírica, que forneceram a base para a investigação dos discursos sobre a neutralidade da rede. A separação dos capítulos 1 e 2 é didática, pois partimos de uma abordagem que articula continuamente a teoria e a investigação empírica.

De cariz qualitativo, a investigação foi orientada por uma estratégia metodológica que partiu de uma abordagem centrada em teorias sociais. As escolhas dos conceitos teóricos são apresentadas no capítulo 1 e possuem, em sua gênese, uma preocupação em explicitar as dimensões ideológicas que estão contidas nos fenómenos sociotécnicos e de que forma estas podem ser articuladas com uma visão crítica sobre a Internet. Abordamos, no subcapítulo 1.1, as concepções de ideologia conforme são apropriadas pela vertente da análise discursiva que aplicamos. Para a ACD, o poder é um investimento ideológico, de forma que a crítica é, sobretudo, a crítica da ideologia. A ideologia na ACD está relacionada com as concepções marxistas de ideologia, pelo que abordamos, neste primeiro capítulo, autores como Gramsci, Althusser e Thompson, cujos trabalhos ajudam a fundamentar as opções que foram sendo feitas no decorrer do desenvolvimento da tese. Ficou para o capítulo 2.5 discorrer de forma mais pormenorizada sobre como os analistas críticos do discurso se apropriaram do conceito de ideologia.

No subcapítulo 1.2, refletimos de que formas as dimensões ideológicas da sociedade estão implícitas nas possibilidades advindas do desenvolvimento dos computadores em rede. Partimos das teorias que defendem o declínio e o fim da ideologia e que estão associadas com a transposição para uma nova ideologia pós industrial. Nestas, há a crença na existência de uma sociedade baseada na economia do conhecimento. Perpassamos as diferentes teorias e os modos de analisar a relação entre a sociedade e as novas tecnologias da informação. Apresentamos, em seguida, algumas das abordagens críticas sobre a tecnologia. A trajetória do pensamento crítico é importante para o nosso trabalho, principalmente no que diz respeito à compreensão da modernidade como a época da técnica. Encontraremos no decorrer das visões de teóricos como Marcuse, Habermas, Álvaro Vieira Pinto e Feenberg a denúncia do “encanto do feitiço ideológico da tecnologia” (Pinto, 2005a, p. 329).

O capítulo 3 desta tese apresenta um panorama da conjuntura do tratamento regulatório da Internet em diferentes contextos: o estadunidense; o português, num panorama europeu; e o brasileiro. Esta apresentação faz parte de um entendimento necessário à análise dos debates sobre a neutralidade da rede. Não seria possível compreender o fenómeno da neutralidade da rede sem antes elucidar de que forma as possibilidades tecnológicas evoluíram até aos dias de hoje, possibilitando um mercado de serviços convergentes diante do qual novas soluções regulatórias precisaram ser deliberadas. Assim sendo, o terceiro capítulo trata primeiro do panorama regulatório nos Estados Unidos, o que se justifica pois este foi o território onde o debate sobre a neutralidade da rede primeiro avançou e a partir do qual outros países do ocidente buscaram refletir para progredir em uma abordagem própria. Em seguida, é apresentada uma análise da narrativa da neutralidade da rede construída na Europa, com ênfase no mercado das telecomunicações em Portugal e, posteriormente, expomos o cenário regulatório da Internet no Brasil. Nestes últimos dois países, as dinâmicas se dão através de percursos distintos entre si e dos processos que ocorreram nos Estados Unidos.

No capítulo 4 apresentamos as escolhas que foram tomadas para a recolha do material de análise que constitui de 322 textos parlamentares. Estes representam a totalidade da materialidade discursiva acerca do debate sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil, no domínio político legislativo, distribuídos cronologicamente entre os anos de 2006 e 2019. São apresentados os procedimentos para a recolha do *corpus*, a forma como estão organizados e as variáveis analíticas que discriminamos para cada um dos textos.

No capítulo 5 apresentamos o desenho da investigação empírica. Partimos dos princípios teórico-metodológicos da análise crítica do discurso para apresentar as escolhas que dizem respeito aos propósitos específicos desta tese e de que forma as questões fundamentais que procuramos responder foram operacionalizadas em duas etapas de análise.

A partir do capítulo 6 apresentamos os resultados da análise empírica da tese, sendo que o sexto capítulo dá conta de responder sobre quais elementos são colocados discursivamente, a relação entre os temas presentes e a construção do sentido dos textos. Nesta etapa de análise constatámos que a imagem da Internet, que se encontra absorvida nos textos analisados, contrasta com aquela que é apresentada nos estudos que buscam refletir criticamente sobre a tecnologia.

No capítulo 7 apresentamos a segunda etapa da análise, preocupada em revelar como os elementos discursivos produzem significados, tornando mais claros os efeitos ideológicos dos discursos nas práticas sociais relacionadas ao objeto que investigamos. Esta etapa trata os textos a partir de um nível mais local, procurando responder a respeito do desenvolvimento da ordem do discurso dos

legisladores sobre a neutralidade da rede. Nesta etapa da análise constatámos que os parlamentares recorreram a procedimentos discursivos e linguísticos, tais como pressupostos, metáforas e analogias que operacionalizam a ideologia.

No capítulo 8 investigamos os modos de operação da ideologia, buscando responder a respeito da potencialidade ideológica do discurso da neutralidade da rede. Vimos os parlamentares utilizarem estratégias, como a legitimação e a dissimulação, que servem a uma governação antidemocrática, e tecnocrática da Internet. No subcapítulo 8.1. apresentamos os modelos alternativos de Internet numa reflexão mais ampla sobre os caminhos que ajudam a reorientar a disputa da hegemonia pela Internet.

Por fim, retomamos os contributos teóricos centrais e buscamos articular as conclusões que nos levam a afirmar que o discurso parlamentar sobre a neutralidade da rede é um discurso ideológico na medida em que ajuda a estabelecer e sustentar relações de dominação e de poder relacionadas a uma governação global da Internet. Estas reflexões apontam para a necessidade de integração do debate sobre a neutralidade da rede num debate mais amplo, sobre a reapropriação das infraestruturas comunicacionais.

## **CAPÍTULO 1. PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA IDEOLOGIA SOBRE A INTERNET: A TEORIA SOCIAL MOBILIZADA**

Este primeiro capítulo aborda as teorias a partir das quais parte a crítica da ideologia, conforme articulada no enquadramento teórico-metodológico que aplicamos no decorrer da investigação. Buscamos, neste contato inicial com o leitor, elucidar o que compreendemos como ideologia diante dos diferentes significados que podem ser assumidos. As teorias da ideologia, articuladas às teorias críticas da tecnologia, são importantes para interrogar as narrativas sobre a neutralidade da Internet e indicar os possíveis caminhos de análise do nosso objeto de investigação como potencialmente ideológico. A perspectiva advinda das concepções marxistas sobre ideologia e das teorias críticas sobre tecnologia são de suma importância para o desenvolvimento das reflexões que tecemos no último capítulo da presente investigação.

### **1.1. A ideologia como objeto de análise na pesquisa social**

Uma das teses mais queridas do neoliberalismo é o fim das ideologias, o fim da história, a racionalidade ou a adequação definitiva dos meios aos fins, o pleno desenvolvimento da ciência objetiva e instrumental que prescinde definitivamente dos valores e se concentra totalmente no desenvolvimento de um instrumental neutro (Santos, 2004, p.69).

A ideologia, mesmo antes de ser um conceito sistematizado e ainda antes de ter sido atribuída com uma designação nominal, já ocupava um lugar especial de reflexão no trabalho dos teóricos interessados nos fenómenos sociais. A observação de que o mundo se dividia em projetos de sociedade, muitas vezes antagónicos, levou Platão, no período clássico da Grécia antiga, a refletir sobre a necessidade pedagógica de se estar atento a respeito das "belas mentiras". O mito da caverna já havia colocado sombra sobre as formas de concepção do mundo tomadas como verdadeiras. Desde então, teóricos como Francis Bacon, no século XVII, estiveram atentos à necessidade de se trazer luz aos diversos modos de concepção do mundo. Uma reflexão crítico-social a este respeito foi posteriormente sendo delineada, dentro das possibilidades históricas de cada época, numa aproximação entre a reprodução das ideias e as estruturas sociais, como nas passagens de autores como Helvetius, no século XX, e Holbach, no século XVIII. A contribuição teórica destes últimos para o desenvolvimento do conceito de ideologia foi reconhecida por Marx e Engels (2011 [1845]).



A ideologia, a partir de uma crítica da ideologia marxista, é o ponto de referência do qual partimos para, no decorrer dos subcapítulos, prolongar a concepção sobre a ideologia através de autores mais tardios, como Gramsci, Althusser e Thompson, que romperam com a concepção marxista ortodoxa e se distanciaram do conceito de ideologia como mera aparência. É através da análise destes últimos três autores que tratamos sobre a concepção da ideologia associada às problemáticas de dominação e poder. Por ser o nosso objeto de pesquisa os discursos parlamentares, ocupamo-nos também de procurar explicações sobre o papel do Estado na organização das relações ideológicas. Ficou para o segundo capítulo desta tese, na sessão 2.5, uma abordagem mais pormenorizada sobre como os analistas críticos do discurso se apropriam do conceito de ideologia.

### **1.1.1. Concepções marxistas clássicas: a crítica da ideologia**

O termo ideologia passou por uma ressignificação semântica expressa na escrita da obra “A ideologia Alemã”, entre os anos 1843 a 1846, por Marx e Engels. A publicação é tomada no presente trabalho como ponto de origem do conceito moderno de ideologia sem desconsiderar o percurso sobre o qual se desenhou a concepção marxista do termo, em escritos prévios como a Crítica da filosofia do direito de Hegel e os Manuscritos de 1844. Estas últimas publicações, embora não façam o uso do próprio termo *ideologia*, já atentavam para “uma consciência do mundo às avessas”, conforme citado em Ricoeur (2017, p. 43), visão orientada para uma concepção negativa que se tornou dominante na tradição ocidental.

É de relevante interesse, para explicar a dimensão das controvérsias do termo, o facto de que ‘A ideologia Alemã’ (Marx & Engels, 2001 [1932]), escrita entre 1845 e 1846, permaneceu por dezenas de anos desconhecida, tendo sido publicada tardiamente. Desse modo, o desdobramento da concepção da ideologia avançou entre autores marxistas, sem que tenham necessariamente travado contacto com a concepção de ideologia conforme abordada naquela obra. Esse parece ter sido o caso de Rosa Luxemburgo e Gramsci, autor que nos é caro em diversas dimensões do presente trabalho.

De forma a seguir para o entendimento teórico e conceitual do termo ideologia, encontra-se, na introdução que Jacob Gorender escreveu para a ideologia Alemã, uma referência à origem da palavra associada à escola filosófica francesa do século XVIII, no contexto Iluminista. A esta escola estava integrado Destutt de Tracy, autor de “Elementos de Ideologia”, de 1804. Para estes, autointitulados “ideólogos”, o significado de ideologia associava-se à sua etimologia, sendo o estudo da origem e a formação das ideias com a qual a filosofia lidava e que servia à outras ciências. O pensamento

filosófico francês é um exemplo do sentido neutro positivo que a palavra adquiriu e que foi descontinuado por Napoleão Bonaparte ao empregar um teor negativo e pejorativo ao termo “ideólogos”. Por diferentes razões, o conceito contemporâneo de ideologia adquirirá um estatuto crítico negativo nos escritos de Marx.

É no terreno da materialidade histórica dialética adotada por Marx e Engels (2001 [1932]), ainda não como a teoria que viria a ser, mas como modo de interpretar a vida humana e as condições materiais associadas, que foi atribuído um novo sentido crítico e negativo ao termo ideologia. A conotação negativa nesta abordagem incide sobre a negligência dos processos da vida real. Somente através da observação da base de vida social poderia ser possível analisar “o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas” (Marx e Engels, 2001 [1932], p. 19).

No desdobramento do pensamento desenvolvido pelos autores, procurou-se compreender a ideologia num sentido restrito, conforme estava a ser articulado no sistema capitalista do século XIX. Nestes estudos dar-se-á, como veremos, a ampliação do conceito de ideologia, sendo que se mantém em todas as abordagens a acepção crítica negativa do termo. As abordagens sobre ideologia, que passam pelo círculo marxista, consistem da relação com três dimensões: primeiro, com a distorção da realidade; segundo, com uma deturpação do conhecimento científico e, por último, com a legitimação do poder da classe dominante burguesa.

Na primeira abordagem sobre ideologia, Marx e Engels (2001 [1932]) referem-se à uma distorção, num sentido de oposição entre o que é ideologia e o que é realidade. Essa oposição está na personificação do ideólogo que constrói uma imagem ideal da vida social sem ter em consideração a realidade material da vida humana. As reflexões que os autores estabelecem acerca da elaboração das ideias ideológicas são relacionadas diretamente com os modos de produção de uma sociedade e as relações sociais conforme são organizadas neste sistema, conforme evidenciado no trecho a seguir:

A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual esta submetido também a classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (Marx e Engels, 2001 [1932], p. 48)

As ideias seriam, portanto, determinadas por condições sociais e históricas, não sendo uma elaboração livre. Neste âmbito o ideólogo é portador de uma falsa consciência, pois o conhecimento que suporta as suas ideias parte de uma premissa que não é verdadeira. Quanto àquele que propaga a

ideologia, este poderia ser isento da condição de mentiroso, tendo em conta que a ideologia que propaga é uma expressão verdadeira do conhecimento falso no qual se baseia, e, neste caso, não há a consciência da falsidade. A oposição poderia, assim, dar-se entre a ideologia e a práxis da atividade de produção dos meios de subsistência humana, sendo a falsa consciência sobre como se dão os modos de produção um recurso de dominação.

Além da oposição entre realidade e ideologia, esta primeira abordagem faz-se com referência ao paradigma da inversão que tem como efeito a distorção ou a dissimulação da realidade que passa a ser representada “de cabeça para baixo”, de acordo com a polémica metáfora da “câmara escura” (Marx e Engels, 2001, [1932], p.19). Esta inversão pode ainda, como apropriado de Feuerbach, expressar uma oposição entre ideologia e religião. Assim sendo, a crítica da ideologia marxista, como comenta Ricoeur (2017), é também uma extensão da crítica da religião ao domínio do direito e da política.

Posteriormente, numa segunda abordagem e já no âmbito de uma teoria científica, Marx (2008 [1959]) propõe a ampliação do conceito de ideologia sem negar o sentido da falsa consciência. De uma forma bem ampla, há, nesta abordagem, um avanço no sentido de oposição, não mais entre ideologia e realidade, mas entre o que é ideologia e o que é ciência, de forma que os teóricos marxistas irão apontar como ideológicas as interpretações da realidade social que fogem à teoria marxista<sup>22</sup>. Cabe, neste ponto de desenvolvimento, a distinção entre socialismo utópico, não marxista, e socialismo científico, marxista, apontada por Engels em 1880, ao evidenciar a oposição entre ideologia e ciência. Contudo, importa enfatizar que o socialismo marxista não deixa de trabalhar com o conceito de utopia, o que fica em evidência nas soluções revolucionárias e transformativas da sociedade. Encontramos, deste modo, em autores como Walter Benjamin e Ernsr Bloch a utopia realizável por uma práxis política que confronta, a partir duma visão materialista, os riscos da filosofia idealista.

A extensão do pensamento sobre ideologia no ciclo marxista, numa terceira abordagem, retomou os conceitos trabalhados por Engel e Marx para demarcar a oposição entre a ideologia proletária e a ideologia burguesa, o que abriu para a interpretação do conceito de ideologia como mecanismo de legitimação do poder provindo da classe dominante. Esta terceira abordagem enfatiza que a ideologia pertence ao âmbito do que Marx (2008 [1959]) chamou de superestrutura, na sua relação com uma base estrutural. Essas relações são explicadas como:

(...) essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a

---

<sup>22</sup> Neste sentido o idealismo alemão, assim como a sociologia positivista de Comte e o socialismo utópico são considerados elaborações ideológicas.

base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (Marx, 2008 [1959], p. 47)

As relações entre estes níveis são colocada como legitimadoras do modo de vida burguês e dão-se por uma determinação estrutural explicada por Marx e Engels (2001 [1932], p. 18) na forma como a “produção de ideias, de representações e da consciência está, em primeiro lugar, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens”. A metáfora dum edifício é recorrentemente utilizada na literatura académica para explicar a determinação estrutural da sociedade por meio de uma base que é apoiada por uma superestrutura. Na dimensão da infraestrutura, constam as forças e as relações de produção e, na dimensão da superestrutura, encontra-se o Estado, a lei, compondo o nível jurídico-político e as diferentes ideologias, entre as quais a religiosa, ética, legal e política.

Assim, a ideologia, como uma categoria de análise, ganhou robustez a partir da concepção marxista clássica. Apesar de Marx e Engels não terem objetivado a sistematização do conceito, as suas reflexões inauguraram uma crítica da ideologia que passou a delinear o pensamento ocidental sobre o tema. Estas noções de ideologia, anteriormente apresentadas, têm em comum, como observa Löwy (2015, p. 19), tratarem de “um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade”. Posteriormente, tais concepções foram reapropriadas e mais desenvolvidas por marxistas como Lukács, que buscou refletir sobre a ideologia numa dinâmica mais complexa, em aproximação com a sua função e os seus modos de operação na realidade.

### **1.1.2. A noção gramsciana de ideologia e a hegemonia ideológica**

A compreensão de ideologia em Antônio Gramsci está assente numa abordagem marxista não-ortodoxa. A teoria política que o autor propõe enfatiza a importância da noção da filosofia da práxis, recuperada de Marx, a partir da qual é proposto um alargamento do conceito de ideologia. Para Gramsci (1999, p. 98), a ideologia tem “o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individual e coletiva”<sup>23</sup>. Nesta interpretação, a ideologia expande-se para além da noção de uma falsa consciência, isto por que se manifesta em ação, ao definir e constituir o real.

---

<sup>23</sup> Relembramos que a conotação conforme expressa na obra ‘A Ideologia Alemã’, negativa, provavelmente era desconhecida para Gramsci. Porém Liguori (2007, p. 132) refere que Gramsci pode ter acedido a alguns elementos da concepção de ideologia marxiana a partir da leitura do Prefácio de 1859 que define ideologia como “falsa consciência”.

Dos 29 cadernos que Gramsci escreveu, entre 1926 e 1937<sup>24</sup>, são recuperadas as afirmações de Marx a respeito da “solidez das crenças populares” e do aspecto de “força” (Gramsci, 1999, p. 238) que tais crenças compreendem. Tal exercício levará à reflexão de que é partir duma “energia”, duma “força material”, que as ideologias deixam de ser “fantasias individuais”, constituindo não apenas de “pura aparência”. A noção gramsciana dá, assim, à ideologia uma robustez que a difere da noção clássica, numa orientação que se aproxima de uma filosofia da práxis, pois é concebida como matéria de disputa por hegemonia. A hegemonia é uma categoria central na obra de Gramsci, a partir da qual o autor reflete sobre as disputas que vislumbram difundir uma determinada concepção de mundo de uma classe sobre a outra, servindo à dominação ideológica. Na teoria da ideologia que propõe, os conceitos de “hegemonia” e “ideologia” estão relacionados pela forma como uma visão do mundo, ou seja, uma ideologia, é construída através do processo de luta de hegemonias. Veremos, mais à frente, que também o Estado é uma categoria central no pensamento gramsciano sobre ideologia.

Como exemplo do modo de funcionamento duma hegemonia mundial, Gramsci (1999, p. 137) reflete sobre as relações existentes no mundo: “Que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem?”<sup>25</sup> Este constitui um exemplo de relações que “não existiriam (...) sem o desenvolvimento da civilização”. São relações “arbitrárias”, “convencionais” e “históricas” que cristalizaram termos e concepções a respeito das sociedades “orientais” e “ocidentais”, de modo que fossem aceitos por toda a parte. E, apesar de não constituírem relações reais, tais arbitrios correspondem a factos reais na medida em que constituem aquilo que permite à civilização “viajar por terra e por mar e chegar precisamente aonde se pretendia chegar”. Estas convenções permitem ainda “prever o futuro, objetivar a realidade, compreender a objetividade do mundo exterior” (Gramsci, 1999, p. 138). A ideologia possui, assim, a capacidade de orientar e de mover a história da civilização.

A relação existente entre ideologia e hegemonia é, para Gramsci, a chave de compreensão do posicionamento duma filosofia da práxis, demonstrativa da importância da superestrutura da sociedade. A partir da teoria das superestruturas, marxiana, Gramsci expõe alguns pontos de divergência. Enquanto Marx procurou explicações para a sociedade através das bases, Gramsci mostrou-se preocupado em buscar explicações não apenas na estruturas da sociedade, evidenciando a necessidade de se pensar a ideologia como uma superestrutura com implicações reais. Assim, chamou a atenção para o facto de que a ideologia reforça a base material da sociedade. Para Gramsci

---

<sup>24</sup> As reflexões sucederam a derrota da revolução socialista internacional, entre 1917 e 1921, o que renovou a necessidade de uma nova filosofia da práxis, a qual Gramsci se dedicou.

<sup>25</sup> a citação recupera a linguagem utilizada pelo autor tendo em consideração a sua época, sendo necessário entretanto enfatizar que o termo homem faz referência à humanidade, homens e mulheres, e não a um género específico.

(1999, p. 237), a relação entre superestrutura e ideologia conforme expressa na obra marxiana possui “um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias”. Este erro estaria na dupla significação da palavra, tanto como “superestrutura necessária de uma determinada estrutura”, quanto “às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”. O autor explica que:

O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. (Gramsci, 1999, p. 237)

A teoria gramsciana, ao reconhecer que há um espectro mais amplo e complexo, no interior do campo da ideologia, enfatiza haver uma diferença entre as “ideologias historicamente orgânicas” e as “ideologias arbitrárias” (Gramsci, 1999, p. 238). As ideologias arbitrárias são aquelas que “não criam mais do que movimentos individuais, polémicas, etc” e, nem por isso, são inúteis, na medida em que afirmam o erro como verdade, o que tem implicações reais. No entanto, são as ideologias orgânicas que, por possuírem “uma validade psicológica”, são capazes de organizar “as massas humanas, formar o terreno no qual os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição, lutam, etc”. As ideologias orgânicas são, portanto, necessárias para sustentar as forças e as relações de produção da sociedade.

Com a proposta de atualizar a teoria marxista para a sua época, Gramsci reviu a exclusividade de um sentido pejorativo para a ideologia, o que resultaria numa desqualificação dos fenômenos ideológicos. Para ele, não há um caráter puramente negativo na ideologia na medida em que a sua propagação não se dá unilateralmente, a partir da classe burguesa, com o intuito de servir à alienação enquanto falsa consciência. Isto porque também as classes proletárias estariam a propagar a sua ideologia. O antagonismo, das ideias provindas de distintas classes, seria o momento propício para despontar a ação de luta e disputa. Como veremos, Gramsci não ignora que há, nesta relação, a influência do poder económico, assim como estratégias de conciliação de interesses antagônicos que exercem a validação de determinada hegemonia.

Nos momentos em que expõe sobre o caráter negativo de ideologia, Gramsci (1999, p. 388) refere que este pode estar voltado “para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; e ainda que uma ideologia pode “se transformar numa ideologia no sentido pejorativo” quando constituem de um “sistema dogmático de verdades absolutas e eternas” (Gramsci, 1999, p. 206). Assim, é dada

ênfase ao antagonismo concreto e material que existe entre as classes sociais. O autor fornece entendimentos a respeito de como, através dum consenso social, a ideologia hegemônica pode ser suspensa e mantida por meios de coerção, muito mais do que pelos instrumentos de força repressivos<sup>26</sup>. Ao refletir sobre os processos de luta e dominação entre classes, com especial ênfase no caderno 13, Gramsci (2007) debruça-se sobre os estudos do papel da sociedade política e da sociedade civil na perpetuação e transformação da hegemonia numa sociedade capitalista. Estas reflexões são inicialmente permeadas por referências a Nicolau Maquiavel, autor influente no pensamento gramsciano. No decorrer deste pensamento a noção de Estado é ampliada relativamente à obra marxiana. Enquanto nesta última o aparelho estatal era concebido estritamente como sociedade política, em Gramsci a noção geral de Estado abrange elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil. Enquanto a sociedade política expressa comando através do Estado e do governo jurídico, com a ajuda das leis; a sociedade civil é constituída pelo “conjunto de organismos designados vulgarmente como privados” (Gramsci, 2001, p. 20), tais como as associações políticas e sindicais, as escolas, a igreja, sendo estas organizações por onde são difundidas as ideologias. Em Gramsci (2007, p.244) o Estado equivaleria à soma das sociedades política e civil.

A separação entre sociedade civil e sociedade política é, para Gramsci (2007, p. 263), “problemática”, sendo necessário considerar as relações que se dão entre estas duas dimensões. Tais relações dão-se por cooptação ou pelo fenómeno a que o autor chama de “transformismo”. Este último é explicado como “um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição” (Gramsci, 2007 p. 396). O fenómeno aparece relacionado ao conceito de “revolução passiva” em algumas das passagens da obra gramsciana. Estas são estratégias através das quais os interesses hegemônicos das classes dominantes são assegurados e legitimados. Neste âmbito, a “opinião pública” é referida por Gramsci (2007, p. 265) como “o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força” sendo o instrumento preventivo através do qual o Estado organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil para iniciar uma ação pouco popular. Assim, o Estado, ampliado, conduz à concepções deterministas e mecânicas da história, típicas do senso comum (Gramsci, 2007, p.333) e que são indispensáveis à dominação entre classes. Este cenário, de dominação, não é, porém, irreversível. Se, por um lado, a hegemonia ideológica é o que sustenta os interesses da classe dominante, por outro, é o que estimula a possibilidade de “formação de um movimento histórico coletivo” (Gramsci, 2007, p. 288) e alternativo. Assim, há uma orientação transformacional no

---

<sup>26</sup> A respeito dos recursos de coersão social, estes estão associado ao estabelecimento de um consenso, atuando de alguns modos diferentemente da força repressiva por meio da violência.

pensamento de Gramsci, que é contemplada pela possibilidade de que a sociedade civil desenvolva um bloco histórico contrário ao pensamento hegemónico.

A expressão “contra-hegemonia”, difundida no meio académico por teóricos marxistas e de outras perspectivas teóricas não é encontrada nos escritos gramscianos. No entanto o vocabulário surgiu, como aponta William (2007, p. 115), da necessidade de “acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa (...)” para referir aos movimentos que resistem aos interesses das classes dominantes e que representam um novo projeto de classe. Eagleton (1997, p. 107) explica que a concepção de hegemonia a faz ser “inseparável dos sobretons da luta”. Assim, faz sentido conceber uma ideia de construção e ação contra-hegemónica associada à Gramsci como o faz Freire (2009) e Freire et al. (2008).

Ao referir aos movimentos de confronto entre as ideologias antagónicas, Gramsci (1999, p. 314) utilizou o termo “catarse” para indicar a passagem dum “momento meramente económico” para um “momento ético-político” e a “passagem da estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo” para um “meio de liberdade”, um “instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.” Desta forma a sociedade civil ganha uma maior dimensão de análise, podendo ser, ao mesmo tempo, espaço de cooptação, de onde emerge o seu potencial de subordinação e espaço para o surgimento de uma nova ordem social, quando o seu potencial de resistência é manifestado.

A concepção de um novo bloco histórico, contra-hegemónico, contudo, é dependente da compreensão da hegemonia e duma consciência de classe na qual o reconhecer-se como parte integrante de uma “determinada força hegemónica” torna-se indispensável. É somente através da “compreensão crítica de si mesmo” (Gramsci, 1999, p. 103) que uma efetiva prática política pode ser organizada. Assim, a teoria da ideologia, em Gramsci, está articulada com a capacidade transformacional da sociedade.

### **1.1.3. A teoria da ideologia em Althusser e os aparelhos ideológicos**

A leitura que Althusser, vinculado à escola marxista-estruturalista, realiza da concepção de ideologia foi por nós examinada a partir da edição portuguesa de “A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado” (Althusser, 1980) e a partir dos manuscritos “Sobre a Reprodução” (Althusser, 1999). Os textos apresentam a tentativa de propor uma teoria da Ideologia em geral (Althusser, 1999, p. 195), considerada pelo autor insuficiente a partir das obras marxianas. Recorremos ainda a obra “A favor de Marx”, publicada em 1965, com a orientação da leitura de Ricouer (2017) demonstrativa da linha de



pensamento adotada por Althusser na construção de uma definição de ideologia que rompe com a primeira abordagem de ideologia em Marx, da oposição entre ideologia e realidade e como falsa consciência.

A partir de uma leitura sintomal, advinda da teoria da prática que Althusser (1999) propõe e aplica, o autor buscou desvelar os conceitos implícitos nos textos de Marx para obter respostas acerca do funcionamento da ideologia. O autor parece ter sido instigado pela assimilação do funcionamento da ideologia como mecanismo ao mesmo tempo simples e complexo capaz de “realizar essa façanha de levar na conversa” (Althusser, 1999 p.119), colocando os indivíduos na condição de “sujeitos ideológicos”, posição em que Althusser (1999, p. 221) se inclui ao referir “você e eu”.

A concepção da formação das ideias e do conhecimento em Althusser adota a abordagem marxiana que coloca em oposição a ideologia e a ciência, concebendo noções importantes para a relação entre o conhecimento científico e a ideologia. Na teoria proposta haverá, como veremos, o deslocamento do plano da formação das ideias para o sujeito social. Nessa perspectiva, a noção de ideologia enquanto um conjunto de ideias e crenças dá lugar à centralidade do sujeito e à termos-chave como ‘atos’, ‘práticas’ e ‘ritual’.

São duas as teses auxiliares através das quais Althusser aborda a estrutura e o funcionamento da ideologia e que fornecem o suporte para a tese central de que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Na primeira tese, Althusser (1980, p.77) defende que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Na segunda, defende que “a ideologia tem uma existência material”(Althusser, 1980, p.83), o que deixa estabelecida a relação da sua teoria com o pensamento gramsciano.

Seguindo para a primeira ideia, o autor defende que a noção da realidade é ilusória, imaginária e há, portanto, na ideologia, apenas a realidade do que é ilusório. Para Althusser a oposição à ideologia não traça um caminho que leva à realidade mas sim às representações imaginárias da realidade. “Os indivíduos que vivem na ideologia” (Althusser, 1980, p. 85 ), vivem numa representação do mundo que depende da relação imaginária destes indivíduos com as suas condições de existência. Assim a ideologia não irá refletir a realidade, mas sim a relação dos sujeitos com as relações de produção que delas despontam. Tal afirmação desloca a passividade dos sujeitos humanos perante o mundo real e confere importância à relação dos sujeitos com as suas condições de existência. Porém, para Althusser, não é possível, ao desencobrir a ideologia, aceder à realidade ou às relações de produção existente. Veremos mais à frente as críticas à concepção de sujeito althusseriana a respeito da relação entre sujeito e emancipação.

Na segunda tese auxiliar, “A ideologia tem uma existência material”, Althusser (1980, p.83) se debruça sobre a tarefa de trazer à tona a materialidade que constitui as ideias e a ideologia. Através da análise da ideologia religiosa cristã, o autor evidencia a necessidade de se remover das ideias de um sujeito humano a sua áurea ideal, espiritual e imaginária. Ao afirmar que a ideologia constitui uma realidade, Althusser afirma que não se constitui de elementos imaginários, mas sim de instâncias reais. Nessa direção, Althusser defende que as ideias existem a partir de práticas “reguladas por rituais em que elas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico” (Althusser, 1980, p.86).

A noção de aparelho de Estado é resgatada por Althusser (1999, p.101) da ‘teoria marxista do Estado’, compreendendo dois tipos, o aparelho repressor de Estado (AIE) e os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Enquanto o primeiro, repressor, constitui de um corpo centralizado (estatal) e único, a partir de instituições (como governo, administração, forças armadas, polícia, corpos especializados de repressão, tribunais, magistratura, prisões, entre outros); os aparelhos ideológicos partem de dimensões múltiplas e independentes mas que estão unificadas como sistema constituinte da ideologia de Estado. Os aparelhos ideológicos podem estar fragmentados em pequenas partes, tais como nos exemplos que o autor entrega: uma missa, um dia de aulas em uma escola, um jogo de futebol ou em uma reunião política (Althusser, 1980, p. 282). Há ainda diferentes modalidades da materialidade dos aparelhos ideológicos e, na continuação dos exemplos do autor, a ideologia dá-se em práticas rituais tão simples como um aperto de mãos, um gesto de sinal da cruz, de uma frase, de um olhar, um discurso verbal. É através destes aparelhos que as classes detentoras do poder atuam pela manutenção e legitimação da posse do poder de Estado. A perspectiva althusseriana contribui para ressaltar que os aparelhos do Estado funcionam não apenas através da repressão e violência mas também funcionam pela ideologia. Relativamente às noções de ideologia e repressão, Althusser constrói uma crítica à noção abstrata de repressão que se mostrou fundamental para a teoria da ideologia que propõe. Para ele, por vezes, a noção de repressão esconde a exploração ou pretensamente substitui a ideologia, sendo necessário, nestes casos, resgatar uma concepção marxista que esclareça o modo de funcionamento da sociedade.

Althusser sustenta outros dois pressupostos, o de que “só existe prática através e sob uma ideologia; e “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos”. (Althusser, 1980, p. 91). As críticas que foram posteriormente endereçadas ao autor, no sentido de que haveria em sua teoria uma certa subordinação dos sujeitos, aparecem ponderadas pelo autor quando considera que “(...) a reprodução das relações de produção só pode ser um empreendimento de classe. Realiza-se através de uma luta

de classe que opõe a classe dominante à classe explorada” (Althusser, 1980, p.116). Assim, a teoria abre brechas para o pensamento do sujeito como um potencial agente de uma prática (Althusser, 1983, p. 67). Nela, embora seja a ideologia uma dimensão que orienta as relações materiais, o sujeito pode contrapor-se à ideologia e gerar luta política.

O pensamento althusseriano ressignifica o pensamento sobre a ideologia ao tratar dos aparelhos ideológicos do Estado como um conjunto de práticas materiais. Ao fazer esta relação, levamos a compreender que o sujeito age no mundo através de práticas ritualizadas, mas é, ao mesmo tempo, levado a agir conforme uma determinada prescrição estabelecida por uma ideologia específica.

#### **1.1.4. Os processos de dominação ideológica em Thompson**

Thompson é o autor mais contemporâneo de quem analisamos a reformulação do conceito de ideologia. Em ‘Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa’, publicado originalmente em inglês, em 1990, Thompson (2011, p.16) contrapõe a ideia da ideologia como uma espécie de “cimento social”, afirmação que advém duma tradição de reflexão, a partir da qual a ideologia “conseguiria estabilizar as sociedades” (...) “propiciando-lhes valores e normas coletivamente compartilhados”. O autor também evita a concepção marxiana inicial da ideologia como uma “câmara escura”, procurando confrontar a complexidade do mundo social que não é, para ele, contemplada pela metáfora da inversão da imagem da realidade. Ao debruçar-se nos aspectos das relações entre a ideologia e a dominação, Thompson percorre um caminho que deslocará o estudo da ideologia de um sistema de pensamentos e crença, para o “estudo das maneiras complexas como o sentido é mobilizado para a manutenção das relações de dominação” (Thompson, 2011, p.17).

No decorrer da sua obra, encontramos a distinção entre as concepções neutras de ideologia e as concepções críticas de ideologia (Thompson, 2011, p.72). Nesta visão, as concepções neutras são aquelas que caracterizam fenômenos ideológicos “sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular”. Por outro lado, as concepções críticas são sempre negativas e “implicam que o fenômeno caracterizado como ideologia é enganador, ilusório ou parcial”, devendo ser combatidas. O autor refere, ainda, que há critérios de negatividade que ajudam a distinguir as suas diferenças. A sua concepção de ideologia, no entanto, difere das visões descritivas e neutras da ideologia, as quais, para o autor, suprimem o seu sentido negativo, enganador e ilusório. Tais concepções teriam aparecido

como o resultado da necessidade de se dar respostas à uma herança ambígua do conceito, “que tem uma história longa e complicada” (Thompson, 2011, p.13).

Na teoria da ideologia que apresenta, o autor adere a uma concepção inerentemente crítica, na qual a “ideologia, falando de maneira mais ampla, é sentido ao serviço do poder” (Thompson, 2011, p.16). A concepção crítica, em oposição à neutra, sustenta a ideologia como sendo aquela que é estruturada pela classe dominante, e também aquela que pressiona os subsistemas ideológicos, modo através do qual é garantida a “hegemonia”, conceito que é empregado em apropriação à Gramsci. (Thompson, 2011 p.126). Assim, a ideologia tem a função de estabelecer, sustentar e reproduzir as relações de dominação, garantindo uma determinada ordem social.

Relativamente às concepções marxistas clássicas, estas ganham uma ampliação na reformulação proposta por Thompson. Além de mobilizar a relação entre ideologia e falsidade, através da noção de dissimulação, Thompson debruça-se sobre outras formas a partir das quais a ideologia opera para fins de dominação. Ao agarrar em elementos oferecidos pelos estudos de outros pensadores, a exemplo de Marx, Engels, Lukács, Weber, Poulantzas e Gramsci, Thompson (2011, p.81) distingue cinco modos gerais através dos quais a ideologia pode atuar na sociedade moderna, sendo eles: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Para cada um destes modos, são indicadas algumas estratégias de construção simbólica que podem estar associadas ao modo como a ideologia opera, conforme demonstrado na Tabela 2:

<b>Modos gerais</b>	<b>Algumas Estratégias Típicas De Construção Simbólica</b>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, Metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da Unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/Passivização

**Tabela 2:** Modos de operação da ideologia em Thompson

Fonte: Thompson (2011, p.81)

A pormenorização de cada um dos modos de operação da ideologia e de cada uma de suas estratégias é encontrada, além das páginas do próprio autor (Thompson, 2011, p. 81), numa versão adaptada por Resende e Ramalho (2006, p. 52; 2011, p. 27).

Em termos analíticos, a ideologia, para Thompson, tem de ser observada a partir das "formas simbólicas" que "se entrecruzam com as relações de poder" (Thompson, 2011, p.79). Há, deste modo, o reforço da importância do aspecto contextual para o estudo da ideologia, expresso pelas condições sócio-históricas. Se uma estratégia está a "manter" ou "subverter", a "minar" ou a "estabelecer" relações de dominações, isto dependerá das interações "entre sentido e poder nas circunstâncias concretas da vida social" (Thomson, 2011, p. 80).

A análise das formas simbólicas, como ideológicas, podem ser identificadas "desde as falas linguísticas cotidianas até as imagens e aos textos complexos" (Thomson, 2011, p. 16). Afinal, é através das interações comunicativas, ou seja, de textos e discursos, que podemos "mostrar, ou procura[r] mostrar" como as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. O autor esclarece que a linguagem, como forma simbólica, nem sempre é determinada ideologicamente e explica que "o quanto são ideológicos, depende das maneiras como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos" (Thompson, 2011, p.17). Por esta perspectiva, os textos que não asseguram uma ordem social hegemónicas não são considerados ideológicos.

O estudo da ideologia compreende, para Thompson (2011, p.410), pelo menos três fases que são descritas como: a "análise sócio-histórica", a "análise formal ou discursiva", e, apoiando-se nestas, a "tarefa da interpretação da ideologia". Esta última etapa, de autorreflexão crítica, é necessária porque qualquer proposta de interpretação é "arriscada", "cheia de conflitos" e "aberta a discussão". Assim, o papel daquele que se proponha a fazer uma análise da ideologia será o de provar - o que difere em muitos sentidos colocados por Thompson da posição de impor - que há fundamentações e evidências para que se suponha que determinada linguagem, num determinado contexto, é ideológica. O estudo da ideologia em Thompson, além de se relacionar com uma "crítica da dominação" (Thompson, 2011 p.411), coloca em evidência a importância das relações entre o social e o linguístico.

## **1.2. Tecnologia e ideologia**

Vimos, no subcapítulo anterior, o desenvolvimento das concepções marxistas de ideologia em autores como Gramsci, Althusser e Thompson. A perspectiva althusseriana contribui ao chamar a atenção para a lógica de funcionamento dos aparelhos do Estado na sua relação com a ideologia. O entendimento gramsciano da ideologia como matéria de disputa por hegemonia fornece o enquadramento para a análise dos sentidos ideológicos na prática discursiva do debate parlamentar sobre a neutralidade da rede. É também da teoria da ideologia de Gramsci que atentamos, na parte empírica da presente tese, para as relações que se dão entre o Estado e a sociedade civil, num contexto ampliado. Os modos de operação da ideologia em Thompson fornecem o embasamento necessário para a análise dos sentidos ideológicos que estão contidos no discurso parlamentar sobre a neutralidade da rede. Avançamos, a seguir, com a preocupação em explicitar as dimensões ideológicas dos fenómenos sociotécnicos e de que forma estas podem ser articuladas com uma visão crítica sobre a Internet.

### **1.2.1. O anúncio do fim da ideologia como arauto da sociedade da informação**

As discussões sobre o ‘fim da ideologia’ repercutiram nos anos 1950 com base na ideia de que as alterações nos modos de produção levaram ao desenvolvimento de uma sociedade democrática liberal na qual o conceito de ideologia não encontrava mais lugar. Associadas a teóricos oriundos da esquerda<sup>27</sup>, tais ideias foram materializadas na tese que Bell (1980) publicou, em 1960, numa coleção de ensaios publicada em português como ‘O fim da ideologia’<sup>28</sup>. A tese coloca em causa a própria concepção do conceito de ideologia conforme pensado no marxismo e na corrente de pensamento sociológico. As lacunas que constam no texto de Bell a respeito das diversas concepções de ideologia, e principalmente a respeito da impossibilidade de que se possa reconhecer a si próprio dentro de uma ideologia, abrem espaço para a interpretação, à qual aderimos, de que o declínio da ideologia significará a sua transposição para uma nova ideologia.

O declínio da ideologia fundamentou-se no papel obsoleto que as lutas ideológicas teriam adquirido no mundo pós-guerra, evento que expôs a complexidade das ideologias políticas e que levou a uma espécie de consenso social e político entre as classes. Mediante tal centralismo, concretizado numa política progressista, as lutas rumo à transformação social tinham se tornado desnecessárias.

---

<sup>27</sup> A exemplo de Raymond Aron, Lipset, Edward Shils, Bertrand de Jouvenel e John Kenneth.

<sup>28</sup> A obra de Bell (1980) teve a edição traduzida para o português brasileiro, na Coleção Pensamento Político, da UnB, volume 11, disponível na biblioteca da Faculdade de Letras do Porto.

Como colocado anteriormente, os seus difusores eram, em sua maioria, intelectuais oriundos da esquerda. A “Esquerda da Guerra Fria” (Barbrook, 2009, p. 129) havia se tornado um grupo cético quanto a uma revolução socialista diante do cenário que Bell (1980, p. 319) explica: “(...) os vinte anos transcorridos de 1930 a 1950 foram especialmente intensos, trazendo a depressão mundial e agudas lutas de classe”. O autor destaca a “ascensão do fascismo”, o consequente “assassinio burocratizado em campos de concentração”, o “imperialismo racial” e a catástrofe das guerras. Tal conjunto de acontecimentos “pôs fim às esperanças quiliásticas, ao milenarismo, ao pensamento apocalíptico – e à ideologia”, instaurando um “beco sem saída”. É neste contexto que os teóricos que anunciaram o fim da ideologia passaram a conduzir esforços na tentativa de ajustar o sistema capitalista para lidar com os seus próprios efeitos, como o desemprego, a miséria e a destruição ambiental.

O declínio da ideologia é representativo dos ideais libertários daqueles acadêmicos que o anunciavam. Para eles, a ideologia precisava morrer para nascer uma sociedade livre. No contexto do liberalismo norte-americano do pós-guerra, a oposição ao sistema, através das ideias socialistas, associava-se cada vez mais a uma “ideologia redentora” (Barbrook, 2009, p. 158) que deveria ser desacreditada. Colmatadas as lacunas entre as diferentes posições ideológicas que separavam as classes, o fim da ideologia refletia o fim da necessidade de uma ideologia e, ainda, o fim da urgência de “impulsos revolucionários” (Bell, 1980, p. 319).

Os argumentos utilizados por Bell e os seus pares não podem ser desvinculados do momento no qual emergiram, o de pós-guerra (1939-1945) e Guerra Fria (1947-1953). Tal vínculo, entre o anúncio do declínio da ideologia e o contexto histórico no qual se insere, ajuda a justificar o peso que a tese do fim da ideologia alcançou e que se confirma no desdobramento para o anúncio do fim da história (Fukuyama, 1992).

Avançamos, neste sentido, para uma breve imersão histórica a partir de três dimensões que nos levarão também a compreender a relação estabelecida entre o declínio da ideologia e o anúncio de uma nova ideologia, construída entre os anos 1950 e 1970, a respeito de uma sociedade ‘tecnocrônica’ (Brzezinski, 1971), que será mais à frente referida como uma sociedade do conhecimento (Bell, 1977). A primeira dimensão, que já introduzimos, é a do contexto de alteração da orientação política e estrutural do mundo pós-guerra em consonância com a reestruturação capitalista. A segunda e a terceira estão interligadas, sendo: o avanço dos estudos da cibernética e a disputa ideológica no contexto do desenvolvimento tecnológico.

Com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra e a disputa pela hegemonia mundial declarada entre a União Soviética e os Estados Unidos, e claro, entre as propostas socialistas e as propostas

capitalistas, a tese do declínio da ideologia é representativa da posição radicalizada da aceitação do sistema capitalista como única alternativa. Na nossa compreensão, essa posição precisa ser refletida a partir do esforço de cooptação de intelectuais no mundo pós-guerra, assim como o fizeram autores como Barbrook (2009) e Strand (2016), ao analisar os investimentos norte-americanos para afastar o espectro do comunismo soviético. Tais estratégias foram beneficiadas pelo clima de apaziguamento que se instaurou na Europa e fazia sombra ao temor das ideias socialistas. No âmbito dos desdobramentos da Guerra Fria, alguns intelectuais afiliaram-se à agenda liberal do Congresso para Liberdade Cultural (Aronova, 2012), organização fundada na década de 1950 que, de acordo com Saunders (2013), contava com o financiamento da CIA e pautou a agenda de discussões e estratégias propagandísticas do liberalismo capitalista estadunidense. Nas diversas expressões e manifestos resultantes desta organização, presente em dezenas de países, frequentemente eram utilizados termos associados à liberdade de expressão. A liberdade como valor inerente à sociedade democrática liberal reforçava os ideias do fim da ideologia.

A adesão de intelectuais como Bell à agenda liberal ocorreu num período de reestruturação da economia do pós-guerra, no qual os países industrializados apresentaram notável crescimento económico e os Estados Unidos despontavam como o país modelo da socialidade industrial capitalista que se propagava como desejável. O modelo fordista aplicado à produção industrial como nova forma de divisão do trabalho ajudou a reforçar não só o elo entre produção de massa e lucro, mas também entre a indústria e o desenvolvimento das ciências e das tecnologias.

A segunda dimensão à qual referimos como propícia ao cenário de rutura anunciado pelos teóricos do fim da ideologia pode ser reconhecida nas diversas pesquisas científicas que ocorreram durante a década de 1940 e que se manifestaram na concepção do computador moderno, no avanço da teoria matemática da informação e nos estudos da cibernética. Cientistas como John von Neumann, Norbert Wiener, Claude Shannon e Warren Weaver realizaram, através de suas pesquisas, o momento tecnológico que levou a teorizações sobre como as tecnologias de informação agiriam na transformação da sociedade.

Com o interesse de prever e anunciar as mudanças vindouras, alavancadas pelas tecnologias de informação, a Academia Americana de Artes e Ciências iniciou o projeto de pesquisa intitulado Comissão para o Ano 2000, entre os anos 1964-1973<sup>29</sup>. Bell atuou como o investigador principal do projeto, cujas publicações serviram para difundir as previsões de que os serviços baseados no conhecimento viriam a constituir a centralidade da nova economia. A Comissão publicou relatórios de

---

<sup>29</sup> O endereço eletrônico do projeto ainda pode ser consultado em: <https://www.amacad.org/project/commission-year-2000>, acessado a setembro de 2020.



pesquisa como a *Toward the Year 2000* (Bell & Graubard, 1997), publicado em 1967, com ênfase no caráter especulativo a respeito do futuro. No entanto, foi alguns anos mais tarde que Bell, com a bagagem de pesquisa que adquiriu, publicou em 1973, “O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social”, traduzido para o português em 1977<sup>30</sup>.

A conhecida publicação marcou a teoria da passagem de uma sociedade na qual a ideologia esteve vigente para a sociedade na qual a ideologia se tornara obsoleta. A ruptura anunciada dava-se na transição da sociedade industrial para o estágio ‘pós-industrial’. A articulação da tese sobre o declínio da ideologia associada ao surgimento da sociedade pós-industrial manifestava uma sociedade predestinada a caminhar do fordismo para uma “era da informação”. Tal relação é solidificada na afirmativa de Bell de que a sociedade “pós-industrial constitui uma sociedade do conhecimento” (Bell, 1977, p. 241). Concluía-se, com a publicação de Bell, a mensagem que os ideólogos do fim da ideologia pleitearam: o da instauração de uma nova ideologia, a ideologia pós-industrial. Mais tarde, em 1979, Bell publicou *The Social Framework of the Information Society*. A nossa leitura é indicativa de que a relação entre o fim da ideologia anunciada e o estabelecimento duma sociedade da informação deu-se no entendimento de que a centralidade económica e social dos modos de produção de bens materiais foi substituída pela informação e pelo conhecimento como recursos centrais.

A articulação entre o fim da ideologia e a sociedade pós-industrial já havia sido anunciada por Brzezinski (1971, p. 10) com a utilização do termo “sociedade tecnocrática”. As ideias de ruptura no modelo de produção da sociedade foram influenciadas pelo estudo empírico proposto pelo economista Machlup (1962), no qual referiu uma nova indústria baseada no conhecimento. Mais tarde, para descrever as mudanças que observara Porat (1977), publicou a obra que referia no seu título ao termo ‘economia da informação’. Tanto os trabalhos de Brzezinski como os de Bell foram ainda influenciados pela ideia de formação de uma “aldeia global” advinda das publicações de McLuhan (1969, 1972). A influência das ideias mcluhanianas na instauração da nova sociedade pós-industrial é reconhecida por diversos autores (Serra, 1998; Mattelart, 2001; Barbrook, 2009), que as vinculam à inauguração do pensamento utópico sobre a relação entre as tecnologias de informação e a sociedade.

As teses sobre a sociedade predestinada a caminhar para uma ‘era da informação’ não foram anunciadas apenas por teóricos ligados aos institutos estadunidenses. O período de liberalização política exposto pela Primavera de Praga, em 1968, foi oportuno para o incentivo de pesquisas no âmbito da cibernética na União Soviética. Conforme afirma Rudiger (2011, p. 48), nesta época havia

---

<sup>30</sup> A versão original da obra de Bell (1973) intitula-se *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*.

também movimentos com características utópicas por parte dos países pertencentes ao bloco socialista.

Uma equipa de investigação organizada pelo filósofo Radovan Richta, e patrocinada pelo Partido Comunista e pela Academia de Ciências da Checoslováquia socialista, reuniu-se para estudar a revolução científica e tecnológica e as suas implicações para a sociedade. Os estudos resultaram na publicação da obra intitulada *Civilizace na rozcestí*, traduzida para o inglês como *Civilization at the Crossroads* e publicada em português com o título “Economia socialista e revolução tecnológica” (Richta, 1972)<sup>31</sup>. Nela, os autores soviéticos analisam a transformação das estruturas das forças produtivas, a relação entre as revoluções científica e tecnológica e o comunismo, e anunciam a transformação no modo de vida da civilização moderna. A obra destaca-se pela contribuição para um pensamento reformista que se dá nas diretrizes propostas para uma revolução científica e tecnológica socialista. Barbrook (2009, p. 217) refere-se ao título como “o manifesto marxista-mcluhanista”. Entendemos que a comparação se dá pela linguagem entusiástica em relação ao futuro, que é adotado em passagens do texto que prevêem uma completa transformação do mundo para os próximos anos.

As reflexões produzidas pelos teóricos apontavam para a adequação das potencialidades tecnológicas aos ideais libertários da Revolução Russa. A sociedade pós-industrial seria representativa do rompimento com o industrialismo do passado e, diante das possibilidades tecnológicas, “o povo russo viveria no paraíso pós-industrial do comunismo cibernético” (Barbrook, 2009, p. 217). As previsões referiam ainda a impossibilidade de que fossem os países capitalistas a desenvolver as potencialidades máximas do fenómeno tecnológico por estas constituírem uma contradição no objetivo da reprodução do capital.

Quando desponta, na década de 70 do século XX, a anunciada crise do regime de acumulação do capitalismo, já estavam difundidos os ideais de uma nova sociedade pós-industrial teorizada no “comunismo cibernético” (Barbrook, 2009, p. 2019), do lado soviético, e na ‘sociedade tecnocrática’ (Brzezinski, 1971), do lado norte-americano. Como indicam Garnham e Fuchs (2014), as vertentes do pensamento da sociedade da informação foram utilizadas como respostas à crise de produtividade. A década de 70 deixou evidente a terceira dimensão, a da disputa ideológica, que referimos como propulsora de um cenário de ruptura que levou à uma nova ideologia baseada na sociedade da informação. Diante da crença na tecnologia como salvação, a disputa pela liderança da humanidade “rumo à utopia pós-industrial” (Barbrook, 2009, p. 239) foi acelerada.

---

<sup>31</sup> Há disponível, em russo, uma parte da obra publicada pela revista Marathon e que poderá ser consultada podendo ser parcialmente traduzida pelas ferramentas adequadas em : [http://www.sds.cz/docs/prectete/eknihy/rri\\_cnr.htm](http://www.sds.cz/docs/prectete/eknihy/rri_cnr.htm), acedido a setembro de 2020.

O experimento cibernético soviético não chegou a ser implementado. Os movimentos que, a partir de 1968, levaram ao fim a Primavera de Praga e às reformas de liberalização resultaram também no desamparo aos investimentos em pesquisas no campo cibernético. O estágio avançado em que se encontrava o projeto soviético serviu para acelerar os investimentos tecnológicos por parte dos Estados Unidos. Assim, em direção oposta, as pesquisas tecnológicas que ajudassem a alavancar a transição dos países capitalistas para a sociedade pós-industrial obtiveram financiamento. Entre as décadas de 60 e 90, os investimentos em projetos tecnológicos como o ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada) demarcaram a posição que atualmente é mantida pelos Estados Unidos, o centro da governação de um projeto tecnológico global, tendo sido este país o maior difusor dos ideais da chamada ‘sociedade da informação’.

### **1.2.2. A sociedade da informação: das utopias e distopias à ideologia**

A partir da década 70 do século passado, os ideais de uma sociedade da informação já apareciam internacionalizados. Uma ‘Declaração sobre o uso do progresso científico e tecnológico nos interesses da paz e em benefício da humanidade’ foi proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1975<sup>32</sup>. O documento refere que “o progresso científico e tecnológico se tornou um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento da sociedade humana”.

Apesar de os Estados Unidos terem sido o país a demarcar mais fortemente a sua entrada na “era da informação”, foi o Japão o país pioneiro a institucionalizar tal relação, com o relatório governamental intitulado *Information Society: A National Goal toward the Year 2000* (Masuda, 1972), a partir do qual delineava o plano de transição da sociedade japonesa para uma sociedade da Informação. Masuda teve um papel fundamental para a difusão da sociedade da informação no plano tecnológico japonês, sendo o autor de obras que desenvolvem o exercício de futurologia, como o intitulado ‘A sociedade da informação como sociedade pós-industrial’, traduzido para o português (Masuda, 1982). No âmbito europeu, o trabalho de Terra (2008), que nos ajudou a fazer uma leitura sobre as políticas de informação e de comunicação da União Europeia, é indicativa de que em 1979 foi constituída a Direção Geral de Informação. Na visão da autora, tal acção indica uma “viragem da política de informação no sentido de atingir directamente o público em geral” (Terra, 2008, p.18). A popularidade da sociedade da informação estava a ser trabalhada também pelos media, ao exemplo da revista Time, que, em 1982, elegeu o computador pessoal como a personalidade do ano.

---

<sup>32</sup> A declaração pode ser consultada em: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-progressocientifico.pdf>, acedida a setembro de 2020.

Desde a década de 70, uma narrativa futuroológica, da tecnologia como salvação, obteve mais popularidade do que a narrativa de acautelamento em relação aos fenómenos sociais que são articulados. A visão unilateral dos ‘benefícios da revolução das tecnologias’ e da “oportunidade digital” é adotada em documentos, como a Declaração de Princípios da Sociedade da Informação, publicado em 2003<sup>33</sup>, que refere que as tecnologias de informação podem “acelerar o progresso económico e social dos países e o bem-estar de todos os indivíduos, comunidades e povos”; o documento refere ainda a tecnologia como propulsora da inclusão de “grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade, incluindo os migrantes, as pessoas deslocadas internamente e os refugiados, as pessoas desempregadas e carentes, as minorias e os povos nómades”. Há ainda uma sequência de livros desenvolvidos por países e instituições diversos, aos exemplos da Comunidade Europeia (1987, 1993), de Portugal (1997) e do Brasil (1999), indicativa dos esforços empreendidos para a construção e a delineação das estratégias de implantação da sociedade da informação, numa visão comum, de um projeto global.

De entre os teóricos que anunciaram a ruptura para uma nova sociedade na qual a informação constitui a estrutura económica central, destaca-se Castells, posteriormente à Machlup (1962) e Bell (1973). Avançando para a contemporaneidade da sociedade da informação, encontramos no primeiro volume da trilogia ‘A Era da informação: economia, sociedade e cultura’ de Castells (1999) a metáfora da rede. A obra inicia com referências aos acontecimentos das últimas décadas do século XX ao referir que a “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação” levou a uma remodelação da base material da sociedade (Castells, 1999, p. 39). Alain Touraine e Daniel Bell têm o reconhecimento do autor como precursores das teorias do pós-industrialismo e informacionalismo (Castells, 1999, p. 51).

O cenário analisado por Castells difere daquele que Bell teorizou. As análises de Bell foram feitas numa época de descobrimentos tecnológicos e preconizaram a sociedade da informação, mas não chegaram a confrontar alguns desdobramentos, tais como o da utilização doméstica dos computadores e da Internet. Diferentemente, a sociedade em rede analisada por Castells toma como ponto de partida as invenções alavancadas pela revolução da microeletrónica:

o microprocessador, o principal dispositivo de difusão da microeletrónica, foi inventado em 1971 e começou a ser difundido em meados dos anos 70. O microcomputador foi inventado em 1975, e o primeiro produto comercial de sucesso, o Apple II, foi introduzido em abril de 1977, por volta da

---

<sup>33</sup> A declaração pode ser consultada em: [http://www.fbln.pro.br/downloadable/pdf/CMSI\\_declaracaoprincipios\\_Genebra2003.pdf](http://www.fbln.pro.br/downloadable/pdf/CMSI_declaracaoprincipios_Genebra2003.pdf), acedida a setembro de 2020.

mesma época em que a Microsoft começava a produzir sistemas operacionais para microcomputadores. A Xerox Alto, matriz de muitas tecnologias de software para os PCs dos anos 90, foi desenvolvida nos laboratórios PARC em Palo Alto, em 1973. O primeiro computador eletrônico industrial apareceu em 1969, e o computador digital foi desenvolvido em meados dos anos 70 e distribuído no comércio em 1977. A fibra ótica foi produzida em escala industrial pela primeira vez pela Coming Glass, no início da década de 1970. Além disso, em meados da mesma década, a Sony começou a produzir videocassetes comercialmente, com base em descobertas da década de 1960 nos EUA e na Inglaterra, que nunca alcançaram produção em massa. E, finalmente, mas não menos importante, foi em 1969 que a ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa Norte-Americano) instalou uma nova e revolucionária rede eletrônica de comunicação que se desenvolveu durante os anos 70 e veio a se tornar a Internet”. (Castells, 1999, p. 91)

O surgimento de uma nova era da informação deu-se na visão de Castells a partir da década de 1970, porém o autor não o relaciona diretamente à reestruturação capitalista após a Segunda Guerra Mundial e nem ao contexto de rivalidade no mundo da Guerra Fria. Para Castells (1999, p. 97), “o surgimento de um novo sistema tecnológico deve ser atribuído à dinâmica autónoma da descoberta e difusão tecnológica”, que permitiu que a partir de uma dada tecnologia fossem desenvolvidas outras, ao exemplo do microprocessador que possibilitou o microcomputador. Na visão que adota, a afirmação do paradigma tecnológico “foi mais o resultado de indução tecnológica do que de determinação social (...)” (Castells, 1999, p. 98).

É a partir do desenvolvimento das infraestruturas que foram necessárias para a constituição material da tecnologia que o autor conduz a sua análise ao surgimento de um mercado empresarial, das atividades de desregulamentação e da privatização das comunicações. A tese do autor é a de que há “o surgimento da economia informacional global” e que esta se “caracteriza pelo desenvolvimento de uma lógica organizacional que está relacionada com o processo de transformação tecnológica, mas não depende dele” (Castells, 1999, p. 98).

As visões da “sociedade em rede” de Castells (1999) e a da “sociedade pós-industrial” de Bell (1973) são, entre outras, modos particulares de analisar a relação entre a sociedade e as novas tecnologias da informação e comunicação. Outros modos diversos de interpretação são encontrados em concepções como: a sociedade do conhecimento (Machlup, 1962; Drucker, 1970); a sociedade da informação (Porat, 1977); a sociedade da comunicação generalizada (Vattimo, 1992); a sociedade mediática (Habermas, 2008; Martins, 2013) ; a sociedade de mensagens (Capurro, 2003); a sociedade virtual (Bühl, 1997); a sociedade de risco (Beck, 1992); a sociedade da vigilância (Lyon,

2001), entre outros. As interpretações são exemplares da dificuldade de se enquadrar a complexidade do mundo social num jogo de palavras duplo. Evidentemente não há consenso sobre o que define a sociedade na qual vivemos e quais são os indicativos de que constitui, de facto, uma nova era.

Questionar a sociedade da informação é importante para a continuidade do nosso trabalho por dois motivos: primeiro porque este é um confronto que interessa a qualquer investigação comprometida com a reflexão da Internet como sistema sociotécnico atuante nas transformações sociais. Segundo, porque é necessário interrogar o nosso próprio pensamento em relação às diversas linhas teórica sobre a sociedade na qual vivemos antes de avançar para a análise empírica que constitui a terceira parte desta tese. Com este intuito, recorreremos a dois autores: Webster (2004, 2006), que interrogou “o que as pessoas querem dizer quando se referem a uma “sociedade da informação”?” (2006, p. 8), e Hofkirchner (2010), que procurou responder “como se concebe a relação entre as TICs e a sociedade”<sup>34</sup> e “como essa relação é avaliada”. As observações de Webster foram conclusivas de que os estudos que procuram explicar a novidade da sociedade da informação passam por diferentes abordagens e tendências, mas que recorrem a pelo menos um dos cinco critérios: o tecnológico, o económico, o ocupacional, o espacial e o cultural (Webster, 2006). As observações de Hofkirchner (2010), por sua vez, levaram à proposta de uma taxonomia dos modos de pensar sobre a sociedade da informação.

As interrogativas de Webster demonstram que há lacunas a serem trabalhadas no pensamento teórico publicado sobre a sociedade da informação:

Será um fenómeno económico, onde o que mais conta é o efectivo valor monetário da informação? Ou trata-se de uma questão de mudança ocupacional, em que um crescente número de pessoas trabalha em actividades informacionais como o ensino ou a pesquisa? Distinguir-se-à, com mais clareza, pela supremacia das tecnologias de informação e comunicação, tratando-se assim de uma questão tecnológica? Tem mais que ver com as relações espaciais, de tal modo que os «fluxos» de informação entre «redes» de pessoas e lugares constituem a variável crítica? Será uma questão cultural, em que o que importa é a explosão de símbolos e signos na televisão, na moda, no design, etc.? Ou será que a «sociedade de informação» se caracteriza por uma deslocação da «prática» para a «teoria» sendo, por conseguinte, uma sociedade onde modelos abstractos moldam o destino social? (Webster, 2004, p. 42)

As questões são problematizadas pelo autor ao revisitar teorias como a do pós-industrialismo de Bell (1973), a do pós-modernismo de Lyotard (2002 [1979]) e a da esfera pública de Habermas

---

<sup>34</sup> A expressão TIC's refere às Tecnologias da Informação e Comunicação.

(2012 [1962]). O autor está menos preocupado em buscar uma resposta única e mais preocupado em evidenciar a importância de que, ao estudar o fenómeno, se mantenha a consciência das dificuldades de defini-lo. Assim, assinala a inexistência de uma certeza sobre a sociedade da informação. A comparação propositadamente invulgar, colocada por Webster (2006, p. 23) sobre a possibilidade de se pensar que vivemos numa “sociedade da alimentação”, serve para argumentar que não devemos confundir a indispensabilidade de um fenómeno com a capacidade de definir um ordem social. As críticas, que o autor persegue ao apresentar os critérios utilizados para a explicação de que vivemos numa sociedade da informação, incidem sobre a suposição de que a mensuração quantitativa manifesta-se em mudanças qualitativas no sistema social. Para o autor, uma definição qualitativa, apesar de não ser favorecida pelos teóricos que analisou, forneceria um argumento mais persuasivo para o que se chama hoje de sociedade da informação.

Para avançar com os critérios utilizados por aqueles que anunciam uma nova era informacional, o autor refere primeiramente a dimensão tecnológica. Este critério parte da quantificação do volume de dispositivos tecnológicos e da mensuração do desenvolvimento de tecnologias de informação. Tais categorias, por transformarem e impactarem o mundo social, reconfiguram a sociedade resultando na sociedade da informação.

As narrativas que tomam o critério tecnológico como determinante têm o seu ápice na década de 80 (Evans, 1979; Martin, 1978; Toffler, 1980, citados em Webster, 2006), e em meados da década de 90 (Negroponte, 1995; Gates, 1995; Dertouzos, 1997; Angell, 1995 e Connors, 1993, citados em Webster, 2006). O autor enfatiza que “a linguagem exagerada do futuro” (Webster, 2006, p. 10) foi absorvida por esta abordagem, que se reflete também na vertente académica que busca mensurar as inovações tecnológicas como critério de definição da sociedade da informação (Feather, 1998; Hill, 1999, Freeman, 1987; Ito, 1991, 1994; Duff et al., 1996, citados em Webster, 2006). O autor pontua como problemático, além da dificuldade em mensurar o volume informacional nas sociedades, a assunção da dimensão tecnológica como determinante do mundo social. Esta visão também é contra-argumentada por Hofkirchner e Fuchs (2003), que explicam que há uma ordem na qual os fatores societários não tecnológicos, mais complexos, encapsulam o subsistema do qual a tecnologia faz parte.

A segunda dimensão referida por Webster é a dimensão económica. Esta dimensão é demonstrativa da influência dos trabalhos de Machlup (1962) sobre o surgimento de uma indústria baseada no conhecimento e de Porat (1977) sobre a “economia da informação”. Tais autores buscaram mensurar o valor económico do campo informacional nos Estados Unidos através de medidas como o Produto Interno Bruto (PIB). Esta tendência é seguida em pesquisas ao redor do

mundo para mensurar quantitativamente a realização da sociedade da informação. Tomamos como exemplo o relatório “O impacto do Digital na economia portuguesa” (BCG, 2018) que repercutiu em diversos media<sup>35</sup> e refere que o impacto do digital puro na economia portuguesa em 2017 é de aproximadamente 4,7% do PIB. O relatório busca explicar as categorias que integram o cálculo do impacto digital puro no PIB:

utilizando a visão do PIB na ótica da despesa, nas suas componentes de consumo privado, investimento das empresas (privado), despesa do Estado (investimento público) e valor líquido da balança comercial (exportações – importações); no consumo privado, incluímos o consumo de e-commerce, a economia colaborativa (i.e., sharing economy), os serviços financeiros via canais digitais, e ainda o valor gasto no acesso à Internet, software e hardware; no investimento privado e público considerou-se o investimento em infraestruturas de acesso à Internet/TICs\*; no saldo da balança comercial contabilizaram-se exportações líquidas nos domínios de atividade definidos na rubrica de consumo(...) (BCG, 2018, p.10)

A terceira dimensão observada por Webster é a da transformação ocupacional. O critério tende a explicar a emergência da sociedade da informação a partir do deslocamento dos trabalhadores industriais para a categoria cujos “termos preferidos variam, de ‘analistas simbólicos’ a ‘especialistas em conhecimento’, a ‘trabalho informacional’” (Webster, 2006, p. 15), e que são categorizados como uma “nova classe” (Gouldner, 1978, p. 15, citado por Webster, 2006). Este critério sustenta a informação como matéria prima e o deslocamento do foco na tecnologia para a informação. Se no pensamento liberal a produção de riqueza advém do trabalho, o pensamento liberal da nova era considera que a riqueza advém do trabalho das “idéias, conhecimentos, habilidades, talentos e criatividade” (Leadbeater, 1999, p. 18, citado por Webster, 2006). Tal critério está frequentemente associado ao critério económico, impactando em políticas educacionais mobilizadas para o mercado, que se manifestam em cortes orçamentários para áreas de conhecimento que se afastam do conhecimento instrumental. O trecho abaixo é demonstrativo desta dimensão:

Uma análise do ano de 1999 indicava que para cada 1 bilhão de PIB, o Brasil possuía cerca de 11.400 computadores instalados. O setor contribui, atualmente, com 100 mil empregos diretos, sendo 36,23% com formação universitária. (Brasil, 2000)

---

<sup>35</sup> Os conteúdos noticiosos estão disponíveis em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/economia-digital-representa-46-do-pib-portugues/> e <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/economia-digital-e-uma-tremenda-oportunidade-para-portugal-afirma-governo-414914>, acedidos a setembro de 2020.



A quarta dimensão é a espacial e, conforme Webster (2006, p.17), é a que tem ganho mais espaço nas últimas décadas. O critério refere o potencial da formação de redes e as narrativas são as de que a informação conecta diferentes lugares do mundo, independentemente da distância, o que transforma completamente a ordem social. O domínio do 'ciberspaço', das 'rodovias electrónicas' e dos 'fluxos de informação' são termos referidos entre os autores que utilizam o critério espacial para argumentar que, por estarmos todos conectados em rede, vivemos uma nova era. São citados por Webster (2006) autores como Barron e Curnow (1979), Urry (2000), Castells, (1996) e Mulgan (1991).

O último critério observado por Webster (2006, p. 19) é o cultural, o mais reconhecido segundo o autor. Este critério parte da observação do aumento da circulação quotidiana da informação na vida social e trata de uma expansão de possibilidades e ofertas que culminam, além da explosão de informação, para uma "explosão do significado". O autor cita Baudrillard (1983, p. 95) para afirmar que, paradoxalmente, o excesso de informação pode levar a "cada vez menos significado" e à construção de uma "hiper-realidade".

Apresentados os critérios observados por Webster, assim como veremos nos estudos de Hofkirchner, há uma divisão fundamental entre os teóricos da sociedade da informação. Para Webster (2006, p. 8), a divisão está entre os que anunciam a "novidade do presente" e os que reconhecem o "peso do passado". O autor fornece alguns exemplos, a começar por teorias que enfatizam a ruptura na transição para uma nova era: o pós-industrialismo de Daniel Bell; o pós-modernismo, de Baudrillard, Mark Poster e Paul Virilio; a especialização flexível de Michael Piore, Charles Sabel e Larry Hirschhorn; e o modo informacional de desenvolvimento, de Manuel Castells.

Do lado dos que oferecem uma visão de continuidade dos princípios e das práticas estabelecidos em sociedades anteriores, estão alguns teóricos do neo-marxismo, como Herbert Schiller; a Teoria da regulação, de Michel Aglietta e Alain Lipietz; a acumulação flexível, de David Harvey; a modernização reflexiva, de Anthony Giddens; e a esfera pública de Jürgen Habermas e Nicholas Garnham. A linha de pensamento de Webster (2004, p. 44) é a de que "as continuidades na sociedade atual são pelo menos tão significativas como as novidades".

Em outro modo de interpretar, para Hofkirchner (2010), a divisão entre os teóricos da sociedade da informação está no reconhecimento da existência de uma variável determinante. Nessa visão há os autores que reconhecem que as TICs moldam a sociedade, e há os que acreditam que são os fatores sociais que moldam as TICs. Há ainda os autores que não reconhecem uma variável de

determinação. Nesta linha, a proposta de Hofkirchner dá-se a partir da classificação dos ‘arquétipos’ das teorias da sociedade da informação, divididos em quatro diferentes modos de pensar.

A distinção entre aqueles que acreditam num elemento determinante dá-se no confronto entre o pensamento reducionista e o pensamento projetivo. No modo reducionista de pensamento, as TICs determinam a sociedade. No modo projetivo de pensamento, é a dimensão social que molda as TICs. Entre os teóricos que não veem a existência de um elemento determinante, existe a divisão entre o pensamento disjuntivista e o pensamento integrativista. Os disjuntivistas não reconhecem qualquer elemento de determinação. O pensamento integrativista reconhece que há uma formação mútua, ou seja, tanto as TICs determinam a sociedade quanto os fatores sociais determinam as TICs. O modo de pensar integrativista é o único que não considera que há um caminho pré-destinado a ser cumprido pela humanidade e, portanto, abre espaço para as possibilidades de intervenção e transformação.

Hofkirchner conclui que as teorias da sociedade da informação que resgatem os princípios da revolução da informação parecem mais adequadas para orientar as pesquisas em que teoria e prática se articulam. Nesta categoria, o autor faz referência à teoria da sociedade em redes de Castells (1999) e à Banathy (1996), autor que cunhou os termos ‘design de sistemas evolutivos’ e ‘design de sistemas sociais’. Para Banathy (1996, p. 37), “a democracia participativa ganha vida quando desenvolvemos individual e coletivamente uma cultura de design que nos capacita a criar, governar e constantemente reinventar nossos sistemas”. São, na opinião de Hofkirchner, as “teorias do design” (Hofkirchner, 2010, p. 175) que podem contribuir para um desenvolvimento global e sustentável da sociedade da informação.

Resgatando o trabalho de Banathy (1996), Fuchs (2008) refere que o autor enfatiza as possibilidades de que a humanidade intervenha nos processos sociais e encontre soluções para os problemas existentes, tendo em conta a natureza complexa do sistema social. A humanidade, assim como constrói máquinas, constrói sistemas sociais. A partir deste ponto de vista, a sociedade é o resultado da atividade humana.

Os contributos de Webster e Hofkirchner, sobre a ruptura e a continuidade, o determinismo e o não determinismo, fornecem elementos para a reflexão da problemática da ideologia na narrativa da relação entre sociedade e tecnologia. Quando Serra (1998, p. 91) afirma que “a sociedade da informação é, em grande medida, a concretização daquilo a que uns chamam ‘ideologia’ e outros ‘utopia da comunicação’”, lembra-nos que “na prática, a fronteira entre utopia e ideologia é sempre relativa e difícil de estabelecer – sendo, à partida, impossível dizer de um pensamento se ele é ‘ideológico’ ou ‘utópico’” (Serra, 1998, p. 30). O autor explica:

Para além de haver quem, com propósitos políticos evidentes, confunda intencionalmente os dois conceitos. Assim, quando se fala do “fim das ideologias”, o que se pretende significar é, muitas vezes, o (suposto) fim das utopias transformadoras do real - substituídas por uma racionalidade científico- - tecnológica centrada na “eficácia” e no “sucesso” e glorificadora do existente. É o caso, por exemplo, de Daniel Bell (1960). (Serra, 1998, p.31)

Em diversos aspectos, as visões críticas sobre tecnologia incidem sobre as promessas embaladas por uma perspectiva de fim, ao exemplo da expectativa de que a introdução de máquinas levaria ao 'fim do trabalho' que, porém, não se concretiza numa jornada de trabalho mais curta e em tempo livre para o trabalhador. As promessas da sociedade da informação apontam para o futuro sem tocar no presente. Como coloca Mosco (2005, p. 49), ao referir-se especificamente ao desenvolvimento dos computadores em rede nos anos 80 e 90, houve um novo estímulo ao conjunto de mitos que ligam as tecnologias da informação ao fim do espaço, ao fim dos tempos, ao fim das políticas e ao fim da história.

### **1.2.3. A dupla ideologia: o neoliberalismo e o ciberlibertarismo**

“A década de 80 foi marcada pelo surto da ideologia neoliberal” (Santos, 2004, p. 21). Avançaremos, ao longo desta subseção, do entendimento sobre o neoliberalismo, além da sua dimensão teórica-económica, para o entendimento de um projeto ideológico, contexto necessário para o enquadramento analítico que propomos. Com esse objetivo, adentramos o pensamento da Economia Política, necessário para a compreensão da abordagem da economia política da comunicação e dos media (Sousa, 2009, p. 60).

O estudo da Economia Política prende-se ao avanço do sistema capitalista dos meios de produção. O declínio do mercantilismo e o seu modelo de intervenção orientada a um Estado Absoluto alavancou uma mudança de paradigma. Na transição entre modelos económicos mantiveram-se os conceitos fundamentais mercantilistas de acumulação de riquezas e da propriedade privada, mas com a ênfase na problematização do intervencionismo estatal na economia. Diante do problema da orientação regulatória, pensadores da Economia Política do fim do século XVIII elaboraram uma teoria liberal da economia, conclusiva da falta de necessidade de intervenção na economia e defensiva do livre mercado e do trabalho assalariado livre. Esta visão retoma obras como a ‘A Riqueza das Nações’ de Adam Smith e Princípios de Economia Política e de Tributação de David Ricardo, publicados,

respectivamente, em 1776 e 1817. Em suas análises, os autores utilizaram teorias sociais para discutir os meios materiais, a sua produção e a distribuição como um processo político.

Adentraremos o liberalismo clássico, tradicional ou *laissez-faire* que vigorou do final do século XIX até ao início do século XX, para definir as semelhanças e os afastamentos entre o liberalismo económico e o projeto neoliberal, com um distanciamento de aproximadamente seis décadas, período de alternância de modelos económicos. A primeira década do período que propomos, de 1919 a 1929, foi marcada pela reestruturação dos países europeus após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pela ascensão económica dos Estados Unidos através dos lucros que obtivera com a indústria bélica e agrícola ao abastecer os países europeus durante a guerra. O modelo económico que vigorava até então era o da regulação económica baseada na ‘mão invisível do mercado’, tal como defendera Smith, sem interferência estatal. Com o fim da Primeira Guerra Mundial pelo menos dois fatores levaram ao colapso do sistema liberal que vigorava, o “superinvestimento capitalista e o subconsumo proletário nos países capitalistas dominantes” (Negri & Hardt, 2001, p. 262). A crise financeira da Bolsa de Valores de Nova Iorque é representativa da crise da economia capitalista mundial, conhecida como a Depressão de 1929.

Durante as próximas décadas, de 1930 a 1970 vigorou o Estado de Bem-estar, elaborado a partir do pensamento keynesianismo, presente na obra *The End of Laissez-Faire* (Keynes, 1926). Tais décadas receberam a denominação de “anos dourados” (Hobsbawm, 1995; Marglin & Schor, 1990). O ‘ouro’, como nos indica Hobsbawm (1995, p. 206), estava representado na oportunidade dos baixos preços dos barris de petróleo saudita que vigoraram durante o período de 1950 a 1973. Com a energia barata, o mundo industrial expandiu sobretudo nos países industriais centrais, mas também além das fronteiras do chamado primeiro mundo. Houve assim um deslocamento da noção de um mundo dividido em três, conforme categorizado durante a Guerra Fria. Países com mercado industrializado, do primeiro, segundo ou terceiro mundo atingiram crescimento económico e principiaram transformações sociais. Ao refletir sobre esse cenário, a interrogação “Que problemas restavam para ser resolvidos?” (Hobsbawm, 1995, p. 210) precisa de apoio para ser lida criticamente. O autor utiliza-se da referência a seguir:

Tradicionalmente, o pensamento socialista tem sido dominado pelos problemas económicos colocados por capitalismo, pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade, e até a possibilidade do colapso de todo o sistema [...] O capitalismo foi reformado a ponto de ficar irreconhecível. Apesar de depressões menores ocasionais e crises de balanço de pagamento, é provável que se mantenham o pleno emprego e pelo menos um tolerável grau de estabilidade. Pode-se esperar que a automação

solucione todos os problemas de subprodução existentes. Fazendo uma previsão, nossa atual taxa de crescimento nos dará uma produção nacional três vezes maior em cinquenta anos. (Crosland, 1957, p. 517 citado por Hobsbawm, 1995, p.21)

O cenário do crescimento económico estava a ser delineado pelo ápice do fordismo, com altos lucros para os proprietários dos meios de produção em massa e salário progressivo para os trabalhadores, garantindo a adesão dos movimentos trabalhistas. Tratava-se de uma economia de ‘futuro’, mista, entre mercado e governo, entre liberalismo económico e liberalismo político colocado em termos de bem estar social. A ‘Era de ouro’ caracterizou-se pelo afastamento dos ideais do livre mercado do liberalismo clássico, opção de acautelamento após a Grande Depressão de 1929. Ainda no sentido precautório foram criadas instituições para regular o mercado e atenuar as suas instabilidades, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que passaram a determinar a economia global do mercado. Para retomar o tom crítico da interrogação de Hobsbawm, recorreremos ao próprio autor quando indica que o equilíbrio do sistema que vigorava não poderia ser duradouro diante do desenvolvimento da produção em grande escala, ponto problemático indicado na citação de Crosland (1957, p. 517) a que recorremos anteriormente. O equilíbrio financeiro dependeria da capacidade de consumo em massa da sociedade para a manutenção dos salários. Outras interrogações, porém com o tom crítico mais direto, respaldam as apreensões relativamente à sustentabilidade do liberalismo económico e político que vigorava: “Como, porém, controlar salários numa era de demanda excepcionalmente florescente? Como, em outras palavras, controlar a inflação, ou pelo menos mantê-la dentro de limites? Por último, a Era de Ouro dependia do esmagador domínio político e económico dos EUA” (Hobsbawm, 1995, p. 223).

Por razões diferentes daquelas colocadas por Hobsbawm, os economistas liberais, que não aceitavam as políticas keynesianas de intervenção estatal na economia, organizavam críticas ao redor do modelo vigente. O tempo em que vigorou o Estado de bem-estar foi, também, um período de reorganização do pensamento liberal. Economistas, como Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig Von Mises agruparam-se em organizações como a Sociedade *Mont Pèlerin* e a Escola de Chicago, para discutir e defender teorias económicas ultraliberais. Durante as décadas em que o Estado de bem-estar social manteve a economia em ascensão, não houve espaço para os ideais ultraliberais. No entanto, logo que as preocupações a respeito do equilíbrio do sistema económico aumentaram, as teorias ultraliberais vieram a conquistar espaço.

Na década de 70, as baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, associadas à crise do petróleo, alterou o cenário. O contexto de crise forneceu as condições necessárias para a implementação das teses ultraliberais. Houve, assim, a transição do Estado de bem-estar para o Estado mínimo neoliberal. Uma transição que “desconheceu terremotos” (Lessa, 2007, p. 290) quando compreendemos que houve um estágio preparatório:

o Estado de bem-estar foi uma etapa preparatória para o neoliberalismo que estava por vir: a dívida externa dos países periféricos e a maior presença dos capitais imperialistas em suas economias, aliadas à quase inexistência da reação dos trabalhadores ao neoliberalismo nascente, fez com que a transição do Estado de Bem- Estar para o Estado neoliberal fosse surpreendentemente tranquila, levando-se em consideração tudo o que os assalariados perderam. (Lessa, 2007, p. 290)

Harvey (2008) aponta que, no fim dos anos 70, diversos eventos ajudaram a promover um cenário propício para a ascensão das ideias ultraliberais na economia e na política, resultando na transição do modelo económico do Estado de bem-estar para o Estado neoliberal. A “virada neoliberal” (Harvey, 2008, p. 9) deu-se após uma sucessão de experimentos empenhados pelos governos ocidentais capitalistas, que levaram a cenários caóticos, como o da acumulação do capital na década de 1970, e que, por sua vez, levou à necessidade de respostas que fugissem e enterrassem de vez as alternativas socialistas e as forças populares que estavam a ganhar espaço.

No âmbito desta mentalidade, entre 1979 e 1982 foram eleitos representantes políticos como Margareth Thatcher, no Reino Unido; Ronald Reagan, nos Estados Unidos; e Helmut Khol, na Alemanha. Estes representantes apostaram no abandono do keynesianismo em favor da promoção de uma agenda neoliberal cuja principal marca constitui das políticas de desregulamentação e de privatização, medidas contrárias à intervenção e ao dirigismo estatais. Harper e Garland (2016, p. 222) explicam que há uma “mudança motivada de valores público-coletivos para valores privados-individualistas”. Ao mesmo tempo, neste cenário desregulamentado, há a defesa do livre mercado com base em teorias económicas ultraliberais. Harvey (2008, p. 13) indica que podemos interpretar a neoliberalização “seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação o do capital e de restauração do poder das elites económicas”. No sentido de enfatizar o

*continuum* das possibilidades de acumulação do capital, Glyn (2007) refere ao neoliberalismo como "o capitalismo desencadeado"<sup>36</sup>.

O avanço do neoliberalismo deu-se em consonância a um movimento de despolitização pelo qual o campo da Economia Política passou desde, pelo menos, o início do século XX. Neste ponto há, conforme pontua Sousa (2011, p. 385) a cisão entre, por um lado, a economia neo-clássica que despolitizou-se e é representativa da "visão do mercado como necessário, desejável e até benevolente" e, do outro lado, a Economia Política crítica, cujas análises compreendem o mercado "como inerentemente exploratório". A ascensão da Ciência Económica – no lugar da Economia Política - como ciência exata levou à restrição dos objetos de análise do campo e serviu aos interesses ultraliberais de apresentar uma solução para o momento de crise. Neste cenário de despolitização, Harper e Garland (2016) chamam a atenção para o afastamento do interesse, no âmbito dos estudos críticos dos media e da cultura, pelas categorias da classe social e do capitalismo. Os autores explicam que o afastamento de uma preocupação mais direta com o sistema capitalista fez com que algumas das problemáticas associadas às contradições do capital, e ao papel do Estado, ficassem invisibilizadas. Neste sentido, há o questionamento da aceitação hegemônica do conceito de neoliberalismo enquanto um termo distanciado do capitalismo.

Autores de diferentes correntes de pensamento referem a uma "ideologia neoliberal" (Hobsbawm, 1995; Bolaño, Jambeiro & Brittos, 2004; Mcchesney, 2004; Fuchs, 2008; Negri & Hardt, 2001). Como ideologia, o neoliberalismo exerce força material a partir da crença no mercado como agente propulsor de equilíbrio e desenvolvimento económico e de direitos individuais, sem, entretanto, que se leve em conta os níveis de desemprego, de subemprego e de degradação ambiental que são aspectos inerentes à acumulação do capital.

As narrativas que associam a tecnologia, e mais especificamente o ciberespaço<sup>37</sup>, como um lugar onde todos são igualmente livres e possuidores dos mesmos direitos leva a que diferentes autores refiram a uma ideologia proveniente dos meios estadunidenses na década de 90. Barbrook e Cameron (1996) associam estas ideias libertárias às indústrias da tecnologia do Vale do Silício e a correntes de pensamento que provém de diferentes espectros políticos. Os autores utilizam os termos "a ideologia californiana" ou "a ideologia ciberlibertária" para tratar das dinâmicas e das políticas que estão associadas a um modo específico de ver as empresas de novas tecnologias. Outras denominações, em consonância com sua época, são: o ciberlibertarianismo (Winner, 1997); o ciber-

---

<sup>36</sup> Traduzido do termo "capitalism unleashed", em inglês.

<sup>37</sup> O termo ciberespaço foi utilizado por William Gibson na obra de ficção *Neuromancer*, escrita em 1984. Pierre Levy (1999, p. 92) o definiu como sendo um "espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores"

libertarianismo 2.0 (Dahlberg , 2010); a ideologia tecnicista ou tecnológica (Wolton, 2003, 2010); a utopia digital ou o solucionismo tecnológico (Morozov, 2013) e o tecnolibertarianismo (Sadin, 2018).

De forma ampla a ideologia ciberlibertária é marcada por uma visão determinista da tecnologia a partir da qual as novas tecnologias de comunicação e informação são afirmadas como um modelo emancipador e democrático. Além do determinismo tecnológico e duma visão antiestatal, há, entre os ideólogos liberais do ciberespaço, uma fé no livre mercado, baseada nos preceitos de economistas ultraliberais que defendem um cenário de desregulamentação. Neste sentido, encontramos o termo “ideologia de mercado”, referido por Steger (2002) e Scholz (2008) em associação às novas possibilidades tecnológicas. É por estas características que Fuchs (2008) e Fisher (2010) afirmam o ciberlibertarismo como uma expressão do pensamento neoliberal. E, de um outro ponto de vista, é o neoliberalismo que promove o ciberlibertarianismo.

Os fundamentos intelectuais do ciberlibertarianismo são apontados por Thierer e Szoka (2009), quando referem a alguns teóricos que endossam o pensamento libertário associado às novas tecnologias, sendo necessário compreender que a maioria deles não se autointitulam como ciberlibertários. De entre os citados, estão Pool (1983), que aborda a tecnologia e a preservação de liberdades, Toffler (1995), Negroponte (1995), Poster (1995) e ativistas como John Perry Barlow. Este último, um dos fundadores da *Electronic Frontier Foundation*, assinou em 1996 a ‘Declaração de Independência do Ciberespaço’<sup>38</sup>, cujo discurso é bem representativo do pensamento ciberlibertário. Nele, o antiestatismo se faz presente a partir de duas ideias. Uma, a falsa ideia de que os governos não intervieram e nem desempenharam um papel relevante no desenvolvimento das redes de comunicação entre computadores. A outra, também falsa, é a ideia de que o ciberespaço é um ambiente livre, tanto de controlo do Estado quanto de outras formas de controlo autoritárias. A publicação intitulada ‘Ciberespaço e o sonho americano: uma carta magna para a era do conhecimento’ (Dyson, et al. 1994)<sup>39</sup> é emblemática do discurso ciberlibertário e cumpriu o papel de reforçar uma aliança entre tecnologia e o mercado competitivo.

No âmbito governamental, o pensamento ciberlibertário está representado no ajustamento das políticas para a orientação das novas possibilidades tecnológicas como espaço de trocas comerciais, mobilizadas para as dinâmicas de negócios. Apoiando-se na crença do advento duma revolução da informação, o Relatório da Comissão Europeia Intitulado "A Europa e a Sociedade de Informação Global" (Bangemann, 1994) é, no âmbito europeu, um exemplo das recomendações governamentais

---

<sup>38</sup> A declaração foi escrita em resposta a aprovação da Lei de telecomunicações de 1996 nos Estados Unidos e pode ser lida em: <https://www EFF.org/cyberspace-independence>, acedido a setembro de 2020.

<sup>39</sup> Traduzido do inglês ‘Cyberspace and the American Dream: Magna Carta for the Knowledge Age’.



para que os investimentos tecnológicos fossem confiados ao setor privado e às forças do mercado. Com os imperativos do mercado institucionalizados, o processo de aceleração da liberalização do setor de telecomunicações, na década de 90, levou a novas possibilidades de financiamentos e investimentos especulativos, que se deram nos moldes de um projeto global, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 1996). Assistiu-se, diante da crença de que uma explosão da Internet geraria uma demanda incomensurável de novos serviços, a uma fetichização das empresas de novas tecnologias.

No início dos anos 2000, porém, a face ideológica da economia da informação, estampada na sua dependência do setor financeiro, veio à tona com o estouro da bolha especulativa indicada pela queda das bolsas na NASDAQ (do português - Associação Nacional Corretora de Valores e Cotações Automatizadas). A crise do mercado de ações da Internet<sup>40</sup>, também conhecida como a “bolha dos ponto.com”, levou muitas empresas da área tecnológica à falência. Para Fuchs (2016, p. 155) a crise de 2000 é representativa duma continuação das subseqüentes crises financeiras da economia mundial<sup>41</sup>, que ajudam a desencobrir a respeito da instabilidade do capitalismo neoliberal, neste caso, na sua expressão ciberlibertária.

Bolaño e Sousa (2004, p. 8), ao tratarem da bolha especulativa das empresas de novas tecnologias, especificamente sobre o caso brasileiro, indicam um retorno à discussão da possibilidade de financiamento público para as empresas de comunicação no país, o que indica a insustentabilidade da narrativa ciberlibertária. As empresas que sobreviveram à crise de 2000 não foram aquelas que surgiram motivadas por uma lógica de produtor-consumidor ou prosumidor, para utilizar o termo cunhado por Toffler (1995). A crise de 2000 levou a um processo de fusões entre empresas e a formação de oligopólios que puderam sobreviver e reforçar alianças de interesses. Neste cenário, houve o empenho para a construção de uma nova narrativa ciberlibertária capaz de atrair de volta, e ao mesmo tempo revigorar, o mercado financeiro. A este novo discurso Dahlberg (2010) refere como o “ciber-libertarianismo 2.0”, que anunciou a passagem de uma “web 1.0” para uma “web 2.0”<sup>42</sup>.

A partir de então, como explica Allen (2008), a Web 2.0 passou a dizer sobre distintas, e até contraditórias, dimensões. O autor refere a pelo menos quatro: o tipo de tecnologia que está em causa; os novos modelos de negócios; um novo comportamento dos utilizadores diante de uma maior participação e; por último, a uma espécie de filosofia política que diz sobre um capitalismo libertário.

---

<sup>40</sup> Patschiki (2012, p. 72) explica o contexto político e económico que levou à “bolha dos ponto.com”, uma crise do mercado de ações da Internet que levou muitas empresas da área tecnológica à falência.

<sup>41</sup> Neste sentido outras crises, além da a crise da bolha do mercado de ações da Internet em 2000, conforme apontadas por Fuchs (2016) são: a crise financeira de 1987, a crise financeira na Finlândia e na Suécia no início dos anos 1990, a crise monetária de 1994 no México, a crise financeira asiática de 1997, a crise financeira de 2008 e a subseqüente nova crise económica mundial.

<sup>42</sup> O termo web 2.0 começou a ser divulgado em associação ao evento O'Reilly Media Web 2.0, em 2004, repercutindo nos media.

Neste âmbito, foram anunciadas plataformas de redes sociais e de partilha, como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Youtube*.

A narrativa de uma nova geração *Web* emprestou um tom mais precaucioso para os ideais liberais. A nova ideologia ciberlibertária enfatiza a participação dos utilizadores, a sua produção e a partilha de conteúdos enquanto disfarça que, por de trás de uma nova oferta de plataformas, há uma antiga lógica que serve as possibilidades de acumulação de capital e ao aumento do poder corporativo. Assim, o neoliberalismo, na sua expressão ciberlibertária, baseia-se na lógica da mercantilização de dados dos utilizadores e na venda de diferentes formas de publicidade. Os estudos das novas dinâmicas da Economia Política da Internet têm recebido a contribuição de autores como Bolaño e Castañeda (2004), Bolaño e Vieira (2014), e Fuchs (2012a, 2012b, 2013), a partir de diferentes modos de ver<sup>43</sup>.

#### **1.2.4. O pensamento crítico e a problemática da neutralidade tecnológica**

A sociologia clássica, edificadora do pensamento teórico crítico, é o campo que fornece o fio condutor para o pensamento crítico da técnica. O desenvolvimento do capitalismo industrial, no século XVIII, foi o que demarcou, a partir da corrente histórica marxista, a entrada na Era Moderna. Diante da constituição de um novo sistema político do Estado-nação, da transformação dos produtos em mercadoria e do trabalho assalariado - características que Giddens (1990, p. 12) refere como sendo próprias da modernidade - houve a necessidade de se pensar sobre as transformações das condições da vida social. Com a modernidade, surgiram as problemáticas relacionadas com a técnica e a necessidade de uma abordagem teórico-crítica que pudesse fornecer parâmetros de análise para um novo cenário político e económico associado ao desenvolvimento tecnológico. As máquinas de trabalho, utilizadas no modo de produção capitalista, foram objetos de análise fundamentais no estudo marxista do século XIX. Numa interpretação materialista do desenvolvimento, que enfatiza a relação entre a tecnologia e o capital, a maquinaria foi compreendida como meio para a produção de mais-valor (Marx, 2014 [1867]).<sup>44</sup>

Ao longo das décadas que se passaram, entre a elaboração do pensamento marxista do século XIX e a constituição da Escola de Frankfurt no século XX, o pensamento sobre a técnica foi desenvolvido por teóricos de distintas correntes de pensamento, a exemplo de Ortega y Gasset (1963) e Heidegger (2002 [1954]). Este último refletiu sobre a questão tecnológica na modernidade em

---

<sup>43</sup> Estes estudos estão concebidos dentro de uma teoria marxista. Autores como Bolaño oferecem uma perspectiva da Economia Política da Comunicação na América Latina enquanto Fuchs reflete a partir de uma Economia Política da Comunicação Anglo-Americana.

<sup>44</sup> O pensamento acerca do desenvolvimento tecnológico tem como base o capítulo "Maquinaria e grande indústria" pertencente ao Livro I do Capital.

trabalhos como “A questão da técnica”, sendo considerado um autor fundamental para o pensamento da tecnologia como um perigo intrínseco ao projeto de modernidade. De entre os marxistas estão Ellul (1968), que publicou a obra traduzida para o português “A técnica e o desafio do século”<sup>45</sup>, e Lukács que, de forma ampla, no decorrer dos seus estudos, empenhou-se em oferecer uma visão crítica a respeito da visão heideggeriana sobre a técnica.

No século XX, a partir da reapropriação de alguns elementos marxistas, a Escola de Frankfurt elaborou um pensamento crítico sobre a técnica em associação com a análise das estruturas capitalistas. O contributo serviu como contraponto à visão mais corrente da época que tratava com demasiado otimismo o progresso tecnológico. A primeira geração da Escola elaborou uma crítica à racionalidade técnico-científica, que esteve presente desde o conhecido trabalho de Benjamin (1992 [1936]). Alguns anos depois Adorno e Horkheimer (1985 [1947], p. 35) analisaram as novas formas de organização do trabalho industrial como a expressão de uma racionalidade capitalista capaz de “coisificar” o sujeito “após sua eliminação da consciência”. Para os autores, “(...) o desenvolvimento da máquina se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação” (Adorno & Horkheimer, 1985 [1947], p. 40).

As contribuições de Marcuse, ainda no âmbito da primeira geração da Escola de Frankfurt, demonstraram ser essenciais para o pensamento crítico sobre a técnica. No ensaio, da década de 40, “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”, Marcuse (1999) afirma a tecnologia como resultante de um processo de determinação social, apontando para o seu potencial mutável e emancipador. A interpretação de que haveria, na sua colocação de que a técnica “pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância” (Marcuse, 1999, p. 74), uma ideia de neutralidade da tecnologia foi enfaticamente recusada pelo autor duas décadas depois. Os argumentos que refutam a neutralidade podem ser lidos na publicação em que Marcuse reflete a respeito da ideologia da sociedade industrial (Marcuse, 1973). A publicação, de 1964, está no contexto de um período pós-guerra, em que a interrogativa sobre a neutralidade da tecnologia se colocava de forma mais enfática. A rejeição da neutralidade da técnica, por Marcuse, é enfatizada na ideia de que “o *a priori* tecnológico é um *a priori* político na medida em que a transformação da natureza compreende a do homem (...)” e ao considerar que “(...) quando a técnica se torna a forma universal da produção material, ela circunscreve uma cultura inteira; ela projeta uma totalidade histórica - um ‘mundo’” (Marcuse, 1973, p. 150). Assim, são reforçadas as preocupações com o potencial de dominação da tecnologia, sem que o autor abra mão de evidenciar o potencial de emancipação da

---

<sup>45</sup> Esta obra foi traduzida para o português, intitulada “A técnica e o desafio do século”, porém houve apenas uma edição, pela editora Paz e Terra, em 1968.

sociedade através de uma transformação fundamental na razão técnica. Para Marcuse (1973, p. 24), o potencial mutável da ciência e da técnica é o meio através do qual a sociedade poderia encontrar a liberdade “para exercer autonomia sobre uma vida que seria sua”. O exemplo dado pelo autor é a forma como a tecnologia poderia levar à libertação da imposição pelo mundo do trabalho, e a uma organização orientada para a satisfação das necessidades vitais humanas.

Na segunda geração da Escola de Frankfurt, Habermas (1987) desenvolve uma crítica a respeito da questão da neutralidade tecnológica e das possibilidades de emancipação na sua relação com a ideologia. A partir da visão marcusiana de que há uma fusão entre técnica e dominação, racionalidade e opressão, o autor questiona a possibilidade de “uma revolução prévia da própria ciência e técnica” (Habermas, 1987, p. 50).<sup>46</sup> Para Habermas, um “projeto alternativo” não seria resultante de uma nova ciência e uma nova técnica. O autor concorda que há, nas instituições, uma dominação empreendida com a penetração da ciência e da técnica, tanto que a sua teoria da ação comunicativa segue em uma orientação emancipadora (Habermas, 2012a, 2012b). A sua teoria, porém, aponta para uma tecnologia que é neutra e que se apresenta dominada por uma racionalidade instrumental a favor duma dominação hegemônica. Dessa forma, as críticas de Habermas marcou um ponto de retorno relativamente ao pensamento da primeira geração da Escola de Frankfurt: a concepção da tecnologia como neutra e instrumental.

Já na década de 90 e a partir da reflexão dos diálogos entre Marcuse e Habermas, além de outros pensadores frankfurtianos, Feenberg propõe uma renovação crítica do pensamento crítico sobre a tecnologia. A teoria crítica da tecnologia proposta por ele propõe enfaticamente a superação da visão de neutralidade tecnológica e confirma, tal como Marcuse, que a tecnologia é socialmente determinada e não instrumental. Feenberg (2003) elabora uma síntese das principais abordagens teóricas na filosofia contemporânea sobre a tecnologia, apresentada de forma traduzida e adaptada na Tabela 3, a seguir:

A Tecnologia é:	Autônoma ao ser humano	Humanamente controlada
Neutra de valores	Teoria determinista	Teoria instrumental
Carrega valores	Teoria substantivista	Teoria crítica da tecnologia

**Tabela 3:** Perspectiva contemporânea de filosofia da tecnologia

Fonte: Adaptado de Feenberg, (2003, p. 5)

<sup>46</sup> Assim, Habermas estabelece uma crítica a Marcuse que passa pela lógica utilizada pelos que posicionam este último no plano do romantismo de uma comunhão utópica com a natureza.

A distinção entre as abordagens dá-se a partir de duas dicotomias na relação entre a humanidade e a tecnologia. Na primeira, ou a tecnologia é autónoma, sendo descoberta e não sendo o resultado de uma criação humana; ou é humanamente controlada, a partir de um processo de desenvolvimento que requer decisões e intenções. Na segunda, ou a tecnologia é neutra, ou seja, dependerá sempre do uso que é feito dela; ou é orientada pelos valores da sociedade, que são corporificados na tecnologia. Na combinação destes quadrantes estão apresentadas as diferentes abordagens teóricas.

É a partir da Teoria Instrumental, que enxerga a tecnologia como uma ferramenta de eficiência, e da Teoria Determinista, que vê o desenvolvimento tecnológico como determinante social, que o autor desenvolve as suas principais críticas à neutralidade da tecnologia. Com relação a uma Teoria Substantiva da Tecnologia, Feenberg concorda que as consequências do desenvolvimento tecnológico têm de ser enfatizadas, mas não acredita em um destino tecnológico cuja aceitação passiva é inevitável. Como contraponto, propõe a Teoria Crítica da Tecnologia.

Feenberg (2002, p. 74), no âmbito da Teoria Crítica da Tecnologia, introduz as diversas ideias que reapropria e complementa a partir de teóricos como Marcuse<sup>47</sup>, para estabelecer conceitos como o ‘código técnico’, a ‘caixa-preta’, o ‘código de projeto’. Estes são termos utilizados para se referir à normatização dos modos de compreensão dos sistemas racionais. O código técnico funcionaria como um critério que seleciona, dentre outras possibilidades de escolhas técnicas viáveis, apenas uma, e a toma como a melhor solução. Os códigos técnicos explicam “(...) como o resultado das escolhas técnicas podem ser um mundo que apoia o modo de vida de um ou outro grupo social influente” (Feenberg, 2017, p. 158) pois “(...) estão sempre enviesados, em certa medida, pelos valores dos atores dominantes” (Feenberg, 2002, p. 159). A racionalidade do código técnico é o que leva à aceitação hegemónica do que Feenberg chama de ‘caixa-preta’ (2017, p. 100). A caixa preta seria, portanto, o processo de fechamento dos dispositivos técnicos sem o questionamento das outras possibilidades técnicas viáveis, ou seja, é um conceito que se refere às “formas standardizadas de compreender e fazer dispositivos” (Feenberg, 2017, p. 308). Nesse sentido, a teoria crítica da tecnologia propõe a abertura da ‘caixa-preta’ dos códigos técnicos (Feenberg, 2017, p. 100).

Cronologicamente anterior à teoria crítica da tecnologia de Feenberg, os dois volumes de ‘O conceito de tecnologia’, escritos por Álvaro Vieira Pinto, propiciam uma reflexão que denuncia de forma mais direta o carácter ideológico da tecnologia quando utilizada como instrumento de dominação. Apesar de terem sido finalizados em 1973, os volumes foram publicados postumamente, em 2005.

---

<sup>47</sup> Feenberg foi aluno de Marcuse na Universidade de Berkeley.

A partir de uma visão do materialismo histórico, Vieira Pinto fornece reflexões sobre o papel da tecnologia na constituição do ser humano e no desenvolvimento de uma sociedade nacional, no caso específico brasileiro, sendo o seu contributo um contraponto indispensável a uma teoria geral da tecnologia, apresentada como uniforme e universal a partir dos países “do centro imperialista”. A dicotomia centro (desenvolvido) e periferia (subdesenvolvida) é utilizada para descrever o regime de desigualdade no desenvolvimento dos países, originado por uma lógica da divisão internacional do trabalho. A partir daí, o trabalho denuncia e confronta o direito de constituir a tecnologia em ideologia, conferido aos países centrais, que realizam a tecnologia como instrumento de dominação a partir da transferência de tecnologia. Para o autor, a tecnologia, quando utilizada intencionalmente como instrumento de dominação, serve principalmente de ideologia para exportação, com o objetivo de manter o vínculo de subordinação cultural e económico entre países. Na concepção de Vieira Pinto, toda tecnologia é ideológica por definição, tendo em conta que transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico” (Pinto, 2005a, p. 320), além de que “o exercício social da técnica estabelece o fundamento do inevitável carácter ideológico da tecnologia” (Pinto, 2005a, p. 321). Com estas afirmações o autor busca um conceito de tecnologia que, desvestido de ideologia, possa servir ao acesso à tecnologia como direito de afirmação dos povos (Pinto, 2005a).

Ao combater as visões pessimistas a respeito da tecnologia, e tomando a visão heideggeriana como um exemplo, Vieira Pinto analisa que há, nestas, a ausência de uma visão que leve em conta o processo material da história. Da mesma forma que as visões pessimistas são rejeitadas, as “concepções alienadas da tecnologia” são combatidas. Tendo assistido, na década de 70, em que foi concluída a obra, o avanço da cibernética e a introdução dos computadores no modo de vida, o autor presenciou atitudes a que chama de “embasbacamento” e “maravilhamento” diante dos aparatos tecnológicos. Diante das visões de maravilhamento, e referindo a estas mesmas como “futuologias”, Pinto (2005a, p 50) chama atenção para o evidente desligamento do contexto social a que estas se submetem, assim como para a função do homem como único agente real de todo o processo.

Os pontos da obra de Vieira Pinto fazem-se importante para a presente investigação pelo interesse na posição periférica na qual se encontram os países em análise, seja do ponto de vista duma periferia Ibérica e europeia seja dum território latino-americano, e pelo que esta relação estrutural de dependência relativamente à centralidade do capitalismo dos países desenvolvidos poderia revelar sobre o objeto que investigamos. Partimos da observação que os estudos sobre a neutralidade da Internet possuem foco no caso estadunidense, o que nos instigou a praticar a investigação empírica a partir de outros lugares.

## **CAPÍTULO 2. PARA UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA SOBRE A INTERNET: AS CONEXÕES ENTRE O LINGÜÍSTICO E O SOCIAL**

A definição sobre que abordagem melhor ajudaria a responder às nossas questões de investigação demandou, primeiro, um confronto entre a variedade de programas de pesquisa e métodos possíveis de serem aplicados ao material que recolhemos e que constitui de textos, falados ou escritos, no âmbito dos parlamentos português e brasileiro sobre a neutralidade da rede. Em um segundo momento, foi necessário identificar e rejeitar os métodos que se afastavam dos nossos objetivos até à escolha da Análise Crítica do Discurso (ACD) como opção que melhor coadunou a cada uma das etapas de operacionalização das questões que colocamos nesta tese e que pode ser sintetizada numa interrogativa principal: como os discurso parlamentares sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil, conformam sentidos ideológicos?

Antes de apresentar a forma como delimitámos o nosso próprio desenho de pesquisa, exposição que será feita no capítulo 5, apresentamos, no presente capítulo, as especificidades do arcabouço teórico metodológico que elegemos, e que diz de forma geral sobre a postura de investigação que adotamos.

Titscher et. al (2000, p. 226) referem a dificuldade em estabelecer critérios de comparação dentre os diversos métodos de análise do texto e do discurso. No enquadramento que propõem, os métodos de análise do texto estão agrupados entre os linguísticos e os não-linguísticos. As autoras e os autores explicam que os métodos não-linguísticos enfatizam a análise da coerência do texto, enquanto os métodos linguísticos, além da coerência do texto, analisam também a coesão. Enquanto a coesão refere-se a componentes da superfície textual, a coerência lida com o significado do texto. Estas duas categorias são analisadas paralelamente nos métodos linguísticos. Com base na diferenciação entre os métodos de análise do texto e os métodos de análise do discurso, Titscher et al. (2000) são cautelosos ao enquadrar a ACD como método de análise de texto linguístico. Enfatizam que, devido à importância atribuída às propriedades externas do texto, a ACD está compreendida entre os tipos de análise de discurso. Trata-se de uma abordagem que rejeita as análises puramente descritivas do texto, ao mesmo tempo que convoca a crítica social baseada em análises linguísticas. Assim entendemos que, com o devido cuidado, é possível colocar a ACD em um quadro comparativo com outros métodos de análise de texto, de forma que tal comparação sirva para aprofundar o seu entendimento. Para Fairclough (2001, p. 61) a ACD pode ser definida como uma análise de discurso textualmente

orientada (doravante abreviada para ADTO) sendo, assim, linguisticamente orientada, com recomendação do seu uso para as análises sociais.

Na etapa de decisão sobre quais métodos utilizar, chegamos a questionar sobre o quanto uma análise de texto não linguística, como a análise de conteúdo, poderia ajudar-nos a alcançar alguns dos primeiros objetivos desta investigação, que respondem à dimensão global do textos. Ao considerar esta hipótese, pensávamos na sua utilidade como ferramenta de identificação dos temas presentes no *corpus* de análise, etapa que deveria antecipar a uma análise mais minuciosa dos textos. No entanto, concluímos que uma abordagem que fizesse a análise do conteúdos dos textos não nos ajudaria a alcançar os resultados que esperávamos, pois julgamos ser necessário, além de categorizar os tópicos, obter uma visão mais ampla a respeito da seleção temática na sua relação com o sentido dos textos. Encontramos, na proposta de van Dijk (1980a, 1980b, 1989) sobre a análise de macroestruturas, um modelo mais adequado para os nossos propósitos. Tal percurso analítico possibilitou uma análise da coerência dos temas que são abordados pelos parlamentares em seus discursos. Este panorama inicial demonstrou-se útil na passagem para uma análise ao nível microtextual. Tendo sido descartada a análise de conteúdo, a investigação organiza-se em duas etapas de pesquisa, restritas ao arcabouço teórico metodológico da ACD que passamos a apresentar de forma detalhada, enquanto campo disciplinar e a partir das diversas abordagens propostas pelos analistas críticos do discurso.

## **2.1. O paradigma comum da Análise Crítica do Discurso enquanto campo disciplinar das Ciências Sociais**

A Análise Crítica do Discurso (ACD) como “escola” (Wodak & Meyer, 2001, p. 4) estabelece-se a partir da partilha de um paradigma de investigação. Compreendemos o estatuto do ‘paradigma’, recorrendo a Kunh (1987, p. 219), para afirmar que a ACD está assente na prática de uma comunidade científica que se reconhece numa postura epistemológica em comum. Os investigadores que se reúnem em torno da ACD estão integrados, em sua maioria, em grupos de investigação da Linguística Crítica (LC) e das Ciências Sociais (Resende & Ramalho, 2006, p. 7). A aproximação entre os dois campos resulta de um esforço em aproximar a linguística ao campo da pesquisa social crítica, com destaque para os trabalhos de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough.

Em *Language and Power*, Fairclough (1989, p. 3) argumenta que a natureza ideológica da linguagem deveria constituir um dos principais temas da Ciência Social moderna. Em *Discourse in Late Modernity*, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 35) referem que a ACD partilha algumas das suas principais características com a Ciência Social crítica, tais como: o engajamento crítico com o mundo



contemporâneo; o interesse emancipatório do conhecimento; o rompimento dos fluxos entre a teoria e as práticas sociais e a aplicação de uma lógica dialética.

A tradição de estudo em ACD é bem estabelecida no contexto latino-americano. Em língua espanhola, ao exemplo dos trabalhos de Abril (2007), Berardi (2003) e Pardo (2008). No Brasil, há o trabalho pioneiro de Magalhães que, em 1986, publicou o artigo intitulado "Por uma abordagem crítica e explanatória do Discurso" e integra a formação do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis), da Universidade de Brasília. O Núcleo oferece uma perspectiva latino-americana dos estudos críticos do discurso e reivindica a nomenclatura *Análise do Discurso Crítica (ADC)*<sup>48</sup>. Para citar, alguns dos trabalhos dos analistas brasileiros são os de Magalhães (1986, 2005), Ramalho (2007, 2008, 2012), Ramalho e Resende (2011), Resende e Ramalho (2006), Resende (2009) e Barros (2009, 2015). Em Portugal, a ACD é estudada por Pedro (1997) e Gouveia (2002), e provê fundamentação teórica e metodológica a estudos nos campos do discurso mediático e da sociedade (Pinto-Coelho, 2002; Correia, 2009; Carvalho, 2015), e do género (Álvares, 2012). O interesse nos estudos críticos do discurso, em diálogo com a língua portuguesa, é estabelecido também por autores moçambicanos; a exemplo de Muatiacale (2007). As contribuições destes autores permitem afirmar que a ACD não só contribui para o campo dos estudos críticos do discurso em língua portuguesa como também tem recebido diversos contributos dos autores lusófonos.

No entanto, enquanto disciplina, a ACD consolidou-se a partir da tradição de publicação em inglês. Há amplo reconhecimento na literatura para a demarcação de um núcleo teórico e metodológico da análise crítica de discurso a partir da reunião académica de 1991 na Universidade de Amsterdão. O encontro foi integrado por estudiosos de países europeus, como Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun van Dijk, Gunther Kress e Theo van Leeuwen.

Wodak e Meyer (2001) referem que, no âmbito do encontro académico, foi confirmado o interesse nas dimensões semióticas das relações desiguais de poder estabelecidas na modernidade. Também foram expostas as diferenças teóricas e metodológicas na aplicação da análise. Nesse ponto, destaca-se que os analistas críticos do discurso não necessariamente aplicam um mesmo quadro teórico ou metodológico aos objetos que analisam. Pelo contrário, há uma variedade de abordagens que são adotadas nas pesquisas em ACD. Essas abordagens podem diferir "tanto em termos teóricos quanto empíricos" e variar ainda quanto à "gama de ferramentas linguísticas usadas para analisar o discurso" (Wodak, 2004, p. 6). De forma nenhuma isso exclui o facto de que os analistas partilham dos mesmos objectivos e princípios teóricos, metodológicos e analíticos (Pedro, 1997, p. 29).

---

<sup>48</sup>. A reivindicação do termo *Análise do Discurso Crítica* é feita com base na tradição de estudo no campo em *Análise do Discurso* (Orlandi, 1983).

Em termos de relação disciplinar, a ACD está em diálogo com uma série de estudos prévios sobre as conexões entre o uso da linguagem e as relações desiguais de poder, desenvolvidos pela Linguística Crítica (LC) na década de 70 (Fowler et al., 1979). Wodak (2004, p. 224) explica que, muitas vezes, a ACD tem sido utilizada para referir à teoria anteriormente identificada como LC. Por isso, para alguns estudiosos, a ACD estabelece uma relação de continuidade com a LC (Wodak, 2004; Resende & Ramalho, 2006). Na mesma direção, Gouveia (2002) refere que a LC se posiciona no interior de uma tradição essencialmente britânica, herdada pela ACD. Magalhães (2005, p. 03), ao mesmo tempo em que aponta para algumas características de continuidade do campo da LC para a ACD, chama a atenção para o facto de que “considerar a ADC como uma continuação da LC é uma redução de questões fundamentais que foram explicitadas pela ADC”. Esta é uma visão que dá ênfase ao aprofundamento que os estudos em ACD desenvolveram a partir do escopo da LC, principalmente no que se refere ao contributo das teorias sociais que alavancaram o estudo da linguagem como prática social. Numa linha de pensamento próxima, Pedro (1999, p. 32) coloca que, em muitos aspectos, a LC antecede a ACD; sendo esta, a última, mais consistente nos seus objetivos do ponto de vista teórico e metodológico.

O termo ‘estudos críticos em linguagem’ também aparece no caminho de desenvolvimento da ACD, tendo sido utilizado no meio académico da Universidade de Lancaster para sistematizar as diversas abordagens críticas à linguagem que estavam a ser estudadas. Os estudos críticos em linguagem são estágios fundamentais para o desenvolvimento da ACD como campo autónomo, avanço que se deu de forma rápida, o que é possível notar ao verificar que os trabalhos da década de 80 ainda não reivindicavam a ACD como um campo de estudos autónomo. A publicação que reúne os trabalhos de Fairclough entre o período de 1983 a 1993 disponibiliza o artigo, escrito em 1985, no qual o autor, pela primeira vez, utiliza o termo ‘análise crítica do discurso’ (Fairclough 1995, p. 36). Assim, enquanto nos estudos iniciais da ACD há uma aproximação à LC por similaridade, o desenvolvimento autónomo da ACD acaba por afastar os campos, tanto em termos teóricos como metodológicos.

Atualmente a ACD está situada como uma disciplina estabelecida nas Ciências Sociais (Wodak, 2013, p. 22; Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 8) e, como coloca Magalhães (2005, p. 2), tem o seu reconhecimento amplo pelas contribuições que tem oferecido para a compreensão de alguns dos dilemas contemporâneos.

## 2.2. Princípios comuns orientadores para uma Análise Crítica dos Discursos

Com o intuito de reunir os elementos que suportam a formação do projeto comum da ACD, recorreremos a Fairclough e Wodak (1997), no livro organizado por van Dijk. Os autores propõem a análise de um texto a partir de oito princípios orientadores da ACD<sup>49</sup>. Nesse contexto específico, são apresentados os tópicos dentre os quais alguns “representam um terreno comum de todas as abordagens em ACD enquanto outros são mais controversos” (Fairclough & Wodak, 1997, p. 268). Os autores evitam a generalidade dos princípios, porque há entre os analistas críticos do discurso diferentes termos para a ACD, como veremos de forma pormenorizada mais para a frente, quando tratarmos a variedade de abordagens em ACD.

De forma ampla, os princípios apresentados dizem bastante sobre o debate metodológico na pesquisa social e sobre a concepção de discurso que é adotada entre os analistas críticos do discurso. Os princípios elucidam ainda sobre o que diferencia a ACD das vertentes de análise do discurso francesa, para além de pertencerem historicamente a ramos distintos do estudo da linguagem (Resende & Ramalho, 2006, p. 21). Os princípios que suportam a formação do projeto comum da ACD e que orientam a uma análise empírica são assim enumerados pelos autores<sup>50</sup>:

- 1) A ACD dedica-se a problemas sociais;
- 2) As relações de poder são discursivas;
- 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura;
- 4) O discurso tem um funcionamento ideológico;
- 5) O discurso é histórico;
- 6) O elo de ligação entre texto e sociedade é mediado;
- 7) A análise do discurso é interpretativa e explicativa;
- 8) O discurso é uma forma de ação social.

Os tópicos permanecem abertos aos novos desenvolvimentos do campo mas, como coloca Wodak (2013, p. 41), continuam pertinentes e atuais. A apresentação de cada um dos princípios ajuda, neste trabalho, a levantar questões que são fundamentais para o projeto comum da ACD e desprender-se-á da ordem apresentada pelos autores.

---

<sup>49</sup> Os princípios foram utilizados para orientar a análise de um texto político que era uma entrevista com a política britânica Margaret Thatcher.

<sup>50</sup> Os princípios foram descritos de acordo com a tradução apresentada em van Dijk (2005).

Em primeiro lugar, tratamos dos princípios que ajudam a refletir sobre a problematização do método na ACD e que dizem respeito à posição tomada pelo analista crítico de discurso; a seguir, apresentamos os princípios que são demonstrativos do pensamento dialético conforme mobilizado na ACD. Convocamos, nas próximas páginas, trabalhos de diversos autores que são relevantes no campo.

Fairclough e Wodak (1997, p. 271) referem que a ACD é orientada por problemas sociais, e explicam que a construção da problemática de pesquisa em ACD ocorre a partir do reconhecimento dos aspectos linguísticos e semióticos de processos e de estruturas sociais e culturais. Isso faz com que a “ACD seja por natureza interdisciplinar, e que combine diversas perspectivas disciplinares em suas próprias análises”. Assim, a natureza interdisciplinar está na origem da ACD (Fairclough & Wodak, 1997, p. 271; van Dijk, 1997). A interdisciplinaridade no campo da ACD e a sua aplicação são discutidas no livro editado por Wodak e Chilton (2005). Este conceito, de interdisciplinaridade, está a ser cada vez mais referido no âmbito das Ciências Sociais, mesmo que de forma superficial. Consideramos que a aplicação de uma análise crítica do discurso requer uma avaliação mais aprofundada de como relacionar, embasado na interdisciplinaridade, os métodos, as disciplinas e as teorias a serem utilizadas<sup>51</sup>.

Van Leeuwen (2005, p. 10) apresenta três modelos de interdisciplinaridade e foca naquele que, além de partir da identificação de um problema, integra disciplinas interdependentes, assim como a análise do discurso e a teoria social. Fairclough (2005, p. 53) avança para um tipo particular de interdisciplinaridade, a chamada transdisciplinaridade (Chiapello & Fairclough, 2002), com aspiração à pós-disciplinaridade. A abordagem transdisciplinar é defendida pelo analista como a que melhor dialoga com a visão dialética entre linguagem e prática social, texto e sociedade, com vistas ao comprometimento de mudança social (Fairclough, 2005, p. 68). A natureza interdisciplinar requisitada para a aplicação da ACD e a diversidade de teorias a serem convocadas de acordo com o objeto de pesquisa estudado explicam a ausência de um quadro teórico e metodológico fixo e comum entre os analistas críticos do discurso.

A abertura teórica e metodológica implicada na ACD, no entanto, diferencia-se das práticas mais comuns das comunidades científicas. É neste ponto que proceder a uma análise crítica do discurso implica uma problematização da questão do método nas ciências. Há na proposição analítica da ACD uma crítica à visão positivista de ciência com fundamento no Realismo Crítico.

No trabalho de Fairclough (1989, p. 8), encontramos críticas à concepção positivista das Ciências Sociais, localizadas na ênfase que o autor coloca ao diferenciar a Análise Crítica do Discurso

---

<sup>51</sup> Para um conteúdo mais profundo a respeito dos conceitos da interdisciplinaridade ver Wodak e Weis (2003, p. 12).

de vertentes como a sociolinguística. O autor pontua noutro momento que “ver a linguagem como um dado em vez de uma prática social é olhá-la de modo positivista, isto é, não se dá valor ao fato de que ela é produzida socialmente e não como um objeto da natureza.” (Fairclough, 1996, p.45). O que o linguista mostra é que o pensamento dialético, próprio da ACD, contrapõe-se ao método de análise positivista.

As características relacionadas com a interdisciplinaridade elucidam que uma parte das críticas que se endereçam à ACD são conduzidas por concepções inflexíveis da própria forma de se fazer ciência, e estão assentes em controvérsias que “concretizam duas posições irreconciliáveis dentro do debate metodológico na pesquisa social” (Wodak & Meyer, 2001, p.17). Algumas críticas à ACD neste sentido foram colocadas por Widdowson (1995), gerando um diálogo com Fairclough (1996) e Wodak (2013).

A problematização do método em ACD é prolongada a partir de questionamentos sobre a possibilidade de se haver uma investigação que seja livre de juízos de valor e a partir da qual se obtenha resultados com dados puramente empíricos (Wodak & Meyer, 2001, p. 17). Para responder as questões, a autora e o autor relembram que é no contexto da descoberta, momento da seleção de objetos e do estabelecimento das questões de investigação, que o próprio método positivista permite o uso de categorias pré-enquadradas de experiência. Wodak e Meyer (2001, p. 17) referem ainda que a posição da ACD está inserida na maioria das epistemologias da tradição de Kant, que nega a possibilidade da cognição ‘pura’.

O oitavo princípio colocado por Fairclough e Wodak (1997, p. 279) - o discurso é uma forma de ação social – é oportuno para continuar a reflexão sobre o método na ACD. Há, nesta orientação, a ênfase sobre o posicionamento do investigador. O analista crítico do discurso possui um envolvimento pessoal com a problemática de pesquisa sem que essa posição implique “uma parcialidade negativa”, pois “ao especificar a sua perspectiva de análise o pesquisador evita estar na posição de simular uma suposta ‘imparcialidade científica’” (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 103 ) Assim, a ACD, mais uma vez, “afirma-se abertamente política e, portanto, potencialmente polémica” (Pedro, 1997, p. 24).

Problematizar a neutralidade da ciência torna-se polémico diante da estabilização que o conceito adquiriu sob o paradigma da sociedade moderna. No entanto, como refere Wodak (2005, p. 5)<sup>52</sup>, todo o conhecimento é socialmente construído. Essa é uma posição bem definida, não só nos trabalhos de Wodak, mas entre os analistas críticos do discurso de forma ampla, tal como vemos em Resende e Ramalho (2006, p.140), quando consente que “a suposição de

---

<sup>52</sup> A autora faz a afirmação no artigo intitulado *Raising as problematic the notion of scientific neutrality*, num estudo de abordagem feminista da análise crítica do discurso.

neutralidade em ciência não é senão um posicionamento ideológico e, assim sendo, não nos pretendemos neutros - sabemos que não podemos sê-lo e, mais que isso, não queremos sê-lo". Além de problematizar a neutralidade científica, os analistas críticos do discurso afastam-se da ideia de objetividade da ciência, característica que também é própria da Ciência Social enquanto disciplina que "está amarrada de maneira nativa à política e às formulações de política" (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p. 258), sendo que na ACD os usos políticos da pesquisa científica social são colocados de forma mais explícita.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 66) orientam que um texto pode ser entendido de diferentes maneiras e, por isso, a pesquisa social crítica deve ser reflexiva e consciente da posição social, dos conhecimentos e dos valores a partir dos quais o analista se encontra. Nesse sentido, os analistas críticos do discurso reconhecem a necessidade de admitir "que há sempre outras perspectivas possíveis para o tratamento do problema" (Resende & Ramalho, 2004, p. 200). Desse modo, a investigação crítica do discurso coloca-se como contestável e, ao contrário da abordagem positivista, não pretende alcançar todas as respostas em si mesmo.

No sexto princípio, Fairclough e Wodak (1997, p. 277) colocam que a ligação entre texto e sociedade é mediada. A mediação ocorre entre as estruturas e práticas sociais e as propriedades linguísticas do texto. Apesar de constituírem dimensões deslocadas, não há uma separação na aplicação da análise, mas sim uma orientação dupla e circular. Como lembram Resende e Ramalho (2004, p. 204), "é preciso cuidar para não se separar as análises lingüística e social – afinal, o objetivo é mapear conexões entre o lingüístico e o social em uma análise verdadeiramente integrada". O elemento mediador entre o texto e a sociedade difere de acordo com a vertente da ACD aplicada.

O princípio dois, apresentado por Fairclough e Wodak (1997, p. 272), afirma que as relações de poder são discursivas e, deste modo, ajuda à reflexão da perspectiva dialética da análise. As conexões estabelecidas entre texto e sociedade possibilitam analisar os significados que são determinados pelas estruturas e instituições sociais nas quais os atores sociais e as práticas discursivas estão inseridas. Ao analista crítico do discurso cabe responder de que forma é que as relações sociais de poder nas sociedades contemporâneas são exercidas e negociadas no discurso através da análise linguística. Os autores chamam a atenção para que além da questão do discurso do poder, há a questão do poder sobre o discurso.

O terceiro princípio apontado pela autora e pelo autor (Fairclough & Wodak 1997, p.273) refere que o discurso constitui sociedade e cultura, e que o discurso tanto constitui a sociedade como é constituído por ela. Nesta visão, qualquer contribuição linguística e semiótica reproduz ou transforma a

sociedade e as relações de poder associadas. No princípio quatro os autores apontam que, para a ACD, o discurso faz trabalho ideológico. Como ideologias, os autores entendem que “são formas particulares de representar e construir a sociedade que reproduz relações desiguais de poder, relações de dominação e exploração” (Fairclough & Wodak, 1997, p. 275). A análise de discurso ideológico deve ir além da dimensão do texto, de forma a “considerar como os textos são interpretados e recebidos e quais os efeitos sociais que eles têm”, ou seja, deve levar em conta o seu “efeito causal” no contexto de uma realidade social específica, além da representação dessa realidade (Fairclough, 2003, p. 9).

Da mesma forma que as estruturas mudam com o tempo, também os discursos são determinados pela mudança de relações de poder institucional da sociedade. Essa dimensão é refletida no princípio cinco, o discurso é histórico (Fairclough & Wodak, 1997, p. 276). Tal constatação faz referência à ontologia do realismo crítico, considerada na ACD. Os autores colocam que os discursos estão sempre ligados a outros discursos que foram produzidos anteriormente, ou seja, há sempre uma relação dialógica e intertextual que devem ser compreendidas na materialização discursiva.

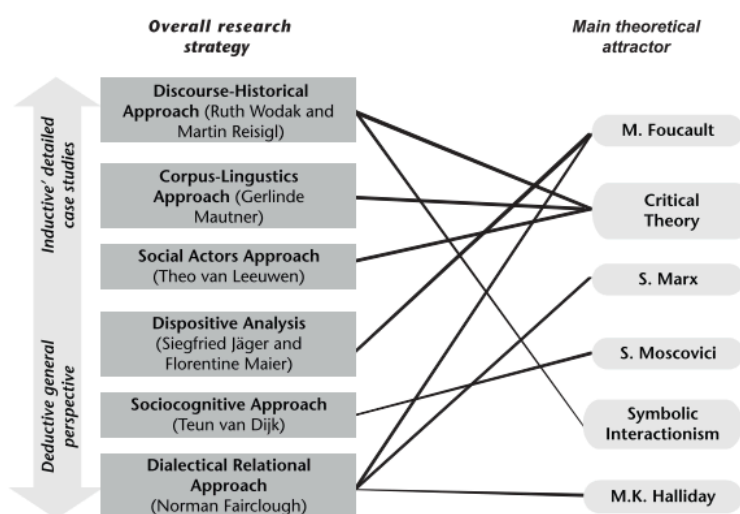
O princípio sete, que suporta a formação do projeto comum da ACD, refere que a análise do discurso é interpretativa e explicativa (Fairclough & Wodak, 1997, p. 278) porque considera que os textos apresentam lacunas e imprecisões cujas interpretações dependem de fatores de compreensão definidos por ideologias e crenças. A análise crítica dos discursos torna-se necessária para revelar as contradições e desconstruir o texto, revelando as diferentes implicações que as diferentes leituras causam. Por isso, há de se ter em conta não apenas o texto, mas o conhecimento das estruturas e políticas que envolvem o objeto de pesquisa.

Os princípios orientadores demonstram que a ACD se trata de uma abordagem sistemática, cuidadosa e rigorosa do texto e do contexto, exigindo a autorreflexão dos analistas. Por isso, se é polémico o facto de a ACD não adotar metodologias uniformes e padronizadas, a justificação encontra-se na adoção de um conjunto de princípios estabelecidos rigorosamente. Assim sendo, a ACD mantém uma abertura teórica e metodológica que diz respeito a cada projeto de investigação, sem implicar um abrandamento do rigor na sua aplicação analítica.

### **2.3. A variedade de abordagens em Análise Crítica do Discurso**

Revisamos anteriormente, de forma reflexiva, o escopo comum da Análise Crítica do Discurso (ACD) como disciplina. Nessa sessão, objetivamos elucidar sobre as ramificações que se desprendem do

projeto comum da ACD e que apresentam abordagens próprias. As diferenças, no enquadramento teórico ou analítico, resultam em vertentes autónomas da ACD. No volume organizado por Wodak (2013, p. 38)<sup>53</sup>, encontramos a Figura 1, o quadro ilustrativo mais atual ao que tivemos acesso sobre a diversidade de abordagens em ACD. O quadro organiza as origens epistemológicas e metodológicas de cada vertente. Tal ilustração já aparecia em Wodak e Meyer (2008, p. 18) em uma versão na qual não constava a abordagem da linguística de corpus. No quadro mais atual, a abordagem dialético-relacional aparece ligada, também, à linguística multifuncional de Halliday (1973).



**Figura 1:** A diversidade de abordagens em ACD

Fonte: Wodak (2013, p. 38)

Para informar a heterogeneidade da ACD, Wodak e Meyer (2008, p. 20) propõem distinguir as vertentes, agrupando-as de acordo com as estratégias metodológicas e a relação epistemológica que cada uma das vertentes convoca. A distinção metodológica faz-se a partir do tipo de análise que é aplicada ao objeto de estudo, sendo que em todos os casos a abordagem é orientada a partir de um problema social, como é próprio da ACD. Nas vertentes cuja análise se centra nos dados recolhidos, a perspectiva é indutiva. Se a análise do objeto é mais centrada em teorias previamente definidas, a abordagem é dedutiva.

A autora e o autor referem-se à abordagem proposta por Fairclough como a abordagem dialético-relacional. Esta também é chamada, na literatura, como a Teoria Social do Discurso ou, em alguns momentos, como a vertente britânica da ACD. Nesta tese, como mais à frente explicamos,

<sup>53</sup> São três os volumes organizados por Wodak, dos quais só tivemos acesso a uma versão não integral do volume 1, disponibilizado pela autora na plataforma online researchgate. Link



tomamos a abordagem de Fairclough como a própria ACD, pois esta é, como explicitaremos no capítulo 5 da presente tese, aquela que majoritariamente utilizamos na análise que aplicamos ao conjunto de textos que compõem o *corpus*.

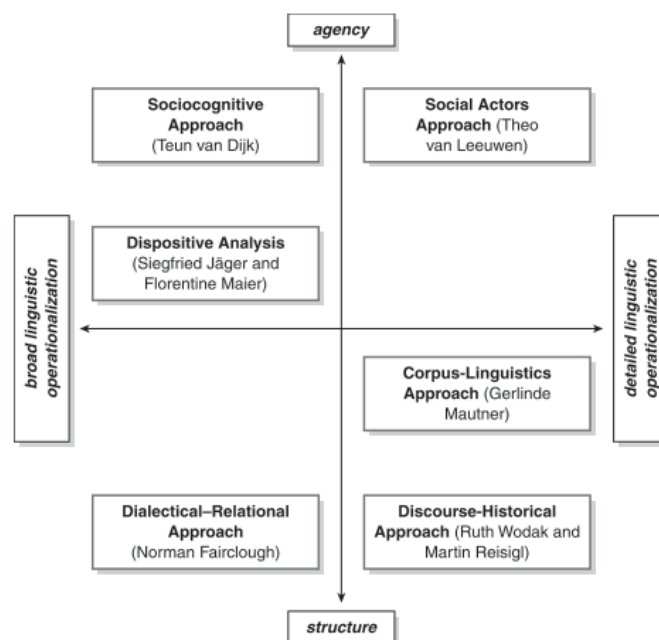
A abordagem de Fairclough e a abordagem sociocognitiva de van Dijk estão posicionadas na orientação dedutiva, pois partem de um enquadramento teórico prévio. Wodak e Meyer (2008 p.19) referem que alguns exemplos de temas que são trabalhos nas vertentes indutivas são os tópicos “macro”, como a ‘globalização’ e o ‘conhecimento’. Já em outras vertentes mais posicionadas na abordagem indutiva, os analistas trabalham a partir de estudos de casos profundos e procedem a uma recolha de dados ampla, além de mobilizarem tópicos “meso” (Wodak & Meyer, 2008, p.19), como o ‘desemprego’ e o ‘populismo da direita’. No entanto, e como lembram os autores, é desejável estabelecer um diálogo entre a perspectiva da dedução e a da indução no decorrer da investigação, tendo em vista que “todas as abordagens prosseguem abducativamente, ou seja, oscilam entre a teoria e a análise de dados de maneira retrodutiva” (Wodak & Meyer, 2008 p.18).

A interdisciplinaridade também é mobilizada de formas distintas entre as vertentes da ACD. Nas abordagens mais dedutivas, como é o caso da Teoria Social do Discurso, a interdisciplinaridade é característica do enquadramento teórico. Em abordagens mais indutivas, como no caso da abordagem histórico-discursiva, a interdisciplinaridade aplica-se à diversidade de áreas de investigação que reúne e às ferramentas de recolha e análise de dados.

A mediação entre linguagem e estrutura social é um ponto de reflexão fundamental no projeto comum da ACD, mas que é particularizada em cada vertente. A diferença está no elemento de mediação e na forma de perceber como as estruturas sociais determinam e são determinadas pelo discurso. Na vertente britânica de Fairclough, o sistema de ‘ordem do discurso’, estabelecido na relação entre discursos, géneros e estilos, é o elemento que faz a mediação entre texto e prática social (Fairclough, 2003, p. 24). Diferentemente, para van Dijk (1993), o vínculo entre a sociedade e o texto está na mediação sociocognitiva. No entanto, essas abordagens podem ser complementares, como explicita Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 11) ao apontar para “a necessidade, a longo prazo, de uma teoria complexa e multilateral da mediação entre texto e a sociedade que dá o devido peso a ordens de discurso, práticas de atores sociais e processos sociocognitivos”.

Os diferentes olhares sobre a questão da mediação entre texto e prática social são ilustrados na Figura 2, a seguir, que apresenta, em lados opostos, a determinação estrutural e a agência consciente, cujo ponto de conexão são as práticas sociais onde está posicionado o sujeito da linguagem. A ilustração também apresenta o equilíbrio que é estabelecido, em cada uma das

vertentes, a respeito do quão profunda a análise se propõem a ser quanto aos elementos linguísticos. As vertentes, sendo textualmente orientadas, apresentam diferente equilíbrio entre as teorias sociais e as categorias linguísticas que convocam.



**Figura 2.** A análise nas vertentes da ACD

Fonte: Wodak e Meyer (2008, p. 22).

A heterogeneidade no campo da ACD requer do analista crítico do discurso a reflexão acerca da escolha que melhor se adequa aos objetivos da investigação. Assim como uma crítica ao projeto da ACD deve especificar qual é a vertente que está relacionada, também um projeto de pesquisa em ACD deve declarar consistentemente sobre as escolhas que melhor respondem às questões de investigação.

## 2.4. Características da Teoria Social do Discurso: a vertente britânica da ACD

Até esta sessão, buscamos tratar do projeto comum da ACD e das suas vertentes de forma a relatar o percurso de estudos que nos possibilitou entender a Teoria Social do Discurso (TSD) proposta por Fairclough (2001, 2003) e por Chouliaraki e Fairclough (1999) como a vertente da ACD que melhor responde as questões de investigação que colocamos nesse trabalho. A partir desta sessão, sempre que referirmos à ACD, sem especificar a abordagem, estamos a referir à proposta da TSD de Fairclough. Nesse subcapítulo, passamos a apresentar as especificidades desta vertente que constitui o recorte teórico-metodológico majoritário que orienta a análise que propomos.

A TSD combina a análise linguística e a teoria social, tendo se tornado uma vertente frequentemente assumida como ACD na literatura. Nas sessões intituladas "Rumo a uma teoria social do discurso" e "Estrutura Analítica", Fairclough (1993, p. 134) expõe os recursos a serem convocados na análise e apresenta alguns conceitos centrais como os de 'discurso' e 'texto', nos seus próprios termos. O conceito de discurso, para o linguista, compreende o uso da linguagem falada ou escrita, sendo estendido a outras modalidades semióticas, como a fotografia e a comunicação não verbal. Na análise, a linguagem é compreendida como prática social.

Fairclough (2001) justifica a relevância da ACD pelo potencial contributo que a análise textual tem a oferecer para a pesquisa social no contexto das mudanças sociais e culturais, campo que o autor considera constituir uma lacuna de estudos. A proposta da ACD não é a primeira a conjugar análise linguística a teorias sociais. Fairclough (2001, p. 20) cita a proposta da Linguística Crítica de combinar teorias e métodos de análise textual com teorias de ideologia (Fowler, 1979) e na mesma direção cita os trabalho de Pêcheux (1982) em análise do discurso.

A diferença da proposta da ACD está em uma maior inclinação para a investigação social com o uso bem fundamentado de conceitos como 'ideologia', 'hegemonia' e 'poder'. Fairclough (2001, p.23) argumenta que as propostas anteriores prestam pouca atenção aos aspectos sociais do discurso, possuindo uma maior inclinação linguística, enquanto em outra direção a ACD pretende "abolir tanto quanto possível termos técnicos e jargão proibitivos" da linguística que torna o acesso a análises orientadas linguisticamente restritivo para a pesquisa social.

A proposta da ACD contribui para o momento que Fairclough (1991, p.20) refere como uma "viragem linguística" na Teoria Social, a partir do qual a linguagem adquire mais centralidade na análise dos fenómenos sociais. Na prática, a mudança de paradigma possibilita o engajamento de investigadores da linguagem com a pesquisa social e o envolvimento de cientistas sociais com o estudo da linguagem.

A ACD é declaradamente influenciada por teóricos sociais e linguistas que contribuíram para o pensamento da importância social da linguagem, havendo na literatura espaço para a apresentação de teóricos-chave. De entre os teóricos que são mobilizados, estão: David Harvey e Anthony Giddens, na dimensão das narrativas sobre a modernidade tardia; Antonio Gramsci, cujo conceito de hegemonia fornece o enquadramento para a análise das dimensões políticas e ideológicas da prática discursiva; Louis Althusser e Thompson, no âmbito das teorias da ideologia; Michael Halliday e Mikhail Bakhti, no que diz respeito às teorias linguísticas; e Foucault, nas perspectivas que vinculam discurso e poder. À Foucault é dedicado um capítulo inteiro que aborda os seus trabalhos arqueológicos (Fairclough, 2001,

p. 61). Além de autores como Pierre Bourdieu, Bob Jessop, Ernesto Laclau e Habermas, que são vozes presentes na ACD. A visão crítico-realista da ACD fundamenta-se nos estudos de Roy Bhaskar, Andrew Collier e Andrew Sayer.

#### **2.4.1. O Realismo Crítico e a perspectiva da mudança social**

A posição tomada pelos analistas críticos do discurso está assente em uma ontologia realista, através do diálogo transdisciplinar com o Realismo Crítico<sup>54</sup> (Fairclough, Jessop e Sayer, 2002). As indagações que Bhaskar (1979, 1989) colocou relativamente ao conhecimento sobre o mundo serviram à continuidade de uma crítica ontológica nas ciências humanas. Sayer (2014, p. 2) explica que a ontologia é a “teoria do que existe”. No escopo da corrente filosófica do Realismo Crítico, os questionamentos de Bhaskar chegaram na direção oposta da tendência anti-ontológica do pensamento moderno sobre a existência do real. O autor desenvolveu argumentos contrários à visão racionalista e empirista da ciência, através da crítica à suposta neutralidade que o positivismo e o neopositivismo apresentam e ao relativismo epistemológico. Na visão do realismo crítico, a “datidade empírica dos objetos singulares”, recorrendo a Lucáks (2012, p. 44), bem como os fenômenos sociais, irão sempre levantar questões ontológicas, sendo inevitável lidar com a complexidade destas questões no fazer ciência. Ao deixar a dimensão ontológica em suspenso, ocorre o que Bhaskar (1998, p. 5) chama de “falácia epistêmica”.

Desse modo, o que o realismo crítico nos ensina é que no percurso científico a ontologia deve determinar a epistemologia. Resende (2009, p.126) lembra-nos que o modelo epistemológico de uma pesquisa deve ser adotado de forma a ajudar a produção de conhecimento acerca dos componentes ontológicos do mundo social. Por isso importa definir a versão da ontologia que está a ser considerada em qualquer investigação. A ACD, qualquer que seja a sua vertente, está em diálogo com a ontologia do ser social desenvolvida no Realismo Crítico. Aliás, é esse diálogo que faz com que a ACD se diferencie de outras vertentes de Análise do Discurso.

No paradigma comum da ACD, a linguagem é entendida como uma prática social. Esse entendimento tem a ver com o suporte científico que o Realismo Crítico oferece aos estudos interdisciplinares para a compreensão da semiose como sistema aberto. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 19) consideram que “a vida (natural e social) é um sistema aberto”, tal como para Bhaskar (1998, p. 38) o mundo é “estruturado, diferenciado e mutável”.

---

<sup>54</sup> Os hibridismos entre o realismo crítico e a ACD foram estudados de entre outros por Ramalho (2007), Barros (2006), Barros & Resende (2016) e Fairclough, N., Jessop, R. D., & Sayer, A. (2002).

Na esteira do pensamento de Bhaskar, os estudos de Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 32) consideram a distinção categórica entre duas dimensões da ciência: a intransitiva, de caráter ontológico, e a transitiva, de caráter epistêmico. Na dimensão intransitiva e ontológica, estão localizados os objetos que existem e cuja mudança independe do conhecimento que se adquire sobre eles. Essa dimensão mostra-nos que há uma independência entre o mundo e a teoria, e que os fenômenos sociais transformam-se independentemente da teoria existente. Isto implica que, se uma teoria sobre um fenômeno social muda, é pouco provável que aconteça uma transformação no próprio fenômeno estudado. Do outro lado está a dimensão transitiva, de caráter epistêmico, a partir da qual os objetos se transformam conforme o conhecimento que obtemos acerca dele.

Vandenberghe (2010), que propõe introduzir o realismo crítico a um público lusófono, coloca que esse caráter “duplo” da ciência reconcilia a possibilidade do realismo ontológico, do relativismo epistemológico e da racionalidade de julgamento. Assim, o realismo crítico adere à dimensão intransitiva e ontológica, que nos mostra que há uma variabilidade sócio-histórica do conhecimento científico, e que o mundo não se reduz ao que se conhece sobre ele.

Ramalho (2007, p. 79) enumera algumas implicações teórico-metodológicas que a visão de realidade mutável do Realismo Crítico traz para a ACD, de entre elas: o reconhecimento da relação dialética ou “transformacional” (Bhaskar, 1989) dos momentos que constituem a prática social, o que também diz sobre a sua inclinação emancipatória; a impossibilidade de as pesquisas científicas acederem diretamente ao estrato empírico da realidade (sem passar pelo crivo do pesquisador); e a preocupação em ir além dos aspectos semióticos, atingindo níveis mais profundos de determinada realidade social, por meio da crítica explanatória.

É a teoria da crítica explanatória desenvolvida no âmbito do realismo crítico que fundamenta a aplicação de uma práxis transformativa na ACD de Chouliaraki e Fairclough (1999). A autora e o autor incluíram em seus estudos a ontologia social crítico-realista, em busca da construção de uma crítica explanatória, comprometida em oferecer suporte científico engajado com os problemas sociais relacionados com a vida social. Assim, os autores propõem que as análises partam de um problema social com caráter semiótico, e que as reflexões sejam ampliadas à conjuntura prática do problema. O intuito é verificar os obstáculos para a superação do problema e explorar as possibilidades de mudança. Por fim, neste enquadramento, o analista deve refletir sobre a análise. O enquadramento, conforme proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60) em etapas de investigação, foi desenvolvido com base na ‘crítica explanatória’ da ontologia social realista, conforme apresentado na Figura 3:

1. Um problema		
2. Obstáculos a serem superados	(a) Análise da conjuntura	
	(b) Análise da prática em particular	(i) Práticas relevantes (ii) Relações do discurso com outros momentos da prática
	(c) Análise do discurso	(i) Análise estrutural (ii) Análise interacional
3. Função do problema na prática		
4. Possíveis maneiras de superar obstáculos		
5. Reflexão sobre a análise		

**Figura 3:** O enquadre para a ACD

Fonte: Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60), traduzido por Resende e Ramalho (2006, p. 37)

Na influência do caráter ‘crítico’ e ‘transformacional’ do realismo crítico, a ACD volta-se aos objetivos de tornar visíveis as relações de poder e dominação presentes nos textos e agir a respeito das “possibilidades de mudança para aqueles que possam se encontrar em desvantagem” (Fairclough, 2001, p.28). Este é um desafio que está incorporado no trabalho dos analistas críticos do discurso, definido em uma postura clara de afiliação da ACD de Fairclough:

A perspectiva social em que me baseio é realista, baseada em uma ontologia realista: tanto eventos sociais concretos como estruturas abstratas, assim como as menos abstratas ‘práticas sociais’ são parte da realidade. Podemos fazer uma distinção entre o potencial e o realizado – o que é possível devido à natureza (constrangimentos e possibilidades) de estruturas sociais e práticas, e o que acontece de facto. Ambos precisam ser distinguidos do empírico, o que sabemos sobre a realidade. [...] A realidade (o potencial, o realizado) não pode ser reduzida a nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial. (Fairclough, 2003, p. 14)

Veremos nas próximas páginas que as influências dos princípios do realismo crítico continuaram a ser trabalhada no desenvolvimento da ACD (Fairclough, 2003), por meio das relações entre os conceitos de estrutura social e sistema linguístico, prática social e ordem do discurso, evento social e texto.

#### **2.4.2. Ordens do discurso: o aspecto semiótico da prática social e as suas significações**

Demonstrada a forma como o realismo crítico contribui para os estudos da ACD, passaremos à descrição de como a ACD operacionaliza uma análise que atravessa as barreiras entre o linguístico e o

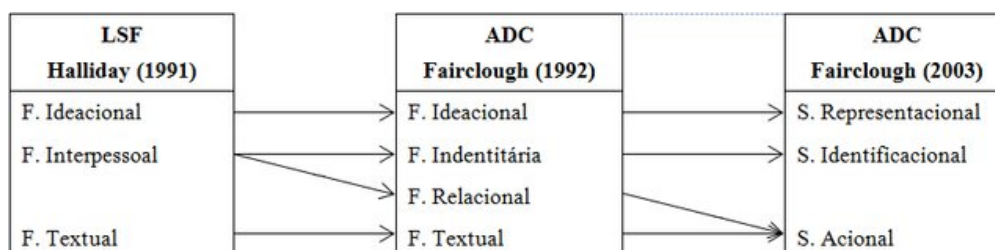
social. A ACD segue a tradição da Linguística Sistêmica Funcional (LSF), teoria linguística associada à Halliday (1973) que analisa a linguagem como uma atividade social. Na perceptiva do funcionalismo, a linguagem é um sistema sócio-semiótico cuja principal função é produzir significados. Sendo a língua organizada a partir de um conjunto de escolhas, negociadas em um determinado contexto sócio-cultural, e por estas influenciada, os significados que a língua produz são relevantes para as análises da estrutura de determinada realidade social.

Ao possibilitar o tratamento da linguagem como um sistema aberto, a Linguística Sistêmica Funcional fomentou estudos que combinam a linguística com elementos sociais, com diferentes pesos para cada um dos elementos de acordo com os objetivos de cada uma das propostas. Na ACD, a Linguística Sistêmica Funcional foi desenvolvida na combinação com conceitos de ‘ideologia’ e ‘poder’, servindo à observação do discurso como modo de prática política e ideológica.

A colocação de Fairclough (2001, p. 91) a respeito do discurso como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” sintetiza de muitas formas a integração da Linguística Sistêmica Funcional no corpo da ACD, com o apoio da epistemologia do Realismo Crítico.

Apesar de integrados no que diz respeito a uma abordagem analítica do texto, as perspectivas da análise crítica do discurso e da SFL diferem quanto aos seus objetivos (Fairclough, 2003). Por este motivo, no decorrer dos estudos da ACD, houve a necessidade de recontextualização dos três tipos de funções que o texto possui, conforme proposto por Halliday (1991). Em ‘Discurso e mudança social’ (Fairclough, 2001), publicado em 1992, e, mais tarde, em *Analysing Discourse: textual analysis for social research*, Fairclough (2003) reformula as funções apresentadas na LSF em diferentes significados, que melhor se adaptam aos objetivos da ACD.

A partir da recontextualização, a ACD refere a três tipos principais de significados que o texto produz: o significado representacional, o significado identificacional e o significado acional, conforme indica a Figura 4:



**Figura 4:** Os significados que o texto produz

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 61).

O significado acional é discutido por Fairclough (2003, p. 63) no capítulo intitulado *Genres and generic structure*. O significado representacional é discutido no capítulo *Discourses and representations* (2003, p.121) e o significado identificacional no capítulo *Styles and identities* (2003, p.157). Os significados dos textos estão associados às maneiras pelas quais os discurso figuram como parte da prática social e à relação com o sistema da 'ordem do discurso', termo adaptado no escopo da ACD a partir dos estudos de Foucault.

A ordem do discurso é definida como a totalidade das práticas discursivas de uma instituição e das relações entre elas (Fairclough, 1995, p. 135) ou como o aspecto semiótico de uma ordem social (Chiapello & Fairclough, 2002). Constitui da configuração de três elementos: os gêneros, os discursos e os estilos. Cada ordenação social é específica de uma sociedade em um determinado momento, sendo um sistema aberto. Assim, é possível referir-se a uma 'nova ordem do discurso global', a uma 'ordem do discurso da educação' ou a uma 'ordem do discurso político'. Neste último caso, pode-se dizer que o discurso político comporta gêneros específicos, ao exemplo de pronunciamentos parlamentares e comícios; o discurso conservador ou progressista; e estilos específicos que são formas próprias de dizer e de argumentar. Outro aspecto da ordem do discurso pode ser observado nas relações de poder, entre discursos dominantes e marginais (Fairclough, 2001, p. 124).

Os significados, além de estarem relacionados às ordens do discurso, estão relacionados dialeticamente com os três grandes eixos da obra de Foucault: o eixo do poder, o eixo do saber e o eixo da ética. Ramalho (2012, p. 153) explica que

(...) Fairclough (2003, p. 29) associa o significado representacional ao eixo do saber, ou seja, ao "controle sobre as coisas". Discursos, maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem controle sobre as coisas, e conhecimento. O significado identificacional, por sua vez, associa-se ao eixo da ética, isto é, a "relações consigo mesmo", ao "sujeito moral". Estilos, maneiras de identificar a si mesmo, os outros e aspectos do mundo, pressupõem identidades sociais ou pessoais particulares e ética. Por fim, o significado acional está associado ao eixo do poder, ou seja, a "relações de ação sobre os outros". Nessa perspectiva, entende-se que gêneros, como maneiras de agir e relacionar-se discursivamente em práticas sociais, implicam relações com os outros, mas também ações sobre os outros, e poder. (Ramalho, 2012, p.153)



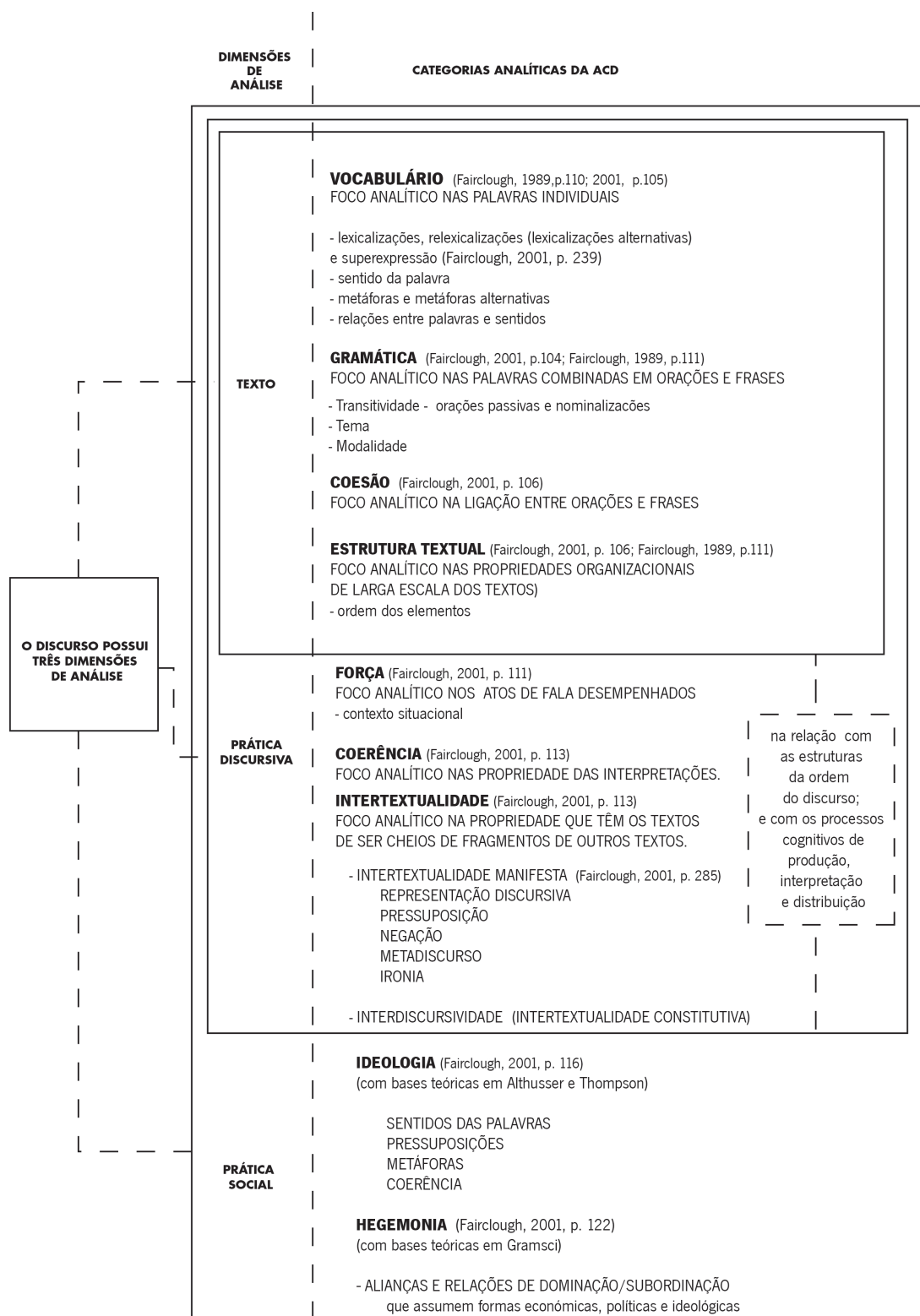
De forma a sintetizar, Fairclough (2003, p. 29) assume o enquadramento no qual os discursos produzem significados representacionais e são concretizados em gêneros que produzem significados acionais. Além disso, os discursos são manifestos em estilos que produzem significados identificacionais. As ações (manifestas em gêneros) e as identidades (manifestas em estilos) estão, por sua vez, representadas em discursos.

Os significados do texto constituem a base que dá sentido às categorias analíticas da ACD. Isso por que a análise textual, por si, descritiva, é rejeitada. Ramalho e Resende (2011, p. 20) explicam que “as categorias linguísticas aplicadas à análise de textos concretos não se justificam em si mesmas, mas no que possibilitam compreender acerca do funcionamento social da linguagem”. Assim o funcionamento da linguagem é compreendido a partir da investigação e interpretação das relações dos discursos com os modos de agir, representar e identificar. Passaremos na subseção seguinte a explicar as categorias analíticas que possibilitam a análise dos significados do texto.

#### **2.4.3 O modelo analítico: o texto, a prática discursiva e a prática social**

Já vimos anteriormente que a ACD é considerada por Fairclough (2001, p. 37) como uma Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), com uma maior inclinação para os aspectos sociais do discurso. É uma preocupação da ACD tornar as análises orientadas linguisticamente acessíveis para a pesquisa social. Neste sentido, a proposta apresentada por Fairclough é a abordagem tridimensional para a análise do discurso, possibilitada pela ontologia estratificada do mundo social (Bhaskar, 1989).

Tal modelo é apresentado em *Language and power* (Fairclough, 1989), e sistematizado e ilustrado em ‘Discurso e mudança social’ (Fairclough, 2001). Representamos na Figura 5, a seguir, uma adaptação de como entendemos o esquema proposto, em cada uma das dimensões de análise: a análise textual e linguística, a análise da prática discursiva e a análise do discurso como prática social.



**Figura 5:** O modelo tridimensional na ACD

Fonte: elaborado pela autora

A elaboração deste esquema, com base no capítulo intitulado ‘Teoria Social do Discurso’ (Fairclough, 2001, p. 89), ajudou-nos a clarificar as etapas analíticas da ACD; primeiro mostra-nos

o quão interconectadas estão as três dimensões de análise do discurso, sendo a proposta de uma divisão por etapas ilusória, que serve em termos pedagógicos. Na prática, as etapas de análise ocorrem sempre integradas. Ao exemplo da análise textual, esta nunca é feita isoladamente, de forma descritiva, pois o analista deve recorrer à interpretação dos sentidos do texto através dos elementos da prática discursiva e, também, através da construção de sentidos encaixados numa prática social mais ampla.

O esquema também elucida que não há, na ACD, um modelo de aplicação pronto, pois apesar de Fairclough apresentar e sugerir a utilização de determinadas categorias de análise, estas não se esgotam no que o autor apresenta, além de terem de ser convocadas de acordo com o objeto de pesquisa e o enquadramento teórico correspondente a cada projeto de investigação. Fica a cargo de cada analista escolher as categorias que melhor ajudam a responder as suas questões de pesquisa. Para chegar a uma proposta que escolhe, diante do modelo geral apresentado, as categorias que se adaptam à investigação, é necessário conhecer cada uma das dimensões e das categorias de análise que se desdobram em tópicos a serem analisados.

A primeira dimensão trata da análise semiótica e da linguística textual e abrange elementos situados no nível do texto. A análise é operacionalizada nas relações do texto com a ordem do discurso e com os modos de produção, distribuição e interpretação dos significados dos textos, o que a torna próxima da dimensão da prática discursiva. As categorias de análise textual apontadas por Fairclough (2001, p. 103) são, imaginando uma escala ascendente, o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. O vocabulário trata principalmente das palavras individuais, enquanto a gramática trata das palavras combinadas em orações e frases; a coesão, por sua vez, trata da ligação entre orações e frases.

A dimensão do texto como prática discursiva analisa a natureza dos processos de produção, distribuição e interpretação textual (consumo). É a dimensão que faz a intermediação entre o texto e a prática social, operacionalizada pelas ordens de discurso. As categorias de análise da prática discursiva apontadas por Fairclough (2001, p.14) são: a ‘força’ dos enunciados, a ‘coerência’ dos textos e a ‘intertextualidade’ dos textos. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações com outras vozes e fragmentos de textos.

A terceira dimensão, da ‘prática social’, analisa as questões de interesse na análise da vida social contemporânea, localizando os efeitos ideológicos dos discursos e como estes confirmam as orientações económicas, políticas, culturais, servindo para a manutenção das estruturas no novo capitalismo.

Voltaremos a explicitar o modelo tridimensional de análise de Fairclough no capítulo 5.2, explicitando dentre as possibilidades apresentadas as que escolhemos tratar para os objetivos específicos desta tese.

## **2.5. A concepção de ideologia na Análise Crítica do Discurso**

A proposta desta subseção é concluir o enquadramento teórico acerca do conceito de ideologia, conforme é apropriado na ACD. Pretendemos assim esclarecer como se delimita o olhar analítico que lançamos. O conceito de ideologia é trabalhado diferentemente nas várias vertentes da ACD. A vertente sociocognitiva, na voz de van Dijk, fornece um trabalho extenso sobre ideologia<sup>55</sup>, tendo servido, por exemplo, ao estudo das ideologias racistas. No decorrer dos seus trabalhos o autor trata sistematicamente da ideologia, em termos gerais e na sua relação com a cognição social, a sociedade e o discurso. Para van Dijk (2016, p. 730) “a ideologia é definida em termos mais gerais, como uma forma básica de cognição social compartilhada pelos membros de um grupo”, sendo assim uma representação dos seus interesses.

Para a análise que propomos, debruçamos mais incisivamente no conceito de ideologia conforme é apropriado na Teoria Social do Discurso de Fairclough, tomada como a própria ACD. O linguista faz a diferenciação entre as diferentes abordagens de análise do discurso, separando-as em dois grupos: as abordagens de análise do discurso críticas e as abordagens de análise do discurso não-críticas parecem um bom ponto de partida para introduzir o pensamento que o autor constrói sobre a ideologia. A divisão, estabelecida de acordo com a natureza da orientação social para o discurso, revela que “as abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias(...)” (Fairclough, 2001, p.31). O autor continua a explicar que as abordagens críticas “revelam os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso”. Dessa forma, podemos afirmar que há, na proposta de análise crítica do discurso, uma estreita relação expressa na “interface linguagem-ideologia” (Fairclough, 2001, p.50). Por isso, a ideologia é um conceito chave para o trabalho do analista crítico do discurso, articulada a partir de uma concepção crítica e negativa do termo e, portanto, na sua relação com os conceitos de poder e hegemonia. Deste modo, na ACD, nem todo discurso é ideológico. O discurso é ideológico

---

<sup>55</sup> O trabalho de van Dijk pode ser consultado em: <http://www.discourses.org/projects/ideology/>, acessado a setembro de 2020.

quando resulta em uma contribuição para a manutenção das relações particulares de poder e dominação (Fairclough, 2001).

Embasada por uma tradição crítica marxista, a construção de uma definição de ideologia e as suas bases teóricas, na ACD, foram apropriadas da teoria da ideologia proposta por Althusser (Fairclough, 2001, p. 116). É importante referir, no entanto, que a ACD não se iguala e nem se resume ao enquadramento althusseriano, ao qual Fairclough direciona críticas que determinam os pontos de afastamento. Passamos a apresentar os três pressupostos que definem ideologia para Fairclough (2001, p.116) e que não deixam dúvidas sobre a filiação da ACD à teoria da ideologia proposta por Althusser.

Primeiro, a ideologia tem existência material nas práticas das instituições; segundo, a ideologia ‘interpela os sujeitos’ e; terceiro, os ‘aparelhos ideológicos de estado’ são lugares das lutas no discurso”. Assim, o pensamento althusseriano serve à ACD com princípios que: abrem caminhos para a investigação das práticas discursivas como formas materiais de ideologia; colocam em evidência a necessidade de se investigar os ‘efeitos ideológicos’ na constituição dos sujeitos e como se dá o processo de interpelação de sujeitos; e estabelecem o foco em uma análise de discurso orientada ideologicamente.

Delimitada a influência de Althusser, são as críticas ao pensamento deste autor que melhor ajudam a definir o conceito de ideologia na ACD. Ao mesmo tempo que sustentou as bases teóricas da ACD, a teoria da ideologia de Althusser apresenta uma visão que se demonstra inconciliável com a visão transformacional, advinda da ontologia realista que embasa a ACD. Fairclough (2001, p. 121) refuta “a concepção de Althusser (1971) de ‘ideologia em geral’ como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade” e explica que “particularmente, o trabalho de Althusser contém uma contradição não-resolvida entre uma visão de dominação que é imposição unilateral e reprodução de uma ideologia dominante, em que a ideologia figura como um cimento social universal” e, nessa perspectiva se dá a “marginalização da luta, da contradição e da transformação”. (Fairclough, 2001, p. 117). Tal crítica refere à visão de Althusser como limitada no que diz respeito à possibilidade de ação e emancipação por parte dos sujeitos, elementos que por suas vezes são fundamentais para a ACD na “oposição às práticas ideológicas (Fairclough, 2001, p.121). Para a ACD há, por parte do sujeito, a capacidade de ação individual: os sujeitos sociais são moldados pelas práticas discursivas, mas também são capazes de remodelar e reestruturar tais práticas (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p.60).

Na nossa acepção, não haveria, no âmbito da ACD, outra postura com relação a um certo determinismo da visão althusseriana do ‘sujeito sujeitoado’, do que a refutação no sentido de conferir

estabilidade à visão da ontologia social crítico-realista subjacente à ACD, que a diferencia de outras vertentes de Análise do Discurso. Ao refutar a visão althusseriana, a ACD preserva a sua orientação para a mudança social. Em busca de uma compreensão própria de ideologia, orientada para a transformação social, Fairclough refere que:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Fairclough, 2001, p.117)

Tal concepção assemelha-se, conforme coloca o próprio autor, à concepção de ideologia em Thompson (1984, 2011), a partir das contribuições que o autor dá à concepção crítica da ideologia. Na reformulação do conceito de ideologia que faz, Thompson foca nas relações entre sentido e poder, o que dialoga bem com as premissas da ACD, para a qual o poder é um investimento ideológico. Para Thompson (2011, p.16), a “ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido ao serviço do poder”. O diálogo que há entre premissas da ACD e a teoria social crítica de Thompson, leva a que o enquadramento acerca dos modos de operação da ideologia sirvam bem às preocupações da ACD em investigar os efeitos ideológicos dos discurso. Este é um caminho que parte dos elementos textuais com o objetivo de desvelar o que, muitas vezes, não está explícito ou não é considerado como um efeito ideológico, mas que contribui para a manutenção de relações desiguais de poder sendo, portanto, ideológicos (Fairclough, 2001, p. 323). Para analisar a ideologia e os seus efeitos sobre as relações de poder, Fairclough prefere afastar-se da ideia de Fowler (1979), de que “as ideologias estão nos textos”:

Prefiro a concepção de que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras. (Fairclough, 2001, p.119)

Assim, a análise da ideologia na ACD parte da observação de que “a ideologia investe a linguagem de várias maneiras, em vários níveis, sendo uma propriedade que age dialeticamente entre o texto e as prática sociais” (Fairclough, 2001, p.118). Nesta concepção, são os efeitos sociais ideológicos que fazem a intermediação entre os recursos linguísticos e as relações de poder. Assim, para os analistas críticos do discurso, o poder é um investimento ideológico, o que inscreve a ideologia como a razão principal que justifica o vigor crítico da ACD e o seu comprometimento com a mudança social e discursiva. A crítica na ACD é, sobretudo, a crítica da ideologia.

## **CAPÍTULO 3. A INTERNET CONFINADA: AS CONTRADIÇÕES REGULATÓRIAS E A NARRATIVA DA NEUTRALIDADE DA REDE**

### **3.1. O contexto internacional estadunidense: o arquétipo da neutralidade da rede**

A narrativa da neutralidade da rede, nos Estados Unidos, aparece a ser contada a partir do ano de 2002, quando a entidade reguladora FCC (do português - Comissão Federal de Comunicações), no governo de George Bush, filho, emitiu uma declaração (FCC, 2002) com a proposta de alterar a regulação dos serviços de banda larga nos EUA. A conclusão da agência reguladora foi a de que o serviço de *modem*<sup>56</sup> a cabo, como estava a ser oferecido, tinha a sua classificação mais adequada a um serviço de informações interestaduais do que a um serviço a cabo. O resultado foi a reclassificação dos serviços de banda larga prestados pelos operadores de telecomunicação com o uso das infraestruturas de televisão a cabo. Estes que eram, até então, classificados como um 'serviço de telecomunicações', em consonância com o que havia sido imposto na Lei de Telecomunicações de 1996, passaram a ser categorizados como um 'serviço de informações'. Tal alteração constituiu um arbítrio que McChersney (2013, p. 111) apresenta como silencioso, seja pela ausência de audiência pública, seja pela isenção de uma cobertura dos media. Esta última afirmação ajuda a explicar porque a maior parte do debate a respeito da neutralidade da rede tende a ignorar a decisão da FCC de 2002, concentrando-se nas decisões regulatórias que vieram a partir de 2005.

Num cenário de expansão da Internet, a decisão de reclassificar a banda larga a cabo serviu aos interesses dos operadores de telecomunicação em oposição aos interesses públicos. Resultou num maior fechamento dos usos das infraestruturas comunicacionais, no colapso da concorrência da banda larga e colocou em ênfase a urgência das disputas associadas às políticas da Internet, como é o caso da neutralidade da rede. Durante as décadas seguintes, estes debates ganharam espaço na dimensão pública, constituindo o que McChersney refere como “o levante de 2003” (McChersney, 2004).

Para o entendimento destas problemáticas, circunscritas na fronteira entre o que pode ser considerado Internet e o que está na dimensão das telecomunicações, fazem-se necessários alguns entendimentos que retomam a distintos momentos históricos separados pelo surgimento da Internet. Até à década de 80, o uso da rede telefónica dava-se por exclusividade de um monopólio concedido à AT&T pela Lei de Comunicações de 1934, relação através da qual a empresa obtinha benefícios por subsídios indiretos do governo (McChersney, 2013, p. 109). Como aponta Lessig (2002, p.30)

---

<sup>56</sup> O modem é o aparelho que permite o acesso à Internet banda larga, através da infraestrutura dos cabos normalmente operados pelas empresas de TV por cabo. O aparelho trata da conversão dos sinais entre digitais e analógicos possibilitando a transmissão dos dados em rede.

“durante grande parte da história da telefonia, foi crime usar a rede de maneiras não especificadas pela AT&T”. O controlo da rede de comunicações, na época exclusivo da indústria de telefonia, constituiu um exemplo do forte empecilho que um monopólio representa à entrada de serviços que ameaçam o seu próprio modelo de negócios.

A partir da década de 60, a recusa da AT&T em partilhar o acesso à rede nacional dificultou a possibilidade de transição de uma comunicação que se dava por circuitos, utilizada no sistema telefónico, para uma comunicação que se dava por comutação de pacotes de dados entre redes de computadores. Foi através da entidade reguladora, a FCC, e por meio de políticas de desregulamentação da estrutura da rede, entre 1968 e 1984, que se deu a quebra do monopólio regulado. Como resultado, o uso das infraestruturas comunicacionais foi aberto a outros prestadores de serviços, numa lógica de aluguer para os intermediários concorrentes.

A liberalização das redes, já na década de 90, num momento em que a Internet comercial estava em expansão, mas ainda dependia dos fios telefónicos, impulsionou a emergência dos fornecedores de acesso à Internet (também conhecidos como ISPs - do inglês *Internet Service Providers*). A Lei de Telecomunicações de 1996 classificou os serviços destes intermediários como 'serviços de informações' enquanto uma distinta classificação, a de 'serviços de telecomunicação', foi reservada aos serviços prestados diretamente pelos operadores de telecomunicação. A legislação determinou ainda que os serviços de telecomunicações estavam subordinados a obrigações regulatórias de transporte comum (do inglês *common carrier*), o que não se aplicava aos serviços de informação.

A subordinação às regras de transportador comum afirma algumas questões que passamos a desvencilhar, pois são essenciais para o entendimento das dinâmicas regulatórias que circunscrevem hoje a Internet. A estes operadores foram impostas obrigações regulatórias, no sentido de que os serviços prestados deveriam ser não-discriminatórios. Quando aplicada à telefonia, a classificação de transportador comum impõe que o serviço seja prestado com uma mesma qualidade a todos aqueles que possuem uma assinatura de telefone. Ao mesmo tempo, a classificação impõe que a infraestrutura comunicacional destes operadores seja disponibilizada para outros agentes intermediários, como os fornecedores de acesso à Internet.

O conceito de transporte comum, como se vê, está inserido na problemática que McChesney (2008, p. 306) referiu como uma espécie de “vida dupla do sistema de comunicação”, um ponto central nos estudos dos media sobre a tensão existente no sistema de comunicação enquanto uma atividade de interesses públicos que pode ser capturada pelos interesses da economia global



emergente. Como veremos, na prática, a classificação de transportador comum está suspensa na flexibilidade do que se entende como “interesse público” (Aufderheide 1999, McQuail, 2003).

Num modo de ver, a Lei de Telecomunicações de 1996 foi anunciada como um estímulo à pluralidade da prestação de serviços que buscava impedir a formação de monopólios no setor das telecomunicações através da concorrência entre os operadores de telecomunicação e os fornecedores de acesso à Internet. Porém, o que se deu com a abertura dos usos das infraestruturas comunicacionais ao mercado privado não pode ser lido como um elemento de abertura de concorrência, e muito menos como um factor de democratização das redes nacionais. Ao referir a esta legislação como um “golpe de estado simbólico para o interesse público”, McChesney (2013, p. 106), expõe o abandono do envolvimento público no setor que teve a sua máxima expressão numa fé ingênua (ou oportuna se for considerada a expansão da atuação dos Estados Unidos internacionalmente) de que a concorrência promovida pelo livre mercado tornaria desnecessária a regulação do setor.

De uma forma muito diferente do cenário atual, os primeiros intermediários de fornecimento de conexão à Internet passaram a constituir de pequenas empresas que ofereciam Internet através de uma conexão discada por meio da tecnologia DSL<sup>57</sup>. Esta conexão dependia do uso das infraestruturas dos operadores de telecomunicação com quem, a princípio, estabeleceram uma relação concorrencial no provimento e na comercialização de serviços de Internet. Porém, as novas possibilidades de conectividade à Internet, para além da conexão discada, possibilitaram outras formas de relações entre estes atores.

O acesso à Internet banda larga, com uma maior velocidade, foi fomentada em paralelo à expansão da indústria de televisão por cabo cujas infraestruturas passaram a servir também para o acesso à Internet. Essa foi a forma de entrada dos operadores de telecomunicação no mercado da Internet. Enquanto o acesso à Internet por conexão banda larga DSL se aproveitou da infraestrutura do telefone fixo e foi oferecida, a princípio, por pequenas empresa de fornecimento de acesso à internet, a oferta por conexão banda larga a cabo foi implementada a partir das infraestruturas construídas para a TV pelos operadores de telecomunicação. Estes, se não fossem as obrigações de transportador comum, poderiam prestar os serviços que estavam a cargo dos fornecedores de acesso à Internet.

A permissão para que os serviços prestados pelos operadores de telecomunicação pudesse se desvincular destas obrigações vieram, como vimos anteriormente, da decisão de 2002, assinada pelo então presidente da FCC, Michael Powell, que viera a ocupar, até a atualidade da presente

---

<sup>57</sup> A tecnologia ADSL é capaz de permitir que uma linha telefônica analógica esteja apta a prestar serviços de alta velocidade para troca de dados. DSL é a abreviatura de “Digital Subscriber Line” (do português - Linha de Assinante Digital).

investigação, o cargo de presidente da principal associação comercial dos setores de banda larga e televisão paga dos EUA<sup>58</sup>. Powell divulgou que a subordinação às obrigações de transporte comum seriam prejudiciais ao desenvolvimento das infraestruturas comunicacionais, levando em conta que tal regulação estava a afastar o investimento. No entanto, como coloca Fernandes (2017, p. 69) “a decisão foi representativa do afastamento de um princípio histórico do direito das telecomunicações nos EUA, numa opção clara de desregulação”.

A decisão validou os operadores de telecomunicação a restringirem o uso das infraestruturas comunicacionais, o que trouxe algumas implicações para o setor. Primeiro, ao perder o direito de uso das infraestruturas comunicacionais, as empresas menores deixaram de atuar no mercado de fornecimento de acesso à Internet, o que esfacelou a concorrência. Segundo, foram estabelecidos acordos ditados pelos operadores de telecomunicação para partilhar com apenas alguns fornecedores de conexão as suas infraestruturas, o que levou à formação de duopólios e a um maior controlo do setor.

A intervenção dos interesses comerciais resultou num processo de fusões e aquisições e em desenhos de negócios que passaram pela integração vertical das ofertas de telecomunicações e dos serviços de informação. A longo prazo, os resultados podem ser ilustrados pela forma como a AT&T, alvo de impedimento de monopólio na década de 80, retomou de forma mais expandida a sua atuação, sendo hoje, como refere em seu endereço eletrónico oficial uma das redes de *backbone*<sup>59</sup> globais mais avançadas e poderosas do mundo, com atuação em 240 países. Este cenário não seria possível caso a Internet de banda larga por cabo fosse considerada um serviço de telecomunicações e os operadores continuassem a atuar no regime de transporte comum.

Estas negociações e estes investimentos tomaram como base a flexibilidade do conceito de interesse público, utilizando a eliminação dos requisitos de transporte comum sob o pretexto da ampliação da infraestrutura da rede. É nesta flexibilização do conceito de interesse público que se encontram algumas das críticas de autores como Schiller (1999) , Mosco (2004) e McChesney (2013), sobre a possibilidade de que os aparatos regulatórios do Estado integrem os mecanismos de uma nova dinâmica de acumulação de riqueza associada aos fluxos informacionais. Diante deste cenário revisitamos as perguntas que Newman e Scott já haviam colocado em 2005:

---

<sup>58</sup> A associação comercial dos setores de banda larga e televisão paga dos Estados Unidos tem o seu endereço eletrónico disponível em: <https://www.ncta.com/>, acedido a 20 de setembro de 2020.

<sup>59</sup> Backbone é a infraestrutura responsável pelo transporte de dados que sustenta as transmissões que se dão entre os servidores do sistema de rede entre computadores.

a questão é se essas redes estarão abertas a todos os usuários de forma não discriminatória. Serão as transportadoras comuns de todo o tráfego dos media, independentemente da sua origem ou caráter, ou os proprietários das redes terão o poder exclusivo de definir os seus próprios termos de uso? (Newman & Scott, 2005, p. 38)

A conclusão a que chegam os autores diz sobre a previsibilidade de que os resultados seriam “desastrosos”. O que era uma previsão começou a consolidar-se em denúncias, a partir de 2005, baseadas em suspeitas de discriminação, por parte dos operadores de conexão à Internet, ao tráfego de dados de serviços e conteúdos. Os primeiros casos confirmados deram-se pelo bloqueio ao tráfego dos serviços de voz na Internet envolvendo a proteção dos negócios de um grande operador de telecomunicações diante da expansão das possibilidades de chamadas de voz pela Internet (VoIP) (FCC, 2005a)<sup>60</sup>. É a partir deste caso que partem muitas das narrativas sobre o cenário de uma Internet não-neutra. Meinrath e Pickard (2008, p. 5) apontam outros casos de discriminação em rede que corroboram para esta visão:

Em 2005, a empresa canadense de telecomunicações Telus impediu os utilizadores de acessar um site pró-sindical durante uma disputa trabalhista. Em 2006, a AOL Time Warner bloqueou uma campanha de email em massa de seus clientes que se opunham ao sistema de email em camadas proposto pela AOL. Em 2007, a AT&T aparentemente censurou um webcast do comentário político anti-Bush da banda de rock Pearl Jam. Também em 2007, a Verizon foi encontrada bloqueando as mensagens de texto da organização pró-escolha NARAL. Em 2008, a Bell Canada foi flagrada restringindo o tráfego P2P de provedores de DSL de terceiros. (Meinrath & Pickard, 2008, p. 5)

Karr (2018), em artigo para a Free Press<sup>61</sup>, fornece uma lista de práticas discriminatórias adotadas tanto por operadores de telecomunicação como por fornecedores menores de acesso à Internet, entre 2005 e 2014. As práticas citadas passam por bloqueios de serviços VoIP, tecnologias P2P, conteúdos políticos, serviços de *streaming* de vídeo e ainda pelo redirecionamento de resultados em buscadores eletrônicos. De forma geral, os bloqueios objetivaram suprimir os modelos de negócios que configuravam uma ameaça aos interesses dos operadores de conexão.

As práticas discriminatórias ganharam impulso na promoção das medidas de desregulação da rede que continuaram a avançar em 2005 através das decisões de uma nova estrutura regulamentar para

---

<sup>60</sup> Em um caso específico a operadora de telecomunicação Madison River promoveu o bloqueio do provedor de VoIP Vonage, numa clara tentativa de defesa do seu modelo de negócio de voz por linha telefônica.

<sup>61</sup> O artigo está disponível em: <https://www.freepress.net/our-response/expert-analysis/explainers/net-neutrality-violations-brief-history>, acessado a setembro de 2020.

os serviços de acesso à Internet em banda larga. A decisão da FCC (2005b) seguiu o que inicialmente foi proposto em 2002 na gestão de Powell, sendo reafirmada pelo poder judiciário. De forma mais abrangida, além dos operadores por cabo, também os operadores DSL passaram a ser classificados como serviços de informação. Assim, a FCC abriu mão da regulação de todo o setor da Internet de banda larga, reafirmando o afastamento deste serviço do interesse público. Tal medida pode ser lida como um “absoluto contraciclo com as evidências de práticas muito duvidosas no setor do fornecimento de acesso” (Fernandes, 2017, p. 70).

A controvérsia fica em evidência quando, diante da repercussão dos casos de práticas discriminatórias em rede, a FCC divulga uma lista de recomendações de princípios a serem seguidos pelos operadores de conexão (FCC, 2005c). O documento, que expõe controvérsias, referiu a necessidade de garantir que a Internet fosse operada de forma neutra. As recomendações não foram colocadas em termos de regras formais, mas sim divulgadas em um *policy statement*, ou seja, uma declaração política que orientava à um “gerenciamento de rede razoável” por parte dos operadores (FCC, 2005c, p. 02). O que estava em causa, de acordo com o regulador, era a preservação e a promoção da natureza aberta e interconectada da Internet pública.

Neste sentido, os operadores foram incentivados a respeitar quatro princípios que se orientam aos direitos dos seus clientes : 1) o direito a aceder ao conteúdo legal da Internet de sua escolha; 2) o direito de usar aplicações e serviços de sua escolha; 3) o direito de conectar dispositivos pessoais que não prejudiquem a rede; 4) o direito à concorrência entre operadores de conexão, de aplicativos, de serviços e de conteúdos.

Há, nestes princípios, uma base para o entendimento do que constitui e defende, do ponto de vista da entidade reguladora, as questões associadas à neutralidade da rede. Neles coloca-se a ênfase nos direitos daqueles que utilizam os serviços de conexão à internet ao mesmo tempo em que há um apagamento das disputas relacionadas ao acesso das infraestruturas comunicacionais. Se até então havia indagações sobre por que os operadores de telecomunicação não partilhavam o uso das suas infraestruturas de forma pública, o foco passou a estar restrito à relação entre os prestadores de serviços e os clientes.

Assim, os casos de arbitrariedades e bloqueios continuaram a ocorrer após a declaração política de 2005, batendo de frente com a ideia de gestão razoável sugerida pelo regulador na declaração geral de política de princípios que propunha uma rede neutra. Os debates que se seguiram foram intensificados pela pressão dos grupos ativistas. A disputa eleitoral também incluiu o debate sobre a neutralidade da rede como uma de suas grandes pautas. Barack Obama, que demonstrara apoio ao

ativismo relacionado ao tema, foi eleito em 2009 e a nomeação de Julius Genachowski para a presidência da FCC levou à aprovação de regras mais formais para a neutralidade da rede.

A decisão intitulada *Open Internet Order* (FCC, 2010) expôs regras de transparência, de não-bloqueio para a banda larga fixa e móvel e de não discriminação do tráfego de dados para a rede fixa. Publicado como “um passo importante para preservar a Internet como uma plataforma aberta para inovação, investimento, criação de empregos, crescimento econômico, concorrência e liberdade de expressão” (FCC, 2010, p. 2), o documento não trouxe, no entanto, mudanças significativas do ponto de vista estrutural, sendo um documento confuso e com regras fracas. Aaron (2012), da organização *Free Press*, classificou a gestão de Genachowski, à frente da FCC, como decepcionante diante das expectativas que foram criadas perante as promessas eleitorais de Barack Obama. A maior justificativa para tal afirmação está no facto de que a FCC não propôs a reversão das políticas sancionadas pelo governo de George Bush, ou seja, não houve a decisão de reclassificar os serviços de banda larga a cabo como serviços de telecomunicação (e consequentemente como transportadores comuns), conforme era esperado pelos ativistas.

Esta lacuna foi o que manteve em aberto as problemáticas que se referem à fronteira entre Internet e telecomunicações e, ao mesmo tempo, foi o que possibilitou que um dos maiores operadores de telecomunicação, a *Verizon*, pudesse questionar os limites das decisões da FCC para os seus negócios<sup>62</sup>. O questionamento incidiu na ideia de que a prestação de serviços de Internet a cabo, classificada desde 2002 como um serviço de informação (e portanto isenta de responsabilidades de um transportador comum), não deveria estar sujeita às regras da FCC. A operadora ganhou nos tribunais em 2014 e isso significou a destituição de grande parte das fracas regras de 2010.

O cenário expunha a posição de fragilidade a que a própria FCC havia se submetido com as decisões de 2002 e 2005. A partir de então, o discurso de Barack Obama<sup>63</sup> passou a vislumbrar uma regulação mais forte para o setor de banda larga, tanto para o serviço fixo quanto para o móvel. Tal só poderia ser realizado com a reclassificação dos serviços de banda larga como um serviço de telecomunicações, sendo esta a decisão esperada pelos ativistas desde que Barack Obama fora eleito.

A decisão de que “o serviço de acesso à Internet em banda larga é um “serviço de telecomunicações” (FCC, 2015, p. 10) veio com uma nova Ordem da Internet aberta, um extenso documento através do qual a entidade reguladora, na gestão de Tom Wheeler, retomou o direito de impor regras para o setor, tais como as que haviam anteriormente sido revogadas em benefício da

---

<sup>62</sup> O documento está disponível em: <https://tinyurl.com/yxknvpen>, acedido a setembro de 2020.

<sup>63</sup> Um dos discursos no qual Barack Obama menciona o debate sobre a neutralidade da rede, intitulado “Declaração do presidente Obama sobre como manter a Internet aberta e gratuita” está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uKcjQPvWfDk>, acedido a setembro de 2020.

Verizon. Com o objetivo de “proteger os consumidores de táticas passadas e futuras que ameaçam a Internet aberta” (FCC, 2015, p. 7) foram identificadas três práticas específicas que invariavelmente prejudicam a Internet aberta: o princípio de nenhum bloqueio, o princípio de nenhum estrangulamento<sup>64</sup>, e o princípio de nenhuma priorização paga.

Ao procurar estabelecer regras mais rígidas em relação às de 2010, a FCC passou a ser alvo de petições, registadas no poder judiciário, para revisar a decisão de reclassificar o acesso à Internet de banda larga como um serviço de telecomunicações<sup>65</sup>.

As resistências às regras de regulação mais rígidas sobre a Internet não vieram só por parte dos operadores de conexão, mas também a partir dos representantes políticos. No Senado, a oposição foi expressa através do projeto de Lei da Restauração da Liberdade na Internet<sup>66</sup> (do inglês *Restoring Internet Freedom Act*) do senador Mike Lee (Lee, 2016). O documento pretendia proibir a FCC de reclassificar o serviço de acesso à Internet em banda larga como serviço de telecomunicações e impor certos regulamentos aos provedores desse serviço. O senador, responsável pelo projeto, declarou que a internet deve estar livre “da mão pesada do governo” de forma a garantir a inovação tecnológica contínua”.

Na câmara, o projeto de lei HR 2666<sup>67</sup>, de 2016, pretendia proibir a FCC de regular as tarifas cobradas pelo serviço de acesso à Internet em banda larga. O texto foi interpretado por grupos ativistas<sup>68</sup> como um impeditivo para que a FCC pudesse atuar com as regras de bloqueio, de limitação e de priorização paga, bem como com um entrave para intervir sobre as práticas de tarifa zero (do inglês – *zero rating*). O projeto foi apoiado por grupos empresariais como a AT&T; a *Time Warner Cable*, a *US Telecom* e a *American Cable Association*<sup>69</sup>.

Os serviços de tarifa zero configuram uma forma de bloqueio que ocorre quando os operadores de conexão disponibilizam, aos seus clientes, o acesso a determinados conteúdos e aplicações, sem que isto implique na contabilização dos dados consumidos e, consequentemente, na cobrança pelo tráfego gerado. A prática pode funcionar a partir de acordos feitos entre os fornecedores de serviços de conteúdos e de aplicações e os operadores de conexão. A tarifa zero é mais comum nos serviços de

---

<sup>64</sup> O estrangulamento (do inglês – *throttling*) é a prática de degradar a velocidade de tráfego dos dados na Internet.

<sup>65</sup> Dentre as empresas que pediram a revisão da decisão estão a USTelecom, a Full Service Network, a TruConnect Mobile, a Sage Telecommunications LLC, e a Telescape Communications, Inc. Nesta orientação o fornecedor de acesso Alamo Broadband declarou que considerar os seus serviços como um “cano burro” era um equívoco. A ideia de que o governo não deveria intervir nos modelos de negócios em Internet banda larga foi um dos argumentos utilizados pelos operadores de conexão.

<sup>66</sup> O projeto de lei pode ser consultado em: <https://www.lee.senate.gov/public/index.cfm/2017/5/sen-lee-introduces-restoring-internet-freedom-act>, acessado a setembro de 2020

<sup>67</sup> O projeto de lei pode ser consultado em <https://www.congress.gov/bill/114th-congress/house-bill/2666>, acessado a outubro de 2020.

<sup>68</sup> A exemplo dos Free Press Action Fund, o Fight for the Future, o Public Knowledge e o Center for Media Justice (CMJ), cuja as opiniões podem ser consultadas em: [http://www.supremecourt.gov/opinions/15pdf/14-840\\_k537.pdf](http://www.supremecourt.gov/opinions/15pdf/14-840_k537.pdf), acessado a outubro de 2020.

<sup>69</sup> Os documentos podem ser consultados em: <https://www.opensecrets.org/federal-lobbying/bills/summary?cycle=2019&id=hr2666-114>, acessado a outubro de 2020.

internet móvel, devido ao modelo de cobrança por tráfego de dados (que difere da cobrança por velocidade, como ocorre na banda larga fixa). A regulação destes serviços estava a ser estudada pela FCC (2017a, p.17), por meio do relatório do comissário Michael O’Rielly, que detetou haver, nestas ofertas, problemas competitivos que violavam as regras da Ordem da Internet Aberta<sup>70</sup>.

A eleição de Donald Trump, em 2017, contudo, alterou os rumos políticos e a regulação no campo das telecomunicações e da Internet de banda larga. O primeiro indicativo foi o encerramento das investigações sobre as ofertas gratuitas de dados das operadoras de telefonia móvel. Além de não penalizar os operadores de conexão, foi dado sinal verde para que as empresas pudessem “investir com segurança e introduzir produtos e serviços altamente populares sem medo de intervenção da Comissão” (FCC, 2017b). Tal visão passou a ideia de que a prática da classificação zero aumentava a concorrência no mercado sem fio, sendo benéfica para os utilizadores.

No fim do mesmo ano, a FCC foi colocada sob a presidência de Ajit Pai, cujas declarações emprestaram um tom satírico para o debate sobre a neutralidade da rede<sup>71</sup>. A regulação da neutralidade da rede, de 2015, foi revogada e os serviço de acesso à Internet de banda larga foram reclassificados como um ‘serviço de informações’. Num alargamento, o serviço de acesso à Internet de banda larga móvel foi classificado como um “*private mobile service*”, que pode ser traduzido como serviço móvel privado, deixando em ênfase o afastamento do interesse público.

Houve algumas reações à revogação da neutralidade da rede. No domínio da política, foi aprovado em setembro de 2018, no senado, um projeto que objetivou promulgar a Lei de proteção ao consumidor e a neutralidade da rede na Califórnia<sup>72</sup>, definindo um padrão específico para este Estado. O projeto enfrentou desafios que foram impostos por parte do poder executivo e do governo federal estadunidense, tendo sido impedido de ir em frente. No ano seguinte, em 2019, o projeto de lei HR. 1644<sup>73</sup>, proposto por Michael Doyle e intitulado *Save the Internet Act*, pretendeu restaurar a regulação da neutralidade da rede. A legislação foi aprovada pela câmara dos deputados em abril de 2019<sup>74</sup>, porém o seu avanço permaneceu estagnado durante o governo do republicano Donald Trump. A derrota eleitoral deste último, em novembro de 2020, e a sucessão do democrata Joe Biden à presidência dos Estados Unidos motivou por parte do congressista Michael Doyle esperanças

---

<sup>70</sup> Algumas das ofertas investigadas eram oferecidas por empresas como a AT&T, com dados patrocinados, e pela Verizon, através da oferta intitulada FreeBee Data 360.

<sup>71</sup> Um exemplo dos discursos em tom satírico, de Ajit Pai, é o vídeo intitulado ‘Sete coisas que você ainda pode fazer na Internet após a neutralidade da rede, retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=FahTSQSXskw>, acessado a setembro de 2020.

<sup>72</sup> O projeto pode ser consultado em: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/senate-bill/822/all-info>, acessado a outubro de 2020.

<sup>73</sup> O projeto de lei pode ser acompanhado no endereço eletrônico disponível em: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/1644>, acessado a setembro de 2020.

<sup>74</sup> A votação que levou à sua aprovação pode ser consultada em: <http://clerk.house.gov/evs/2019/roll167.xml>, acessado a setembro de 2020.

relativamente à restauração da neutralidade da rede<sup>75</sup>. No entanto a aprovação do *Save the Internet Act* permanece pendente da aprovação do senado de modo que a restauração da neutralidade da rede é incerta no país, pelo menos até o momento em que concluímos a redação desta tese (janeiro/2021).

No decorrer das disputas associadas à neutralidade da rede, deram-se diversas movimentações no mercado das telecomunicações e da Internet. Estas podem ser observadas a partir dos arranjos empresariais que foram aprovados pelos órgãos reguladores competentes. A partir da histórica fusão entre a AOL e a Time Warner, em 2000, as integrações de grupos multimédias passaram a ter cada vez mais controlo sobre o sistema de produção e distribuição dos conteúdos mediáticos e das infraestruturas comunicacionais. As sinergias mais recentes levaram à criação da *WarnerMedia*, a partir da compra da *Time Warner* pela AT&T, em 2018<sup>76</sup>. Este é um dos maiores conglomerados de media com um vasto número de empresas de comunicação e de entretenimento em pelo menos 18 países. A *Verizon Media*, inicialmente com o nome *Oath*, foi criada em 2017 a partir da compra da *Yahoo* e da AOL pela *Verizon*<sup>77</sup>. Também os serviços de conteúdo investem para tomar lugar no mercado de infraestrutura da rede. O Google investe em cabos internacionais privados desde 2016, quando foi anunciada a parceria com o *Facebook* e a TE *SubCom*<sup>78</sup>, empresa pioneira no setor de tecnologia de comunicações submarinas.

As dinâmicas de regulação das possibilidades comunicacionais em rede de computadores nos Estados Unidos ajuda a compreensão de que as questões associadas à neutralidade da rede incidem sobre os serviços de conexão à internet. Neste sentido, o debate coloca ênfase nas preocupações de que os interesses dos controladores das redes constituam práticas discriminatórias de acesso aos dados na Internet. No entanto, as disputas relacionadas ao acesso das infraestruturas comunicacionais constituem de problemáticas ainda mais amplas, cuja análise requer uma crítica ao rompimento do carácter público da Internet.

---

<sup>75</sup> O discurso otimista de Michael Doyle pode ser consultado em: <https://www.dailydot.com/debug/mike-doyle-net-neutrality-joe-biden/>, acedido a dezembro de 2020.

<sup>76</sup> Conteúdos noticiosos a respeito da fusão entre a Time Warner e a AT&T, podem ser lidos em: [https://about.att.com/pages/company\\_profile\\_warnermedia](https://about.att.com/pages/company_profile_warnermedia) e <https://www.meiosepublicidade.pt/2018/06/att-assume-controlo-da-time-warner-muda-designacao-warnermedia/>, acedidos a dezembro de 2020.

<sup>77</sup> A aquisição da AOL e da Yahoo pela Verizon pode ser lida a partir dos seguintes endereços eletrónicos: <https://policies.oath.com/in/en/oath/privacy/> e <https://www.businessinsider.com/aol-and-yahoo-will-become-oath-after-merger-closes-2017-4>, acedidos a dezembro de 2020.

<sup>78</sup> O mais recente cabo anunciado pelo Google, conectará Portugal e África do Sulcom a previsão de estar operacional em 2021. Alguns destes projectos podem ser consultados em: <https://cloud.google.com/blog/products/infrastructure> e <https://www.subcom.com>, acedidos a setembro de 2020.



### 3.2. A construção de uma abordagem europeia para a neutralidade da rede

A narrativa da neutralidade da rede, no contexto europeu, começou a estar presente no final dos anos 2000, quando se buscou uma abordagem europeia para um tópico que estava a repercutir “do outro lado do Atlântico” (Reding, 2008, p. 2). O interesse pelo tema progrediu principalmente por causa da reforma das telecomunicações propostas pela Comissão Europeia em novembro de 2007(IP/07/1677)<sup>79</sup>. O tom inicial do debate foi declarado em 2008, num discurso da Comissária da União Europeia para a Sociedade da Informação e os Media, durante a conferência intitulada ‘Neutralidade de rede: implicações para inovação e negócios online’. Nesta altura, em que a questão estava longe de ser prioritária na agenda europeia, Viviane Reding declarou que o “debate sobre a neutralidade da rede é sobre dinheiro vivo. Dólares e Euros” (Reding, 2008, p. 2). O discurso da comissária estava em consonância com as medidas divulgadas pela Comissão Europeia relativamente ao planeamento de políticas da UE na matéria de desenvolvimento da “Internet do futuro”. A comunicação ‘Futuras redes e a Internet’ cita “algumas preocupações sobre a manutenção da neutralidade da Internet” (Comissão Europeia, 2008b, p. 8) num contexto de evolução do mercado convergente que não tocava as questões democráticas às quais a neutralidade da rede passou a ser associada, posteriormente.

Ao mesmo tempo em que se colocava a prioridade num mercado digital aberto e competitivo, evitou-se a formulação de regras específicas sobre a neutralidade da rede. Na altura, a decisão da Comissão foi a de permitir a priorização do tráfego, com a justificativa de que seria importante que os operadores pudessem fornecer serviços mais inovadores ou gerir redes de maneira eficaz. Sem regras claras, porém com a promessa de garantir ofertas com “níveis mínimos de qualidade” e de não aceitar “comportamentos abusivos ou anticompetitivos” por parte dos operadores (Reding, 2008, p.3). A gestão do tráfego seria controlada pela Comissão Europeia e pelas autoridades reguladoras nacionais.

O modo de inserção do tópico da neutralidade da rede, porém, começou a ser alterado a partir de 2009 com a aprovação do pacote de reforma das telecomunicações (MEMO/09/513)<sup>80</sup>. Esta alteração fez-se num esforço de afastar a narrativa da neutralidade da rede da questão do “dinheiro vivo” e dos consumidores, as quais referira Reding (2008), ao integrá-la na defesa do interesse público, narrativa que melhor condiz com uma tendência da regulação dos media nas sociedades democráticas ocidentais (Silva, Fidalgo e Sousa, 2011). A mudança discursiva pode ser acompanhada

<sup>79</sup> O documento pode ser consultado em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_07\\_1677](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_07_1677), acedido a setembro de 2020.

<sup>80</sup> O documento pode ser consultado em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO\\_09\\_513](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_09_513), acedido a setembro de 2020.

nas intervenções da Comissão Europeia para a Agenda Digital chefiada, entre 2010 e 2014, por Neelie Kroes, também vice-presidente da Comissão Europeia. A gestão foi marcada por discursos com uma perspectiva de crise e de construção de um futuro, entre eles: 'Neutralidade da rede na europa' (Kroes, 2010a); 'Neutralidade da rede - o caminho a seguir' (Kroes, 2010b); 'Uma visão europeia para a governança da Internet' (Kroes, 2012); 'A UE, salvaguardando a Internet aberta para todos' (Kroes, 2013). Nestes discursos, o tópico da neutralidade da rede é posicionado num estágio inicial comparativamente aos estados Unidos, que já estava a debater o tema. A justificativa para o adiamento de decisões que levassem a um regramento específico para a neutralidade da rede foram atreladas à estrutura regulatória europeia e ao ambiente competitivo que, na Europa, teriam feito com que não fosse necessário confrontar a problemática anteriormente (Kroes, 2010a, p. 4).

A partir de 2009, a neutralidade da rede integrou um dos pontos a serem promovidos para a implementação do pacote de reformas das telecomunicações da UE. Este pacote impôs regras a serem transpostas para o direito nacional dos 27 Estados-Membros até junho de 2011<sup>81</sup>. De entre as regras, dois pontos dizem sobre os novos modos de se referir à Internet (Comissão Europeia, 2009a, p. 2). Um deles refere a uma "nova liberdade na Internet", através da qual os usos das redes de telecomunicações em todo o espaço europeu deveriam respeitar os princípios gerais do direito da UE, conforme garantidos pela Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais<sup>82</sup>. O outro ponto está diretamente relacionado às garantias para uma rede aberta e mais "neutra", a comunicar que:

de acordo com as novas regras da UE, as autoridades nacionais de telecomunicações terão o poder de estabelecer níveis mínimos de qualidade para os serviços de transmissão em rede, a fim de promover a "neutralidade da rede" e as "liberdades da rede" (...) (Comissão europeia, 2009a, p. 2)

Este documento traz anexado ao pacote de reforma das telecomunicações uma declaração da Comissão sobre a neutralidade da Internet (Comissão europeia, 2009a, p.8), publicada posteriormente no Jornal Oficial da União Europeia (Parlamento Europeu, 2009, p. 69). Por meio desta, a neutralidade da rede é consagrada como objetivo político e princípio regulamentar a ser promovido. Fica ainda estabelecido o compromisso de atentar para a eventual necessidade de orientações suplementares.

---

<sup>81</sup> As implicações do novo quadro regulamentar europeu das telecomunicações para o cenário português podem ser consultadas em: <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=999604>, acedido a setembro de 2020.

<sup>82</sup> A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia pode ser consultada em: [https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf), acedido a setembro de 2020.

O marco regulatório europeu de 2009 deu mais autonomia e responsabilidades às autoridades reguladoras nacionais (ARNs), ao impor que estaria a cargo destas a promoção dos interesses dos cidadãos. Ao mesmo tempo, uma nova Autoridade Europeia para o Mercado das Telecomunicações foi criada com o objetivo de fornecer orientações e diretrizes aos reguladores nacionais: o Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC - do inglês *Body of European Regulators for Electronic Communications*). A entidade passou a atuar no reforço do mercado único das telecomunicações de forma a garantir que os serviços fossem oferecidos em coerência legislativa e de concorrência com a UE.

Por meio do BEREC, a Europa publicou estudos e diretrizes relacionados com a neutralidade da rede. Em 2011, lançou uma consulta pública a respeito da proposta de linhas de orientação em matéria de neutralidade de rede e transparência (BEREC, 2011a, 2011b)<sup>83</sup>. Na sequência, publicou as orientações para a qualidade de serviço em matéria de neutralidade da rede (BEREC, 2012). Em 2014, lançou o relatório sobre o monitoramento da qualidade dos serviços de acesso à Internet no contexto de neutralidade da rede, que foi acompanhado por uma consulta pública (BEREC, 2014a, 2014b). O BEREC realizou, em conjunto com o órgão regulador estadunidense, a FCC, em 2015, um *workshop* sobre neutralidade da rede<sup>84</sup>. Publicou, no contexto do Regulamento (UE) 2015/2120 as diretrizes sobre às quais os reguladores nacionais deveriam se orientar para monitorar e garantir o cumprimento das novas regras europeias de neutralidade da rede (BEREC, 2016). Em 2017, lançou consulta sobre um projeto de avaliação regulamentar da neutralidade da rede que pretendia orientar quando ao monitoramento da qualidade do serviço de acesso à Internet (BEREC, 2017). Desde então, a entidade divulga a avaliação da aplicação destas diretrizes e publica relatórios, a partir dos quais apresenta uma visão geral das atividades das reguladoras nacionais (BEREC, 2018a, 2018b, 2019).

Além do BEREC, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu envolveram-se como autoridades no assunto. Em meio à cobertura mediática e às denúncias de práticas discriminatórias por parte dos operadores, a Comissão Europeia lançou, de junho a setembro de 2010, uma consulta aberta sobre questões decorrentes da questão da neutralidade da rede<sup>85</sup>. A consulta foi seguida de uma cimeira conjunta entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu sobre 'A Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa'. Os pontos discutidos resultaram no

---

<sup>83</sup> A lista de todas as contribuições individuais recebidas nesta consulta podem ser consultadas em: [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/public\\_consultations/839-list-of-all-individual-contribution-received-by-berec-during-the-public-consultation-in-relation-to-the-net-neutrality](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/public_consultations/839-list-of-all-individual-contribution-received-by-berec-during-the-public-consultation-in-relation-to-the-net-neutrality), acessado a setembro de 2020.

<sup>84</sup> A convocatória para o workshop pode ser consultada em: [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/others/5513-draft-agenda-for-joint-berec-8211-fcc-workshop-on-net-neutrality-9-december-2015-london](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/others/5513-draft-agenda-for-joint-berec-8211-fcc-workshop-on-net-neutrality-9-december-2015-london), acessado a setembro de 2020.

<sup>85</sup> A convocatória para a consulta de 2010 pode ser consultada em: <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/digital-agenda-commission-launches-consultation-net-neutrality>, acessado a setembro de 2020

documento 'Abertura e neutralidade da Internet na Europa' (Comissão Europeia, 2011), que faz um panorama sobre a situação da gestão do tráfego de dados na Europa. Neste âmbito foram identificadas práticas de bloqueamento, diferenciação, encaminhamento e filtragem no tráfego dos dados. Apesar disso, uma Resolução do Parlamento Europeu (2011, p.130) constatou que, com base nas conclusões da comunicação da Comissão, não haveria, nesta fase, evidência de que a intervenção regulatória adicional, em matéria de neutralidade da rede, fosse necessária. O documento, todavia, continuou a chamar a atenção para o risco de comportamento anticoncorrencial e discriminatório na gestão do tráfego de dados, nomeadamente por empresas integradas verticalmente.

Em 2012, uma nova consulta a respeito dos aspectos específicos da transparência, do gerenciamento de tráfego e da comutação numa Internet aberta foi lançada pela Comissão Europeia<sup>86</sup>. Em 2014, no contexto da aprovação do pacote legislativo<sup>87</sup> para o mercado europeu das telecomunicações conhecido por “Continente Conectado”, o comissariado encarregado da Agenda Digital enviou uma Carta aberta aos deputados do Parlamento Europeu (Kroes, 2014). Tal comunicação, atípica, pode ser lida como uma influência para que a neutralidade da rede fosse aprovada sem alterações no que toca a conceitos abstratos adotados no texto, como o de “serviços especializados”, para referir a serviços que constituiriam de exceções à neutralidade da rede.

Com a aprovação do texto, em 2015, o Parlamento Europeu adotou alterações que levaram à consagração da neutralidade da rede, aplicável desde 30 de abril de 2016 no direito da União Europeia através do Regulamento (UE) 2015/2120, por vezes referido como Regulamento do Mercado Único das Telecomunicações. O ponto 8 deste Regulamento coloca que os prestadores de serviços de acesso à Internet “deverão tratar todo o tráfego equitativamente, sem discriminações, restrições ou interferências, independentemente do seu emissor ou recetor, conteúdo, aplicação, serviço ou equipamento terminal”. Ainda, referindo a uma Internet aberta, o artigo 3 do regulamento diz que:

os utilizadores finais têm o direito de aceder a informações e conteúdos e de os distribuir, de utilizar e fornecer aplicações e serviços e utilizar equipamento terminal à sua escolha, através do seu serviço de acesso à Internet, independentemente da localização do utilizador final ou do fornecedor, ou da localização, origem ou destino da informação, do conteúdo, da aplicação ou do serviço. (Parlamento Europeu, 2015, p. 8)

---

<sup>86</sup> A convocatória para a consulta de 2012 pode ser consultada em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/line-public-consultation-specific-aspects-transparency-traffic-management-and-switching-open>, acessado a setembro de 2020

<sup>87</sup> O pacote legislativo pode ser consultado em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/connected-continent-legislative-package>, acessado a setembro de 2020.

A deliberação foi apoiada por grupos de diferentes espectros políticos e o apoio dos parlamentares esteve aportado pela defesa ao direito de acesso a uma Internet livre e aberta, uma narrativa fácil de ser defendida e difícil de ser desconstruída. Assim, a neutralidade da rede, na Europa, está garantida pelo Regulamento (UE) 2015/2120, que estabelece medidas respeitantes ao acesso à Internet aberta e através das linhas de orientação para a neutralidade da rede do organismo de reguladores europeus das comunicações eletrónicas (BEREC, 2016).

Em 2015, a Comissão Europeia publicou um panorama dos países a respeito da implementação do quadro regulatório do setor das telecomunicações (Comissão Europeia, 2015b, p. 23). O estudo refere que os Estados-Membros estavam a seguir abordagens diferentes em matéria de neutralidade da rede, desde a auto-regulamentação até à legislação vinculativa. Em 2019, um novo estudo da Comissão apresentou relatórios sobre a aplicação das disposições do Regulamento (UE) 2015/2120 respeitantes ao acesso à Internet aberta. O relatório refere sobre “um amplo consenso no sentido de que os consumidores e as empresas devem ter direito de acesso a uma Internet aberta” (Comissão Europeia, 2019, p. 2). Neste aspecto, o tópico da neutralidade da rede, revestido na abertura da Internet, volta a estar associado à necessidade de proteção do utilizador final e da garantia do “funcionamento contínuo do ecossistema da Internet como motor de inovação” (Comissão Europeia, 2019, p. 9), mais do que associado a uma relação com as narrativas de liberdades democráticas.

### **3.3. O mercado das comunicações eletrónicas em Portugal: da liberalização dos media à Internet banda larga**

O panorama de um novo quadro regulatório europeu, a partir de 2009, exigiu dos países membros uma maior organização no âmbito dos poderes conferidos às autoridades reguladoras nacionais. Portugal responde perante a Autoridade Europeia de Regulação, o BEREC, através da ANACOM<sup>88</sup>, que é, no país, a encarregada do setor das telecomunicações (Sousa et al., 2012, p. 96). O órgão chegou a assegurar a presidência do BEREC em 2015 e a vice-presidência em 2014 e em 2016.

A ANACOM não é, porém, a única entidade que atua na regulação do setor da comunicação no país. Esta entidade regula as telecomunicações por meio da Lei das Comunicações Eletrónicas (LCE) e de decretos-lei sobre as radiocomunicações, atuando sobre os usos das infraestruturas

---

<sup>88</sup> a ANACOM responde atualmente pelo ex-Instituto de Comunicações de Portugal – ICP.

comunicacionais, tais como a gestão de redes e as frequências<sup>89</sup>. Por sua vez, a Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) atua como reguladora da radiodifusão por meio das Leis da TV e da Rádio. As decisões desta última incidem de forma mais direta na relação dos conteúdos com o público e nos seus efeitos. Ambas se articulam com uma terceira entidade, a Autoridade da Concorrência que, por sua vez, regula por meio das disposições da Lei da Concorrência (18/2003), com o objetivo de evitar práticas restritivas e abusivas no mercado de conteúdos, da radiodifusão e das telecomunicações. Atualmente não há, portanto, um modelo convergente de regulação da comunicação e dos media no país.

Antes de adentrar especificamente o atual cenário regulatório da Internet em Portugal, torna-se necessário uma breve análise do percurso que diz respeito à liberalização do mercado das telecomunicações no país, até à chegada da Internet comercial. São dimensões inter-relacionadas com o contexto europeu e que são importantes de serem compreendidas para o estudo da Internet como componente de um sistema sociotécnico.

No cenário estadunidense, apresentado anteriormente nesta tese, o uso da rede telefónica deu-se por um monopólio concedido a uma empresa privada até à década de 80. Contrariamente, na Europa, o mercado das telecomunicações esteve impedido aos atores privados. Em Portugal, a rede de telefonia esteve sob a tutela do setor público desde o fim dos anos 60, por meio da Empresa Pública Telefones de Lisboa e Porto (TLP), até meados da década de 90, quando foram dados os primeiros passos para a privatização das telecomunicações com a criação do grupo Portugal Telecom.

O cenário português esteve em relativa consonância com o restante da Europa, dominada pelos chamados CTTs (Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones) que constituíam de monopólios nacionais. Porém, em Portugal, não havia um CTT único mas, sim, três operadores: Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT), Telefones de Lisboa e Porto TLP e a Companhia Portuguesa Rádio Marconi, subordinados ao Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC). O CTT estava a cargo das telecomunicações a nível nacional, com exceção de Lisboa e Porto. Estas duas regiões eram operadas pela TLP. As comunicações por cabo e satélite estavam a cargo da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, que monopolizava o tráfego intercontinental de telefonia e telegrafia<sup>90</sup>.

Sousa (2006a, p.148) refere que havia, nesse contexto, uma consciência por parte dos governos nacionais de que as telecomunicações estavam estreitamente ligadas à soberania nacional, à

---

<sup>89</sup> No âmbito das suas funções de regulação previstas na LCE (Lei das Comunicações Electrónicas - Lei n.º 5/2004), e nos seus Estatutos, anexos ao Decreto-Lei n.º 309/2001.

<sup>90</sup> a Companhia Portuguesa Radio Marconi, por sua vez, admitia a participação de capitais privados, mesmo que minoritários.

defesa e à segurança. A par desta constatação, o papel estratégico do uso das infraestruturas comunicacionais ficou em evidência na revolução de abril de 1974. Após a revolução, os serviços públicos de telecomunicações foram mantidos como monopólio estatal, tendo havido o processo de nacionalização dos media, dos jornais e da televisão.

O setor das telecomunicações desenvolveu-se sem alterações significativas até o fim dos anos 80, mesmo que o Decreto-Lei<sup>91</sup> de 1981 tenha relatado um cenário de legislações ultrapassadas diante de uma revolução tecnológica. Este trouxe a questão de uma reforma legislativa para o setor das telecomunicações e previu o primeiro órgão regulador das telecomunicações no país: o Instituto de Comunicação de Portugal (ICP). O órgão viria no ano de 2002 a ser a ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) e, em 2015, por meio do Decreto-Lei n.º 39/2015, a ANACOM.

Apesar de legalmente criada em 1981, a ICP só passou a integrar o quadro regulamentar das telecomunicações quando foi implementado, por decreto-lei 283/89<sup>92</sup>, em 1989. A implementação deu-se após a adesão de Portugal ao Ato Único Europeu, em 1986, e atendeu às recomendações da Comissão para o Estudo do Desenvolvimento Institucional e Tecnológico das Comunicações (CEDITC)<sup>93</sup>. Representou a separação entre a regulação e a exploração dos serviços de telecomunicação e apontou para o mercado competitivo que estava por vir. Foi no decorrer dos governos de Cavaco Silva (1985-1995), que houve o processo de abertura gradual do setor, período conhecido pelas reformas das telecomunicações.

O contexto europeu, como explica Sousa (2000), teve um claro impacto em Portugal. Nesta altura, países europeus mais industrializados como a Alemanha e a França, já estavam em processo de reforma no setor das telecomunicações. No caso da Inglaterra, a liberalização já havia se dado em 1981. Portanto eram as regiões menos favorecidas, como o caso de Portugal, frequentemente categorizado como “semi-periférico” ou “desfavorecido” (Macedo, 2005), que estavam a ser pressionadas para liberalizar as infraestruturas das telecomunicações em benefício de um mercado único europeu. Desde que integrou a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, o processo de liberalização das infraestruturas portuguesas, pelos caminhos da desregulamentação e da privatização, foi acelerado.

---

<sup>91</sup> O decreto pode ser consultado em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1981/07/14900/15611566.pdf>, acedido a setembro de 2020.

<sup>92</sup> O decreto pode ser consultado em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1989/08/19300/35053510.pdf>, acedido a setembro de 2020.

<sup>93</sup> Disponível para consulta em:

<https://www.anacom.pt/Nyron/Library/catalogo/winlibsrch.aspx?skey=&pesq=5&thes0=134&dtype=mosaico&cap=&res=0&var2=1&nohist=true&prn=true&doc=3205>, acedido a dezembro de 2020.

A seguir à implementação do ICP, em 1989, foi aprovada a Lei de Bases das Telecomunicações<sup>94</sup>, que abriu o uso da rede pública nacional aos atores privados, liberando os usos das infraestruturas de telecomunicações para serviços complementares. O processo de liberalização dos media no país foi continuado com a criação da *holding* Comunicações Nacionais (CN), em 1992, por meio do Decreto-Lei n.º 88/92. Através da CN, a gestão do setor de telecomunicações foi reestruturada e passou de três a cinco operadores: os Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), a Telecom Portugal (TP), a Telefones de Lisboa e Porto (TLP), a Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM) e a Teledifusora de Portugal (TDP). A criação da CN poderia ter sido perscrutada como uma entidade que iria fortalecer os interesses dos operadores nacionais para que se tornassem mais fortes num cenário de liberalização, de forma a combater a concorrência estrangeira (Sousa, 1993). Porém, o que se verificou ao longo dos anos em que esteve em atividade foi o seu empenho na coordenação e na preparação para que o setor das telecomunicações fosse privatizado (Sousa, 2001). Com este intuito, deu-se o processo de fusão das empresas públicas que possuíam os ativos das telecomunicações. Resultou na fusão da Marconi, dos TLP, da TDP e da TP num único operador nacional monopolista: a Portugal Telecom (PT).

Foram diversos os paradoxos que levaram à criação do grupo PT. De entre eles, a ideia de que um operador monopolista seria a solução mais segura para adentrar um mercado competitivo, para o qual Portugal caminhou com as suas próprias pernas. Porém, nenhum paradoxo foi maior do que a privatização da PT logo a seguir à sua concepção ter sido assentada como a melhor solução para enfrentar os desafios impostos pela liberalização do setor.

Num processo tomado como natural, a passagem das telecomunicações para o setor privado foi concluída em cinco fases, iniciada em 1995 e concluída nos anos 2000 praticamente na totalidade. Resultou no maior grupo empresarial privado português, o Grupo Portugal Telecom (PT), a quem por meio do decreto-lei 40/95, foi dada à Concessão do Serviço Público de Telecomunicações até 2025. O grupo recebeu ainda a abastada herança que constituiu da infraestrutura comunicacional existente no país, tais como torres, cabos e satélites. Desde junho de 2015 o Grupo PT passou a denominar-se Altice Portugal, tendo sido comprado pela *Altice Group*, uma empresa multinacional<sup>95</sup>.

A queda dos monopólios portugueses cumpriu uma etapa necessária para o cumprimentos das metas europeias. Mesmo assim, por mais que a conjuntura externa tenha empurrado a

---

<sup>94</sup> A lei pode ser consultada em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/547200/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2088%2F89>, acessado a setembro de 2020.

<sup>95</sup> A Altice é, de acordo com a Deliberação ERC/2017 (Parecer), uma empresa multinacional de cablagem, fibra, telecomunicações, conteúdos e media, com presença em quatro regiões – Europa Ocidental (incluindo França, Portugal e Suíça), nos Estados Unidos, em Israel, na República Dominicana e nos territórios franceses ultramarinos (que correspondem atualmente às Caraíbas Francesas e às regiões no Oceano Índico).



liberalização do setor, não fosse Portugal a reunir as condições indispensáveis para a mudança (Sousa, 2000), esta poderia ter-se dado mais tardiamente.

Em 1997, uma Nova lei (91/97)<sup>96</sup> foi aprovada em substituição à Lei de Bases das Telecomunicações de 1989. A Nova Lei de Bases das Telecomunicações respondeu a um cenário de profundas transformações tecnológicas, algumas já apontadas textualmente pelo decreto de 1981. Reafirmou, em conformidade com as decisões da Comissão Europeia, um caminho de liberalização total para o setor das telecomunicações em Portugal.

Com a noção estratégica alargada, do nível nacional português para o nível supranacional europeu, Portugal passou a aderir ao desenvolvimento de uma política mais integrada com as pautas liberalizadoras e globalizadoras. Esta política não teve como motivação beneficiar as regiões menos favorecidas, como o caso de Portugal. Não obstante objetivou a exploração do potencial económico das tecnologias de comunicação e informação emergentes para posicionar a Europa no desenvolvimento duma economia de escala, através dum mercado interno único.

Sandholtz (1993) traz o exemplo de diversas ações coletivas, entre os estados membros da Europa, motivadas pelas possibilidades tecnológicas disponíveis nos anos 80, como, por exemplo, o satélite e as redes de cabo. Estas iniciativas ajudaram a apontar o papel fundamental que o setor das telecomunicações teria para o desenvolvimento económico da Europa. A comunicação intitulada ‘Para uma economia europeia dinâmica — Livro Verde sobre o desenvolvimento do mercado comum dos serviços e equipamentos de telecomunicações’ (Comissão europeia, 1987) já era conclusiva de que “uma maior harmonização e a abertura gradual do mercado no setor das telecomunicações proporcionariam o ambiente mais propício a esse crescimento” (Comissão Europeia, 1997, p.7). Assim, o processo de liberalização das telecomunicações desenvolveu-se paralelamente ao desenvolvimento de tecnologias como o satélite e a fibra ótica, num momento em que a convergência tecnológica estava a despontar.

Em Portugal, as tecnologias de informação tiveram um papel estratégico e simbólico, quando levamos em conta as promessas libertárias que estavam atreladas às possibilidades tecnológicas num contexto de pós-ditadura. Havia, nos anos 80, diversos centros de investigação envolvidos na área de tecnologias de informação. Figueiredo (2007), ao relatar sobre os primórdios da Sociedade de Informação em Portugal, refere que “a Secretaria de Estado das Comunicações, entregue a Raul Junqueiro, começaria a colocar no terreno uma ambiciosa estratégia de desenvolvimento do país em torno das tecnologias da informação”. O autor cita uma variedade de experiências e projetos que se

---

<sup>96</sup> A lei pode ser consultada em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1997/08/176A00/40104013.pdf>, acessado a setembro de 2020.

deram em território português<sup>97</sup>, ligados às novas possibilidades tecnológicas de transmissão digital por fibras ópticas. Boa parte destes projetos envolveu a participação de universidades portuguesas.

Macedo (2005, p. 81), ao refazer o percurso de Portugal em direcção à chamada Sociedade da Informação, refere que a partir do XIII Governo Constitucional, empossado em 1995 e liderado por António Guterres, “passou a haver uma nova paisagem à condução destas políticas”. Tal empenho pode ser constatado na criação da Missão Sociedade da Informação, que se desdobrou na elaboração do Livro Verde para a Sociedade da Informação (Portugal, 1997); no Plano de Acção para a Sociedade da Informação (UMIC, 2003); na Iniciativa Nacional para a Banda Larga, em 2003; e nos primeiros programas nacionais para a sociedade da informação, a exemplo do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), aprovado pela Comissão Europeia em julho de 2000. Também neste contexto, Sousa (2006b, p. 4) refere que o desenvolvimento de uma Sociedade da Informação transformou-se numa prioridade do governo, com o suporte do III Quadro Comunitário de Apoio para Portugal, no período 2000 a 2006. Assim, os recursos de apoio às telecomunicações foram, em sua grande maioria, destinados à chamada sociedade da informação.

Os investimentos no setor das novas tecnologias de informação e comunicação, em Portugal, remetem a pelo menos desde 1985, através da portaria 85<sup>98</sup>, que previu a criação de um Serviço Público de Comunicação de Dados para dotar o país com uma rede pública para este fim. Este esforço foi iniciado com a instalação da Rede Nacional de Comunicação de Dados – Rede Telepac, um serviço que funcionou<sup>99</sup> atrelado às linhas telefónicas. Através da Telepac, o país tinha, em 1988, o serviço chamado Videotex, que consistia de um sistema nacional de mensagens textuais exibidas em vídeo, sistema que antecedeu o correio eletrónico. O serviço era fornecido através de um consórcio entre os operadores públicos CTT e a TLP, designado Transdata. A Telepac foi continuada após a fusão destes operadores pela Portugal Telecom (PT).

O fornecimento de acesso comercial à Internet, em Portugal, deu-se junto aos processos de privatização dos media, em alinhamento com a estratégia europeia em matéria de sociedade da informação. A Telepac Comunicações Interactivas S.A, já nas mãos do grupo PT, passou a ser a primeira fornecedora de conexão à internet no país, agregada à PT Multimédia (PTM). Esta última foi constituída em 1999 para agregar os negócios da PT relacionados à Internet, a exemplo da aquisição do SAPO, projeto que fora iniciado no meio académico português e que, nas mãos do grupo

---

<sup>97</sup> a exemplo dos projetos ELENA, o UNIROB, o ENER1000 e MINERVA.

<sup>98</sup> A portaria pode ser consultada em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/151676/details/maximized?perPage=100&sort=whenSearchable&q=Constitui%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+Portuguesa&sortOrder=ASC>, acedido a setembro de 2020.

<sup>99</sup> A rede Telepac utilizava o protocolo X.25.

empresarial, passou a ser o primeiro portal em língua portuguesa<sup>100</sup>. A PTM adquiriu ainda, em 2000, o Zip.net, portal brasileiro integrado ao Grupo UOL, consolidando a expansão internacional do grupo PT no Brasil<sup>101</sup>.

Na década de 90 surgiram mais empresas, privadas, de fornecimento à Internet, a exemplo das nacionais IP Global e Esotérica. O capital estrangeiro se fez presente mesmo antes da total liberalização do setor em 2000, representado pela *France Telecom* e pelas estadunidense *AT&T* e *US Sprint*<sup>102</sup>. Estes fornecedores dependiam da PT na qualidade de concessionária do serviço público de telecomunicações. Estabeleciam uma relação de clientes e, ao mesmo tempo, de concorrentes do operador histórico. O acesso estava assegurado pela determinação de que a rede básica de telecomunicações deveria constituir uma rede aberta, em igualdade de condições, a todos os operadores e prestadores de comunicações de uso público. Esta condição foi reforçada por diretrizes acerca do regime jurídico do acesso a condutas para o estabelecimento de redes de telecomunicações a exemplo do regulamento 2887/2000 do Parlamento Europeu e das orientações relacionadas com a implementação da Oferta do Lacete Local (ORALL) do Grupo de Reguladores Independentes (IRG).

Mais tarde, por meio da Lei das Comunicações Electrónicas (LCE), de 2004, os fornecedores de conexão que não detinham das infraestruturas comunicacionais passaram a ser considerados utilizadores do serviço de comunicações electrónicas. Este serviço é fornecido pelo operador que está autorizado a oferecer uma rede de comunicações pública. Assim, o fornecimento de acesso à internet, em Portugal, está legislado pela LCE, constituindo prestação de um serviço de comunicações electrónicas, e também pela Lei dos Serviços Públicos Essenciais (LSPE), constituindo um serviço público essencial.

A regulação da Internet, como anteriormente referimos, fica a cargo da ANACOM, a quem compete regular as infraestruturas das redes de comunicações electrónicas, bem como a gestão do espectro radioelétrico. Em Portugal, portanto, não se optou por estruturas de regulação convergentes, estando os media e as telecomunicações em diferentes alçadas. De forma antagónica, a partir do momento em que o acesso à Internet deixou de depender de uma conexão discada acoplada a um modem, passando a ser oferecida por conexão banda larga a cabo, as fronteiras entre telecomunicações e os media passaram a encontrar-se, numa lógica de convergência. Isto deu-se por pelo menos dois motivos. Um tem a ver com o facto de que os operadores de rede de sinal televisivo

---

<sup>100</sup> Uma visualização de como estava construído o endereço electrónico da plataforma Sapo, na altura da aquisição, pode ser consultado em: <http://web.archive.org/web/20000622001927/http://www.sapo.pt/?1>, acedido a setembro de 2020.

<sup>101</sup> Os interesses do Grupo PT no Brasil já estavam evidenciados com a participação na Telesp Celular e na Companhia Riograndense de Telecomunicações.

<sup>102</sup> Uma listagem das entidades licenciadas pelo ICP para o fornecimento de serviços à Internet, pode ser consultada em [http://www.centroatl.pt/netnews/nn\\_ano2/nn20\\_fai.html](http://www.centroatl.pt/netnews/nn_ano2/nn20_fai.html) e <https://web.fe.up.pt/~mgi97018/portugal.html>, acedidos a setembro de 2020.

puderam passar a distribuir internet por cabo, adentrando o mercado da Internet. O outro tem a ver com o facto de que uma maior velocidade de conexão possibilitou a oferta de novos serviços em rede, levando à possibilidade da experiência do audiovisual pela Internet.

Num cenário desregulamentado, liberalizado e privatizado, as empresas de telecomunicação foram impulsionadas também pelas perspectivas da convergência entre os serviços de distribuição e de conteúdo. Neste contexto, repercutia internacionalmente a fusão da AOL com a Time Warner, em 2000, que “serviu a um modelo orientador para o desenvolvimento dos grandes operadores de telecomunicações” (Sousa & Silva, 2003). A mentalidade de convergência como algo inevitável foi ainda assumida na esfera política portuguesa, como citam as autoras a respeito da criação do Grupo de Reflexão da Iniciativa Convergência e Regulação (GR).

Atores nacionais e estrangeiros interagiram nas transformações do mercado das telecomunicações em Portugal a partir da década de 90. A criação de grupos multimédia foi um fenómeno através do qual o controle de vários componentes do sistema dos media passaram a estar nas mãos de grupos privados, a exemplo da Impresa, da Lusomundo, da Media Capital e da Sonae.

Passamos a explicar brevemente algumas das negociações que se deram no panorama da Internet em Portugal, em consonância com o contexto internacional, e que resultaram em integrações de propriedade de diversos tipos (Bagdikian, 2004). O intuito desta explanação não é dar conta da totalidade das negociações que levaram ao cenário atual no país, mas sim demonstrar que os interesses de convergência de conteúdo e de infraestruturas comunicacionais levou a um maior controlo privado do setor.

No ano de 2000, o grupo PT, operador histórico e monopolista, através da PTM, adquiriu o controle do Grupo Lusomundo, entrando no mercado dos conteúdos. Esta negociação colocou a PT na posição de liderança no mercado da Internet nos países de língua portuguesa, no qual a empresa estava a investir desde 1998, quando comprou a Telesp Celular no Brasil. Quando, em 2006, a PTM se desvinculou da PT, num processo de *spin-off*<sup>103</sup>, apontou para o surgimento da ZON Multimédia. Dois anos depois, esta viria a prestar os serviços de internet e de televisão por cabo, além do serviço de telefone fixo, afirmando-se, por pouco tempo, como o único operador português convergente. Foi assim até que a PT criasse a MEO, em 2008, passando logo a seguir a distribuir sinal televisivo a partir de uma rede de infraestrutura ADSL. Em 2013, a Zon, numa fusão com a Optimus, criou o Grupo Nos. O Grupo PT, tendo a Marconi como uma empresa incorporada desde 2002, continuou a usufruir dos sistema de cabos óticos submarinos, do qual a Companhia Portuguesa Rádio Marconi é co-proprietária.

---

<sup>103</sup> spin-off é o processo através do qual uma empresa expande para investir em novos mercados.

Comprada em 2015 pela Altice, a PT passou a integrar a Altice Portugal. Este conglomerado apostou em 2018 na compra da Media Capital, negociação que foi travada pela autoridade da Concorrência (AdC). O grupo Altice Portugal continua a apostar no alargamento destes interesses à compra de outras plataformas, como a Blueticket.

No final de 2019, a MEO, o Grupo NOS, a Vodafone, e Grupo NOWO/Onitelecom (ANACOM, 2019a) configuram-se como as entidades de maior dimensão no país. Assim, o mercado em Portugal é controlado por oligopólios privados. No âmbito das preocupações com as formas de integração entre as empresas e com a concentração na área dos media, autores como Silva, Fidalgo e Sousa (2011) e Silva (2012) propõem uma leitura crítica do enquadramento legal do setor da comunicação social em Portugal.

Se no padrão da convergência advindo dos anos 2000 a mentalidade, sobretudo empresarial mas também do governo, estava focada na ideia de que “quem tivesse as auto-estradas<sup>104</sup> deveria ter carros a circular” (Sousa & Silva, 2003, p. 8), as preocupação associadas à narrativa da neutralidade na rede recaem sobre as interrogativas de como se darão os acessos à estas auto-estradas. Num mercado no qual três operadores detêm cerca de 98% do mercado de telecomunicações móvel (ANACOM, 2019b, p. 9), faz sentido questionar: quais são os carros que estão autorizados a circular? Que tipos de portagens é que podem ser cobradas para que os carros circulem em pistas mais ou menos rápidas? É no debate sobre a neutralidade da rede que são colocadas as preocupações relativamente à priorização ou o bloqueio de pacotes de dados, que percorrem as infraestruturas comunicacionais, em razão dos arranjos comerciais.

No âmbito da Assembleia da República foram apresentadas duas iniciativas legislativas acerca da neutralidade da rede, ambas do Partido Comunista Português (PCP). Os projetos de lei foram acompanhados por exposição de motivos e estão atualmente caducados. O primeiro, projecto de lei nº 418/XI<sup>105</sup>, deu entrada na Assembleia da República em setembro de 2010. O segundo, projeto de lei nº 103/XII<sup>106</sup>, que atualiza o primeiro, deu entrada em novembro de 2011 e sucedeu a sessão plenária, no Parlamento Europeu, em que foi apresentada a proposta de resolução sobre a Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa. A proposta trazia alterações à LCE, aditando um novo artigo a consagrar a garantia da neutralidade da rede e o tratamento em termos de igualdade no transporte de pacotes de dados:aa

---

<sup>104</sup> a frase das autoras refere às infraestruturas de distribuição e os conteúdos, sendo a metáfora da auto estrada referida a partir da entrevista ao Diário de Notícias citando Luís Silva, “nada ficou na mesma. Tudo se alterou. Agudizou-se o sentido de que as auto-estradas têm de ter tráfego e o tráfego tem de ter auto-estradas e esta é a realidade que corresponde a esse casamento”.

<sup>105</sup> Pode ser consultado em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=35645>, acedido a setembro de 2020.

<sup>106</sup> Pode ser consultado em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=36583> acedido a setembro de 2020.

Artigo 29.º A Neutralidade da Rede É proibido bloquear, interferir, discriminar, limitar, filtrar, condicionar ou restringir o acesso de qualquer utilizador às redes de comunicações electrónicas, com base em critérios de hierarquização comercial de conteúdos, aplicações ou serviços, ou em função da sua origem ou propriedade. (projeto de lei n.º 103/XII)

A neutralidade da rede, tomada pelo regulador português como um tema complexo (ANACOM, 2018b, p. 20), levou à publicação de relatórios (ANACOM, 2017a, 2018a, 2019) que integram as ações de monitorização e supervisão desenvolvidas para assegurar a conformidade com o Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2015, que estabelece medidas respeitantes ao acesso à Internet aberta.

Atualmente é o Regulamento TSM<sup>107</sup>, com aplicação direta a Portugal por incumbência atribuída à ANACOM, que fornece a base ao regulador português para verificar o cumprimento das disposições relativas à neutralidade da rede no país<sup>108</sup>. Neste âmbito, o regulador “deve publicar anualmente relatórios sobre o controlo exercido em relação aos artigos referidos e sobre as respetivas conclusões, apresentando-os à CE e ao BEREC” (ANACOM, 2017b, p. 19). As práticas comerciais de *zero-rating* e similares, disponibilizadas pelos prestadores de acesso móvel à Internet, tem sido a matéria de maior consulta por parte da ANACOM (2018a), no seguimento da repercussão nos media de 2017, após Portugal ter sido apontado como um dos países com piores violações de neutralidade da Internet da Europa. Repercutem neste âmbito as denúncias de associações como a ‘Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais’<sup>109</sup> de que a actuação do regulador perante a garantia do tratamento equitativo e não discriminatório do tráfego tem sido permissiva relativamente às práticas dos fornecedores de acesso à Internet.

---

<sup>107</sup> Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2015 que estabelece medidas respeitantes ao acesso à Internet aberta e que altera a Diretiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações electrónicas e o Regulamento (UE) n.º 531/2012 relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União.

<sup>108</sup> Constituem atribuições da ANACOM assegurar a divulgação e fiscalização do cumprimento das diretivas comunitárias e da legislação nacional, aplicáveis ao setor das comunicações electrónicas em Portugal.

<sup>109</sup> Algumas das críticas endereçadas ao regulador português podem ser lidas em: <https://direitosdigitais.pt/comunicacao/noticias/79-governo-em-falta-e-anacom-permissiva-dados-moveis-escassos-e-dos-mais-caros-da-europa>, acedido a setembro de 2020.

### **3.4. Os aspectos regulatórios da banda larga no Brasil e a consolidação de um sistema de governação da Internet**

A narrativa da neutralidade da rede, no Brasil, é frequentemente contada a partir da Resolução do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2009), no qual foram aprovados alguns princípios para a governação e o uso da internet. O documento, conhecido como o Decálogo da Internet, aponta a neutralidade da rede como um dos princípios fundamentais que devem orientar as decisões relativas ao uso da internet, a partir da seguinte definição:

Filtragem ou privilégios de tráfego devem respeitar apenas critérios técnicos e éticos, não sendo admissíveis motivos políticos, comerciais, religiosos, culturais, ou qualquer outra forma de discriminação ou favorecimento.” (CGI.br, 2009)

O CGI.br foi criado em 1995, no início da gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) através da portaria<sup>110</sup> assinada por José Vargas, ministro de Ciência e Tecnologia e Sérgio Motta, ministro das Comunicações, para “ser um aparato jurídico de regulação e de privatização da Internet no Brasil” (Silva, M. 2008, p. 223). A sua criação deu-se em resposta à expansão comercial da internet, conferindo à entidade a competência para ser responsável “pelas políticas relacionadas ao funcionamento e desenvolvimento da Internet no país” (Velooso, 2009, p. 8). Dantas (2016, p. 17) explica que “os recursos do CGI são de origem e gestão rigorosamente privado” mas que o marco legal brasileiro, por decreto presidencial<sup>111</sup>, confere à entidade uma “natureza semi-pública e semi-privada”. O autor refere ainda que, apesar de o CGI não ter “poderes públicos para executar ou fiscalizar a implementação das leis”, representa “um braço do Poder Executivo no sentido de acionar outros poderes e agências para que façam cumprir a lei (...)”.

Os encargos da entidade passam por coordenar e integrar as iniciativas de serviços de conexão à Internet emergentes, além de exercer funções de governação relativamente à infraestrutura da Internet brasileira, como o gerenciamento dos domínios e endereços IPs. Algumas das suas atribuições são executadas pelo NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR), entidade civil agrupada ao CGI.br<sup>112</sup>.

A composição multissetorial do CGI.br, na opinião de Dantas (2016, p.17) “faz dele um instrumento do conjunto da sociedade para formular decisões democráticas e transparentes em

<sup>110</sup> A Portaria Interministerial pode ser consultada em: <https://www.cgi.br/portarias/numero/147>, acessado a setembro de 2020.

<sup>111</sup> relativo ao Decreto 4.829, de 2003, que pode ser consultado em: <https://www.cgi.br/pagina/decretos/108/>, acessado a setembro de 2020.

<sup>112</sup> Uma visão mais ampla do processo de construção e funcionamento do CGI pode ser lido em Afonso (2005).

conjunto com os representantes do Governo”. Patschnik e Santo (2012, p. 1) fornecem-nos um outro ponto de vista, para estes a composição do CGI-br “reúne representantes dos exploradores do setor e do Estado”, o que resulta num controle autoritário da rede. A composição a que se referem os autores é integrada por 21 membros, que se reúnem mensalmente para discutir e deliberar em torno do desenvolvimento da Internet no país, nomeadamente:

- 09 representantes do governo: Ministério da Ciência; Tecnologia, Inovações e Comunicações/MCTIC (antigo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação); Ministério das Comunicações (atualmente incorporado ao MCTIC); Ministério da Defesa; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (atualmente incorporado ao Ministério da Economia); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (atualmente Ministério da Economia); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação; e Agência Nacional de Telecomunicações
- 04 Representantes do setor empresarial: fornecedores de acesso e conteúdo da Internet; fornecedores de infraestrutura de telecomunicações; Indústria de bens de informática, de bens de telecomunicações e de software; e setor empresarial utilizador da internet
- 04 representantes do terceiro setor
- 03 representantes da comunidade científica e tecnológica
- 01 Representante de notório saber em assunto da Internet.

No Brasil, a Internet não é considerada um serviço de telecomunicações desde a sua expansão, em 1995. A internet foi desde então classificada como um Serviço de Valor Adicionado (SVA) à rede de telecomunicações, classificação que vigora até hoje. A decisão veio por meio de decisões e instrumentos legais, que veremos mais à frente neste subcapítulo, e consolidaram a Internet como um espaço de serviços comerciais a ser ocupado preferencialmente pela iniciativa privada (Brasil, 1995a).

Esta regulação amplia a dimensão de atuação do CGI.br na governação da Internet e consequentemente restringe a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) nos assuntos que se referem aos serviços de conexão à Internet. As competências do CGI.br, coordenadas com o NIC.br, foram alargadas com o Marco Civil da Internet e com a sua regulamentação em 2016. Passamos a apresentar o cenário que levou à classificação da Internet como um serviço de valor adicionado e o que isto implica para o debate sobre a neutralidade da rede.

A expansão da Internet, no Brasil, teve início com o interesse em abranger as conexões para além dos usos científico e académico. Estes usos estavam a ser coordenados pela Rede Nacional de



Pesquisa (RNP) desde o início da década de 90. A conexão era estabelecida com recursos próprios de entidades como a Fundação de Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC). Além disso, a conexão dependia do pagamento pelo uso da rede nacional de telefonia, através de tarifas impostas pela Embratel. Esta empresa estatal, do sistema Telebrás, detinha o monopólio da rede de linhas telefônicas desde a sua criação em 1965, por meio do processo de estatização da rede levada a cabo pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) de 1962.

O modelo estatal e monopolista, no entanto, havia passado por um processo de enfraquecimento desde o quadro de crise dos anos 80. Conforme nos indica Fiori (1991, p.11), esta não foi uma crise somente de caráter fiscal e económico, mas também uma crise política. Desde então, como aponta Filho (2002, p. 39), suspeitava-se que os investimentos nas infraestruturas de telecomunicações estavam a preparar o sistema para a quebra do monopólio estatal e a subsequente privatização do setor. Apesar das suspeitas, a nova Constituição de 1988 mantivera o modelo monopolista estatal para as telecomunicações.

Na década de 90, nas gestões do governo Collor e Itamar Franco, a privatização foi levada a cabo em diversos setores, o que também indicava a iminente quebra do monopólio estatal nas telecomunicações. Porém, naquele momento, os investimentos na expansão das infraestruturas comunicacionais continuaram a ser feitos pelo Estado. Foi neste panorama de privatizações que a Embratel, ainda como empresa estatal e com o apoio do conhecimento adquirido pela COPPE-UFRJ, estabeleceu, em 1995, conexão a um *backbone* estadunidense, passando a oferecer o serviço comercial de acesso à internet através de uma conexão discada por meio da tecnologia DSL. Por deter o controlo sobre a infraestrutura da rede de telefonia, a empresa poderia vir a ser o fornecedor monopolista de Internet no Brasil. No entanto, algumas sucessões de factos impediram este acontecimento.

Os factos impeditivos de que a Internet comercial ficasse restrita à Embratel estão interligados com a aprovação da Norma 04/1995, publicada pelo Ministério das Comunicações no início do governo FHC através da Portaria 148/1995 do Ministério de Estado das Comunicações. Esta norma, inclusive, trouxe a primeira definição de Internet no país:

nome genérico que designa o conjunto de redes, os meios de transmissão e comutação, roteadores, equipamentos e protocolos necessários à comunicação entre computadores, bem como o "software" e os dados contidos nestes computadores (BRASIL, 1995b)

A Norma 04 regulou o uso da rede pública de telecomunicações para o fornecimento de Internet, impedindo o monopólio estatal. Assim, ficou imposto que o serviço de conexão à Internet não poderia ser prestado por um operador de telecomunicações, ou seja, por aquele que detinha o controle da infraestrutura comunicacional. A Embratel, portanto, foi impedida de participar no mercado de fornecimento de Internet para o utilizador final<sup>113</sup>, enquanto a RNP teve seu *backbone* ampliado e passou a atuar na esfera comercial. Ao mesmo tempo, para os fornecedores que quisessem atuar no mercado de conexão à Internet, foi definido, conforme anteriormente referido, o serviço de valor adicionado:

serviço que acrescenta a uma rede preexistente de um serviço de telecomunicações, meios ou recursos que criam novas utilidades específicas, ou novas atividades produtivas, relacionadas com o acesso, armazenamento, movimentação e recuperação de informações (Brasil, 1995b)

A separação entre Internet, como serviço de valor adicionado, e telecomunicações, validou a entrada dos Provedores de Serviço de Conexão à Internet (PSCI), nome pelo qual foram definidos os ISP's (Internet Service Providers), como são conhecidos na língua inglesa. Estes prestadores de serviço passaram a atuar comercialmente ainda antes da quebra do monopólio estatal das telecomunicações através do uso da infraestrutura da Embratel na condição de utilizadores dos serviços prestados pelas Entidades Exploradoras de Serviços Públicos de Telecomunicações (EESPT).

O processo de quebra constitucional do monopólio estatal e a privatização das empresas de telecomunicação começaram a ser conduzidos neste mesmo ano de 1995, período conhecido pelas reformas no setor. Uma série de medidas, cuja principal característica “é a da fragmentação da Telebrás e da rearticulação regional das teles, aliada à privatização e abertura à concorrência” (Bolaño & Sousa, 2004, p. 3). Estas medidas foram tomadas a pretexto do argumento de que privatizar seria a melhor solução para a expansão das infraestruturas. Passamos a apresentar algumas destas decisões que, entre 1995 e 1998, contribuíram para a retirada da atuação direta do Estado e, consequentemente, para que uma nova estrutura para o mercado das telecomunicações fosse implementada no país.

Foi aprovado em janeiro de 1995, com o objetivo de aumentar a concorrência e atrair investimento, a Lei do Cabo (Lei n.º 8.977/1995). Por este meio, foi permitida a entrada de capital

---

<sup>113</sup> A Lei Geral Brasileira de Telecomunicações (LGT) reverteu esta situação em 1997 com a abertura do mercado de fornecimento de acesso à Internet ao operador de telecomunicação após a privatização do Sistema Telebrás e da Embratel.

estrangeiro em até 49% do mercado de telecomunicações brasileiro. Em junho do mesmo ano foi aprovada, como referimos anteriormente, a norma 04/1995, que definiu e classificou o uso da rede pública de telecomunicações para o acesso à Internet, incentivando a entrada de empresas no fornecimento comercial de internet. Em agosto de 1995, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional número 8, basilar para a flexibilização dos modos de exploração dos serviços públicos, pois reescreveu a Constituição de 1988 de forma a possibilitar a exploração dos serviços de telecomunicações por meios indiretos, como através de concessão e autorização. Esta emenda criou as condições necessárias para a ampliação do serviço comercial da Internet e preparou o ambiente para o estímulo da competição. No seu seguimento foi aprovada, em 1996, a Lei Mínima (Lei n.º 9.295/1996), que regulamentou o serviço móvel, ordenando a separação estrutural deste do serviço de telefonia fixa e possibilitou a participação da iniciativa privada no mercado da telefonia móvel.

Pelas deliberações apontadas acima, a fragmentação do monopólio estatal já era evidente quando, em 1997, foi aprovada a Lei Geral Brasileira de Telecomunicações (LGT), constituindo de uma ampla proposta de legislação em substituição ao Código Brasileiro de Telecomunicações de 1963. A LGT autorizou o governo a privatizar o Sistema Telebrás e a Embratel. Ao mesmo tempo, garantiu a abertura do mercado de fornecimento de acesso à Internet ao operador de telecomunicação, mercado que estivera fechado para este enquanto empresa estatal. A LGT também previu o funcionamento de um agência reguladora, criando a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que passou a regular os investimentos e a oferta relativos às infraestruturas de telecomunicações, da qual depende o funcionamento da Internet.

A criação da Anatel destituiu o Ministério das Comunicações dos poderes regulatórios, através dos quais vinha atuando ao longo das reformas no setor. Ainda por meio da LGT de 1997, foi reafirmada<sup>114</sup> a distinção entre os serviços de telecomunicação e os serviços de fornecimento de conexão à internet. Dessa forma, ainda que a Norma 04 pudesse vir a ser revogada, a alteração das atividades de conexão à Internet para o serviço de telecomunicações encontraria na LGT um obstáculo. Como explica Gustavo Gindre:

(...) com o passar do tempo, contudo, essa delimitação de fronteira tornou-se bastante problemática, na medida em que o acesso à Internet passou a ser feito por conexão dedicada (e não mais sobre uma conexão discada) e as operadoras assumiram várias tarefas da camada de rede que até então estavam a cabo dos provedores de acesso. (Gindre, 2016, p. 3)

---

<sup>114</sup> A distinção entre os serviços de telecomunicação e os serviços de fornecimento de conexão à internet está descrita nos artigos 60 e 61 da LGT.

O autor refere-se ao facto de que a distinção entre Internet e telecomunicações foi anterior ao processo de convergência tecnológica estimulado pela Internet de banda larga. Este novo cenário permitiu que os fornecedores de conexão à Internet pudessem oferecer os mesmos serviços que um operador de telecomunicação. Um exemplo é o serviço de voz que funciona por protocolo VoIP e concorre diretamente com a telefonia. Outro exemplo é o serviço de *streaming* de vídeo, oferecido na Internet, que concorre diretamente com a televisão a cabo, serviço oferecido pelos operadores de telecomunicação. Estas ofertas fizeram com que as fronteiras, entre Internet e telecomunicação, ficassem cada vez mais sobrepostas, tornando complexa a regulação dos serviços que trafegam pelas camadas da internet.

Gindre (2007, p. 15), em texto no qual procura refletir a respeito da regulação da Internet, utiliza a expressão “efeito de contágio” ao referir às possibilidades de que os serviços oferecidos nas camadas da Internet possam interferir na forma de regulação de outros media. O autor provoca ao indagar se, quando ofertados pela Internet, “poderemos dizer que telefonia e o audiovisual se tornaram, também, SVA e, portanto, estão livres de suas regulações de origem?”

Os limites de atuação, relativamente às fronteiras do que pode ser considerado telecomunicação e do que pode ser considerado Internet, também são uma questão polêmica. Envolve, além do CGL.br e da agência reguladora, diversos atores interessados. Esta questão esteve em disputa em 2017, quando foi colocada em causa, por consulta pública, uma proposta de revisão da estrutura de governação da Internet<sup>115</sup>.

A documentação proveniente desta consulta pública é demonstrativa de que há grupos que defendem enfaticamente a manutenção da distinção entre serviços de telecomunicações e Internet. Entre estes estão os fornecedores de acesso, a RNP, a comunidade acadêmica, entidades de defesa do consumidor, além do Instituto Nupef e do coletivo Intervozes. Para estes, tal separação é fundamental para a preservação do caráter multissetorial e democrático da governação da Internet. Além disso, referem que a manutenção da norma 04 evita “a concentração e a verticalização da prestação de serviços essenciais nas mãos de poucos e poderosos agentes econômicos transnacionais.” (CGI, 2017). Para estes grupos, a Anatel tem editado atos que extrapolam a sua competência, “insistindo que os serviços de conexão à Internet se classifica como serviço de telecomunicações e, consequentemente, que sua regulação estaria sob as atribuições da agência.”

---

<sup>115</sup> A Consulta Pública acerca da modernização da estrutura de governança da Internet brasileira está disponível no endereço eletrônico do CGI: <https://consulta.cgi.br/contribution/0/78> e <https://consulta.cgi.br/docs/reports>, acedidos a setembro de 2020.

Gindre (2016, p. 3) explica que a defesa do afastamento das intervenções regulatórias por parte da Anatel parte da ideia de que a entidade reguladora “é extremamente suscetível às pressões das operadoras de telecomunicações”. Se levarmos em conta a afirmação do então presidente da Anatel, João Rezende, em abril de 2016, de que a era da banda larga fixa ilimitada teria chegado ao seu fim <sup>116</sup>, podemos compreender um favorecimento pelo interesse dos operadores de telecomunicação. Apesar disso, a própria Anatel (2016, p. 35), contrariou o argumento de que a fixação de um limite de franquia seria a tendência mundial, num relatório posterior à repercussão pública do caso, em agosto do mesmo ano.

Ainda sobre a instabilidade das fronteiras de regulação entre telecomunicações e Internet, Fernandes (2018, p. 113) observa que a própria demarcação dos conceitos de SVA e de telecomunicações, no texto constitucional, deixa espaço para a interpretação e a atuação da Anatel, além de não esgotar as discussões sobre quais atividades se inserem no conceito de SVA. Uma das complexidades do debate consiste no facto de que está nas mãos da entidade reguladora a definição do próprio conceito de SVA que classifica o que são considerados serviços de conexão à Internet.

Vimos assim que a ideia de que a Anatel não atua sobre os serviços prestados em qualquer uma das camadas da Internet não é consensual<sup>117</sup>. O próprio Ministério das Comunicações e a Advocacia Geral da União (AGU) defenderam a competência da Anatel em revisar e extinguir a Norma 004/1995, de forma a incluir os serviços de conexão à internet como serviço de telecomunicações.

Recorremos à reflexão que Gindre (2007, p. 14) propôs ao referir sobre o cenário regulatório da TV por assinatura no Brasil como sendo tão caótico que “não pode ser resultado de mera incompetência”. Tal reflexão poderia ser transposta para o cenário regulatório da Internet no país. Ainda em continuação com a reflexão anterior, faz sentido lembrarmos dos interesses envolvidos através dos quais seria “lícito supor que esse cenário é fruto de uma pressão dos agentes económicos para que inexista (ou seja, para que seja impossível aplicar) uma regulação para o setor, além daquela já exercida pelo próprio mercado”.

Para continuar a refletir a questão das implicações da separação entre serviço da Internet e telecomunicações, convocamos diferentes modos de ver. Para Wimmer, Pieranti e Aranha (2009, p.3) a separação leva ao que os autores chamam de um “vácuo regulatório”, apresentado na ausência de obrigações sobre as empresas que fornecem conexão à Internet”. Ainda segundo os autores, a

---

<sup>116</sup> O discurso do presidente da Anatel repercutiu nos media e pode ser consultado em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1762387-era-da-banda-larga-fixa-ilimitada-acabou-diz-presidente-da-anatel.shtml>, acessado a setembro de 2020

<sup>117</sup> Um exemplo do histórico recente de regulação nos quais os limites da separação entre telecomunicação e SVA foram transpassados é a decisão da Anatel que pode ser consultada em: <https://sistemas.anatel.gov.br/sicap/web/displayWeb.asp?id=3015574> e <https://sistemas.anatel.gov.br/sicap/web/displayWeb.asp?id=3045898>, acessado a setembro de 2020.

Internet, por ser classificada como um serviço de valor adicionado, não estaria sujeita à regulação típica dos serviços de interesse público, condição que cumpriria caso fosse considerada um serviço de telecomunicações.

A questão posta pelos autores levaria a questionar se a Internet poderia ou não ser qualificada como um serviço de interesse público no Brasil sob o argumento de que a lei não teria qualificado, de forma evidente, tais serviços como públicos. Tal dúvida, entretanto, se não estava anteriormente explícita, foi resolvida com a regulamentação, em 2016, do Marco Civil da Internet (MCI), Lei Ordinária 12.965/2014 (Brasil, 2014), que consagrou expressamente a condição da internet como serviço de caráter público através do artigo que diz sobre o princípio da neutralidade de rede:

Art. 3º A exigência de tratamento isonômico de que trata o art. 9º da Lei nº 12.965, de 2014 , deve garantir a preservação do caráter público e irrestrito do acesso à internet e os fundamentos, princípios e objetivos do uso da internet no País, conforme previsto na Lei nº 12.965, de 2014 . (BRASIL, 2016)

Magro (2017, p. 52) diz que com a MCI, através do princípio da neutralidade da rede:

(...) finalmente se inaugurou no Ordenamento Jurídico brasileiro previsão confessa e específica quanto à natureza pública do acesso à internet, o que, quer-se crer, abrange o serviço de acesso à rede em si.

Portanto, um dos maiores contributos da neutralidade da rede, na legislação brasileira, é o de incluir os serviços de Internet como de caráter público. O MCI determina ainda o acesso à internet como instrumento essencial ao exercício da cidadania e ressalta a finalidade social da rede. Dessa forma, “evidencia o interesse coletivo envolvido em sua prestação” e “comprova com vigor o seu caráter público” (Magro, 2017, p. 53)

A construção desta lei tomou como base os princípios do Decálogo da Internet (CGI.br, 2009), dando forma a um texto produzido pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça em parceria com a Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O texto esteve em debate de 2009 a 2014, tendo sido inicialmente aberto para contribuições públicas por meio de uma plataforma digital<sup>118</sup> . Já como Projeto de Lei (PL 2126/2011)<sup>119</sup> , de autoria do poder executivo, permaneceu em debate no Congresso Nacional por 2 anos, até a ser sancionado pela presidenta Dilma

---

<sup>118</sup> As consultas deram-se através da plataforma Cultura Digital: A primeira fase do debate, em 2009, pode ser consultada em <https://web.archive.org/web/20100505105148/http://culturadigital.br/marcocivil/consulta/> e a segunda fase do debate, que ocorreu em 2010, em <https://web.archive.org/web/20100511035412/http://culturadigital.br/marcocivil/> , acedidos a setembro de 2020

<sup>119</sup> O projeto de lei pode ser consultado em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517255> , acedido a setembro de 2020

Rousseff em abril de 2014. Parte da recolha dos dados da parte empírica desta tese é proveniente dos debates parlamentares nesta matéria, oportunidade em que os legisladores brasileiros debateram sobre o princípio da neutralidade da rede, no contexto do MCI.

A regulamentação da lei de 2014 veio em maio de 2016, após o Ministério da Justiça encaminhar o Decreto nº 8.771 para ser sancionado pela presidenta. Em seus últimos dias de governo, antes de ser impedida e sucedida pelo governo de Michel Temer, Dilma Rousseff regulamentou o MCI, sendo estes um dos últimos atos do seu governo. Desde então, o MCI é a mais completa estrutura regulatória em vigor no Brasil. Dispõe e regula a respeito dos serviços de conexão à Internet em conjunto com a Norma 04/1995 e o Decreto 8.771/2016, que regulamenta a lei. Por meio destes, fica estabelecido um mecanismo de governação multiparticipativa para a Internet no país. A atuação do poder público fica a cargo da Anatel, da Senacon e do Cade, sempre nos limites de suas atribuições legais, de forma colaborativa e considerando as diretrizes definidas pelo CGI.br<sup>120</sup>.

A discussão regulatória sobre a Internet já vinha sendo pautada pelo legislador brasileiro desde o início da década de 90, através de diversos projetos de Lei que estiveram em tramitação no Congresso Nacional. Veloso (2009) aponta que, entre os temas, estiveram presente: o combate à exploração sexual; o comércio eletrônico; os crimes digitais; os direitos autorais; a publicidade online; a tributação da internet; e o uso do correio electrónico. Apesar da evidenciação de normas de carácter punitivo nestes projetos, Bion e Cabarro (2016) concluem que não é possível emitir um diagnóstico acerca de qual é a mentalidade regulatória com maior protagonismo no legislativo brasileiro, quando o tema é a Internet.

A adoção do MCI repercutiu de forma bastante positiva em diversos setores da sociedade, além de contribuir para a imagem do Brasil como pioneiro na adoção de uma carta de proteção das liberdades individuais na internet. O país foi destacado, por nomes conhecidos como o de Tim Berners-Lee, como um modelo a ser seguido pelos legisladores de outros países, inclusive no que diz respeito à neutralidade da rede. É necessário, porém, refletir que, mesmo que a aprovação desta lei traga uma série de resoluções que estavam pendentes no cenário regulatório da Internet brasileira, o seu capital político e simbólico passou a ser maior do que a sua própria abrangência. Isto por que continuam pendentes as resolução que dizem respeito ao cenário de convergência dos media.

---

<sup>120</sup> Estes limites de responsabilidade estão descritos nos artigos 17, 18, 19 e 20 do decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016 que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 e pode ser consultado em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8771.htm), acedido a setembro de 2020.

## **CAPÍTULO 4. O DISCURSO SOBRE A NEUTRALIDADE DA REDE NO PARLAMENTO E A COMPOSIÇÃO DE UM CORPUS DE ANÁLISE**

A composição de um *corpus*<sup>121</sup> de análise implica diversas escolhas que devem estar alinhadas aos objetivos da investigação. Estas escolhas são colocadas em termos de problemáticas por Charaudeau (2011). No artigo intitulado “Dize-me qual é teu *corpus*, eu te direi qual é a tua problemática”, o autor manifesta que o *corpus* não existe em si, mas sim que depende do posicionamento teórico a partir do qual é considerado. Alinhado a este pensamento, o presente capítulo apresenta as escolhas que foram feitas para construir a base de dados dos textos que foram analisados nesta tese, bem como os procedimentos realizados para a sua recolha. Apresentamos uma descrição quantitativa do material recolhido, mas não nos prendemos a esta dimensão: discutimos as relações da seleção do material com as definições de esfera pública (Habermas, 2012c), de discurso político (Chilton & Schäffner, 1997) e com a Análise do Discurso Político (van Dijk, 1997, 2002).

A compreensão sobre qual é o conjunto de dados que melhor ajudaria a responder as nossas questões de investigação nem sempre estivera bem resolvida, mas foi sendo alcançada ao longo do percurso investigativo. No decorrer deste processo, foram essenciais as leituras exploratórias a partir da seleção de materiais diversos, posteriormente descartados com o avançar da investigação. Foram os pressupostos teóricos, aliados às nossas questões de investigação, que embasaram e ajudaram a delimitar e compor, por fim, o *corpus* que analisamos neste trabalho, que constitui de:

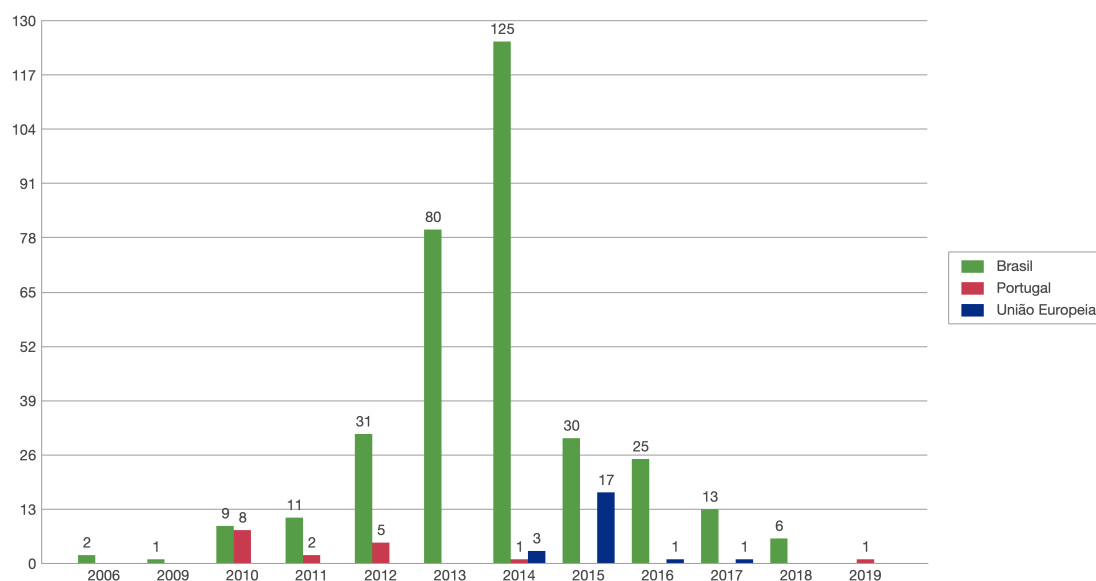
- 110 discursos do Senado Federal do Brasil;
- 173 discursos da Câmara dos Deputados do Brasil;
- 11 discursos, 2 notas técnicas e 4 pareceres da Assembleia da República Portuguesa;
- 22 discursos parlamentares provenientes de sessões legislativas do Parlamento Europeu.

Os discursos representam a totalidade da materialidade discursiva acerca do debate sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil, no domínio político legislativo, e estão distribuídos cronologicamente entre os anos de 2006 e 2019 conforme demonstra o Gráfico 1:

---

<sup>121</sup> Tomamos a definição de Barthes (2006, p.104) quando refere que “o corpus é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, conforme certa arbitrariedade (inevitável) em torno da qual ele vai trabalhar”. No caso desta investigação, são documentos recolhidos com a motivação inicial de aceder à dimensão discursiva do debate sobre a neutralidade da rede.





**Gráfico 1.** Distribuição do *corpus* de análise por ano

Passamos a explicitar nas próximas páginas as escolhas e as etapas que definiram a base de dados de discursos analisada neste trabalho. Neste capítulo também encontramos espaço para discutir brevemente o contexto do sistema político dos países investigados. O objetivo, além da descrição do *corpus*, é de enfatizar o potencial de análise do caráter ideológico do material recolhido.

#### 4.1. A delimitação e os procedimentos para a recolha dos dados

A recolha dos documentos tomou como ponto de partida dois lugares distintos: Portugal, num contexto europeu e Brasil. Este ponto justifica-se, para além da motivação pessoal, pelo interesse na posição periférica na qual se encontram os países, seja do ponto de vista duma periferia Ibérica e europeia seja do ponto de vista dum território latino-americano, e pelo que esta relação estrutural de dependência relativamente à centralidade do capitalismo dos países desenvolvidos poderia revelar sobre o objeto que investigamos. Aliado a isto, a observação de que os estudos sobre neutralidade da Internet possuem foco no caso estadunidense, advinda da revisão de literatura, instigou-nos a praticar a investigação empírica a partir de outros lugares.

Definidos os locais de origem dos dados a serem recolhidos, avançamos para uma leitura exploratória de materiais provenientes de diversas esferas: a da política, a das entidades reguladoras, a da sociedade civil e a das empresas fornecedoras de conexão à Internet. Neste último caso, foi feita uma breve análise dos termos e das condições contratuais das empresas fornecedoras de conexão à

Internet em Portugal (Polo, 2019). Esta etapa exploratória ajudou-nos a levantar o entendimento contextual do nosso objeto de investigação e a delimitar cada vez mais as nossas questões de investigação.

Após a etapa de leituras exploratórias, escolhemos delimitar a recolha dos dados ao domínio da política. Compreendemos que neste domínio perpassam tópicos de interesse da esfera pública, sobretudo aqueles que, assim como o debate sobre a neutralidade da Internet, estão relacionados com questões de tomada de decisão e ação. Diferentemente daquela realidade que nos é revelada por Arendt (2007), acerca do desprezo dado às atividades técnicas utilitaristas e do afastamento destas questões da esfera pública na Grécia Antiga, hoje, e desde os últimos séculos, a técnica não apenas está presente nos debates correntes da esfera pública, como também os pauta dentro de uma racionalidade técnica do pensamento. Especificamente nos debates que circunscrevem a Internet, há a discussão sobre a emergência de uma nova esfera pública, o que a torna um tópico nevrálgico na sociedade moderna e coloca para as investigações que abordam este tema diversas contradições a serem refletidas.

A recolha dos documentos, além de se limitar ao domínio político da esfera pública, delimita-se pela dimensão institucional legislativa. Assim o é por considerarmos, como considera van Dijk (2002, p. 25), que os debates parlamentares reúnem e representam as diversas forças ideológicas da sociedade, colocadas em confronto na esfera pública. Consideramos assim que, para conhecer as ideologias associadas aos discursos sobre a neutralidade da Internet, importa analisar o que se debate no domínio do poder legislativo.

Tomada a decisão de recolher os documentos categorizados no domínio da política e que originam das instituições legislativas pertencentes ao sistema democrático de cada um dos países investigados, conseguimos responder a uma das problemáticas do recorte associadas à recolha dos dados. Dentre outros tipos de materiais que podem ser analisados, os documentos oficiais são aqueles que fornecem dados respeitantes à definição do problema, aos tópicos centrais de debate e às ações que são propostas como solução (Jupp 1996, p. 276). Os documentos oficiais são ainda relevantes para as análises que pretendem ser críticas.

Em ambos os países, encontramos documentos oficiais, debates e discursos oriundos do poder legislativo publicados em arquivos eletrónicos, suportados em sua maioria por Diários Oficiais. Antes de apresentar de que forma a escolha por este tipo de arquivo nos levou a adotar procedimentos específicos de recolha, partimos para uma breve explicação do funcionamento do sistema político nos países e das formas de acesso aos documentos oficiais.

Em Portugal, a Constituição da República Portuguesa de 1976 define um sistema semipresidencial, no qual o poder legislativo é exercido por um parlamento unicameral: a Assembleia da República. No caso brasileiro, o poder legislativo é consagrado na Constituição Federal de 1988 e segue o modelo bicameral, sendo duas as casas legislativas: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Nos casos em que se reúnem os senadores e os deputados federais brasileiros, ocorre uma sessão do Congresso Nacional.

Na transição da concepção aristotélica de política para a política moderna, o Estado e os seus modos de governo ganham relevo. O Estado, tomado como representação dos interesses públicos, promove o acesso público aos debates e discursos que se dão no parlamento. No caso português, é possível aceder à dimensão discursiva dos registos oficiais em âmbito parlamentar através do Diário da Assembleia da República. Este é o jornal oficial do Parlamento, disponibilizado pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda. São dois os caminhos de acesso a este material, através do sítio oficial do Parlamento ou diretamente através do arquivo denominado “Debates Parlamentares”<sup>122</sup>, onde se encontram os textos integrais das atas das sessões plenárias. Foi através deste suporte que acedemos à materialidade linguística dos discursos parlamentares em Portugal. Consultámos também a Plataforma Democrática<sup>123</sup>, publicada como um projeto independente que se dedica a disponibilizar o texto das sessões do Parlamento português. Neste caso, os textos foram consultados através de um calendário que divulga os dias em que houve sessões e os seus conteúdos. O Diário da Assembleia da República compreende duas séries: a I Série divulga o relato integral de cada reunião plenária e a II Série divulga os textos dos decretos, das resoluções, dos pareceres e das deliberações, entre outros.

No Brasil, os órgãos oficiais informativos das atividades do parlamento são o Diário da Câmara dos Deputados, o Diário do Senado Federal e o Diário do Congresso Nacional, disponibilizados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. As publicações informam as atividades legislativas de cada casa e divulgam as atas das sessões plenárias e das comissões, as normas promulgadas e os atos administrativos, entre outras informações.

Através destes suportes, partiu-se para uma recolha sistemática dos debates em Portugal e no Brasil. Acedemos aos discursos parlamentares, aos textos integrais de projetos, aos pareceres, às matérias legislativas e a outros documentos lidos durante as sessões plenárias.

A recolha deu-se em diversas etapas e a quantidade de documentos revelou ser, no Brasil, bastante mais vasta do que a produção documental em Portugal. A própria organização do sistema político legislativo, como vimos, unicameral no caso português, e bicameral no caso brasileiro, poderia

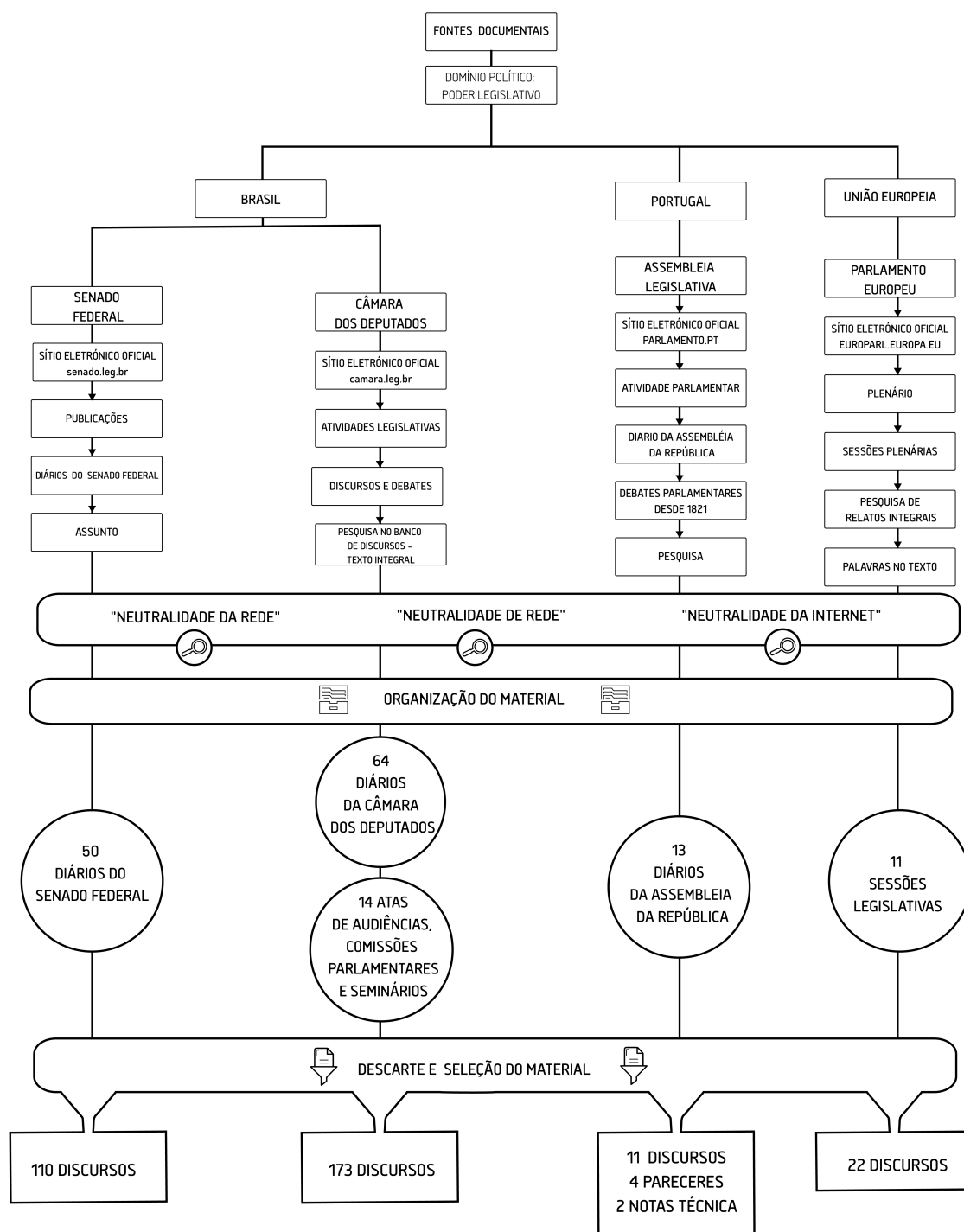
---

<sup>122</sup> Pode ser consultado em: <http://debates.parlamento.pt>, acedido a outubro de 2020.

<sup>123</sup> Pode ser consultado em: <https://demo.cratica.org/>, acedido a outubro de 2020.

ajudar na compreensão da diferença relativamente à quantidade de documentos, assim como ao funcionamento do sistema eleitoral e à proporção de atores políticos. Tomamos em atenção esta constatação sem a precipitação de que isso justificaria em si a diferença que encontramos na quantidade de documentos recolhidos em cada país. No entanto, foi essa observação, somada à leitura dos documentos portugueses recolhidos que remetiam à legislação europeia, que nos levou a querer obter dados a respeito da intervenção dos deputados portugueses em âmbito europeu. Assim, integramos à recolha as intervenções dos chamados eurodeputados portugueses no Parlamento Europeu, órgão legislativo da União Europeia. No sítio electrónico do Parlamento Europeu são publicadas cada uma das sessões parlamentares a partir do relato integral dos debates, contendo, na língua original, as intervenções orais feitas em sessão plenária. Recorremos a este suporte.

Por fim, a recolha de dados constituiu das produções linguísticas escritas e suportadas em documentos e registos oficiais do poder legislativo, em Portugal, no Parlamento Europeu e no Brasil. As bases de dados foram percorridas a partir de três termos de pesquisa: ‘neutralidade da rede’, ‘neutralidade de rede’ e ‘neutralidade da Internet’. O fluxograma de navegação em cada um dos sítios electrónicos e as etapas de recolha, organização e seleção dos documentos são expostos, a seguir, na Figura 6:



**Figura 6:** Etapas de recolha e organização dos documentos

A pesquisa retornou diversos documentos, que foram organizados de acordo com o seu suporte de publicação. Constatamos que pelo menos um dos três termos de pesquisa estavam presentes; no Brasil, em 50 Diários do Senado Federal, em 64 Diários da Câmara dos Deputados, em 14 atas de audiências ou de comissões parlamentares e seminários ocorridos na Câmara dos

Deputados. Em Portugal, encontramos os termos em 13 Diários da Assembleia Legislativa. Em etapa posterior, organizamos os documentos por discursos. Esta etapa será melhor explicada na sessão seguinte, quando adentrarmos a dimensão dos atores que participam do discurso político.

Todo o material foi integrado ao Maxqda<sup>124</sup>, o *software* escolhido para auxiliar, de forma complementar, as etapas de organização de uma base de dados para a análise. Com os documentos integrados, lançamos um olhar acerca da forma como mobilizamos os dados para a análise. A etapa de validação dos documentos esteve alicerçada ao trabalho de autores como Scott (1990) e Jupp e Norris (1993, 1996), cujas obras debruçam sobre os procedimentos de análise documental nas ciências sociais. Os autores indicam que a manipulação de documentos implica uma avaliação acerca da qualidade das evidências que o material recolhido fornece para a análise. Trata-se de avaliar a cientificidade do material antes que se inicie a análise dos seus conteúdos. Assim, recorreremos aos estágios de validação sugeridos por Scott (1990, p. 6): num primeiro momento aferir a autenticidade dos documentos, a seguir a sua credibilidade, a representatividade e, por fim, o tipo de sentido aos quais os documentos permitem aceder.

A autenticidade diz respeito à verificação da originalidade do documento, momento em que se constata que o material não tenha sido passível de erros ou alterações. Nesta pesquisa, os documentos são originários de arquivos eletrónicos, de carácter oficial e de autoria institucional, o que, a princípio, diz sobre a sua autenticidade. No entanto, há outras atitudes que o investigador pode tomar para atestar a autenticidade dos documentos, como a averiguação de dados respeitantes à sua autoria. Neste sentido, empreendemos um esforço de verificação no decorrer da leitura de cada um dos documentos, observando a forma e o conteúdo dos mesmos, sempre a partir da visualização completa dos mesmos, conforme foram publicados. Isto significa que, num primeiro momento, todos os documentos foram integrados ao *software* Maxqda 2018 integralmente. Após o decorrer da leitura é que estes foram desmembrados a partir das páginas de interesse, em discursos, para viabilizar a análise. Tal procedimento possibilitou-nos verificar que os documentos estavam condizentes com os regimentos de publicação de cada uma das casas legislativas, sendo considerados válidos para a análise.

Passamos para o terceiro critério apresentado por Scott, o da representatividade, e assim o fazemos pois acreditamos que o segundo e o quarto critério merecerão considerações que os relacionam ao modelo teórico-metodológico que adotamos nesta pesquisa, pelo que serão apresentados a seguir.

---

<sup>124</sup> A versão do software utilizada foi a 18.2.4, Maxqda Analytics Pro 2018. O projeto por nós construído encontra-se disponível para download no endereço eletrónico: <http://marinapolo.net/tese/corpusanalise.mx18>, acedido a janeiro de 2021.

A representatividade dos documentos refere-se ao “problema geral de avaliar a tipicidade ou não das evidências” (Scott, 1990, p. 7) e está relacionado à forma como foram encontrados e armazenados os documentos. Nesta pesquisa, os documentos que recolhemos são registos de carácter oficial, público e aberto, ou seja, são acessíveis a qualquer parte interessada. O Diário do Senado Federal está disponível em meio eletrónico desde julho de 1997 e o Diário do Congresso Nacional desde 29 de janeiro de 2001. A coleção do Diário da Câmara dos Deputados passou a ser disponibilizada para consultas electrónicas em 2005. Os arquivos dos diários estão integralmente disponíveis, tendo sido digitalizados e integrados aos arquivos electrónicos. Em Portugal, o Diário da Assembleia deixou de ser publicado em suporte tradicional em 2003 por definição de um novo regime de publicação exclusivamente electrónica. Os arquivos dos anos anteriores a 2003 foram digitalizados e disponibilizados em suporte eletrónico.

Deste modo, não foi encontrado o problema referido por Scott sobre a sobrevivência das evidências que poderíamos ter constatado em outros tipos de arquivos. Ainda sobre questões que tocam o critério de representatividade, os documentos são a totalidade da documentação existente diante dos parâmetros de busca que adotamos. Alguns são especialmente mais representativos do que outros, e estes serão enfatizados a partir do tipo de análise que adotamos, em duas etapas.

A credibilidade e o sentido são dois critérios que consideramos ter relações com a aplicação do modelo teórico-metodológico que adotamos. Com relação à credibilidade, Scott sugere que seja conferido “que as evidências não estejam distorcidas e que sejam sinceras, livres de erros e evasões” (1990, p.7). Neste sentido, avaliamos que os documentos recolhidos refletem as posições de cada parlamentar, e que estas assumem o protagonismo de um debate que nos informa a política adotada pelo governo. No entanto, compreendemos que isso não implica, necessariamente, um compromisso com a verdade. Partimos do pressuposto de que os discursos possam estar revestidos de ideologias e distorções, mas que estes não caracterizam uma ação fraudulenta e, portanto, os documentos podem ser considerados válidos para a análise que propomos. O facto de ser nosso objetivo enfatizar o potencial de análise do carácter ideológico do material recolhido ajuda-nos ainda a responder o critério que diz respeito ao sentido do material recolhido.

O sentido refere-se ao quanto uma evidência está clara e pode ser compreendida pelo investigador. Para responder a este critério, apoiamo-nos nas diversas dimensões da análise: a análise textual, a das práticas discursivas e a das práticas sociais dos discursos investigados. O tipo de análise que nos mobiliza parte não só da compreensão daquilo que é dito, mas também daquilo que não é dito

nos documentos recolhidos. Assim, o acúmulo teórico é necessário para desencobrir o sentido dos documentos.

A perspectiva teórica que adotamos é oriunda da tradição crítica, que para Jupp e Norris (2004, p. 39) dá ênfase ao caráter conflituoso de um problema social, às dimensões do poder, do controle e da ideologia, e podem incluir os modos críticos de análise do discurso. Tal descrição encontra a análise que propomos e que explicitaremos no capítulo seguinte, quando abordamos frontalmente a respeito dos nossos pressupostos teórico-metodológicos e a respeito das etapas de análise. Após a validação dos documentos, consideramos que o material recolhido detém fontes de evidências relevantes a respeito da materialidade discursiva que diz respeito ao tema da neutralidade da Internet no âmbito legislativo português e brasileiro.

## **4.2 As categorias analíticas do domínio político**

Atestada a qualidade das evidências do material recolhido, avançamos para a organização dos documentos, com o objetivo de criar uma base de dados passível de análise. Identificamos, em cada um dos documentos, a possibilidade de defini-los em categorias comuns, com variáveis de análise. Passamos a apresentar as categorias analíticas obtidas do material recolhido de forma breve nesta sessão. As categorias analíticas que discriminamos podem ser consultadas na base de dados que construímos no Maxqda<sup>125</sup>.

De entre as características comuns dos documentos recolhidos, destacamos que pertencem ao domínio da política, a um sistema democrático e à instância política legislativa. As diversas origens dos documentos são discriminadas na categoria referente à Instituição Política, a partir de cinco variáveis: Assembleia da República Portuguesa; Senado Federal do Brasil; Câmara dos Deputados do Brasil; Congresso Nacional do Brasil e Parlamento Europeu. Também identificamos cada uma das variáveis que serviram de suporte aos documentos, indicativas da forma como o documento foi divulgado, ao exemplo do Diário da Assembleia da República em Portugal.

A categoria analítica, que se refere ao suporte das publicações, é acompanhada da identificação de outras variáveis que ajudam a diferenciar o documento dentro dum ano legislativo, como o ano da publicação, o seu número e se pertence a um suplemento. Identificámos, ainda, para cada documento recolhido, o seu endereço eletrónico associado, pois consideramos a importância de preservar o contexto de publicação.

---

<sup>125</sup> O download do projeto em Maxqda está disponível para consulta em: <http://marinapolo.net/tese/corpusanalise.mx18>



As categorias associadas aos atores políticos que participam dos discursos analisados foram discriminadas de acordo com os nomes dos membros, os seus cargos políticos ou as instituições que representam, além de como se organizam politicamente. Esta categoria, bem como aquela que diz respeito ao género textual, serão detalhadas nas duas subseções seguintes.

Compreendemos, da etapa de categorização do material recolhido, que as propriedades que os discursos carregam em si dizem muito sobre o sistema de origem dos documentos. Esta etapa demonstrou ser fundamental para a organização do conjunto de textos a serem analisados.

De forma complementar recorreremos à construção duma visualização da base de dados que construímos no Maxqda, o que foi feito com o auxílio do *software Gephi*. Este recurso ajudou-nos em momentos pontuais da análise pois possibilitou uma consulta de uma forma mais orgânica e rápida, principalmente no que se refere ao acesso do contexto de publicação de cada um dos textos, o que foi útil em determinados momentos das análises discursivas <sup>126</sup>.

### **4.3. Os atores que participam do discurso político**

Encontramos na noção de Análise do Discurso Político (van Dijk, 1997) uma orientação no momento em que, ainda desorganizados, os documentos pareciam impenetráveis para uma análise crítica. Ao interrogar sobre "o que é Análise do Discurso Político?", o autor indica caminhos que possibilitam a análise: começar por identificar quem são os atores presentes nos documentos. Assim, adotamos neste trabalho a mesma compreensão que Van Dijk adota quando compreende que um Discurso Político é identificado por seus atores e autores, onde constam os políticos.

Começamos a organizar as categorias analíticas a partir da identificação dos membros políticos e das organizações políticas às quais pertencem. Nesta etapa, cada um dos documentos foi desmembrado, passando a constituir não mais publicações em sua íntegra, mas sim discursos. Adotamos como referencial a perspectiva de discurso de Fairclough (2001, p. 90), que considera a linguagem, tanto falada quanto escrita, como forma de prática social, e não como "atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais". Assim, o discurso "é uma maneira de significar um domínio particular da prática social de uma perspectiva particular" (Fairclough, 1995, p. 14).

Os discursos parlamentares, para van Dijk (2002, p. 25), são representativos não apenas das cognições sociais dos atores políticos, como também dizem algo a respeito da organização política à

---

<sup>126</sup> O acesso a esta visualização está disponível para consulta em: <http://marinapolo.net/tese/dados/>, acedido a janeiro de 2021.

qual pertencem. Suas posições são “antes de tudo uma questão de opiniões socialmente compartilhadas”. Apesar de a nossa análise, como veremos, não ser orientada para os aspectos cognitivos do discurso, interessa-nos analisar as opiniões e as crenças pessoais reveladas pelo parlamentares, não só daquilo que está exposto, mas também naquilo que, como coloca van Dijk, está disfarçado, oculto ou implícito. Ao desmembrar os documentos em discursos, acedemos à dimensão do protagonismo do debate e abrimos caminhos para uma análise do discurso como modo de ação.

Assim, a nossa análise compreende os discursos dos políticos que, no exercício da sua profissão, legislam sobre a neutralidade da Internet no contexto dos países investigados. Passamos a apresentar brevemente o cenário do sistema legislativo luso-brasileiro.

O número de parlamentares que compõem a Assembleia da República Portuguesa pode variar entre um mínimo de 180 e um máximo de 230 deputados por legislatura. Estes são eleitos por sufrágio direto e secreto, e a conversão dos votos em mandatos de quatro anos faz-se de acordo com o princípio da representação proporcional. No Brasil, o número total de deputados é estabelecido por lei complementar num sistema proporcional à população de cada estado. Nenhuma das unidades federativas deve ter menos de 8 ou mais de 70 deputados, e o número não deve ultrapassar 513 deputados que cumprem um mandato de quatro anos. Os senadores são eleitos por um sistema distinto, sendo eleitos os três mais votados pelas 27 unidades federativas, somando 81 senadores. Os mandatos têm a duração de oito anos, havendo renovação parcial da casa legislativa a cada quatro anos.

Por ser o voto facultativo em Portugal, os deputados que constituem a Assembleia representam todos os cidadãos, incluindo os não eleitores e os eleitores fora do círculo eleitoral pelo qual foram eleitos. O voto no Brasil é obrigatório mediante sanções para o eleitor e as casas legislativas representam todos os cidadãos, incluindo os que não compareceram à votação. O Parlamento Europeu, por sua vez, é composto por 751 deputados eleitos nos 28 Estados-Membros da União Europeia. São 21 os deputados portugueses, e cabe a eles representar os eleitores portugueses e participarem nas votações.

Assim, os discursos que compõem o *corpus* de análise desta tese são originários de um sistema político legislativo no qual participam, a cada legislatura, aproximadamente 251 políticos portugueses e 594 brasileiros. O número de políticos que intervieram na matéria sobre a neutralidade da Internet, entre os anos de 2006 e 2019, é de 88 políticos brasileiros, entre deputados e senadores, e de 46 políticos portugueses, sendo 35 deputados e 11 eurodeputados (Anexo 4).

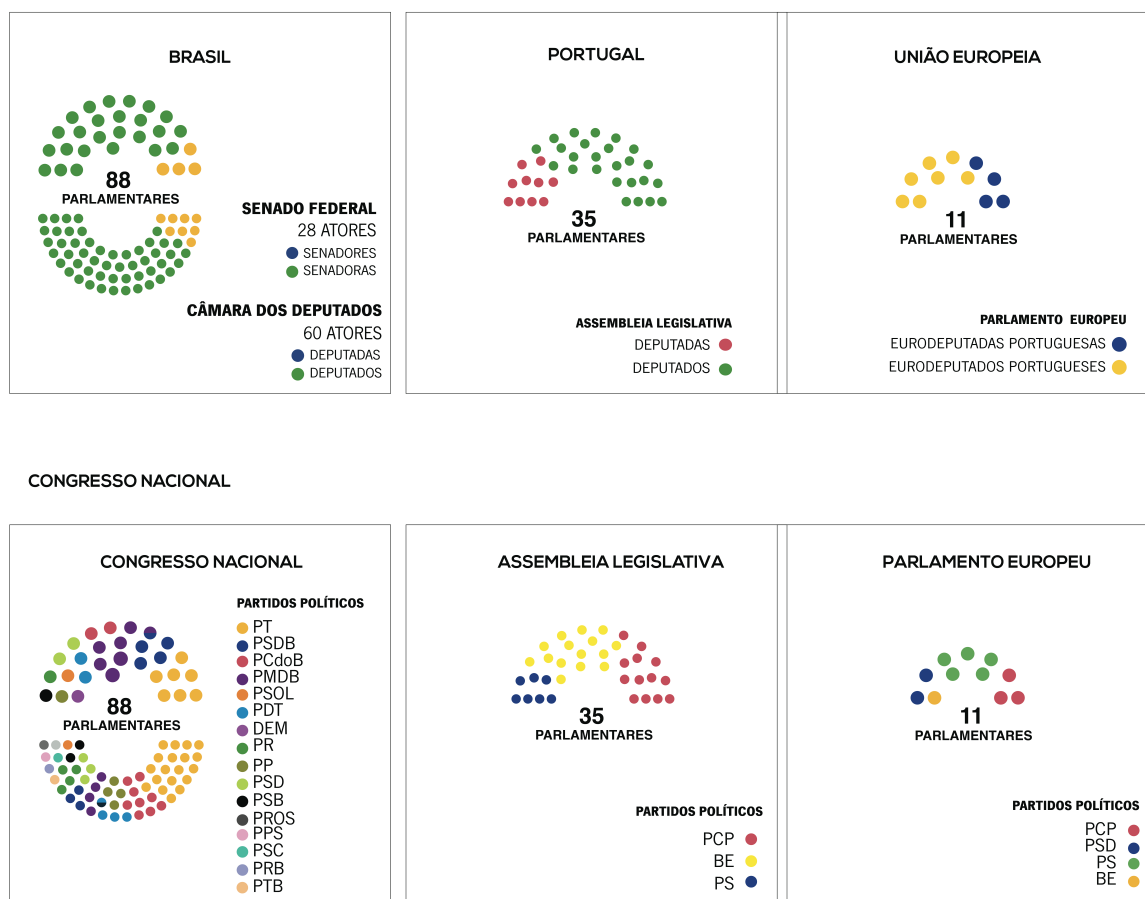
A ideia de que o parlamento é, numa democracia, o local de exercício do "poder do povo" não é, como sugere van Dijk (2002, p. 25), o aspeto mais relevante quando se considera o potencial de análise dos discursos parlamentares. O autor destaca as várias forças ideológicas da sociedade que, na forma de partidos políticos, ficam expostas e em confronto na esfera pública, proporcionando aos analistas estar em contacto com a diversidade de opiniões, que se chocam. Fairclough (2001, p. 94), na mesma direção, refere que “o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder”. A dimensão da “luta de poder” no discurso político é também salientada por Chilton (2004, p.3), ao referir a literatura que vê a política como “uma luta por poder, entre aqueles que o detêm e lutam para mantê-lo e aqueles que procuram resistir a esse poder”. Encontramos nestas definições a perspectiva teórica que evidencia o potencial de análise das dimensões do poder nos documentos recolhidos.

Com o objetivo de adentrar o discurso político, descartámos, no grupo de documentos brasileiros, os materiais nos quais não foi possível identificar um ou mais autores nominalmente. Foram descartados projetos de lei, pareceres e estudos que indicavam a autoria a partir da casa legislativa de origem do documento. Delimitamo-nos, assim, ao conjunto de discursos produzidos pelos políticos participantes. Como vimos anteriormente, participam como autores e enunciadore de estes discursos 88 parlamentares brasileiros, sendo 28 senadoras e senadores e 60 deputadas e deputados. Estes parlamentares dividem-se entre 16 partidos políticos, sendo os membros do PT os mais participativos na matéria, responsáveis por 40% das intervenções.

Com o mesmo objetivo, o de desmembrar os documentos em discursos e identificar os seus autores, fizemos um descarte dos documentos portugueses recolhidos. Neste grupo de documentos, encontramos diferentes padrões de identificação autoral dos discursos. Quando o debate se deu em plenário, foi sempre na voz do PCP. Os restantes políticos foram identificados pela participação autoral em documentos assinados coletivamente. A assinatura, nestes documentos, aparece identificada primeiro pelo partido político comum ao qual pertencem, seguidamente dos nomes de deputados que o assinam. Identificamos neste documentos a participação de 35 parlamentares associados a três partidos políticos: o PCP, o BE e o PS.

No grupo de debates do Parlamento Europeu, identificámos 22 discursos de 11 eurodeputadas e eurodeputados portugueses, sendo a soma das intervenções dos deputados do PCP a maioria, seguidamente das intervenções dos membros que se associam ao PS.

O Gráfico 2 ilustra a participação dos parlamentares brasileiros e portugueses, em número de atores e por associação partidária. No Anexo 4, o leitor encontra uma tabela mais pormenorizada a respeito da participação dos atores políticos.



**Gráfico 2:** Distribuição do número de parlamentares e partidos políticos

O discurso político, conforme antecipado por van Dijk (1998, p. 13), não se restringe àqueles discursos produzidos pelos atores políticos. Uma vez que localizámos os discursos sobre a neutralidade da Internet na esfera pública, outros participantes apareceram no debate. No nosso material encontrámos a participação de diversos atores convidados. Um panorama mais ilustrativo a este respeito é apresentada no subcapítulo 8.1 desta tese, momento em que analisamos o mosaico de vozes que constituem os discursos sobre a neutralidade da rede.

#### 4.4. O género discursivo parlamentar

Adotamos neste trabalho a concepção de que os discursos parlamentares são definidos através dos atores, políticos ou convidados, que participam no âmbito dum parlamento. Os discursos parlamentares também definem-se por constituírem um género específico de discurso político. Interessa-nos, nesta sessão, compreender as particularidades do género discursivo parlamentar e quais são os subgéneros de texto associados que encontramos no nosso *corpus* de análise.

Fairclough (1995, p. 14) compreende “género” como o uso por convenção social de uma linguagem padronizada que está associada a uma atividade social específica. Assim, o género discursivo parlamentar manifesta rituais próprios, além de possuir léxico<sup>127</sup> e terminologia próprias<sup>128</sup>.

É o regimento interno de cada parlamento que pauta o género discursivo parlamentar. No Brasil, há o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Regimento Interno do Senado Federal e o Regimento Comum do Congresso Nacional do Brasil. Em Portugal, os trabalhos legislativos são organizados pelo Regimento da Assembleia da República. A União Europeia orienta-se pelo Regimento do Parlamento Europeu. São os regimentos que orientam, em cada casa legislativa, como se dão as sessões plenárias. No caso da Câmara dos Deputados do Brasil, são divididas entre as sessões preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes, secretas ou de Comissão Geral. O regimento consagra ainda os diferentes momentos em que tem lugar o discurso parlamentar em cada sessão. Além de organizar as atividades parlamentares, os regimentos disciplinam diversos aspetos da atuação parlamentar, como as normas que devem ser cumpridas por cada um dos parlamentares no que se refere à ética política, à transparência e ao decoro parlamentar.

De acordo com a concepção de género de Fairclough, os discursos parlamentares não estão alinhados somente à maneira de encenar um texto, mas também tratam das particularidades no que se refere à voz dos participantes e à forma como as suas relações são construídas.

Um género está associado a um campo de ação (Girnth, 1996, citado por Wodak, 2001, p. 66), e pode ser compreendido como um segmento da realidade a ser analisada. No campo da ação política, Wodak (2001, p. 68) distingue, de entre outros, numa abordagem histórica do discurso, os procedimentos legislativos. No campo de ação legislativa são referidos os seguintes subgéneros políticos: leis, projetos de lei, emendas, discursos parlamentares e contribuições de agentes políticos;

---

<sup>127</sup> Pode ser consultado em: <https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario> e <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo>, acedido a outubro de 2020

<sup>128</sup> Pode ser consultado em: <http://terminologia.parlamento.pt/>, acedido a outubro de 2020.

discursos presidenciais, discurso sobre o Estado da União; regulamentos, recomendações, prescrições e diretrizes, entre outros.

No caso do nosso *corpus*, de entre os textos que legislam sobre a neutralidade da Internet, encontramos: projetos de lei; projetos de resolução; notas técnicas; exposições de motivo; pareceres; relatórios de audiência; atas de reuniões, de sessão e de audiências públicas; além dos discursos em plenário. Todos estes textos referem-se, numa dimensão mais restrita, aos discursos parlamentares.

Os textos falados são divulgados a partir da transposição da oralidade para a escrita com vista à sua publicação. No caso brasileiro, são preparados pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. No caso português, são transcritos pela Divisão de Redação da Assembleia da República, a partir da gravação de áudio das sessões plenárias e divulgados em diário oficial. No Parlamento Europeu, as intervenções orais são expressas na língua oficial dos deputados, a partir das quais são redigidos relatos integrais dos debates de cada sessão, sob a forma de documento multilíngue.

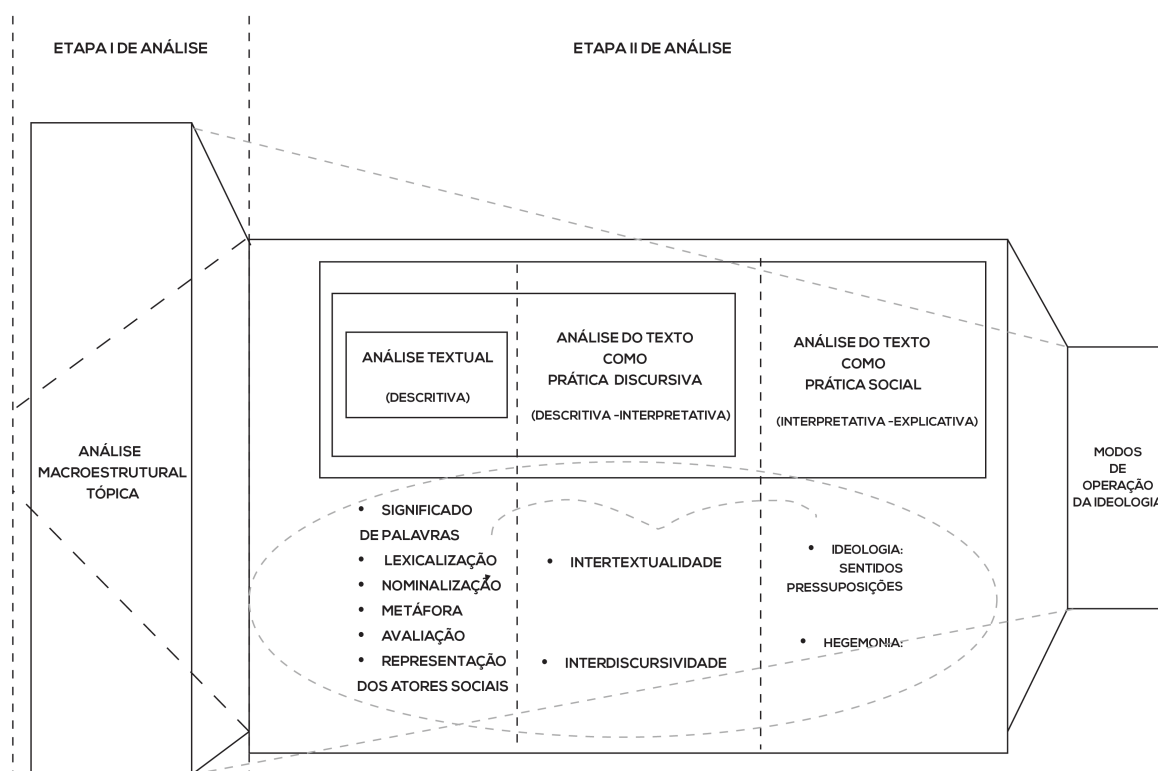
## **CAPÍTULO 5. O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

Vimos anteriormente que a ACD é uma forma de análise qualitativa em que o analista evidencia as relações dialéticas entre linguagem e sociedade com foco em revelar as relações ideológicas e de poder que nem sempre estão em evidência no discurso. Após ter apresentado o enquadramento geral do arcabouço teórico metodológico da análise crítica do discurso, este capítulo explana as escolhas que definiram a análise empírica que aplicamos para responder as questões específicas desta tese.

A análise esteve aportada nos princípios teórico-metodológicos da análise crítica do discurso, maioritariamente a partir da vertente britânica (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2001, 2003), mas também com aporte na vertente sociocognitivista de van Dijk (1980a, 1980b, 1989) e na categoria analítica das representações sociais com base em van Leeuwen (1997). O que estes pressupostos dizem sobre o presente trabalho, num primeiro plano, é que analisamos a linguagem como prática social. Assim sendo, a investigação teve como foco as conexões entre o linguístico e o social, numa análise integrada no que diz respeito ao género parlamentar como atividade que legisla sobre a neutralidade da Internet.

De forma a tornar a análise viável, as questões foram operacionalizadas em dois diferentes momentos de análise. A primeira etapa é orientada pelo percurso analítico sugerido por van Dijk, sendo esta uma etapa preliminar da análise que diz respeito aos significados globais do texto. Na segunda etapa de análise, analisamos o nível local do texto e as suas relações com os aspetos das práticas sociais, recorrendo à análise dialética tridimensional proposta por Fairclough (2003). Enquanto a primeira etapa de análise busca responder quais elementos são colocados discursivamente, a relação entre os temas presentes e a construção do sentido dos textos, a segunda etapa da análise está preocupada em revelar como os elementos discursivos produzem significados, tornando mais claro os efeitos ideológicos dos discursos nas práticas sociais relacionadas ao objeto que investigamos. Também nesta segunda etapa, através da investigação dos modos de operação da ideologia, fundamentamos de que forma os efeitos ideológicos dos discursos analisados se relacionam com as estruturas de poder.

Ilustramos na Figura 7, a seguir, uma síntese das etapas de análise prosseguidas e passamos, posteriormente, a apresentação pormenorizada de cada uma das etapas metodológicas.



**Figura 7:** O desenho da análise empírica

### 5.1. Etapa I – Análise dos temas globais dos discursos

Os analistas críticos do discurso referem, a partir de diferentes perspetivas, as dimensões global ou ‘macro’ e local ou ‘micro’ numa análise discursiva. Atentos, num primeiro plano, à importância de se estar consciente do contexto social da interação discursiva, buscam realizar uma análise das estruturas semânticas do discurso e das suas estratégias. Compartilham a noção de que as formas como estão distribuídas as informações num discurso e a sua organização são de relevância fundamental para a análise.

Nos estudos que van Dijk empreendeu entre as décadas de 70 e 80 do século XX, sobre as propriedades gerais do discurso, encontramos a referência a uma macroestrutura global. A noção teórica de macroestrutura é colocada por van Dijk e Kintsch (1983) como a dimensão que dá conta do conteúdo global de um discurso, de natureza mais geral e que o caracteriza como um todo ou por fragmentos maiores, dizendo sobre a coerência global de um texto. As macroestruturas são informações semânticas globais em relação às microestruturas do discurso. Estas microestruturas, por sua vez, referem-se à estrutura local, às palavras e orações que formam proposições subsequentes e que dizem sobre a coerência local do texto.



Além da microestrutura e da macroestrutura, van Dijk (1989, p. 144) refere a dimensão semântica das superestruturas<sup>129</sup>, que fornecem o esquema geral de um texto. A superestrutura textual diz sobre a relação semântica de um texto que pode estar organizada em diferentes estruturas, tais como problema-solução, causa-efeito, argumento-contrargumento e meta-procedimentos. A superestrutura constitui, assim, um traço textual associado a géneros, e no caso da nossa análise é o que diz sobre as características do género textual parlamentar. Este género tende a apresentar a estrutura problema-solução ou argumento-contrargumento. Assim, de forma geral, o texto é constituído por uma estrutura complexa, de superestruturas, macroestruturas e microestruturas, que atuam na construção da coerência do discurso.

A relação destas estruturas está na percepção de que a coerência local de um discurso não assegura, por si, a coerência global do discurso. Mesmo que um discurso seja constituído por orações coesas, isso não implica num discurso coerente. Por outro lado, um discurso pode ser coerente em seu todo, mesmo que as orações não apresentem uma coerência local aparente<sup>130</sup>.

Diante destas considerações, a primeira etapa da análise que propomos apoia-se, em termos de operacionalização analítica, nos estudos de van Dijk (1980a, 1980b, 1989) e nos estudos de van Dijk e Kintsch (1983). Nestas obras encontramos a proposta de um quadro analítico a ser apropriado pelos cientistas sociais com o objetivo de enfatizar os tópicos globais de um discurso. Há, nestes estudos, o interesse pelos aspetos da interface cognitiva entre a dimensão social e a discursiva, que assimila as macroestruturas como uma etapa fundamental do processamento de informações para a construção do sentido global do texto. A partir desta compreensão, van Dijk propõe reconstruir os fragmentos maiores em outras proposições, mais gerais ou mais particulares, para chegar aos conceitos globais aos quais os discursos se referem. As macroproposições permitem organizar e reduzir o discurso em tópicos globais, possibilitando a reconstrução dos textos “sob a forma de esqueletos temáticos” (Carvalho, 2000, p. 14).

Ao olhar especificamente para os estudos de van Dijk que incidem na análise do discurso sobre a imprensa, Carvalho (2000, p. 147) descreve o percurso analítico em termos de macro-estruturas como um “aparelho de raio-X”. A autora chama a atenção para o fato de que ao mesmo tempo em que a análise de macroestruturas nos ajuda a sumarizar os discursos, coloca-nos o desafio da aplicação a um grande número de textos. Este desafio fez-se presente no percurso analítico que atravessamos, de forma que uma visão de “aparelho de raio-X” de cada um dos textos que compõem o conjunto de textos do nosso *corpus* mostrou ser inviável diante da quantidade de textos que analisamos.

<sup>129</sup> Num conceito similar, Fairclough (2003, p.72) refere à “estrutura genérica dos textos”. Para o autor, quanto mais ritualizada é uma atividade, mais relevante é a análise dos esquemas da sua estrutura genérica.

<sup>130</sup> Trechos que exemplificam estes dois tipos de casos podem ser consultados em van Dijk (1999, p. 51).

Esta lacuna foi por nós tratada a partir das diversas etapas de leituras dos textos, que se fizeram em diferentes momentos da investigação. Fizemos uma leitura crítica (Jupp, 2006, p.279) e atenta à pluralidade dos interesses dos atores sociais e às relações do exercício do poder internalizadas, o que se tornou exequível com a ajuda da ferramenta computacional. Primeiro, foram feitas as leituras, buscando identificar em cada um dos textos a estrutura temática fundamental e os diversos tópicos dos assuntos que foram associados ao texto pelos parlamentares.

Num segundo momento organizamos os temas e os tópicos mais recorrentes em macroestruturas. No decorrer desta organização foram consideradas as macro-regras (van Dijk, 1989, p.199 e Kintsch e Dijk, 1983, p.190). Estas indicam que a redução não é um procedimento aleatório, mas pressupõe uma “interpretação do mundo” (van Dijk, 1989, p.201). Portanto, esta é uma etapa que resulta de um diálogo entre o material analisado, o acúmulo teórico prévio e os interesses de análise que dispomos (Pinto-Coelho, 2012, p.89). Implica, assim, um processo de construção de significado. Como resultado, chega-se, num nível mais elevado, às macroproposições que são ‘resumos do discurso’ (Van Dijk, 1999, p. 103) e no caso da nossa análise, está organizada em uma tabela que refere à imagem que os parlamentares têm sobre uma Internet em específico (Anexo 1). Justificamos a nossa escolha por este tipo de análise, recorrendo às funções das macroproposições (van Dijk, 1980a, p. 14). Primeiro, a função de organizar informações complexas e, segundo, a função de reduzir as informações. Tais recursos demonstraram ser fundamentais numa primeira etapa de análise para reduzir, abstrair e hierarquizar os dados que recolhemos. Sem esta etapa de análise, correríamos o risco de nos perder entre os blocos mais complexos de informação.

## **5.2. Etapa II : A análise do texto como prática discursiva e social**

Assumimos a concepção tridimensional do discurso (Fairclough, 2003) como o instrumental teórico-metodológico da segunda etapa de análise que aplicamos. A seleção das categorias analíticas foi feita com base na sua relevância para a análise dos sentidos ideológicos dos discursos, delimitada em função das especificidades do material que recolhemos e de acordo com a proposta organizacional de Fairclough (2003) de analisar o discurso em termos dos três principais tipos de significados detalhados no capítulo 2.4.2 desta tese, quando tratamos dos significados que o texto produz, a saber: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional.

Assim, analisamos as seguintes categorias; do significado acional, a categoria analítica da intertextualidade; do significado representacional, a interdiscursividade e a representação dos atores sociais; e do significado identificacional, as metáforas. Os diferentes significados do discurso e as

categorias analíticas são cruzados em diversos momentos da análise, sendo a separação entre eles meramente didática. Passamos a apresentar cada um dos tópicos conforme foram utilizados na análise que propomos.

### **5.2.1. Análise dos significados acionais**

#### **5.2.1.1. Intertextualidade**

A “intertextualidade”, de acordo com Fairclough (2001, p.269), é um termo trazido por Kristeva (1986) no final dos anos 60 ao introduzir para o público ocidental a obra de Bakhtin no que toca a uma abordagem intertextual a que este último autor referia como “translinguística” (Bakhtin, 1986). Acerca desta problemática, Bakhtin refletiu a “falta de atenção às maneiras pelas quais textos e enunciados são moldados por textos anteriores que estão respondendo a textos subsequentes que eles antecipam” (Fairclough, 2001 p. 269). Fairclough (2001, p. 114) a define ainda como “a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”.

Na ACD a intertextualidade é apropriada como uma categoria analítica acional, moldada por géneros. No entanto, esta é uma categoria que possui estrita relação como significado representacional, podendo por vezes dizer mais sobre este aspeto. A categoria acional dialoga ainda com as considerações de Foucault (1972) a respeito da “aura intertextual de um texto, da “presença”, “concomitância” e da “memória”, combinando particularmente bem com a teoria da hegemonia.

Conforme explica Fairclough (2001, p. 114), a sua função é observada na apropriação de fragmentos de outros textos, o que revela um modo de agir sobre o mundo. Na aplicação empírica de uma análise intertextual, importa observar como estão negociadas e relacionadas as vozes<sup>131</sup> dos discursos a que se recorre, indagando sobre o espaço que ocupam, e sobre o modo como são manifestados e incorporados os fragmentos de textos. Para os analistas críticos do discurso, a presença articulada das vozes trata-se de uma escolha entre outras que poderiam ser feitas, o que revela o posicionamento do texto em “lutas hegemônicas, relações de poder e fatores ideológicos” (Fairclough, 2001, p. 29).

Os estudos de Bakhtin (1997), que apontam para a ideia de que um texto está inserido numa “cadeia dialógica” de textos, demonstraram ser basilares para a compreensão da língua na ACD como

---

<sup>131</sup> Fairclough (2003, p.41) utiliza o termo 'voz', significando maneiras de ser ou identidades em seus aspetos linguísticos e semióticos

prática social. Os textos, a partir deste ponto de vista, possuem uma historicidade, fazem parte de uma cadeia de textos que o precedem e preenchem os textos que o sucederão. Assim, é possível fazer uma análise das redes pelas quais os textos se movimentam e se materializam. É na análise da intertextualidade que se observa este carácter dialógico dos textos e, por isso, esta é uma categoria tratada com destaque na literatura da ACD.

A análise dos diversos modos de se construir relações intertextuais torna-se possível a partir da observação dos aspetos semânticos do texto, tais como a pressuposição, a negação, o metadiscurso e a ironia (Fairclough, 2001, p.153). Na análise que aplicamos aos discursos parlamentares, a pressuposição é uma dimensão importante de ser analisada devido ao carácter argumentativo e persuasivo que são próprios desse género textual. Há no uso dos pressupostos um modo de determinar uma realidade como verdade incontestável, e tais recursos "apontam para o consenso, a normalização e a aceitação, suprimindo diferenças de poder" (Fairclough, 2003, p. 47). Na análise da intertextualidade observamos os aspetos semânticos intertextuais com o objetivo de refletir sobre quais vozes são repercutidas pelos parlamentares e de que forma este aspeto é relevante para a análise do potencial ideológico nos discursos que analisamos.

## **5.2.2. Análise dos significados representacionais**

### **5.2.2.1. Interdiscursividade**

A análise dos diferentes discursos de um texto é o que Fairclough (2003, p.3) chama de "análise interdiscursiva". Através desta, é possível "ver textos em termos dos diferentes discursos, géneros e estilos", ou seja, na forma como são articuladas as ordens do discurso. Vimos no capítulo 4.3.2 desta tese que a ordem do discurso é definida como a totalidade das práticas discursivas de uma instituição e das relações entre elas (Fairclough, 1995, p. 135), o que torna possível referir a uma 'nova ordem do discurso global' ou a uma 'ordem do discurso da educação'.

A análise interdiscursiva que aplicamos nesta etapa prende-se a uma 'ordem do discurso político', que comporta o género textual parlamentar. É o nosso interesse analisar quais são os discursos e os estilos que se associam a este género textual quando o assunto é a neutralidade da Internet.

### **5.2.2.2. Significado de palavras**

As palavras são a base para a construção de representações de mundo. Assim, a categoria analítica ‘significado de palavras<sup>132</sup>’ refere-se às escolhas lexicais que são feitas num texto. Resende e Acosta (2018, p. 432) explicam que “os sentidos das palavras são dependentes de escolhas de padrões de colocação, sendo também foco de disputas discursivas. Esta escolha concorre com a escolha (consciente ou não) de posicionamento político-ideológico em relação ao mundo representado”. Assim, para os analistas críticos do discurso, os significados das palavras e a lexicalização de significados não são construções individuais, mas, sim, construções sociais que revelam as "facetas de processos sociais e culturais mais amplos" (Fairclough, 2003, p. 230).

O tópico analítico do significado de palavras está presente no cruzamento com os outros tópicos que analisamos, pois o uso específico de determinado vocabulário é uma das características mais distintivas de um discurso e diz sobre diversos aspetos do mesmo. Na análise interdiscursiva, por exemplo, observar os significados das palavras é fundamental, pois os discursos ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras particulares (Fairclough, 2003, p.129). Assim, nesta etapa procuramos responder sobre o que a escolha das palavras utilizadas pelos parlamentares revela a respeito do mundo que é representado nos discursos sobre a neutralidade da Internet. Além de focar nas diferentes maneiras de escrever os mesmos aspetos do mundo, observamos como os diferentes discursos estruturam o mundo de maneiras diferentes.

### **5.2.2.3. Representação de atores sociais**

A ACD de Chouliaraki e Fairclough (1999) considera que os atores sociais são agentes ativos e capazes de perseguir estratégias coletivas ou individuais. Por isso a autora e o autor escolhem não utilizar a terminologia ‘sujeito’, que sugere uma passividade. Na esteira do realismo crítico corporificado na ACD, os atores sociais podem estar numa posição de assujeitamento, mas em que a transformação, através da ação, seja possível. Assim, a forma como os atores sociais são representados, incluídos ou excluídos de um texto, revela os interesses e propósitos de um texto. Fairclough (2003, p. 145) refere que, “assim como existem escolhas na representação de processos, também existem escolhas na representação de atores sociais”.

---

<sup>132</sup> Esta categoria é utilizada conforme os estudos de Fairclough (2011, p. 159) e Resende & Ramalho, (2006, p.70)

A análise da representação de atores sociais é uma categoria de análise de textos utilizada na ACD com base em van Leeuwen (1997, p. 219), cuja análises se centram em textos de língua inglesa. Recorreremos a este enquadramento, apresentado na Tabela 4:

<b>Estratégias</b>	<b>Variáveis Estratégicas</b>	<b>Observações/ Perguntas</b>
Exclusão	Supressão	Caso o ator não conste no texto
De Atores Sociais	Segundo Plano	mencionados algures no texto, mas devem ser inferidos em um ou mais locais
Inclusão	Substantivo	É realizado como um pronome ou como um substantivo?
De Atores Sociais	Pronome	
	Papel Gramatical: Participação Circunstancialização Possessivação	Qual papel o ator social desempenha nos processos analisados? É participante ou é representado?
	Ativação Passivação	É o ator nos processos? Ou é afetado ou beneficiário dos processos?
	Personalização Impersonalização	Os atores sociais são representados impessoalmente ou pessoalmente? São personificados?
	Nomeação Categorização	Os atores sociais são nomeados ou são apresentados em termo de classe e categorias? Referidos individualmente ou como um grupo?
	Especificação Generalização	Os atores sociais são classificados especificamente ou genericamente?

**Tabela 4:** Representação de atores sociais

Fonte: Fairclough (2003, p. 145) com base em Leeuwen (1997, p.219).

### **5.2.3. Análise dos significados identificacionais**

#### **5.2.3.1. Metáfora**

Para a ACD, as metáforas são mais do que “adornos estilísticos superficiais do texto”, elas “estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental” (Fairclough, 2001, p. 241). Para Lakoff e Johnson (2002, citados por Ramalho & Resende, 2011, p.146), a essência da metáfora consiste em "compreender uma coisa em termos de outra".

Na literatura da ACD, as análises que levaram em conta a categoria analítica da metáfora concluíram que as metáforas, colocadas em termos discursivos, possuem efeitos também nos pensamentos e nas práticas (Fairclough, 2011). Assim, a “militarização do discurso é também a militarização do pensamento e da prática social” (Chilton, 1988) e a mercantilização do discurso da educação é também a mercantilização do pensamento e das práticas sociais de ensino (Fairclough, 1993).

Fairclough (2001a, p. 241) refere que significar algo por meio de uma metáfora revela uma maneira particular de representar determinada realidade e de identificá-la. Resende e Ramalho (2006, p.88) reforçam que "todos os tipos de metáfora necessariamente realizam ou encobrem certos aspetos do que se representa. Assim, nesta etapa de análise procuramos responder como a neutralidade da rede é construída e significada por meio de metáforas. O objetivo é identificar quais fatores podem determinar a escolha destas metáforas, principalmente a partir da observação dos sentidos ideológicos.

#### **5.2.3.2. Avaliação**

Associada ao significado identificacional, a avaliação é a categoria analítica sugerida para analisar os modos, explícitos ou implícitos, pelos quais os atores sociais se comprometem com valores. A literatura da ACD (Fairclough, 2003, p. 171) destaca pelo menos três categorias que ajudam a análise da avaliação: as declarações avaliativas, as afirmações com verbos de processo mental afetivo e as presunções valorativas. Resende e Ramalho (2006, p. 79) explicam que “as afirmações avaliativas são afirmações acerca do que é considerado desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante” nos discursos. Nesta análise, importa observar as escolhas lexicais e os aspetos semânticos como o uso dos adjetivos, as frases substantivas e os advérbios avaliativos. As exclamações podem indicar um aspeto de gradação, com marca de força e que complementa a avaliação. As declarações com verbos de processo

mental afetivo são explícitas e utilizam verbos que marcam a afetividade, tais como ‘detestar’, ‘gostar’, ‘amar’.

A dimensão que diz respeito aos significados presumidos tem destaque para a nossa análise, pois são de particular relevância para os aspetos ideológicos de um discurso, considerando que as relações de poder são, como indica Fairclough (2003), mais bem sustentadas por significados e pressupostos tácitos. É o caso dos valores que estão implícitos ou assumidos de forma embutida nos textos. Resende e Ramalho (2006, p. 81) explicam que, nesta etapa de análise, parte do trabalho é tentar identificar o que está presumido.

### **5.2.3.3. Nominalização**

A nominalização (Halliday, 1985) pertence, no enquadramento tridimensional da ACD, à dimensão da análise textual, sendo uma categoria da análise gramatical. Dentro da gramática, refere-se à transitividade, aspeto da oração que está relacionado ao modo como se representa a realidade. Para a ACD, o significado identificacional está relacionado ao estilo através do qual são identificados os atores sociais em textos. Assim, a nominalização diz sobre “o processo de identificação, o modo como as pessoas se identificam e são identificadas por outras” Fairclough (2003, p.159).

O fenómeno da nominalização caracteriza-se por apresentar uma forma lexical nominal derivada de um verbo ou de um adjetivo na posição de sujeito da oração. A nominalização é antes de tudo um recurso linguístico, que tende a organizar o texto em torno de causalidades e a afastá-las dos sujeitos. Na nominalização podem ser observadas as ‘metáforas gramaticais’ (Halliday, 1986), que ocorrem quando um tipo de processo, em vez de ser explicitado por verbos e adjetivos, é materializado por um substantivo, assumindo a sua realização gramatical.

Para Fairclough (2001, p. 223), a nominalização “é a conversão de processos em nomes, que tem o efeito de pôr o processo em si em segundo plano - o tempo e a modalidade não são indicados - além de usualmente não especificar os participantes (...)”. Assim, o seu uso em excesso pode indicar aspetos cruciais que são propositalmente omitidos num texto. Thompson (2011, p. 88) indica que a nominalização concentra a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas em prejuízo de outros, eliminando referências a contextos espaciais e temporais específicos.

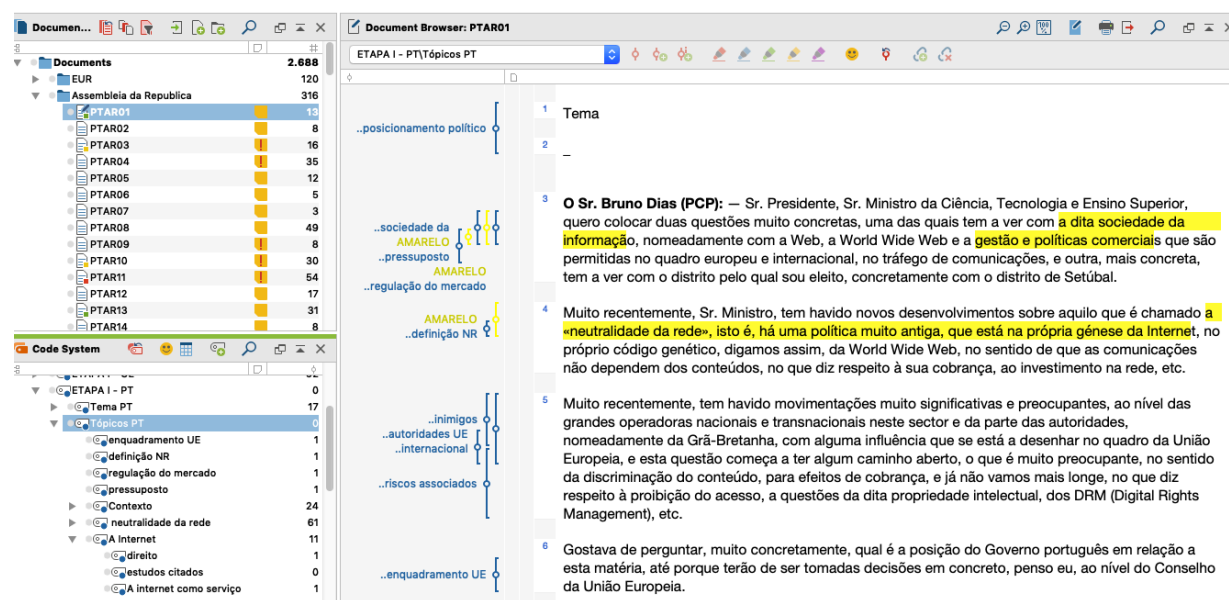
Assim, a literatura em ACD chama a atenção para o facto de que o uso de nominalizações pode ser uma estratégia para evitar redundância e para condensar o texto, mas, em outros casos, pode ser analisado como um processo discursivo na constituição do sujeito da oração. Pode ainda revelar os



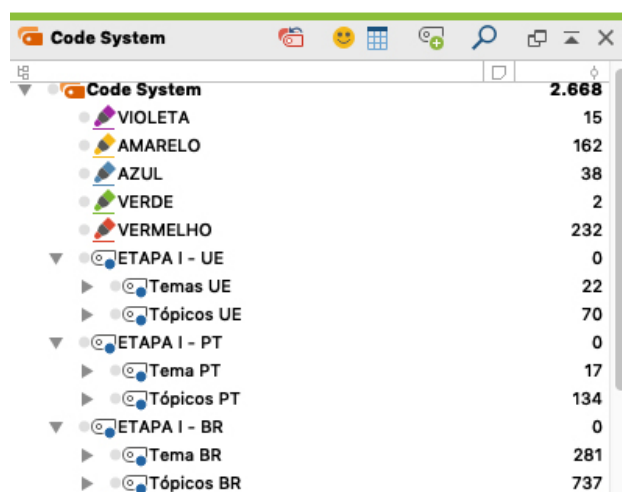
efeitos de abstração ou de construção de uma perspetiva particular (Fairclough, 2001, p. 179) e dizer sobre os efeitos ideológicos de um discurso. Na análise que aplicamos aos discursos parlamentares, procuramos observar os aspetos que indicam a destituição da ação humana e como tal recurso pode indicar a opacidade de responsabilidade por determinada ação.

## CAPÍTULO 6. ANÁLISE DOS TEMAS E TÓPICOS PRODUZIDOS E REPRODUZIDOS NOS DISCURSOS DOS PARLAMENTARES

A terceira parte desta investigação, na qual o leitor adentra agora, constitui dos capítulos 6, 7 e 8, nos quais são apresentados os resultados da análise do conjunto de textos que constituem o *corpus* analítico da tese. O sexto e presente capítulo diz respeito à primeira etapa de análise, cujos procedimentos foram anteriormente expostos, no subcapítulo 5.1, a partir dos quais lançamos mão de recursos interpretativos e explicativos, próprios da ACD. Com auxílio do *software* Maxqda, conforme a Figura 8 e 9, a seguir, ilustram, buscou-se tratar, ao nível mais global, dos temas que dizem respeito ao que os parlamentares referem na totalidade do debate sobre a neutralidade da rede. Além dos temas que referem a principal informação que é articulada num texto, e que é único para cada um dos textos, identificamos os diversos tópicos a que fazem referência os parlamentares num texto. Assim, dentro de um texto cuja temática se refere ao enquadramento regulatório, podem ser encontrados tópicos que se referem à governação da Internet, bem como num texto cuja temática principal se refere à governação podem ser encontrados tópicos que dizem respeito a questões da regulação. Fica para o capítulo seguinte, o sétimo, tratar em um nível mais local os textos e os contextos no qual estão inseridos os textos que analisamos.



**Figura 8:** Painel de codificação dos temas e tópicos



**Figura 9:** Esquema de codificação dos temas e tópicos

Esta abordagem levou-nos aos temas principais de cada um dos textos, assim como aos tópicos associados. Os temas foram organizados conforme apresentados na Tabela 5, a seguir. Os tópicos, por serem muitos, podem ser consultados na base de dados Maxqda que complementa esta tese.

Tema principal do texto	Ocorrência
<b>Câmara dos Deputados (Brasil)</b>	<b>Total: 171</b>
Marco Civil da Internet (destaca a neutralidade da rede)	68
Marco Civil da Internet- (cita a neutralidade da rede)	40
Marco Civil da Internet (textos contrários ao MCI)	13
exceções a neutralidade da rede	16
o modelo de negócios da Internet	7
Democratização da Comunicação	5
segurança e vulnerabilidade na internet	6
negócios, empreendedorismo e inovação	4
espionagem	4
políticas públicas e medidas do governo	1
processo democrático e crise	2
enquadramento regulatório	1
serviço e estrutura de telecomunicação	3
censura e liberdade de expressão	1
<b>Senado Federal (Brasil)</b>	<b>Total: 110</b>
Marco Civil da Internet - Destaca a Neutralidade da Rede	38
Marco Civil da Internet- Cita a Neutralidade da Rede	19
serviço e estrutura de telecomunicação	24
arquitetura e governação	6
enquadramento regulatório	6
exceções a neutralidade da rede	5
tecnologia e sociedade	4

segurança e vulnerabilidade na internet	2
censura e liberdade de expressão	1
Democratização da Comunicação	1
supressões e ameaças à neutralidade	4
<b>Assembleia da República (Portugal)</b>	<b>Total:17</b>
análise das propostas legislativas	5
posicionamento político	5
enquadramento regulatório	2
interesse público e gestão das comunicações	2
contexto internacional	1
arquitetura e governação da Internet	1
direitos fundamentais	1
<b>Parlamento Europeu (União Europeia)</b>	<b>Total: 22</b>
enquadramento regulatório	6
arquitetura e governação da Internet	4
entre o público e o privado	4
segurança e vulnerabilidade na internet	4
integração a uma agenda europeia	4

**Tabela 5.** Principais temas de cada um dos textos

Os temas foram escolhidos de acordo com o que mais nos chamou a atenção durante as leituras, dizendo sobre a informação que está visível de forma mais abrangente no texto. Como é possível observar, os temas são amplos, o que significa dizer que muitos deles se atravessam. Por exemplo, o tema ‘enquadramento regulatório’ também pode dizer algo sobre as problemáticas ‘entre o público e o privado’, assim como as questões relacionadas com a ‘segurança e vulnerabilidade na Internet’ tocam o tema dos ‘direitos fundamentais’. Não sendo o nosso objetivo oferecer uma análise de conteúdo dos temas manifestos, tal abordagem mostrou ser satisfatória, a fim de facultar o entrelaçamento com os contextos políticos e económicos e com o conteúdo teórico que orienta todo o percurso analítico da presente investigação.

Neste sentido, além de identificar os principais temas de cada um dos textos, fizemos o exercício de codificá-los em diversos tópicos, preenchidos indutivamente conforme a leitura dos próprios textos suscitou. Isso significa que, para cada texto, obtivemos, além do tema principal, os tópicos associados. Diante de um volume relativamente grande de textos, a análise de temas e tópicos ajudou-nos a chegar mais perto daquilo que Pinto-Coelho (2002 p. 51) refere como uma “imagem da casca da cebola”, algo que pode “ajudar a compreender as diversas noções de contexto envolvidas no debate”.

Os textos são de carácter deliberativo e argumentativo, objetivando um acordo que corrobora uma tomada de decisão. Assim, os textos dirigem-se de um aos outros parlamentares e têm como objetivo deliberar sobre a garantia da neutralidade da rede na legislação portuguesa e brasileira. No caso brasileiro, a consagração da neutralidade da rede foi concluída com a aprovação do Marco Civil da Internet, enquanto a proposta de lei portuguesa, apesar de ter sido aprovada em Comissão Parlamentar, não chegou a ser levada para a apreciação em Plenário da Assembleia da República. A neutralidade da rede, no entanto, foi consagrada pelo enquadramento europeu, por meio do Regulamento TSM (2015/2120).

Confirmamos a suposição inicial de que, no Brasil, a neutralidade da rede esteve entrelaçada, maioritariamente com o debate que ocorreu no âmbito das votações do Marco Civil da Internet. A neutralidade de rede – como reconhece o próprio relator do projeto – constituiu do coração da proposta. Neste âmbito, o decorrer das votações na Câmara dos Deputados foi marcado inicialmente pelo tema da espionagem, que esteve na pauta do dia com as revelações de que os Estados Unidos teriam infringido a privacidade da presidenta da república do Brasil. Tal situação pautou a posição do governo brasileiro por regras mais fortes, no que diz respeito à Internet, estimulando o tom patriótico que acompanhou o debate no país.

O tema ‘negócios, empreendedorismo e inovação’ estivera mais em ênfase nesta Casa, com uma maior abertura à participação de atores convidados do setor das telecomunicações. Sendo assim, este também foi o momento em que as disputas relativamente à hegemonia da Internet ficaram mais evidenciadas. Já no Senado Federal, diante de um Marco Civil da Internet mais elaborado, os temas repetiram-se numa votação que se fez rápida, a tempo de o projeto ser sancionado, de forma simbólica, no NETmundial, fórum global que discute o futuro da Internet, o qual teve lugar, no país, no ano de 2014.

Em Portugal, o debate começou numa indagação por parte da Assembleia da República em termos de posicionamento do governo português sobre a matéria e prolongou-se nas propostas de projetos de lei e de resolução. A análise destas propostas e um posicionamento político sobre a matéria foram os conteúdos mais recorrentes nos textos analisados. Estes colocaram ênfase no pressuposto de que o resultado socioeconómico da neutralidade da rede era visível e estava a ameaçar alguns dos direitos fundamentais dos cidadãos.

No âmbito europeu, a neutralidade da rede foi inicialmente abordada no contexto de um enquadramento regulatório para o mercado convergente dos media. No entanto, foram as pautas

relacionadas à defesa ao direito de acesso a uma Internet livre e aberta que levaram ao estabelecimento das regras sobre a neutralidade da rede no Regulamento TSM (2015/2120).

Numa visão globalizante, os textos brasileiros e europeus poderiam ser enquadrados num grande tema que diz sobre uma imagem específica da Internet, na sua relação com a sociedade. É possível falar sobre este tipo de agrupamento, pois não encontramos nos textos analisados debates muito pormenorizados, nem a respeito das questões regulatórias, algumas delas tratadas no capítulo 3 desta tese; nem a respeito de um funcionamento mais técnico que poderia estar associado ao debate sobre uma Internet neutra.

Assim, mesmo que uma definição comum sobre o que é a Internet, de forma geral, não fosse o ponto central do debate, esta demonstrou ser um parâmetro fundamental na construção argumentativa dos parlamentares. Por isso, faz sentido procurar responder sobre o que os parlamentares falam quando, ao debater sobre a neutralidade da rede, se referem à Internet. A este respeito, identificámos, na análise, a organização de duas macroproposições indicativas de uma Internet que:

**M1.** Nasceu e se estruturou de forma livre, não foi criada por governos ou empresas;

**M2.** Tem espírito livre, o que proporciona a inovação em rede;

A partir destas macroproposições, percorreremos os contextos políticos e económicos que cercam o período de desenvolvimento da Internet, as decisões a partir das quais esta foi padronizada por protocolos e o surgimento de instituições de controlo, tendo em consideração as idiossincrasias que estas assumem nos casos brasileiro e português. Essa dinâmica de análise responde ao objetivo específico deste capítulo, que é, além de identificar os temas e tópicos produzidos e reproduzidos nos discursos dos parlamentares, fazer um entrelaçamento destes com atitudes que possam denotar posições ideológicas.

### **6.1. Os imaginários da Internet sobre a qual se discursa**

Começamos por apresentar a macroproposição ‘A Internet nasceu e se estruturou de forma livre’, disposta na tabela que consta do Anexo 1 desta tese.

**M1.** A Internet nasceu e se estruturou de forma livre, não foi criada por governos ou empresas

1.1. A origem da Internet é representativa de um espírito libertário

1.2. O início da Internet passa pelo complexo militar estadunidense

1.3. A internet define-se pelo TCP/IP

Nos textos que estudámos, encontramos o pressuposto de uma Internet que “nasce” livre, sendo o verbo utilizado como um reforço à ideia de que não houve uma intervenção, seja de governos, seja de empresas, na sua concepção. A narrativa do nascimento é o lugar propício para o surgimento de uma Internet que além de “livre”, é “aberta”, “não-discriminatória”, “universal”, “neutral” e “plural”. As dinâmicas do nascimento da Internet são entrelaçadas a mais adjetivos, como “naturais”, “espontâneas” e “originais”, o que reforça o seu surgimento como o resultado de condições que parecem ser independentes de forças exteriores. Há a ideia de uma Internet cujo destino é único e incondicional, uma Internet que “nasceu para ser livre”. Este modo de ver a Internet encontra alicerce na asserção de Castells (1999, p. 97) para quem “o surgimento de um novo sistema tecnológico deve ser atribuído à dinâmica autónoma da descoberta e difusão tecnológica” sendo mais “o resultado de indução tecnológica que de determinação social”. A imagem da Internet, que se encontra absorvida nos textos analisados, contrasta bruscamente com aquela que é apresentada nos estudos que buscam refletir criticamente sobre a tecnologia.

Perseguiremos a abordagem da economia política da comunicação para demarcar o contraste relativamente à imagem da Internet que encontramos nos tópicos produzidos e reproduzidos nos textos dos parlamentares. Neste outro modo de ver, o surgimento da Internet aparece alinhado a “uma utilidade pragmática, eminentemente estratégica” e origina como “um instrumento tecnológico a serviço da defesa de um determinado sistema político e económico” (Bolaño et al., 2011, p. 133). Esta imagem considera o contexto pós Segunda Guerra Mundial, do qual os Estados Unidos saíram como o país mais fortalecido, tanto pelos resultados económicos da guerra que impulsionaram as suas indústrias, como pela vitória dos países Aliados. É verdade que nos textos analisados, que referem à genealogia da Internet, há a associação ao meio académico e militar estadunidense. Porém, nestes últimos, é evidenciada uma relação sustentada por um esforço de desenvolvimento comprometido com a troca de informações em diversos campos do conhecimento. Esta imagem ignora os contextos que ajudam a explicar os investimentos estratégicos que estiveram na origem do desenvolvimento da Internet.

Patschiki (2011, p. 2) refere a um “complexo industrial-militar-académico” que desde a Primeira Guerra Mundial surge nos países capitalistas centrais como uma organização que recorre ao militarismo para tratar da crise de superprodução, que teve o seu auge em 1929. Para o autor, a partir desse momento o desenvolvimento industrial-militar e académico “será intrínseco ao desenvolvimento do capital”. Não por acaso as investidas em projetos tecnológicos na década de 60 deram-se sob a tutela deste complexo num momento de crise do regime de acumulação do capitalismo e numa busca pelo

primeiro lugar de entrada na já anunciada sociedade pós-industrial. Como vimos, no subcapítulo 1.2.1 desta tese, as previsões de que os serviços baseados no conhecimento viriam a constituir a centralidade da nova economia forneceram o estímulo necessário para o investimento em pesquisas tecnológicas. Esta motivação foi também impulsionada pelo temor do avanço tecnológico soviético, ilustrado pelo lançamento do *Sputnik* em 1957, no contexto de ameaça de um ataque nuclear. Assim, os investimentos estadunidenses em tecnologia tinham os seus objetivos bem definidos. Voltavam-se para as questões de defesa do país e para o desenvolvimento de um modelo de comunicação que permitisse a transmissão de informações codificadas entre as suas bases militares.

As experiências tecnológica<sup>133</sup> que se deram no contexto supracitado culminaram em publicações como a dos norte americanos Davies (1965) e Lawrence (1967), esta última com o objetivo de apresentar as “muitas razões para estabelecer uma rede que permita que muitos computadores se comuniquem entre si”. A publicação cita a possibilidade de utilização comunicacional para os serviços educacionais reiterando que, “no entanto, não é uma motivação importante para uma rede de computadores científicos”. Assim, as razões que levaram a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), dos Estados Unidos, a incorporar um projeto de comunicação entre redes, nomeado ARPANET, afastam-se da ideia do desenvolvimento de campos científicos que não estivessem associados a um estado de guerra. Esta imagem, no entanto, não corresponde àquela que aparece nos textos que analisamos.

O desenvolvimento da ARPANET é demonstrativo de uma série de disputas que diziam respeito aos modos de funcionamento de uma nova possibilidade comunicacional. A história do desenvolvimento de uma rede de comunicação global não se fez afastada de uma dinâmica dos contextos políticos e sociais, como uma compreensão tecnicista deixa aparentar. Houve, de entre a década de 70 e 90, episódios de fragmentação e desligamento da rede até a padronização de um modelo de Internet a ser expandido entre os continentes para o uso comunicacional no dia-a-dia. A transição, das experiências de defesa até o modelo comercial da Internet, não “significou simplesmente a passagem de uma lógica estatal para uma econômica, mas algo mais complexo”, conforme indicam Bolaño e Vieira (2014, p.72). A imposição de padrões, sem dúvida, foi o que permitiu a expansão da Internet, mas estas decisões não foram orientadas por uma deliberação democrática entre diferentes países e tampouco foi determinada por motivos de ordem técnica.

---

<sup>133</sup> Uma linha cronológica destas experiências tecnológicas, de forma mais pormenorizada, foi divulgada pela faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e pode ser consultada em <https://web.fe.up.pt/~goii2000/M1/14-datas.htm> e [https://web.fe.up.pt/~mgi00006/goii/trabalhos/internet/trab\\_internet\\_orig.htm](https://web.fe.up.pt/~mgi00006/goii/trabalhos/internet/trab_internet_orig.htm), acedidos a setembro de 2020.



Em contraposição à ideia de que a Internet nasceu sob os signos da liberdade, da pluralidade, do compartilhamento, do conhecimento, há evidências que dizem sobre uma Internet conduzida por forças económicas e políticas. Estas serviram ao reforço da centralidade geopolítica dos Estados Unidos e ao estabelecimento da hegemonia deste país que estava em plena construção entre as décadas de 60 e 80. Tratamos primeiro das evidências que implicam na decisão de adoção do protocolo TCP/IP. Tal escolha foi imperativa para as comunicações militares estadunidenses e assinalou o processo de fragmentação da rede, no início da década de 80, entre a MILINET e uma nova rede que se integrou à Fundação Nacional de Ciências estadunidense, vindo ser o modelo mais próximo do que se entende, hoje, como Internet.

Até meados da década de 90, coexistiram outros modelos de comunicação entre pacotes de dados que não o TCP/IP. O relatório desenvolvido pelo departamento de informática da Universidade do Minho, uma das primeiras universidades portuguesas a estar conectada, além de ser uma leitura indispensável para a compreensão do que era navegar na Internet a partir de uma universidade portuguesa, em 1993, propõe introduzir a situação das redes de computadores em Portugal e define:

O protocolo TCP/IP (Transmission Control Protocol Internet Protocol) é a linguagem da Internet pelo que qualquer computador que queira comunicar na Internet tem que "falar" TCP/IP. É um protocolo (ou grupo de protocolos) aberto, não proprietário e supõe-se que já existem implementações para todo o tipo de computadores do planeta. Mas o TCP/IP não é o único grupo de protocolos considerado aberto. Desde o início dos anos 80 que o ISO tem desenvolvido o grupo de protocolos OSI. Muitos dos protocolos ainda estão em desenvolvimento e só uns quantos é que já estão a ser utilizados na Internet, enquanto existem muitos outros em fase de planeamento. Portanto, apesar de a maioria dos computadores "falar" TCP/IP, a Internet é oficialmente considerada uma rede "multi-protocol" (Miranda & Frade, 1994, p. 13)

O documento demonstra ainda que a Europa estava a fazer investimentos no protocolo x.25, padronizado pela União Internacional de Telecomunicações (ITU), sendo este o modelo utilizado para conectar as primeiras universidades portuguesas às redes europeias, a *European Backbone* e a EuropaNet<sup>134</sup>, com recursos próprios de ligação intercontinental para os EUA. A conexão estava assente em linhas multi-protocolares que se dividiam em quatro centros, Braga, Porto, Aveiro e Lisboa. A ideia de uma Internet multi-protocolar, conforme apresentada neste e em outros relatórios técnicos da década de

---

<sup>134</sup> A respeito do funcionamento da rede EuropaNet, ver Nielsen (1993), consultado em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016975529390117M>, acedido a outubro de 2020.

90, foi, no entanto, sendo suprimida aos poucos com a imposição do desligamento das redes, para cumprir ao modelo de padronização estadunidense.

O relatório Bangerman, apresentado em 1994, que pretendia balizar a participação da Europa numa Sociedade Global de Informação trazia, como refere Cardoso, (1999, p. 12), “pela primeira vez num plano de acção desenvolvido pelos diversos intervenientes europeus – a aceitação de um standard tecnológico com origem nos Estados Unidos da América, a internet e o protocolo TCP/I” no qual “se infere do abandono da procura de uma alternativa tecnológica europeia para a construção da infraestrutura tecnológica da sociedade de informação na Europa”.

No Brasil, a disputa maior foi pelo modelo OSI<sup>135</sup>, desenvolvido dentro da Organização Internacional de Padronização (ISO) e disseminado pela Sociedade Brasileira para Interconexão de Sistemas Abertos (BRISA). O OSI coexistiu na década de 80 em uma estratégia de integração com o TCP/IP. Carvalho (2006 p. 45) refere a uma “guerra dos padrões” que envolveu “discursos acalorados” e ‘previsões sombrias’, até que o “embate ganhasse ares de uma guerra que se arrastou por mais de uma década”. Rosa (2012, p. 109) refere que a disputa entre diferentes “standards de rede” é exemplar de combates entre os setores público e privado, mas que, neste caso, envolveu a disputa entre padrões público e público, como no caso da disputa entre o TCP/IP e X.25 e OSI<sup>136</sup>.

O cenário no qual despontavam as escolhas e decisões tecnológicas, nas décadas de 60 e 70, não ficou destituído de uma reflexão teórica. Num diálogo com as reflexões de Marcuse (1973), Habermas (1987, p. 111) demonstra que o “modelo decisionista”, repleto de “uma práxis das decisões cientificamente informadas” não está separado, de um lado, pelos “valores que nascem da situação dos interesses” e “por outro, das técnicas que se podem utilizar para a satisfação das necessidades(...)”. O autor aponta assim uma relação de interdependência entre decisões e valores orientados. Habermas (1964, p. 63) já havia concluído que “sem dúvida, os interesses sociais continuam a determinar a direção, as funções e a velocidade do progresso técnico e “coincidem com o interesse pela manutenção do sistema”.

No percurso de desenvolvimento da Internet, estiveram em disputa valores e interesses, sempre entrelaçados com as estruturas políticas e económicas. O protocolo TCP/IP, adotado no começo da década de 70 em meio à administração do presidente estadunidense Richard Nixon, deu voz às escolhas do Departamento de Defesa dos EUA e a sua adoção definitiva já na década de 80 foi subsidiada pelo

---

<sup>135</sup> O modelo OSI surgiu da organização ISO, que estabelece uma série de normas técnicas. Funciona em sete camadas enquanto o TCP/IP trabalha numa lógica de 4 camadas.

<sup>136</sup> Para mais detalhes sobre a disputa entre padrões e protocolos de rede, nos anos 1970, ver Abbate (1999).

governo para atender às pressões políticas e económicas da indústria internacional de redes. O fato de ser um protocolo gratuito fortaleceu uma aproximação com os grupos empresariais.

O interesse comercial não é uma narrativa consensual na história da origem da Internet. Castells (2004, p.27), afastando as duas dimensões, cita o episódio no qual o grupo empresarial AT&T teria estudado a respeito da privatização do ARPANET e concluído “que esse projecto nunca poderia ser rentável e que não via nenhum interesse na sua comercialização”. Pela data citada, 1972, o autor poderia estar a referir-se à Conferência Internacional sobre Comunicações de Computadores, episódio de demonstração da ARPANET. Na contraposição das análises futurologistas comuns na década de 70, os investimentos nas infraestruturas comunicacionais da Internet não atraíam investimentos. Assumir as responsabilidades financeiras pelo desenvolvimento de um novo sistema de comutação de pacotes de dados não foi o caminho escolhido pelos grupos empresariais. As escolhas passaram por resistir à mudança em curso, que desde o início representou uma ameaça ao modelo de negócio da rede telefónica. Outra posição foi a de arrendar as estruturas que já estavam privatizadas para as experiências tecnológicas em curso até que, por fim, com a liberalização da rede de telecomunicações estas empresas atuaram como sobreviventes diante de um novo mercado em crescimento.

A infraestrutura da Internet, de facto, não foi diretamente subsidiada pelas empresas que viriam a explorá-la comercialmente na década de 90. Cabe, neste contexto, colocar questões sobre quais foram os movimentos políticos e financeiros que fizeram com que as empresas se apropriassem das infraestruturas da Internet. Uma resposta a essa pergunta não é o objetivo que perseguimos nesta investigação, mas o nosso interesse passa por observar a forma como os textos parlamentares abordam a complexa questão dos investimentos públicos e dos investimentos privados.

A padronização que possibilitou a expansão da Internet foi possível não só pelo reconhecimento intergovernamental dos seus protocolos, mas também pelos acordos de construção de infraestrutura comunicacional entre redes, conhecidos como *backbones*, ajustadas para o funcionamento do modelo TCP/IP, e na fabricação de equipamentos compatíveis que promoveram uma indústria especializada e o enriquecimento de grupos empresariais estadunidenses como a CISCO. Assim, o desenvolvimento da Internet e a sua expansão não se deu de forma isolada dos interesses comerciais.

Contudo, há nos textos analisados um olhar que mais afasta do que aproxima os interesses do mercado das forças que fizeram a Internet se expandir. Neste olhar, a presença de grupos empresariais é tida como algo recente na história da Internet e que tem vindo a ameaçar o seu carácter libertário. O cenário “romântico” do surgimento da Internet parece querer preservar uma narrativa que esconde a presença dos grupos empresariais desde o seu desenvolvimento, seja no fornecimento de tecnologia

militar, seja no arrendamento das estruturas de comunicação apropriadas, ou seja na relação destes grupos com a venda de produtos tecnológicos, como os modems disponíveis no meio da década de 70<sup>137</sup>.

Em 1995, o Conselho Federal de Redes dos Estados Unidos (do inglês *Federal Networking Council*) definiu, pela primeira vez, o que era a Internet, relacionando-a explicitamente ao uso do protocolo TCP/IP. Também nos anos 90, como descrito no relatório Bangemman, o modelo tornava-se o padrão europeu com o apoio de instituições como a *Rede IP Europeias* (RIPE). No Brasil, o reconhecimento governamental do padrão TCP/IP aparece, por decreto, em 1997 (Brasil, 1997). Assim a rede global de computadores passou a ter a sua definição associada ao protocolo TCP/IP. É a esta Internet que se referem os parlamentares nos textos em que se legisla sobre a neutralidade da rede. Trata-se de uma Internet específica e conformada por protocolos de padronização.

Até este momento, contrastamos os imaginários da Internet que encontramos nos textos analisado diante da necessidade de rompimento com a ideia de uma Internet única, ou que nasceu livre. Falar em Internet, como atenta Fuchs (2008, p. 2) está além do entendimento de uma rede específica, lembrando-nos que enquanto sistema sociotécnico é um fenómeno geral da interconexão de tecnologias baseadas em conhecimento em rede e sistemas sociais em rede. Como tal, a Internet está em construção, não sendo um sistema fechado nem tampouco acabado.

Em diálogo com o processo de padronização tecnológica da Internet, passamos a apresentar a macroproposição, que consta do anexo 1 desta tese, e que refere a uma Internet que:

**M2.** Tem espírito livre, o que proporciona a inovação em rede.

Procuramos dar conta de analisar a visão da rede “aberta” e “neutra” na sua relação com os fundamentos que levam ao argumento da Internet como um fator de desenvolvimento e inovação. A ideia de uma arquitetura de rede voltada para a inovação é encontrada em Lemley e Lessig (2000, p. 5), que defendem que o “extraordinário crescimento da Internet assenta fundamentalmente nos seus princípios de design”. No mesmo artigo, os autores relatam não saber o suficiente sobre a relação entre os princípios arquitetónicos e a inovação da Internet, mas recomendam a sua manutenção, no sentido de preservação das estruturas da Internet.

Encontramos, no decorrer dos textos que analisamos, a afirmação de que “os serviços de internet são neutros, são, como se diz muitas vezes em tecnologia, agnósticos em relação ao conteúdo” (BRSF040). Esta linha encontra apoio em Wu (2003), no argumento de que a arquitetura fundadora da

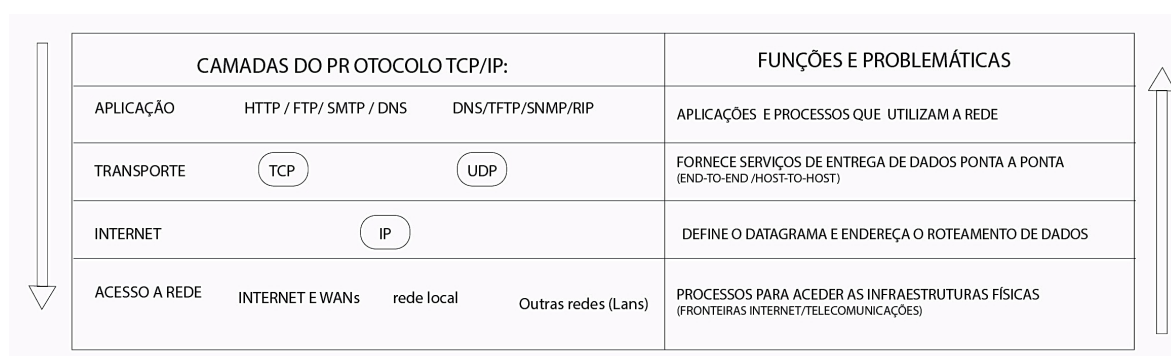
---

<sup>137</sup> De entre as empresas que desde o início estiveram próximas do desenvolvimento da Internet, estão a já citada AT&T, o grupo BBN e a IBM, entre outras, conforme relatado por Pelkey (2007)

Internet e os seus princípios - dos quais se destaca o princípio *end-to-end* - garantem o carácter aberto e não discriminatório da Internet.

Podemos antecipar que, num plano maior, a padronização do protocolo é a própria neutralidade que está presente nos textos que analisamos, numa lógica de reprodução dos argumentos de regulação económica, com preocupação em promover uma situação concorrencial.

O modo de funcionamento da Internet é explicado na literatura didática da área através do funcionamento do protocolo TCP/IP. Recorremos a uma literatura geral que pretende servir como manual na área (Corner, 2000). Nela, está explicado que a Internet funciona a partir de diferentes protocolos, a chamada “família de protocolos TCP/IP”, em quatro camadas: acesso à rede, Internet, transporte e aplicações, conforme ilustrado abaixo na Figura 10:



**Figura 10:** Camadas do protocolo TCP

Fonte: elaborado pela autora

Na camada de aplicações, estão os protocolos de serviços, sendo o mais conhecido o HTTP, operado por navegadores e servidores de conteúdo *web*. Entre outros serviços, na camada de aplicação, estão os de comunicação criptográfica, a ligação telefónica por VoIP e o compartilhamento de arquivos por FTP. A camada de transporte é operada a partir do protocolo TCP ou UDP<sup>138</sup>, responsável por estabelecer a conexão entre dois pontos, sendo iniciada pelo cliente e respondida pelo servidor. É nesta camada que encontramos as características associadas ao princípio *end-to-end*. A partir desta camada, os dados são encaminhados para a camada Internet, ou IP, que lida com o endereçamento dos pacotes de dados, enviando, por sua vez, os dados recebidos para a camada de acesso a rede, que diz respeito às infraestruturas físicas, seja de cabos, óticas ou eletromagnéticas.

A visão da Internet neutra desponta de um modo de ver que se agarra à dimensão puramente técnica do funcionamento destes protocolos da Internet e, como veremos, trata-se de uma visão restrita.

<sup>138</sup> o protocolo UDP é utilizado para a transmissão de áudio e vídeo, podendo transmitir uma grande quantidade de dados em pouco tempo.

O protocolo TCP/IP fornece o entendimento da Internet como rede aberta, pois esta arquitetura está projetada, na camada do transporte, pelo princípio, chamado argumento de ponta a ponta (Satzer, Reed & Calark, 1984). O princípio funciona fazendo com que o protocolo TCP<sup>139</sup> ignore tudo aquilo que não é necessário para o transporte entre um ponto e outro, numa lógica que os autores definiram, anos depois, como um comportamento “estúpido” (Reed, Satzer, Calark, 1998). Isto porque preza somente pela eficiência na entrega dos dados. Assim, as demais informações necessárias para o funcionamento da rede são complementadas por outras camadas, das quais o transporte não depende e sobre as quais não exerce controlo. Este modo de funcionamento implica que os controladores da rede, tais como os fornecedores de conexão à Internet, não precisem obter informações do que ocorre em outras camadas. As funções de cada camada, numa rede neutra, deve ser enfaticamente a de garantir o funcionamento da entrega dos pacotes de dados. Neste sentido, recorreremos à visão da própria neutralidade da rede como “uma generalização do conceito de privacidade, aplicado a serviços e processos que ocorrem na Internet”, como propõe Rezende (2016, p.15) no artigo ‘a liberdade vigiada’.

Porém o fato de existir uma lógica de eficiência embutida na rede não impede que o controlador de uma camada possa obter mais informações sobre as demais. Assim, mesmo que a rede tenha sido projetada “para ser neutra entre os usos” (Lemley e Lessig, 2000), o comportamento de intromissão, negociado ou não, entre os controladores de rede pode ocorrer. A intromissão na camada IP permite conhecimentos, tais como; se os dados estão a ser recebidos ou enviados (do inglês - *upload* ou *download*) ou se estão a ser transmitidos por um utilizador doméstico ou empresarial. A intromissão na camada de aplicação revela a natureza e o conteúdo dos dados; se se trata de um vídeo ou texto e ao que refere o seu conteúdo. Estas informações dão aos fornecedores de conexão à Internet, em sua maioria prestadores de serviços privados, a capacidade de fazer um uso abusivo dessas informações.

Na análise da representação dos riscos associados a um cenário de supressão da neutralidade, pelos parlamentares, encontramos principalmente as práticas de bloqueio dos dados sendo colocadas como as mais preocupantes, seja em Portugal, seja no Brasil. Os textos, em sua maioria, referem a proibição de que os fornecedores de conexão à Internet bloqueiem, interfiram, discriminem, limitem, condicionem ou restrinjam o acesso dos utilizadores, com base em critérios de hierarquização comercial de conteúdos, aplicações ou serviços, ou em função da sua origem ou propriedade.

A ênfase é colocada na liberdade do consumidor em escolher os serviços e a liberdade dos pequenos negócios em obter condições de concorrência. Desta forma, a neutralidade é apontada como “uma das chaves para a inovação” (PTAR04). Esta visão releva que o maior potencial de inovação na

---

<sup>139</sup> ou UDP, se for o caso.

Internet está na possibilidade associada ao desenvolvimento de novas aplicações, em um ambiente onde o utilizador não encontre restrições, tanto para criá-las, quanto para acedê-la.

O modelo anti-discriminatório, proposto por Wu (2003), é aquele que encontramos de forma mais recorrente na defesa da neutralidade proposta pelos parlamentares. Toma o princípio *end-to-end* como forma de garantia da neutralidade da rede e considera que o tratamento diferenciado de dados nem sempre é negativo, sendo permitido que as operadoras discriminem dados conforme a capacidade de tráfego, ou seja, que mantenham um controle relativamente ao quanto um utilizador consome, podendo praticar preços diferenciados. Porém, o operador não pode discriminar os dados de acordo com a sua natureza, conteúdo ou origem. Isso significa que o utilizador não pode ser impedido de aceder dados que contenham, por exemplo, vídeos, ou que tratem de um assunto específico, ou que sejam oriundos de um país específico.

As práticas que escapam à lógica de privacidade ou de neutralidade técnica da rede tem sido objeto de investigação nas ciências sociais, área que, na nossa opinião, possui as ferramentas apropriadas para reposicionar, numa visão crítica e menos determinista, os debates sobre a Internet. Fuchs (2012a, 2012c, 2013) analisa as tecnologias de inspeção aprofundada de pacotes de informação (do inglês *Deep Packet Inspection* - DPI), capazes de monitorar o tráfego de dados da Internet, incluindo os conteúdos dos pacotes de dados. A respeito dos fornecedores de conexão à Internet em Portugal, Polo (2019) oferece uma breve análise das condições e dos termos das ofertas comerciais de conexão à Internet, demonstrando uma brecha para a supressão da neutralidade da rede. Também as noções de vigilância, desde que introduzidas e continuamente estudadas por Gary T. Marx (1988, 2002) passaram a chamar a atenção para a prática de recolha e utilização dos dados para efeitos não consentidos, seja por empresas ou por agências governamentais. A relação entre as práticas de vigilância e o capitalismo (Zuboff, 2019; Bruno, 2013; Machado & Frois, 2014 ) é demonstrativa de que há uma indústria cujo crescimento é excecional na oferta dos mais diversos serviços direcionados à proteção da privacidade empresarial e individual.

Com o mesmo peso, a espionagem afeta as relações intergovernamentais. O caso Snowden é um dos mais conhecidos por ter descortinado os factos de que vivemos sob estruturas de vigilância e controlo através das constatações que foram fortalecidas com a publicação de documentos da organização WikiLeaks (Greenwald, 2014). Ao mesmo tempo em que estas revelações contribuem para o debate público sobre a privacidade na rede, revelam o modo como a sociedade convive com o estado de vigilância.

Nesse contexto verifica-se o ajustamento da neutralidade técnica da Internet aos modos como o sistema capitalista transfere os lucros para os fluxos dos dados. Esta transferência dá-se através da transformação dos dados nos mais diversos serviços e mercadorias, e no desenvolvimento de mecanismos para o controlo social que serve a manutenção do próprio sistema. Assim, as lutas por uma Internet cujo objetivo seria a neutralidade da rede esbarram na indústria da vigilância, instigada pelo interesse privado e parte integrante do Estado contemporâneo. Paradoxalmente, o estabelecimento do princípio da neutralidade, já que sem uma decisão social mais ampla os protocolos não conseguem oferecer neutralidade, torna-se possível pelo reforço dos poderes legislativos, judiciários e executivos do Estado na proteção do direito à privacidade de cada uma das camadas do protocolo da rede. Por isso o debate legislativo a respeito da neutralidade da rede é de suma importância, assim como a sua análise. Não menos evidente é a constatação de que a deliberação sobre tudo aquilo o que envolve a Internet está antes suspenso por acordos tácitos, de caráter transnacional, que mantêm as estruturas de poder hegemónicas.



## **CAPÍTULO 7. O DESENVOLVIMENTO DA ORDEM DO DISCURSO DOS LEGISLADORES SOBRE A NEUTRALIDADE DA REDE**

No capítulo anterior, buscamos responder quais elementos são colocados discursivamente na relação com os temas presentes nos textos parlamentares e com a construção do sentido dos textos. No capítulo 7, que o leitor adentra agora, analisamos o nível mais local dos textos e as suas relações com os aspetos das práticas sociais. Nesta segunda etapa da análise, cujos procedimentos foram expostos no subcapítulo 5.2 desta tese, recorreremos à concepção tridimensional do discurso de Fairclough, (2001, 2003), a partir do qual analisamos alguns aspetos do desenvolvimento da ordem do discurso dos legisladores sobre a neutralidade da rede. A ordem do discurso é explicada por Fairclough (1995, p. 77) como a “faceta discursiva” que resulta do “equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia. Atentamos, nesta etapa, para os aspetos descritivos dos textos, tais como os significados da palavra e as metáforas; para os aspetos descritivos-interpretativos, tais como a intertextualidade presente; ao mesmo tempo em que a análise avança para uma dimensão interpretativa-explicativa dos sentidos ideológicos potencialmente contidos nos textos, que será mais avançada no capítulo seguinte.

Começamos por explorar, no subcapítulo 7.1, o potencial analítico da perspectiva intertextual nos textos parlamentares, sempre entrelaçada com as demais dimensões de análise, a fim de descobrir o mosaico de vozes que constitui o discurso sobre a neutralidade da rede. Além das fontes e das referências a que recorrem os parlamentares, mapeamos os atores sociais convidados ao parlamento para falar sobre a neutralidade da rede. Isto mostra-nos quais são as vozes predominantes no debate. Por mais que tenhamos buscado analisar as relações que um texto mantém com outros textos, foi na natureza histórica do discurso que nos debruçamos com mais ênfase, a fim de observar as mudanças no discurso ao longo do intervalo de tempo delimitado pelo *corpus*.

A partir do subcapítulo 7.2, tomamos atenção aos aspetos da representação dos atores sociais com o objetivo de compreender sobre alguns dos significados representacionais contidos no conjunto de textos do *corpus*. Analisamos os modos pelo quais os parlamentares são representados por eles mesmos e incluídos, motivo pelo qual não trataremos do sistema de exclusão destes atores, assim como integramos nesta parte da análise apenas os discursos proferidos por parlamentares, não abrangendo os textos de autoria dos atores convidados<sup>140</sup>. Para atingir estes objetivos, recorreremos à identificação do uso

---

<sup>140</sup> Sendo assim, sempre que recorrermos a um texto proferido por um ator convidado esta situação será previamente identificada.

do pronome da primeira pessoa do plural "nós", que revela a construção da identidade parlamentar e constitui um importante recurso de análise dos significados representacionais.

No decorrer da análise, encontramos nos textos pressupostos, metáforas, analogias e antíteses que ajudam a revelar a construção de uma base consensual para a tomada de decisões. O discurso parlamentar busca legitimar, de maneira disciplinadora, os interesses particulares de uma Internet específica. Assim, por mais que a neutralidade da rede seja associada a um tópico que emerge e se desenvolve junto à sociedade civil - tendo inicialmente abordado pautas mais amplas, como o controle e a gestão da rede comunicacional pública e a propriedade intelectual - o que observamos é que houve um afastamento das pautas mais democráticas, que confrontam as estruturas de poder, pela apresentação da neutralidade da rede, em si, como a própria solução democrática.

### **7.1. Entrelaçamentos textuais e historicidade: o mosaico de vozes**

"Nosso discurso... Está cheio das palavras dos outros, graus variados de alteridade e graus variados de 'nossa própria personalidade', graus variados de consciência e desapego. Essas palavras dos outros carregam consigo sua própria expressão, sua própria avaliação, tom, que assimilamos, retrabalhamos e reativamos" (Bakhtin, 1986, p. 89).

#### **7.1.1. O caso brasileiro: a mudança discursiva no parlamento**

A neutralidade da rede é citada pela primeira vez no parlamento brasileiro no ano de 2006, no Senado Federal. O termo foi trazido em setembro desse ano por Gustavo Gindre, participante convidado da audiência pública do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, sobre os estudos do marco regulatório. O convidado foi apresentado como jornalista e diretor do Intervozes, uma organização que trabalha pelo direito humano à comunicação no Brasil. A sua fala articula intertextualmente, e de forma explícita, diversos dos instrumentos que legislam o setor das telecomunicações, como o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962 e a Lei Geral de Comunicações de 1997. Perpassa o panorama regulatório internacional, como o dos Estados Unidos e da França, estabelecendo uma relação comparativa com o cenário brasileiro. Gindre lança mão de recursos lexicais para se posicionar avaliativamente em relação à legislação brasileira, a qual considera "atrasada" e "despreparada" diante do cenário de convergência tecnológica (BRSF001).

É no âmbito destas constatações que o convidado introduz a neutralidade da rede como uma questão que estava a ser debatida nos Estados Unidos, mas que no Brasil ainda não era mencionada. A relação entre o Brasil, no “aqui”, em oposição a outro lugar, mais distante, reforça a comparação que a todo o momento é mobilizada pelo enunciador para evidenciar uma posição de atraso, colocada sob um ponto de vista histórico. Para Gindre, a neutralidade da rede é um problema que existe porque foram deixadas lacunas na legislação mediante às quais as operadoras de telecomunicações podem “farejar” o conteúdo que trafega pelas suas redes. O termo “farejar”, utilizado pelo convidado, está circunscrito no contexto da segurança da rede, utilizado para referir ao termo em inglês *sniffer*, como são nomeadas as aplicações que permitem capturar e analisar os pacotes de dados que são transmitidos pelas redes de computadores. Desta forma, as operadoras de telecomunicações teriam condições de bloquear um conteúdo conforme os seus interesses privados.

O convidado insere a neutralidade da rede numa discussão sobre a regulação da comunicação, tema que para ele estivera há anos a ser evitado no Brasil. A sua fala imputa aos governos, e à cobertura mediática, a responsabilidade por afastar o debate do público. Para reforçar a fala de que o público está alienado acerca do debate sobre a regulação da comunicação, Gindre recorre a um discurso relatado, de forma direta, para dar conta de narrar a forma como está presente na sociedade um senso comum que ignora o facto de que os atores privados exercem o controlo do uso de um bem público, o qual deveria ter sido regulado.

A atitude crítica perante o posicionamento do Estado é mantida ao lembrar que “se passaram quatro anos sem que um Governo que se elegeu com a plataforma de democratização da sociedade brasileira e dos meios de comunicação tivesse encarado o grande desafio de regular os meios de comunicação”. Gindre está a se referir ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais especificamente, ao governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que estava a completar o seu primeiro mandato em 2006. O seu discurso tem de ser contextualizado a partir da expectativa que tomara conta de um setor mais progressista da sociedade com relação à tomada de poder pelo PT como partido que fazia oposição ao governo anterior, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o PSDB promoveu, no período entre 1995 e 2002, reformas liberalizantes no setor das telecomunicações, legitimadas pela Lei Geral de Telecomunicações de 1997 (LGT). Tais reformas levaram ao reforço de alguns problemas históricos no setor das comunicações aos exemplos dos citados por Bolaño e Brittos (2007, p. 96): a “concentração da propriedade”, o “predomínio dos interesses privados sobre os públicos” e a “aparente vedação da sociedade civil quanto às articulações sobre questões regulamentares”.

Mesmo diante de um governo como o do PT, para o qual as alianças heterogêneas foram essenciais, havia a ideia de que uma mudança na direção da construção de uma política nacional de comunicação poderia ser realizada. Esta esperança não estava esvaziada de sentido, tendo em vista que a democratização dos meios de comunicação esteve em pauta nos programas de governo do PT, de 2002 e 2006, como uma de suas prioridades<sup>141</sup>. Por este motivo, Miola (2012, p. 144) afirma que “juntamente com Lula foi eleito um projeto de intervenção na Comunicação Social”. Porém as expectativas relativamente à reversão de políticas de minimização do papel do Estado, em prol de interesses privados, não foram consolidadas (Dagnino, 2014; Brittos et al., 2009 ). Mesmo que no primeiro mandato o PT tenha feito uma aproximação com as soluções tecnológicas nacionais, reforçando o papel do ministério das comunicações - como no caso do debate a respeito da implantação da TV digital terrestre no Brasil<sup>142</sup> - os interesses dos privados continuaram a prevalecer numa solução final. O caso da TV digital no Brasil foi indicativo dos caminhos que a gestão do PT tomaria na sequência dos próximos mandatos, continuados pela presidenta Dilma Rousseff.

No que diz respeito ao setor das telecomunicações, o governo do PT não confrontou os interesses econômicos privados e perseguiu uma política de conciliação do interesse privado com os interesses públicos, o que demonstrara ser impossível diante dos antagonismos em jogo. Tal política resultou no constante avanço da estratégia neoliberal, nos moldes do que foi produzido pelo Consenso de Washington<sup>143</sup>.

É diante deste panorama que Gindre insere a neutralidade da rede sob um ponto de vista histórico, numa discussão sobre a regulação da comunicação. O tópico acerca da neutralidade da rede só voltaria a fazer parte das reuniões parlamentares do Senado Federal a partir de 2011, já no contexto das deliberações respeitantes ao Marco Civil da Internet que foram iniciadas na Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, o termo neutralidade da rede foi inserido em novembro de 2006, também por um convidado, James Görgen, representante do Fórum Nacional para Democratização da Comunicação. A sua fala deu-se no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, num seminário que procurou debater a respeito do tema ‘Combate ao Crime Cibernético e Liberdade de Acesso à Internet’. Neste ano, de 2006, estava a tramitar no Senado Federal o Projeto de Lei nº 84, de 1999, um dos primeiros que incidiu sobre a regulação da Internet no país. Proposto pelo deputado Luiz

---

<sup>141</sup> O programa de governo do PT de 2002 pode ser consultado em <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf> , e o de 2006 em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_governo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf) , acedidos a outubro de 2020.

<sup>142</sup> O ministro Miro Teixeira, na época, promoveu uma maior aproximação do Ministério das Comunicações em relação à ANATEL, o que foi considerado positivo pelo setor mais progressista da sociedade. No entanto os debates não resultaram numa solução tecnológica brasileira. Foi escolhido o padrão japonês, favorecendo os radiodifusores, como a Rede Globo de Televisão. Para mais a respeito ver Bolaño e Brittos (2007, p.95).

<sup>143</sup> O Consenso de Washington constitui de 10 diretrizes, formuladas em 1989, a partir da ideia de que os países subdesenvolvidos deveriam adotar medidas de desregulamentação e privatização, servindo à implantação de uma agenda neoliberal. Ver Santos (2004, p. 383).

Piauhyliño (PSDB), o PL deu origem ao substitutivo que, em 2003, foi relatado pelo ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB). Este último buscou um modelo regulatório da Internet baseado na Convenção sobre o Cibercrime, conhecida como Convenção de Budapeste (Conselho da Europa, 2001).

Um dos principais pontos deste projeto foi a tentativa de tipificar os crimes que ocorrem através da Internet, além da proposta de que os utilizadores deveriam possuir uma identificação eletrónica a cada acesso. O projeto tramitou durante anos no Congresso Nacional, foi intensamente debatido, criticado e passou por diversas mudanças até ser sancionado pela presidenta Dilma Rouseff, tendo ficado conhecido como a Lei Azeredo<sup>144</sup>. Veloso (2009, p.18) explica que durante a sua tramitação houvera resistência por parte de movimentos ciberativistas, a exemplo do *SaferNet*, e da comunidade científica. As críticas foram no sentido de que o projeto estaria a violar a liberdade de expressão, o anonimato e a implantar o vigilantismo na Internet. Por este motivo, a Lei Azeredo ficou conhecida como o ‘AI-5 digital’. A referência relembra o ato institucional AI-5 a partir do qual, em 1968, no período da ditadura civil militar (1964-1985), foram cessadas as garantias constitucionais dos cidadãos brasileiros. A associação do ato com o projeto de lei, como explica Dantas (2013, p. 212) “lhe causaria irreversível desvantagem simbólica”.

O discurso da ditadura, relacionado ao controlo e à censura, faz-se presente em diversos momentos no debate parlamentar sobre a Internet. Na fala de James Görgen, que introduz o tópico da neutralidade da rede no plenário da Câmara dos Deputados, a ditadura é referida como algo que “trouxen-nos muitas celeumas” (BRCD001). O convidado associa às implicações do período ditatorial uma vigilância democrática que, contraditoriamente, pode vir a ser utilizada para impedir os avanços democráticos. A afirmação, feita por James Görgen, no contexto das críticas endereçadas à Lei Azeredo, revela a expressão de um ressentimento por parte do Fórum Nacional para Democratização da Comunicação (FNDC) quanto às críticas que foram endereçadas à criação de um Conselho Federal de Jornalistas. A proposta, apoiada pelo FNDC em 2004, havia sido fortemente repelida sob a acusação de estar a censurar os meios de comunicação.

A intertextualidade, como explica Fairclough (2001), é a fonte de grande parte da ambivalência dos textos, pelo que sem recorrer ao histórico de iniciativas da FNDC seria possível presumir um apoio do seu representante aos defensores da Lei Azeredo. Porém, encontramos no conjunto de textos que compõem o *corpus* analítico desta tese falas que supõem a associação de Eduardo Azeredo com os interesses de grupos empresariais e financeiros, contrários aos fundamentos basilares das propostas de democratização da comunicação.

---

<sup>144</sup> Lei nº 12.735/2012 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12735.htm), acedido a outubro de 2020.

Além de integrar ou responder a outros textos individuais, a intertextualidade pode ser analisada a partir da corporificação de relações complexas, que são organizadas para constituir uma ordem do discurso. Nesse processo os textos podem ser menos diretos, recorrendo a recursos como o da ironia. É o caso da fala de 2011 do deputado Miro Teixeira (PDT), que foi ministro das comunicações entre 2003 e 2004. O deputado utiliza o recurso à ironia para referir a Eduardo Azeredo como “essa figura encantadora”, o “bom companheiro”, que “fala com voz suave em criar figuras típicas exclusivamente para a Internet” (BRCD014). O texto busca contrastar a suavidade com que são pronunciadas as propostas no plenário aos bruscos interesses que estão por trás destas. Para Miro Teixeira há de se atentar para o facto de que “há bancos” cujos interesses estão representados no parlamento através das atividades de *lobbying*<sup>145</sup>.

É no contexto destas polémicas que se deu o seminário ‘Combate ao Crime Cibernético e Liberdade de Acesso à Internet’ no qual o tópico neutralidade da rede foi citado pela primeira vez na câmara. A fala de James Görgen recorre à voz mediática da InfoExame, uma revista mensal sobre tecnologia<sup>146</sup> para referir que a melhor forma de garantir o acesso e a neutralidade da rede seria investir em “redes estatais de governo”, “com mecanismos de controle público. O enunciador conclui referindo que “cada vez mais, no mundo todo, está-se revendo o conceito de que as redes privadas são a melhor saída para a comunicação e para as telecomunicações” (BRCD001).

Assim, o tópico da neutralidade da rede foi inserido no parlamento brasileiro, por atores convidados, sob um ponto de vista histórico, numa discussão sobre a necessidade de regulação dos meios de comunicação. Somente três anos depois de o termo ter sido trazido para dentro do parlamento por convidados, os deputados começaram a introduzir o tópico em seus discursos.

Em outubro de 2009, pela primeira vez trazido em sessão plenária por um parlamentar, o tópico da neutralidade da rede integrou o discurso da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB), inserido num contexto de denúncia de um cerceamento de liberdade na Internet que estava a ganhar espaço no parlamento. Para ela, havia indícios da necessidade de ação relativamente a estas ameaças, representada pela Lei Azeredo, a qual a deputada refere a partir do discurso da ditadura como “o AI-5 Digital”. Em 2009, o crime virtual estava a ser intensamente debatido no parlamento e a prática criminosa da pedofilia constituiu de uma das principais pautas do combate aos cibercrimes.

No nosso *corpus*, apesar de Eduardo Azeredo não ser um dos atores políticos cuja fala se faz presente, encontramos 19 menções ao deputado, isso porque o tópico dos cibercrimes permaneceu

---

<sup>145</sup> Entendemos *lobbying* como sendo “o processo pelo qual os grupos de pressão buscam participar do processo estatal de tomada de decisões, contribuindo para a elaboração das políticas públicas de cada país” (Oliveira, 2005).

<sup>146</sup> A revista, em 1996, passou a ter também uma edição em Portugal pelo grupo Impresa, tendo sido descontinuada em 2015.

circunscrito nos debates sobre a regulação da Internet. Para a deputada Manuela D'Ávila, uma melhor solução, diante de uma mentalidade regulatória penal, viria com a proposta do Marco Civil da Internet, que, diferentemente da Lei Azeredo, não objetivava regular a Internet sob um viés criminal. Este foi proposto como uma lei principiológica, de forma a garantir direitos, princípios e deveres dos cidadãos.

O início da construção do Marco Civil da Internet é atrelado, pela deputada, a “um compromisso assumido pelo Presidente Lula durante a sua visita ao Fórum Internacional de Software Livre, em Porto Alegre” (BRCD002), evento que ocorreu em julho de 2009<sup>147</sup>.

A partir desta data o Ministério da Justiça foi incumbido da formulação de um anteprojeto com a colaboração do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas. Após a sua formulação, o projeto passou por uma consulta pública em duas fases, nos anos de 2009 e 2010. Em 2012, foi encaminhado sob o carácter de urgência constitucional pelo poder executivo, com a assinatura da presidenta Dilma Rousseff, à Câmara dos Deputados. Nesta Casa foi constituída uma comissão especial tendo como relator o deputado Alessandro Molon (PT). Ainda em 2012, o projeto teve a sua votação adiada, principalmente pelas polémicas em torno da neutralidade da rede. Em 2014, houve a votação favorável e em abril de 2015 a Presidenta Dilma Rousseff apresentou o Marco Civil da Internet no evento NETmundial. A sua regulamentação foi um dos últimos atos do seu governo antes de ser destituída e o governo ser assumido pelo vice-presidente Michel Temer, em 2016.

Assim, apesar de o governo do PT não ter enfrentado, no decorrer da sua gestão, os desafios da democratização dos meios de comunicação como uma de suas prioridades, o vínculo a um marco civil para a Internet, caracterizado por princípios progressistas, marcou o seu governo. No decorrer da gestão do PT (2002-2016), que abrange a maior parte do período de tempo em que está delimitado o nosso *corpus*, as pautas relacionadas à Internet estiveram bastante presentes. Isto se deu sobretudo a partir de um Ministério da Cultura ativo, que propagou uma visão da Internet associada a telecentros comunitários<sup>148</sup> e ao movimento ativista do *software* livre. Aliás, foi uma campanha em defesa do Marco Civil da Internet, liderada pelo ex-ministro da cultura, Gilberto Gil, o corresponsável pela mobilização de apoio dentro da sociedade civil<sup>149</sup>. Este cenário não se parece nada com o atual, no qual encontramos uma Secretaria Especial da Cultura rebaixada a um setor do Ministério do Turismo.

Como já havíamos referido no capítulo anterior, a neutralidade da rede é um debate que esteve entrelaçado maioritariamente ao âmbito das votações do Marco Civil da Internet. Foi debatida em

---

<sup>147</sup> O discurso de Lula no Fórum Internacional de Software Livre está disponível em: [Fhttps://www.youtube.com/watch?v=be7Yf14ZX7w&ab\\_channel=TVBrasilGov](https://www.youtube.com/watch?v=be7Yf14ZX7w&ab_channel=TVBrasilGov), acedido a outubro de 2020.

<sup>148</sup> Telecentros Comunitários foram espaços públicos, localizados em zonas periféricas, providos de computadores conectados à Internet em banda larga, onde eram realizadas atividades com o objetivo de promover o desenvolvimento social e económico.

<sup>149</sup> A moção está disponível para consulta em: [https://secure.avaaz.org/campaign/po/o\\_fim\\_da\\_internet\\_livre\\_senado/](https://secure.avaaz.org/campaign/po/o_fim_da_internet_livre_senado/), acedido a outubro de 2020.

audiências públicas e seminários que se deram no parlamento a partir da ideia inicial de sistematização dos textos que estavam espalhados pelo ordenamento jurídico brasileiro sobre a Internet. A Tabela 6, a seguir, mostra quais foram as vozes convocadas a falar sobre a neutralidade da rede no parlamento brasileiro.

<b>Vozes convocadas (37)</b>	<b>Número de contribuições</b>
Comitê Gestor Da Internet no Brasil (Cgi.Br e Nic.br)	12
Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil)	9
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	7
Ministério Da Justiça	7
Instituto Brasileiro De Defesa Do Consumidor - Idec	6
FGV/RJ (ITS-Rio CTS-fgv)	6
Associação Brasileira de Internet - Abranet	5
Conselho De Comunicação Social do Congresso	5
Associação Brasileira De Defesa Do Consumidor - Proteste	3
Associação Brasileira Das Emissoras De Rádio E Televisão (Abert)	3
Intervozes	3
Câmara Brasileira De Comércio Eletrônico	2
Ministério Das Comunicações	2
Serviço Federal De Processamento De Dados - SERPRO	2
Uniceub E IESB	2
O Estado De São Paulo	2



Instituto De Estudos Socioeconômicos (Inesc)	1
Secretaria Nacional Do Consumidor (Senacon)	1
Videolog.Tv	1
Oi s/a	1
Cisco Systems	1
Fórum Nacional Pela Democratização Da Comunicação	1
Associação Nacional Das Operadoras Celulares (ACEL)	1
Associação Da Rede Global Info De Provedores	1
Associação Nacional De Editores De Revistas (ANER)	1
Ativista Do Software Livre	1
Rede Nacional De Ensino E Pesquisa (RNP)	1
Labhacker	1
Universidade de Brasília (UNB)	1
Associação Nacional Dos Delegados De Polícia Federal (ADPF)	1
Associação Nacional De Jornais (ANJ)	1
Ordem Dos Advogados Do Brasil (OAB)	1
Ministério Público	1
Grupo Telefônica Vivo	1
CEU-IICS - Escola de Direito	1
SaferNet Brasil	1

**Tabela 6.** Participação de instituições convidadas

As vozes convocadas foram as do Estado, do setor de negócios e das telecomunicações, da sociedade civil, da academia e dos media, representados por vezes em associações. A maior parte das contribuições ecoam as vozes das próprias instituições de poder do Estado. A principal delas é a do Comitê Gestor da Internet no Brasil que, como vimos no capítulo 3.4 desta tese, é formado em grande parte por representantes do Estado e do setor empresarial e, em menor parte, por representantes da comunidade científica. No judiciário e em apoio a este, foi dado espaço para o Ministério da Justiça, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Secretaria Nacional do Consumidor. Do poder executivo ou vinculado a este, o Ministério das Comunicações, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, a

empresa estatal de Serviço Federal de Processamento de Dados e a Agência Nacional de Telecomunicações que, apesar de ser tachada de independente, não é autônoma em relação ao poder executivo<sup>150</sup>. Em apoio ao poder legislativo, é dado espaço ao Conselho de Comunicação Social do Congresso que é composto por membros eleitos pelos próprios parlamentares. Encontramos ainda a voz do poder da polícia, na representação Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

A seguir à presença do Estado, é notável o espaço dado ao setor das empresas de telecomunicação, sendo que a Sinditelebrasil<sup>151</sup> é a que mais contribuiu no debate. Esta tem a sua diretoria executiva e o conselho de representantes formados por representantes das maiores empresas do setor das telecomunicações do país, de entre elas; a Oi s/a, a Telefônica Vivo, a Claro e a TIM. Estas empresas tiveram os seus interesses representados por um sindicato que historicamente demonstrou se posicionar contrário ao interesse público brasileiro, como no caso do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), apresentado no ano de 2010<sup>152</sup>. As vozes de algumas destas empresas repetem-se e fazem-se presente também pela Associação nacional das operadoras celulares (ACEL). Os operadores de conexão, tais como a Neger Telecom, a Durand do Brazil e a Use Telecom são representados pela Associação Brasileira de Internet (Abranet), assim como pelo menos mais 30% dos operadores de acesso à Internet do país se fazem presentes no debate pela associação da rede Global Info.

O parlamento abriu espaço, ainda, para empresas de outros setores, como a OLX, a Amazon, o Airbnb, o Google, o Carrefour e o Mercado Livre, representados pela Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (E-net). Os interesses do setor da radiodifusão e da imprensa ganharam espaço em um esforço conjunto da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ). São muitas as vozes empresariais a contribuir para o debate sobre a neutralidade da rede, congregando interesses diversos que podem se aproximar e se afastar em diferentes momentos de acordo com a convergência destes mercados.

Apesar de o Marco civil da Internet ser tomado como uma tramitação legislativa participativa, o que se observa no parlamento é o pouco espaço dado à sociedade civil, no que diz respeito ao debate da neutralidade da rede, principalmente se o compararmos à participação do setor empresarial. As contribuições mais enfáticas da sociedade civil sobre a neutralidade da rede, no parlamento, foram anteriores ao início do processo de elaboração de um marco civil e foram de suma importância para a

---

<sup>150</sup> Os decretos presidenciais e as indicações para o conselho diretor são algumas das formas pelas quais a Anatel responde ao poder executivo.

<sup>151</sup> O Sinditelebrasil representa as operadoras de telecomunicações, abrangendo todas as empresas que prestam o serviço de telefonia, serviços de telefone fixo comutado, as empresas que prestam serviço móvel e pessoal no Brasil, e as empresas que prestam serviços de comunicação multimedia no Brasil.

<sup>152</sup> O PNBL, apresentado publicamente pelo Decreto 7.175, é um tópico de grande importância para a análise das políticas públicas e de acesso universal à Internet no qual não adentramos por questões de delimitação do trabalho. Sobre o assunto, recomendamos ver Bolaño & Reis (2016).

inserção do tópico no Congresso Nacional. Estas, através do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação e do coletivo Intervozes, trouxeram uma interrogação acerca das redes privadas diante das possibilidades dos mecanismos de controlo público e da pauta da necessidade de regulação da comunicação. Estas pautas foram sendo modificadas conforme a neutralidade da rede foi sendo integrada nos textos dos parlamentares.

A comunidade científica foi convidada a participar sobretudo a partir da Fundação Getúlio Vargas, instituição que esteve presente na construção de uma proposta inicial do projeto do Marco Civil da Internet. Foram convocadas instituições de ensino superior e de pesquisa, como a UNB, a Uniceub, a IESB e a Escola de Direito CEU-IICS e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O CGI fez-se presente na voz do pesquisador Sérgio Amadeu da Silveira, da UFABC. A presença dos pesquisadores é também marcada pelo convite à participação da SaferNet Brasil.

Nas referências que são articuladas nos textos encontramos, a voz de um especialista aparece incluída nos textos pelos parlamentares. Trata-se da inclusão do nome de Tim Berners Lee, acadêmico britânico conhecido por ser o criador da *world wide web*. A sua voz é articulada por representantes do CGI e parlamentares do PT, estando presente na maioria dos discursos do deputado relator do Marco Civil da Internet. Chega a ser citado, num único discurso, quatro vezes e, por vezes, a sua voz é articulada em discurso direto. Nos textos em que é incluído, Tim Berners Lee aparece como “o físico britânico”, “o criador da web” ou “o pai da internet”. Essas nomeações, por titulação formal ou funcionalização, de acordo com a teoria de van Leeuwen (1997), enfatizam a relevância e a autoridade que são atribuídas ao especialista, ao mesmo tempo em que os parlamentares buscam assimilar esta autoridade. Encontramos na inclusão de referências a universidades estrangeiras, como a de *Harvard* e *Stanford*, a busca por uma relação de proximidade, de forma a legitimar as propostas parlamentares. Além das universidades, são articuladas indiretamente as vozes de entidades como a ONU e de países como a Itália e a Espanha, representados como apoiantes do Marco Civil da Internet.

### **7.1.2. O caso português: a voz abafada do legislador nacional**

No Brasil, o tópico sobre a neutralidade da rede foi mencionado pela primeira vez no parlamento em 2006, pela sociedade civil organizada, e retomado em 2009 por uma deputada, no início da formulação do Marco Civil da Internet. Em Portugal, por sua vez, o debate foi trazido em plenário, em fevereiro de 2010, numa sessão da Comissão de Orçamento e Finanças do Estado, pelo deputado Bruno Dias do Partido Comunista Português. A neutralidade da rede foi inserida no âmbito do pressuposto da

sociedade da informação, assinalada como uma problemática da gestão do tráfego de comunicações e das políticas que são permitidas no enquadramento da União Europeia. A sua relevância histórica é enfatizada ao ser descrita como “uma política muito antiga, que está na própria génese da Internet” (PTAR01). Em contraste, o deputado refere a atualidade como um período de crise na gestão das comunicações e cita a Grã-Bretanha como um cenário preocupante. A menção pode estar a referir ao relatório governamental *Digital Britain* (Grã-Bretanha Digital),<sup>153</sup> de 2009, criticado por ignorar as questões da discriminação no tráfego de dados numa altura em que o debate estava a crescer na Europa.

O debate sobre a Internet, na Europa, esteve em pauta nesta altura a partir de alguns embates envolvendo a filtragem e o monitoramento de conteúdos. As práticas de discriminação, por iniciativas estatais de regulação, estiveram a ser debatidas a partir do caso da lei francesa Hadopi I e II<sup>154</sup> e, no seu prosseguimento, da tentativa de supressão da emenda 138 do Pacote Telecom<sup>155</sup>. Estas iniciativas poderiam abrir caminhos para a interrupção do acesso à Internet por um utilizador, sem a necessidade de uma ordem judicial prévia, o que colocou em causa a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O deputado comunista não faz referência especificamente a estes casos, mas refere diretamente a questão da propriedade intelectual a partir da possibilidade de integração de DRMs (em inglês - *Digital Restrictions Management*), uma tecnologia de proteção aos direitos autorais baseada na censura incorporada à técnica.

As propostas anteriormente mencionadas tiveram como objetivo combater a pirataria *online*, integrando uma esfera transnacional que se intensificou nos anos seguintes com a tramitação de projetos em diversos países. São exemplos; no Congresso dos Estados Unidos, o SOPA (do inglês - *Stop Online Piracy Act*); o PIPA (do inglês - *Protect Ip Act*); no Brasil, a já mencionada Lei Azeredo; e o ACTA (do inglês - *Anti-Counterfeiting Trade Agreement*), negociado por diversos países. Em diferentes anos, estas iniciativas buscaram legislar a Internet a partir da proposta da defesa da propriedade intelectual. Porém, a sua abrangência traria implicações mais amplas, pois as suas implementações dependeriam da autorização para que os operadores de conexão pudessem discriminar o tráfego de dados. São, portanto, questões que tocam a neutralidade da rede.

É neste contexto que o deputado Bruno Dias inseriu a neutralidade num debate mais amplo sobre a discriminação dos conteúdos e da propriedade intelectual. Com os tópicos entrelaçados, o

---

<sup>153</sup> Disponível para consulta em: <https://www.gov.uk/government/publications/digital-britain-the-interim-report-january-2009>, acedido em outubro de 2020.

<sup>154</sup> As leis podem ser consultadas em <http://www.senat.fr/dossier-legislatif/pjl07-405.html> e <http://www.assemblee-nationale.fr/13/dossiers/internet.asp>, acedidas em outubro de 2020.

<sup>155</sup> Trata-se de um conjunto de medidas legislativas referentes ao mercado europeu das telecomunicações. Para mais a respeito da proposta de alteração da emenda 138, ver: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=REPORT&reference=A6-2008-0318&language=PT>, acedido a outubro de 2020.

deputado aproveitou a oportunidade de indagar o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, a respeito de um posicionamento português sobre a matéria. A indagação não se fez descolada de uma declaração do ministro, no mesmo ano de 2011, no Fórum Mundial da Internet, em Madrid, oportunidade em que este refletiu sobre o valor da partilha *online* para os produtos culturais. A sua declaração desagradou a indústria da propriedade intelectual portuguesa e foi, de alguma forma, ao encontro da posição que o PCP veio a defender posteriormente e de forma mais direta, em 2016, com a proposta da descriminalização da pirataria<sup>156</sup>.

A indagação do PCP ao ministro foi feita em duas oportunidades (PTAR01, PTAR02), sendo estas as únicas ocasiões, no contexto do *corpus* analisado, em que se buscou um diálogo sobre o aumento do controlo sobre a circulação da informação na Internet, no plenário da Assembleia da República. Em resposta, a posição do ministro foi a de reiterar a sua declaração que “é pública, encontra-se em vários sítios da Internet”<sup>157</sup>(PTAR02), e é demonstrativa da defesa da neutralidade da rede. O ministro, ao utilizar a expressão “estrita” para referir à neutralidade da rede, enfatiza que a filtragem do tráfego de conteúdos ilegais configuraria uma supressão da mesma. Assim, a voz do ministro Mariano Gago é uma voz forte<sup>158</sup> que se fez presente no início do debate sobre a neutralidade da rede, inserindo-a num debate mais amplo sobre a propriedade intelectual.

Além do ministro Mariano Gago, uma outra voz, externa ao poder do Estado e representativa da sociedade civil, adentrou o debate parlamentar sobre a neutralidade da rede em Portugal. Em audiência na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, em 2012, o professor Pedro Veiga, representante da ISOC Portugal, conhecida por ser um capítulo Português da *Internet Society*, trouxe uma série de referências que demonstram a densidade do debate fora do parlamento. O professor refere que a problemática da neutralidade da Internet em Portugal foi o tema do evento que a ISOC Portugal organizou junto à Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) em novembro de 2011<sup>159</sup>. O evento deu-se no seguimento da discussão pelo Parlamento Europeu da necessidade de se aprovar uma resolução sobre a neutralidade da Internet na Europa. Nesta altura, o Partido Comunista Português (PCP) já havia entregue para votação o projeto de lei n.º 103/XII, em novembro de 2011, que retomou a proposta de lei n.º 418/XI, aperfeiçoando-a.

<sup>156</sup> Trata-se do Projeto de Lei 124/XIII, disponível em: <https://www.pcp.pt/regime-juridico-da-partilha-de-dados-informaticos-2>, acessado a outubro de 2020.

<sup>157</sup> A declaração do Ministro pode ser consultada em [https://www.youtube.com/watch?v=zJS3N9ThTm8&ab\\_channel=PartidoPirataPortugu%C3%AAs](https://www.youtube.com/watch?v=zJS3N9ThTm8&ab_channel=PartidoPirataPortugu%C3%AAs) e a sua repercussão nos media pode ser lida em: [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/mariano-gago-diz-que-pirataria-de-obras-culturais-atraves-da-internet-e-fonte-de-progesso\\_a340280](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/mariano-gago-diz-que-pirataria-de-obras-culturais-atraves-da-internet-e-fonte-de-progesso_a340280), acessados a outubro de 2020.

<sup>158</sup> tendo em vista o percurso do ministro desde que participou da criação, em 1996, da Missão para a Sociedade da Informação.

<sup>159</sup> Ver <https://apdsi.pt/2011/evento-isoc-portugal-net-neutrality-neutralidade-da-internet-problematiza-estado-da-arte-em-portugal-2011/>, acessado em outubro de 2020.

O texto da proposta de lei refere, por intertextualidade própria, àquilo que o PCP vinha afirmando no projeto apresentado no ano anterior e que, entretanto, foi caducado. A sua atualização fez-se no seguimento de dois marcos regulatórios; um, no âmbito europeu, foi a aprovação da Resolução sobre a Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa (Parlamento europeu, 2011) e o outro, em âmbito nacional, foi a alteração à Lei das Comunicações Electrónicas<sup>160</sup>, dois textos que são resgatados no decorrer do projeto.

A partir destas atualizações, o PCP registou a necessidade de clarificar uma questão que diz respeito ao conceito mais geral de neutralidade nas suas diferentes concepções e deslocamentos<sup>161</sup>. O novo projeto de lei procurou enfatizar que a neutralidade tecnológica e de serviços, garantida na Lei das Comunicações Eletrónicas, não contempla e nem deve ser confundida com a neutralidade da rede. A neutralidade tecnológica e de serviços é um princípio regulatório que diz respeito à exigência de uma tomada de posição neutra, por parte do Estado, na escolha das soluções técnicas e dos sistemas a serem adotados em políticas públicas, o que promoveria uma concorrência equilibrada entre os prestadores de serviços<sup>162</sup>. A neutralidade da rede, por sua vez, diz sobre a garantia de que os dados não sejam tratados de forma diferenciada pelos operadores de conexão à Internet.

As demais referências dadas ao debate por um grupo parlamentar vieram do Bloco de Esquerda (BE), no projeto de resolução N.º 264/XI e através de um voto de condenação. O primeiro texto articula de forma mais direta o cenário estadunidense associado ao debate da neutralidade da rede e cita a supressão da neutralidade da rede neste país como um fator que influencia o debate na Europa. É estabelecida uma linha cronológica que parte dos embates entre: as empresas de conteúdo, como a *Google* e a *Time Warner*; as de fornecimento de conexão, como a *Verizon* e a *Comcast*, e a de telecomunicação, a *AT&T*. O grupo parlamentar, no entanto, não se restringe a estas referências e cita o Chile como um caso “mais avançado” em relação à iniciativa legislativa aprovada em 2010 no país<sup>163</sup>. O Chile foi dos primeiros países a discutir sobre a neutralidade da rede, sendo, como o projeto de resolução do BE refere, o país “na linha da frente desta discussão” (PTAR04). Apesar de o Chile ser uma referência importante em termos de uma pauta latino-americana do direito pelas comunicações, é no *corpus* dos textos portugueses que encontramos uma referência mais incisiva a respeito do caso chileno, enquanto os textos brasileiros o mencionam sem qualquer pormenor.

---

<sup>160</sup> Esta alteração resultou na Lei n.º 51/2011.

<sup>161</sup> De forma mais ampla, como vimos no subcapítulo 1.2.4 desta tese, a questão da neutralidade na tecnologia é uma dimensão dos estudos críticos da tecnologia, estudada por autores como Marcuse, Habermas, Pinto e Feenberg.

<sup>162</sup> É importante salientar que a neutralidade tecnológica não impede a tomada de decisões políticas que salvaguardem a soberania e a privacidade dos cidadãos, um exemplo seria a adoção de software livre ao invés de proprietário, o que não implicaria uma quebra da neutralidade tecnológica.

<sup>163</sup> Ao trazer o exemplo do Chile, o BE refere a e lei n.º 20.453 aprovada em 2010 pelo Congresso do Chile, a primeira aprovada neste âmbito.

O voto de condenação de iniciativas que coloquem em causa o princípio da neutralidade na internet, proposto pelo BE em 2014 (PTAR16), foi aprovado parcialmente com o voto favorável do PS, do PCP e do PEV e o voto de abstenção do PSD e do CDS. Neste texto, o BE convoca, por intertextualidade direta, a voz da jornalista estadunidense Amy Goodman, responsável pelo programa *Democracy Now!*<sup>164</sup>, que desde 2006 investiga e produz conteúdos sobre a temática da neutralidade da rede<sup>165</sup>. A sua fala é articulada para estabelecer uma comparação entre a supressão da neutralidade na Internet e a possibilidade de degradação da qualidade das chamadas telefónicas por parte dos operadores. O texto também cita, por intertextualidade indireta, o professor estadunidense Tim Wu para apresentar um cenário de desigualdade nas oportunidades a que teriam acesso um pequeno blogger e um grande jornal, num cenário de supressão da neutralidade da rede.

A referência ao professor cujo trabalho promove a defesa de uma manutenção da neutralidade da rede através de uma regulação da regra de não-discriminação do tráfego de dados é consonante com a relação que se coloca nos textos parlamentares entre o funcionamento da Internet e a inovação. Esta é uma posição que possui fundamentos em uma política económica, preocupada em promover uma situação concorrencial entre os operadores de conexão e os operadores de conteúdos, garantindo a entrada de pequenos negócios e de novas tecnologias diante das empresas mais fortes.

Vimos que na Assembleia da República o debate parlamentar sobre a neutralidade da rede ficou restrito à participação de dois atores, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, numa sessão da Comissão de Orçamento e Finanças do Estado, e o Capítulo Português da ISOC (ISOC PT), numa audiência. No entanto um debate mais amplo - com a participação dos parlamentares e outros atores sociais, num processo mais semelhante ao que ocorreu no debate brasileiro - foi feito fora do parlamento, em sessões públicas que se deram em eventos e fóruns, e que contaram com a participação de parlamentares do PCP, BE e PS.

No evento organizado pela ISOC-PT, em 2011, o deputado Bruno Dias, do PCP, participou do painel intitulado 'É a lei que deve garantir a neutralidade da Internet?', enquanto os deputados Pedro Filipe Soares, do BE e António Serrano<sup>166</sup>, do PS, foram intervenientes no painel 'Interesses em jogo: sim ou não à neutralidade da Internet'. Neste evento estiveram presentes representantes do setor das comunicações eletrónicas, pela Associação de Representação Institucional de Empresas da Indústria das Comunicações Eletrónicas (Aprite) e pela Cabovisão (atual NOWO). Também estiveram presentes

---

<sup>164</sup> Trata-se de um programa de TV, rádio e Internet.

<sup>165</sup> Ver [https://www.democracynow.org/topics/net\\_neutrality](https://www.democracynow.org/topics/net_neutrality), acedido em outubro de 2020.

<sup>166</sup> Este último deputado substituiu Carlos Zorrinho, também do PS, que era esperado no evento.

representantes da Associação Fonográfica Portuguesa e da revista Exame Portugal, além da Associação Portuguesa para a Defesa Consumidor (DECO) e da entidade reguladora Anacom.

Outro evento, organizado anualmente em Portugal desde 2010<sup>167</sup>, o Fórum para a sociedade da informação - Governação da Internet (IGF Portugal)<sup>168</sup> constituiu também de oportunidades em que os parlamentares debateram sobre a neutralidade da rede. A organização destes foi estimulada a partir dos trabalhos organizados na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, que ocorreu em Tunes, Tunísia, em 2005 por iniciativa Assembleia Geral das Nações Unidas. Em Portugal, a neutralidade da Internet foi um dos temas centrais da edição dos eventos de 2010, 2014 e 2016. Esta última edição, de 2016 contou com a participação do deputado José Magalhaes<sup>169</sup>, do PS, e resultou num documento das posições entre os diferentes intervenientes no debate<sup>170</sup>. Na edição anterior, de 2014, os parlamentares Bruno Dias, do PCP e José Magalhães, do PS, foram convidados a participar da mesa “Neutralidade da Internet: uma Internet a duas velocidades?”.

A pergunta que integrou o texto de apresentação deste último painel reflete o panorama que encontramos ao analisar o debate parlamentar português sobre a neutralidade da rede: “O legislador nacional tem sido “cego, mudo e surdo” sobre estas matérias, porquê?”<sup>171</sup>. Este panorama coloca-se diante da expiração do projeto de lei n.º 103/XII que, após ter sido aprovado na Comissão Parlamentar para a Ética e Cidadania e a Comunicação, em 2012, (PTAR12) não chegou a ser levado para a apreciação em Plenário da Assembleia da República.

O período em que o debate sobre a neutralidade da rede foi levantado em plenário, em 2010, coincide com o final do governo socialista de José Sócrates (2005-2011), enquanto o desenvolvimento das proposições legislativas e a expiração das mesmas avançaram junto com a legislatura de Passos Coelho (2011-2015)<sup>172</sup>, sucedido pelo socialista e atual ministro, António Costa. Estes governos herdaram, relativamente à temática da sociedade da informação e do conhecimento, uma projeção feita no início dos anos 2000 na Cimeira de Lisboa, ocasião na qual os governantes europeus estabeleceram novos objetivos para tornar a União Europeia a sociedade do conhecimento mais competitiva do mundo (Comissão Europeia, 2000).

Portugal, nesta ocasião, foi projetado como um país predestinado a caminhar para estar na vanguarda da tecnologia digital europeia. Se, nos anos seguintes, como refere Dias Coelho (2007

---

<sup>167</sup> com exceção ao ano de 2011, que não aconteceu, e ao ano de 2013 em que aconteceu associado ao EURODIG, European Dialogue on Internet Governance.

<sup>168</sup> Ver: <https://www.governacaointernet.pt/>, acessido a outubro de 2020.

<sup>169</sup> Ver: <https://isoc.pt/events/events-2016/2016-igf/2016-igf-slides-painel.pdf>, acessido a outubro de 2020.

<sup>170</sup> Ver: <https://isoc.pt/events/events-2016/2016-igf/2016-igf-relato-net-neutrality.pdf>, acessido a outubro de 2020.

<sup>171</sup> Ver: [https://www.governacaointernet.pt/pdf/Prog\\_IGF2014\\_final.pdf](https://www.governacaointernet.pt/pdf/Prog_IGF2014_final.pdf), acessido a outubro de 2020.

<sup>172</sup> Primeiro pelo PSD e em seguida pelo Portugal à Frente, um partido de coligação eleitoral.



p.244), “prometeu-se muito em termos de planos de acção e realizou-se pouco”, o cenário de austeridade advindo com a crise de 2008 ajudou a reavivar as apostas numa visão de mercado global como respostas à crise e à reestruturação do capital.

Vimos uma resposta à crise nas apostas que resultaram em eventos como o ICT 2015, conhecido como o maior evento TIC da Europa, o Fórum Digital Europeu, e o *Web Summit*, a serem acolhidos em Lisboa. Mesmo que durante a abertura do *Web Summit*, em 2018, Tim Berners-Lee tenha sido convidado para apresentar o «Contrato pela Web»<sup>173</sup>, trazendo o tópico da neutralidade da rede, a verdade é que as pautas associadas à tecnologia como critério determinante da economia foram mais estimuladas do que aquelas ligadas à governação e à soberania das infraestruturas envolvidas. A neutralidade da rede, num cenário de perda do controle sobre as infraestruturas de telecomunicação<sup>174</sup>, que poderia suscitar como um dos grandes temas, em período de crise, foi pouco discutida no parlamento e fora dele.

## 7.2. A construção de consenso e hegemonia

A partir desta sessão, adentramos a representação dos atores sociais no discurso parlamentar sobre a neutralidade da rede. Recorremos à identificação do uso do pronome da primeira pessoa do plural “nós”, que revela a construção da identidade parlamentar e constitui um importante recurso de análise dos significados representacionais. O pronome “nós”, associado aos parlamentares, convive, no *corpus*, com outras identidades de grupo, a exemplo do “nós, do movimento social”; “nós, provedores”<sup>175</sup>; “nós, empresas de telefonia”; “nós, do setor de telecomunicações”; “nós, membros da Comissão de Defesa do Consumidor”; “nós, da Articulação Marco Civil”; “nós, pesquisadores”. Poderíamos dizer que, diante destes grupos, delimitámo-nos à imagem da representação do “nós, parlamentares” na relação com as atividades com as quais estão relacionados. Neste escopo de análise, procuramos compreender, complementarmente, sobre os modos de representação do papel da sociedade civil que aparecem associados à atividade parlamentar. Ou seja, qual é a representação do papel dado à sociedade, pelos parlamentares, nas disputas relacionada à neutralidade da rede. Assim, tomamos em atenção os papéis através dos quais os parlamentares e a sociedade civil são organizados relativamente à sua inclusão, se são agentes ou pacientes, além do modo como são identificados e descritos.

---

<sup>173</sup> Ver: <https://contractfortheweb.org/>, acessado a outubro de 2020.

<sup>174</sup> a exemplo da tomada de posição do Grupo Altice, cenário refletido por nós no subcapítulo 3.3 desta tese.

<sup>175</sup> Em português brasileiro, o provedor de internet é a mesma entidade a que refere os fornecedores de conexão à Internet

Fairclough (2000, p. 35), alinhado ao enquadramento de van Leeuwen (1997), explica que a forma de construção das identidades coletivas, num discurso político, pode ser analisada a partir de indagações tais como: quem está incluído num texto? Por quem um partido político demonstra falar? Contra quem um partido político fala? Uma análise crítica da distribuição de papéis, conforme trabalhada em van Leeuwen (1997, p.186), atenta ao facto de que o papel de agente, ativo ou passivo, conforme é atribuído gramaticalmente no texto, não é necessariamente congruente com os papéis que os atores sociais desempenham nas práticas sociais. Sendo assim, as representações “podem redistribuir papéis e organizar as relações sociais entre os participantes”. Esta organização dá-se conforme a intenção dos seus autores, sendo indicativa, no caso desta investigação, de posicionamentos ideológicos por parte dos parlamentares.

O pronome “nós” pode adquirir diferentes sentidos, que nem sempre deixam claro a respeito de quem são aqueles que estão incluídos num texto. A indeterminação e a ambiguidade, no uso do pronome, podem ser recursos estratégicos que, dentro de um debate político, dizem sobre a necessidade que um governo tem de se apresentar na posição de porta-voz de toda uma nação, construindo o consenso necessário para legitimar as suas decisões. Este parece ser o caso de alguns dos trechos que analisamos. O uso do “nós” no discurso do eurodeputado português, Carlos Zorrinho<sup>176</sup>, traz o exemplo da ambivalência:

Passagem do texto EURPE22 (Eurodeputado Carlos Zorrinho - PS, 12/09/2017)

A transformação digital é hoje um processo absolutamente imparável e a história ensina-nos que deixar a tecnologia decidir o futuro das sociedades nunca deu bons resultados. Temos que ser nós a decidir o futuro da tecnologia e, sobretudo, temos que ser nós a determinar aquilo que com essa tecnologia podemos fazer acontecer para termos uma sociedade mais decente, mais justa, segura, sustentável, com mais oportunidades e com maior qualidade de vida para as pessoas e essa escolha constitui um desafio em que podemos envolver, devemos envolver, os cidadãos europeus.

A demarcação do tempo presente evidencia a necessidade de ação imediata, porém a possibilidade de agir perante o mundo é apresentada de forma limitada diante de uma “transformação digital” que, no papel de agente da primeira frase, revela ser um destino a que devemos nos adequar. A ausência de agência humana ajuda a reforçar a ideia de que estamos todos nós numa mesma posição, passiva, diante de um “processo absolutamente imparável”. O “nós” ganha imprecisão no decorrer do texto, sendo ambíguo a respeito de a quem o pronome refere. Se o “nós” inclui como participantes os

---

<sup>176</sup> O eurodeputado foi coordenador da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, entre 2005 e 2011, eleito nas eleições europeias de 2014 e reeleito em 2019.

cidadãos europeus, esta interpretação entra em conflito com a eventualidade da decisão de que se possa ou se deva envolver estes mesmos cidadãos. A escolha dos verbos “podemos” e “devemos” diz sobre a realização de algo que é ainda incerto, tanto a respeito da viabilidade de envolvimento dos cidadãos, quanto da autenticidade da vontade de que estes sejam incluídos nos processos de decisão. Numa interpretação restrita, o “nós” pode evocar poder e autoridade, incluindo apenas os membros do governo que participam das decisões políticas, e excluindo os cidadãos. A ambivalência, porém, causa uma espécie de assimilação entre aquilo que o parlamento delibera com aquilo que a sociedade quer.

Nos casos em que o “nós” é utilizado numa representação inclusiva, pressupõe-se a organização de um coletivo homogêneo. Estes são referidos por van Leeuwen (1997, p. 194) como uma inclusão por “assimilação” ou “coletivização”. A inclusão por assimilação é a que encontramos de forma mais recorrente no *corpus* em análise sendo também frequente a imprecisão sobre quem os “nós” incluem. Enquanto os textos europeus referem aos utilizadores da Internet sem um “nós” inclusivo, os parlamentares brasileiros buscam um “nós” tão próximo quanto possível, o que se reflete na inserção deles próprios como utilizadores da Internet. Assim, o uso do “nós”, nos textos brasileiros, demonstra a assimilação como um esforço de aproximação com a sociedade. Vemos, no primeiro dos trechos a seguir, que neste modo de representação o parlamento é apresentado como um espelho que captura os desejos e as necessidades sociais e os reflete numa arena de disputa a favor do cidadão. As passagens que seguem evidenciam a inclusão da sociedade como uma estratégia necessária para produzir consenso através da criação de um bloco hegemônico que ajude a legitimar as decisões em disputa. Nelas, o “nós” representa: os parlamentares, a sociedade, os pesquisadores, os ativistas, todos a formar uma aliança.

Passagem do texto BRCD159 (Deputado João Henrique Caldas - PSB, 28/04/2016)

(...) a nossa representação é o espelho fiel do que a sociedade quer: uma Internet livre para todos(...).Vamos lutar até o fim.

Passagem do texto BRCD013 (Deputado Miro Teixeira - PDT, 07/09/2011)

Vamos ser todos nós, vai ser a Câmara dos Deputados a autora, para tornarmos o acesso à Internet em banda larga um direito individual.

Passagem do texto BRCD037 (Deputado Alessandro Molon – PT, 27/05/2013)

Todos nós aqui certamente usamos a Rede. Os Parlamentares e suas assessorias a usam para se informar, para divulgar os seus projetos de lei, para fazer pesquisa(...).

Passagem do texto BRSF043 ( Senadora Vanessa Grazziotin – Pcdob, 14/11/2013)

Esse conceito de neutralidade, Sr. Presidente, que parece muito abstrato para todos nós, usuários da rede, impede que as operadoras abram os pacotes de tráfego na Internet.

Passagem do texto BRCD110 (Deputado Chico Alencar – PSOL, 25/03/2014)

Agora, todos nós temos que continuar na luta para que a Internet chegue aos lares de todos os brasileiros sem exceção.

A narrativa de assimilação de um “todos nós” acompanha a construção do debate brasileiro sobre a neutralidade da rede até à sua consagração simbólica, em abril de 2014, por meio da votação favorável ao Marco Civil da Internet. A neutralidade da rede, referida como o “coração do projeto” (BRCD064), foi comemorada como uma grande conquista. Esta, no entanto, não é atribuída ao Congresso Nacional ou a Presidência da República, mas sim aos “representantes” do país. Há, deste modo, um reforço dos poderes legislativo e executivo como a voz de “todos nós”. A neutralidade da rede, como vemos no trecho a seguir, é “uma vitória da sociedade organizada,” “uma vitória do povo brasileiro”, de “nós todos”.

Passagem do texto BRSF067 (Senador Randolfe Rodrigues - PSOL, 22/04/2014)

O Brasil, nesta noite histórica de hoje, sagra-se vitorioso por ter a sua constituição da internet, consagrando princípios; os princípios invioláveis da neutralidade da rede, da liberdade de expressão e da privacidade. O Brasil chega a um fórum internacional de internet podendo apresentar isso. Ao contrário do que foi dito, não é a Presidente da República que chegará a esse fórum, quem chegará a esse fórum é a representante do nosso País. É por isso que nós temos de reconhecer que essa é uma vitória da sociedade organizada deste País, uma vitória do nosso País. Todos nós devemos nos vangloriar disso, por hoje ter sido uma vitória do povo brasileiro, uma vitória do nosso País e de todos nós, por estarmos presentes no plenário do Senado, neste dia histórico, e consagrado essa vitória.

No âmbito da sociedade civil, na voz da coordenadora executiva do coletivo Intervozes, Beatriz Barbosa, encontramos a representação de um “nós, da sociedade civil”, que reivindica a autoria do Marco Civil da Internet em razão de todo o processo colaborativo através do qual foi preparado. A convidada afirma que a aprovação “é a concretização de um projeto que foi elaborado pela sociedade civil(...)”(BRSFA79). Assim, observamos, para além da assimilação da voz do povo, pelos parlamentares, a reivindicação da própria sociedade civil pela consagração da neutralidade da rede. O Marco Civil da internet demonstra ser um projeto a que todos querem se aliar.

A aliança que une “todos nós” é reforçada, no decorrer dos textos brasileiros, pelo uso de antíteses que contrastam dois possíveis lados no que diz respeito às disputas da Internet, o errado e o certo. O certo está a favor do povo e com ele, numa união que está condicionada ao alinhamento do princípio da neutralidade da rede, conforme escrito no Marco Civil da Internet. O uso de antíteses, o “certo” ou o “errado”, o “desenvolvimento” ou a “exclusão”, é recorrente no modo de assimilação que legitima as tomadas de decisão dos parlamentares brasileiros como as mais benéficas para a sociedade.

Passagem do texto BRCD086 (Deputado Alessandro Molon – PT, 12/03/2014)

Eu tenho convicção de que a nossa Casa vai ter a responsabilidade de escolher o lado certo, o lado da sociedade civil, o lado do futuro do Brasil, do futuro da Internet, da Internet como nós a conhecemos e como nós a queremos cada vez mais: uma rede livre, aberta, democrática, descentralizada, aberta à inovação, enfim, um instrumento de desenvolvimento dos povos, e não mais um lugar onde a exclusão vai prosperar.

Passagem do texto BRCD034 (Deputado Alessandro Molon, PT – 30/11/2012)

Sra. Presidente, precisamos ter a coragem de votar a matéria e cada Parlamentar tem de mostrar de que lado está nesse debate; se está do lado do internauta brasileiro, da sua privacidade, de uma Internet livre, aberta e democrática ou se está preocupado com os interesses econômicos de alguns provedores de conexão

Conforme vemos a seguir, também os textos europeus recorrem a antíteses que relacionam a noção de erro e acerto, desenvolvimento e exclusão, no que se refere às disputas sobre a Internet.

Passagem do texto PTAR03 (projecto de lei n.º 418/xi - PCP, 30/09/2010)

Num momento que tanto se fala da importância do acesso às tecnologias, e da sua importância como veículo de informação e conhecimento, seria verdadeiramente inaceitável do ponto de vista social e um erro clamoroso do ponto de vista estratégico subordinar as perspectivas de desenvolvimento dos países e dos povos a uma agenda de lucro máximo com uma Internet a duas (ou mais) velocidades.

Passagem do texto EURPE04 (Eurodeputado Carlos Zorrinho – PS, 09/02/2015)

É errado pensar que a não regulação garante a neutralidade da Internet. No entanto a garantia da neutralidade da Internet não pode pôr em causa o espaço de liberdade, criatividade e criação de valor em que a Internet se transformou

O projeto de lei n.º 418/xi, português, ao apontar como um “erro clamoroso” subjugar a Internet aos interesses do mercado, reforça a representação do papel ativo do parlamento em deliberar a favor do cidadão. No texto veiculado em âmbito europeu, acima, ao mesmo tempo em que a visão antirregulacionista da Internet é apontada como um erro, a sua regulação é tomada como algo que “não pode pôr em causa o espaço de liberdade, criatividade e criação de valor em que a Internet se transformou”. Assim, visões dúbias e contraditórias a respeito do que é certo ou errado no debate sobre a neutralidade da rede foram sendo construídas. Chamaram-nos a atenção os mecanismos linguísticos envolvidos nos textos que, ao mesmo tempo em que declaram explícito apoio à neutralidade da rede, deixam expressar oposição entre a neutralidade da rede e a inovação e liberdade. Encontramos, nestes, um sentido de adversidade que revela sobre a defesa parlamentar da neutralidade da rede não ser tão homogênea quanto se faz aparentar nos textos abaixo:

Passagem do texto PTAR13 (Projeto de Lei n.º 103/XII - Nota Técnica, 06/07/2012)

Neste documento a Comissão salienta que existe praticamente consenso quanto à importância de preservar a abertura da Internet(...).

Passagem do texto BRCD111 (Deputado Domingos Sávio – PSDB, 25/03/2014)

Nós não obtivemos consenso, mas a grande maioria da Oposição se manifestou, desde o primeiro momento, pela aprovação do projeto, indicando, portanto, o sentimento da maioria pelo voto "sim"

Passagem do texto BCCD160 (Deputado Leo de Brito – PT, 04/05/2016)

Por isso, temos colocado aqui a importância do fortalecimento do Marco Civil. Tenho buscado, através da negociação com os pares, o consenso. E, movidos por esse consenso, poderemos, de fato, votar a favor do relatório.(....)

Apesar da busca por uma posição consensual, a partilha do apoio a neutralidade da rede constitui de um pressuposto ideológico no qual encontramos diferentes expressões. Por trás da aparente homogeneidade, reforçada por assimilação, encontramos concepções que divergem a respeito do que uma internet neutra pode significar para diferentes partidos e parlamentares. O nosso objetivo não é dizer a respeito das diferentes definições de neutralidade da rede que encontramos mas apontar o modo de representação que delimita e restringe a participação dos partidos políticos no debate.

Nos textos brasileiros encontramos a representação de uma disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve em posse do governo de 2003 a 2016 e o partido de oposição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A representação dá-se numa disputa entre o “nós, do PT”

(BRCD076) ou o “Nós, do Partido dos Trabalhadores, (BRCD092) com o “nós, do PMDB”. Este último partido, o PMDB, estava a ser integrado por Eduardo Cunha, incluído por nomeação no decorrer do *corpus*. A representação de Eduardo Cunha como opositor do Marco Civil da Internet, sobretudo no que toca a neutralidade da rede<sup>177</sup>, é referida pelo ator convidado Pedro Ekman, do coletivo Intervozes, ao avisar para o PMDB que, “dessa forma, ele estará se colocando contra a sociedade brasileira, que o construiu” (BRCD061). Tal fala reforça a imagem do PMDB como o partido que em diversos momentos foi representado numa posição contrária à aprovação da neutralidade da rede.

Curiosamente, os textos que recolhemos não apontavam a presença do deputado Eduardo Cunha no debate, tendo sido incorporados posteriormente e organizados na base de dados desta tese<sup>178</sup>. A posição do PMDB é representada, em um dado momento do debate parlamentar, como sendo uma “rebelião peemedebista” e os seus apoiantes como integrantes do “Blocão” (BRCD087). Estes estariam atuando em associação a “um lobby das teles” (BRCD033), dada a convergência dos seus posicionamentos com o interesse das empresas do setor de telefonia. Analisamos, abaixo, uma das passagens do texto do deputado Eduardo Cunha:

Passagem do texto BRCD172 (Deputado Eduardo Cunha - PMDB, 06/11/2013)

(...) Ora, todos nós concordamos que se tenha uma neutralidade, que não se impeça ninguém de transitar o seu conteúdo, independente de que o provedor do seu conteúdo seja diferente do seu provedor de conexão, que ninguém seja privilegiado, que ninguém filtre, que ninguém monitore, que se tenha controle de privacidade. Isso tem o aplauso de todos nós. Todos nós somos a favor da neutralidade de conteúdo. Não haverá ninguém, aqui, neste plenário, do Congresso Nacional, seja da Câmara dos Deputados, seja do Senado Federal, que ficará contra a neutralidade. (...) Esse é um discurso muito bonito. É mais ou menos como se eu chegasse e dissesse o seguinte: todos têm energia elétrica igual. Se você quer usar 50 aparelhos de ar-condicionado, 24 horas por dia, você vai pagar a mesma coisa que se acender uma lâmpada num quarto e sala ou num conjugado. E o que vai acontecer? A sociedade inteira vai pagar o uso do ar-condicionado. Isso, sem contar que o ar-condicionado sendo usado, estimulado por todos, vai fazer com que até quem não use ar-condicionado, que custa caro, passe a usá-lo. Consequentemente, a demanda de infraestrutura, que vai ser necessária para fazê-lo, não haverá quem a faça, e obviamente o empresário não vai trabalhar para perder dinheiro (...) Nós estamos criando aqui uma ilha da fantasia (...) Pode ser que eu esteja equivocado, pode ser que a minha visão esteja completamente errada, pode ser que, talvez, a saída para melhorar o investimento seja fazer essa comunização da Internet, que nós

<sup>177</sup> Tal posição foi formalizada em dois discursos, um em 2013, numa sessão plenária da Câmara dos Deputados que foi transformada em audiência pública, na forma de Comissão Geral para debate sobre o Marco Civil da Internet. O outro, em 2014, no momento em que o deputado Eduardo Cunha presidiu a Câmara dos Deputados, o que deu-se entre o período de 2015 e 2016.

<sup>178</sup> Notamos que os textos não haviam sido incorporados no corpus pois o deputado menciona a expressão “neutralidade” e não a expressão “neutralidade da rede” ou “neutralidade da internet”.

estamos fazendo. Sim, nós estamos socializando, comunizando a Internet. É isso que a gente vai acabar fazendo.

O deputado começa apresentando o apoio à neutralidade da rede como uma declaração consensual. “Todos nós concordamos que se tenha uma neutralidade”. Tomando esta afirmação como ponto de partida evidente, remete metonimicamente ao efeito do aplauso, que funciona como uma metáfora de aprovação e corrobora para a produção do significado positivo que a neutralidade adquiriu no parlamento. Porém, logo a seguir, trata de restringir a sua aplicabilidade, recorrendo a um léxico que remete à fantasia, algo a que todos estariam ilusoriamente apegados e sobre que “não haverá ninguém” que se colocasse publicamente contrário. O deputado, ao referir ao próprio parlamento como uma “ilha da fantasia”, utiliza o recurso de associação ao arquipélago cubano socialista. Tal como na tese do declínio da ideologia, a neutralidade da rede, assim como as ideias de esquerda, teriam se tornado desnecessárias, uma espécie de utopia diante de uma política liberal e progressista. A expressão antecipa a teoria de que há, por trás da neutralidade da rede, um projeto de natureza político-ideológica, relacionada diretamente ao comunismo. Para ele, com a consagração da neutralidade, “nós estamos socializando, comunizando a Internet”. O gerúndio reforça uma circunstância de continuidade, dando um tom de denúncia que já estava a ganhar força entre alguns parlamentares, a respeito de ações intervencionistas que o governo de situação, o PT, estaria a impor aos cidadãos. Este tipo de denúncia ecoou no parlamento, sendo utilizado por Jair Bolsonaro, em 2013, no cargo de deputado, em tom de denúncia a respeito de parlamentares “que queriam que todos nós estivéssemos cortando cana ou tendo uma Internet como a de Cuba” (BRCD115).

Ainda na voz de Eduardo Cunha, estas medidas intervencionistas iriam burocratizar as relações de negócios em termos de políticas da Internet, afastando investimentos estrangeiros na infraestrutura brasileira de comunicação. Assim, o PMDB posicionou-se contrário a que a Internet tivesse qualquer tipo de regulação.

O uso de metáforas e falsas analogias no discurso do deputado Eduardo Cunha, e de forma geral no debate sobre a neutralidade da rede, é frequente e abusivo. O deputado compara a neutralidade da rede com o fornecimento da rede de energia elétrica supondo a imposição de cobranças que iriam encarecer os custos para os utilizadores, sem entretanto estabelecer uma comparação do ponto de vista da discriminação no fornecimento do serviço em causa. Uma analogia factual teria de levar em conta se há alguma restrição entre os equipamentos elétricos que podem se conectar à rede de energia<sup>179</sup>.

---

<sup>179</sup> Por exemplo, se fosse possível usar o ar condicionado mas não fosse possível usar o frigorífico. Ou se fosse possível usar o rádio mas não fosse possível ligar a televisão.



Na passagem a seguir podemos continuar a destacar o uso de metáforas e os efeitos persuasivos e ideológicos através dos quais a neutralidade da rede é comparada a um “churrasco rodízio”, servido de modo ilimitado. Tal visão faz referência ao modelo de serviço “*all you can eat*”, oferecido por alguns restaurantes e que, numa analogia à oferta de serviços de dados, seria impossível de continuar a satisfazer, diante do aumento do tráfego de dados. A colocação, no entanto, desconsidera que mesmo o modelo de Internet fixa, muitas vezes, não condiz com a oferta que é contratada pelos utilizadores, não sendo, na realidade, ilimitada.

Uma discussão neste sentido, que dizia respeito a um suposto fim da era da banda larga fixa ilimitada no Brasil, chegou a ser travada pelo então presidente da Anatel, João Rezende, em abril de 2016. A despeito disto, a própria Anatel (2016, p.35) contrariou o argumento de que a fixação de um limite de franquia seria a tendência mundial. Todavia, foi com este argumento que o debate sobre a neutralidade da rede, que nada tem a ver com o modelo de cobrança e franquias aplicados pelos fornecedores de conexão, mas sim com a discriminação dos dados que percorre por suas infraestruturas, foi organizado em determinado momento como uma medida que distribui de forma desigual os custos de entre os utilizadores da Internet.

Passagem do texto BRCD172 (Deputado Eduardo Cunha - PMDB, 06/11/2013)

É como se eu tivesse um churrasco rodízio o dia inteiro, à disposição de todo mundo. Só que nem todo mundo quer comer carne 24 horas por dia. Eu só consigo almoçar e jantar, talvez. Mas não, a carne tem que estar lá o dia inteiro. Quem vai pagar a carne, quem vai pagar o garçom, quem vai pagar a luz do restaurante? Alguém tem que pagar a conta. É óbvio que não se vai reduzir o preço da conta, é óbvio que se vai aumentar o custo para o usuário.

Outra relação empregada no debate sobre a neutralidade da rede possui origem na frequente comparação do funcionamento da Internet como uma “autoestrada da informação”<sup>180</sup>. A analogia é a de que os dados seriam os carros que trafegam pela infraestrutura comunicacional. Nesta orientação, a neutralidade da rede é uma medida comparada a um guarda de trânsito que trabalha a serviço do Estado para fiscalizar os conteúdos dos pacotes de dados. “O guarda da infovia”, como se vê no trecho abaixo, é a imagem através da qual a neutralidade da rede aparece metaforicamente associada a uma medida que disciplina, de modo autoritário, o uso na Internet. O texto parte inicialmente de um apoio explícito e reforçado a neutralidade da rede para, logo em seguida, por em dúvida a sua aplicação,

---

<sup>180</sup> a metáfora da super estrada da informação parece ter origem no discurso de Al Gore em 1992, quando foi o responsável pela National Infrastructure Initiative.

sendo representativo de uma posição parlamentar que demonstra ser favorável à neutralidade da rede apenas num plano teórico. Esta posição indica que há uma flexibilidade relativamente ao que poderia significar uma Internet neutra.

Passagem do texto BRCD116 (Emanuel Fernandes – PSDB, 25/03/2014)

Todos nós concordamos com a neutralidade da rede. É preciso que haja neutralidade da rede. (...) O problema para quem apoia, tal como eu apoio, a neutralidade da rede, é se abrir um precedente gravíssimo. Nós estamos inventando – é bom que se diga com todas as letras – o guarda da infovia. A infovia vai ter um guarda; esse guarda é o Governo! A Internet foi um grande sucesso até agora porque tem uma autorregulamentação.

Em abril de 2014, após diversas negociações no parlamento brasileiro, o PMDB, o PSDB, o PPS e os demais partidos que colocaram adversidades relativamente à neutralidade da rede aderiram à maioria do parlamento pela votação favorável ao Marco Civil da Internet. Concluímos assim que o consenso que se buscou no debate sobre a neutralidade da rede não diz respeito nem a uma definição homogênea do que uma Internet neutra significa, nem às implicações que estas medidas têm para o utilizador. Dessa forma, passamos a interrogar o que “nós, parlamentares, queremos” quando apoiamos a neutralidade da rede.

Apesar de haver visões que expressam um sentido de oposição entre a neutralidade da rede, a liberdade e a inovação, a maior parte do conjunto de textos relacionam a neutralidade da rede com a defesa dos valores democráticos e de igualdade. No âmbito europeu, a consagração da neutralidade da rede, apesar de ter sido inicialmente abordada no contexto de evolução do mercado convergente, foi aprovada no Regulamento do Mercado Único das Telecomunicações com aporte da defesa ao direito de acesso a uma Internet livre e aberta, uma causa fácil de ser assimilada e defendida pelos parlamentares. Assim, a neutralidade da rede é posta como o ponto comum entre os diferentes partidos políticos que, independentemente das suas divergências, se associam com relação a uma afirmação que poderia ser resumida na concepção de que a Internet que todos nós queremos é a própria extensão da democracia que todos nós queremos.

Esta posição é recuperada no Projeto de Lei n.º 1217/XIII, português, de 2019, que aprova a carta de direitos fundamentais na era digital e faz referência à iniciativa “A Web que queremos” (do inglês – “*Web We Want*”), encabeçada por Tim Berners Lee. Nesta iniciativa encontramos a concepção de que existe uma Internet, que é única, e que foi constituída num regime democrático. Nos trechos abaixo, vemos a Internet como o próprio objeto de construção da democracia, uma visão

instrumentalizada a partir da qual a Internet democratiza tudo o que por ela perpassa, a produção de conhecimento, a política, o modelo de participação cívica. A construção de uma melhor democracia, por fim, é aquilo que “todos nós” queremos ao defender uma Internet neutra.

Passagem do texto PTAR02 (Ministro Mariano Gago, 23/02/2010)

Entendemos que é absolutamente indispensável manter o regime democrático sobre o qual a Internet foi constituída e criada no mundo, para bem do próprio desenvolvimento económico e social e da liberdade de expressão em todo o mundo.

Passagem do texto BRCD064 (Deputado Alessandro Molon - PT, 06/11/2013)

A liberdade de expressão é um desses direitos humanos. Os demais, evidentemente, também estão garantidos. E a forma que nós damos a isso é usar a Internet para construir a democracia que todos nós queremos

Passagem do texto BRSF023 (Deputado Alessandro Molon – PT, 28/08/2013)

Então, esse projeto que estamos aqui discutindo vai muito além da tecnologia, como diz o Senador Walter. Ele, através da tecnologia, leva a uma discussão sobre o país que a gente quer construir, sobre a democracia que a gente quer construir, sobre a liberdade de expressão, sobre inclusão, sobre acesso à informação, enfim, sobre a Nação que todos nós, cada um da sua forma, quer construir. Isso nos une nesse apoio ao projeto.

Passagem do texto PTAR017 (projeto de Lei n.º 1217/XIII/4.<sup>a</sup> - PS, 15/05/2019)

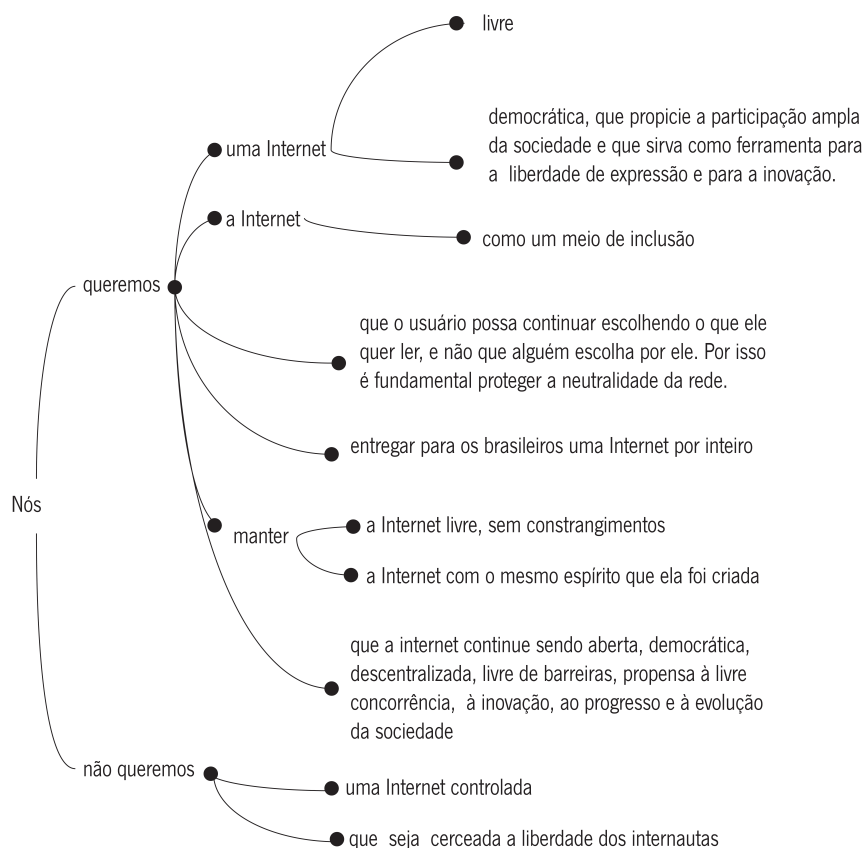
Ao desafio de construir um mercado único digital somam-se outros, não menos ambiciosos como o de propiciar melhor democracia e novas formas de participação cívica em sociedades livres do pesadelo orwelliano

O trecho acima, ao referir o mercado único digital, contexto no qual foi aprovado o regulamento que consagrou a neutralidade da rede na Europa, faz a construção da possibilidade de uma “melhor democracia” em oposição a um cenário “orwelliano”, um clássico literário distópico que retrata os perigos do totalitarismo estatal, que com a ajuda de uma ‘polícia do pensamento’ promove a eliminação total da privacidade dos cidadãos. O efeito de sentido produzido nessa antítese, entre a democracia e a falta de privacidade, é o pressuposto de que uma sociedade democrática está livre dos mecanismos de vigilância. Tal cenário, porém, não se comprova diante das práticas de uma indústria da vigilância e de espionagem que dribla a democracia, e se faz cada vez mais presente nas sociedades democráticas contemporâneas. Nestas, é possível observar uma espécie de policiamento do

pensamento que se faz por meio das práticas de filtragem e segmentação dos conteúdos que impõe o que será acessado, ou não, por cada utilizador da Internet.

Na medida em que os textos exaltam a democracia como uma virtude, os parlamentares inscrevem-se, todos, como democratas. A generalização da democracia que encontramos nos discursos da neutralidade da rede inscreve-se no que Fairclough (2001, p. 248) define como o “discurso da democratização”, uma tendência discursiva contemporânea que revela ser uma estratégia ideológica. No caso dos textos em análise, esta é uma estratégia que invisibiliza muitos dos antagonismos que se colocam nas disputas relacionadas ao acesso às infraestruturas da Internet. O discurso da democratização raramente toca as dinâmicas de apropriação e privatização das infraestruturas das comunicações e, enquanto estratégia, afasta as práticas sociais do rompimento com as estruturas hegemônicas de poder, servindo à manutenção das mesmas.

No caso brasileiro, uma análise do que querem os parlamentares quando debatem sobre a neutralidade da rede leva-nos à ideia de manutenção das lógicas de funcionamento da Internet, como vemos na Figura 11, a seguir:



**Figura 11:** O que nós, parlamentares brasileiros, queremos

Nesta análise encontramos, em evidência, o desejo de continuação expresso nos verbos “manter” e “continuar” a reforçar a Internet que temos vindo a experienciar como a mais desejável.<sup>181</sup> Assim, estes textos, mais do que a exaltação da preservação da inovação ou da liberdade, evidenciam de forma mais enfática a preocupação com a manutenção e a continuidade da Internet que temos.

O consenso que encontramos entre aqueles que defendem a neutralidade da rede com ressalvas, e entre aqueles que a defendem na íntegra, ligando-a às liberdades e à inovação, é o que está contido na afirmação de que a Internet é livre e que a sua lógica de funcionamento deve ser preservada. A manutenção do atual modelo multilateral de governação da Internet é reforçada nos textos europeus, como se vê abaixo, como uma resolução que “consubstancia uma visão livre e democrática da utilização da Internet por todos” e garante da utilização da Internet por todos.

Passagem do texto EURPE06 (Eurodeputado Carlos Zorrinho – PS, 11/02/2015)

Acréscce que, ao instar a ONU a renovar o mandato do FGI, a reforçar os seus recursos e a manter o modelo multilateral da sua governação, a resolução consubstancia uma visão livre e democrática da utilização da Internet por todos(...)

Passagem do texto EURPE08 (Eurodeputado Carlos Coelho – PSD, 11/02/2015)

Com a renovação do mandato do FGI, o reforço do seu recurso e a manutenção do modelo multilateral de governação da Internet, estamos a contribuir para garantir, no futuro, uma Internet aberta e independente(...)

A análise dos textos do *corpus* revela, assim, que a neutralidade da rede solidifica as relações que perpassam uma Internet específica, hegemónica, e que está confinada a um modelo multilateral de governação. A Internet a ser preservada por “todos nós” é aquela cuja a lógica de funcionamento depende das infraestruturas pertencentes a um número limitado de empresa. Garantida a neutralidade da rede, a Internet continua a funcionar numa mesma lógica de governação, que se aproxima mais de um entendimento de propriedade do que de acesso.

### **7.3. O medo como práxis de manutenção da Internet hegemónica**

No decorrer dos textos, encontramos um “nós preocupado” com a manutenção da Internet. Esta preocupação coloca-se diante de uma ameaça que é apresentada num tempo preciso, o presente.

---

<sup>181</sup> uma análise do que “nós”, parlamentares portugueses, queremos não foi apresentada de forma ilustrativa pois o verbo ‘querer’ não foi utilizado tão recorrentemente quanto o foi no corpus brasileiro .

Os textos estabelecem rigorosamente uma linha que divide a origem da Internet dos dias de hoje. O agora é um momento decisivo pois a Internet como a conhecemos, supostamente aberta e livre, pode estar com os dias contados. A urgência por ação, por uma deliberação que decida o futuro da Internet é apresentada como uma necessidade recente, algo que no passado não se fazia necessário, visto que tínhamos liberdade e privacidade. Nesta narrativa, a Internet do passado não apresentava problemas, mas as recentes movimentações colocam em causa a rede que conhecemos hoje.

No primeiro dos trechos abaixo, o advérbio de intensidade “muito”, repetido, enfatiza a delimitação de tempo, um presente tão recente que se coloca distante do cenário no qual a Internet foi criada. Assim, o que move o debate parlamentar é a certeza de que hoje temos uma internet aberta e livre e uma preocupação que se constrói como legítima, acerca do futuro da internet.

Passagem do texto PTAR01 (Deputado Bruno Dias – PCP, 23/02/2010)

Muito recentemente, tem havido movimentações muito significativas e preocupantes, ao nível das grandes operadoras nacionais e transnacionais neste setor.

Passagem do texto BRSF078 ( Senador Eduardo Braga – PMDB, 08/05/2014)

A internet aberta e livre, como a conhecemos atualmente, decorre da neutralidade como um princípio da arquitetura da rede.

Passagem do texto BRSF109 (Senador Ricardo Ferraço – PSDB, 28/03/2018)

É importante que estejamos atentos a essas iniciativas que ameaçam a internet livre e aberta como conhecemos.

A pergunta, retórica, que se apresenta na indagação do professor Carlos Affonso Pereira, diretor da Fundação Getúlio Vargas, “Será que é esse o futuro que nós gostaríamos da internet: dividida em pacotes, dividida em serviços? Será que é esse o futuro da rede?” (BRSF029), reforça a necessidade de uma resposta coletiva e deixa ecoar a apreensão como resposta.

O cenário de ameaça, no primeiro texto abaixo, é reforçado por um tom catastrófico que se coloca com o uso de metáforas para representar os perigos iminentes a uma supressão da neutralidade da rede. As “nuvens negras” que se aproximam são algo que não se observava antes. Em oposição ao que foi dito está o que não foi dito, mas que ficou imposto e, neste caso, a Internet do passado é representativa de um cenário ensolarado, luminoso, transparente e desejável, uma Internet que não discrimina ninguém.

Passagem do texto PTAR04 (Projeto De Resolução n.º 264/XI – PCP, 02/10/2010)

Os exemplos negativos que poderão ocorrer com o fim da neutralidade da Internet são variados, mas todos preocupantes (...) Algumas notícias recentes trazem nuvens negras para esta discussão(...) Os resultados serão bem mais alargados e extremamente nefasto(...)

Passagem do texto PTAR16 (Voto N.º 214/XII – BE, 13/09/2014)

Até hoje, a internet e a navegação nela estiveram protegidos de qualquer prática discriminatória através da garantia da «neutralidade da rede»(...).Atualmente, a rede não discrimina ninguém: todos os utilizadores são tratados como iguais, todos os fornecedores de conteúdos são tratados como iguais

Tanto na representação do que querem os parlamentares brasileiros quanto na narrativa que encontramos nos textos portugueses, encontramos o reforço ao território no qual a Internet “aberta”, “democrática”, “descentralizada” está em perigo, ou seja, é um cenário nebuloso. Diante da ameaça, a representação no Congresso Brasileiro e no Parlamento Português expande-se para a manutenção e a continuação da Internet. Desta forma, a construção de uma identidade coletiva dos parlamentares é assimilada por um propósito de defesa que invoca a uma ação coletiva e comprometida com uma causa, proteger a Internet livre que temos hoje.

No decorrer dos trechos analisados, observamos que o campo lexical associado à guerra – batalha, luta, ataque, disputa - é mobilizado, tanto no contexto europeu quanto no brasileiro. Numa das passagens que se seguem, a sociedade é apresentada como um “exército digital” que serve de apoio na luta por uma Internet livre e de acesso universal. O uso de uma linguagem associada à militarização ajuda a estruturar um argumento metafórico que está em sintonia com o ambiente das campanhas que foram reproduzidas em diversos países do mundo ocidental e posicionam a neutralidade da rede como um campo de batalha<sup>182</sup>.

Passagem do texto BRCD159 (Deputado João Henrique Caldas – PSB, 28/04/2016)

Entre outros, esses Deputados estão conosco nessa Frente lutando por uma Internet livre e ilimitada. Há um exército digital que nos procurou. Agradeço à sociedade por essa mobilização.

Passagem do texto EURPT20 (Eurodeputado Miguel Viegas – PCP, 27/10/2015)

Esta temática insere-se na luta pelo domínio deste vasto território virtual que é a web (...)

---

<sup>182</sup> A exemplo do ‘Lute pela neutralidade da rede’ (do inglês - battle for net neutrality), nos Estados Unidos, e do ‘Internet sob Ataque’ no Brasil.

Passagem do texto EURPE11 (Eurodeputada Marisa Matias – BE 27/10/2015)

(...) podemos dizer que os ataques à Internet livre, universal e neutral são ataques ao património comum da Humanidade. São, mais ou menos, como os ataques a Palmira, mas numa versão moderna, e é por isso que se tornam tão parecidos à todos os fundamentalismos.

O último trecho, acima, de autoria de Marisa Matias, que ocupava o cargo de eurodeputada, foi pronunciado no âmbito de uma sessão plenária sobre o mercado único europeu das comunicações eletrónicas. Nele vemos de que forma as iniciativas de proteção relacionadas a uma Internet livre foram organizadas por um discurso militarizado associado a uma ameaça iminente. É estabelecida uma comparação entre a destruição do Arco do Triunfo da cidade de Palmira, no contexto da Guerra Síria, com a Internet. A metáfora traz a imagem da Internet como um bem comum da humanidade que também está a ser ameaçado. Palmira, assim como Internet, seria a imagem daquilo que os defensores de posições ideológicas extremas renegam: uma possibilidade de intermediação entre diferentes culturas, uma rede a ligar diferentes continentes.

Encontramos a construção da narrativa de ameaça a ser utilizada pelos deputados do Bloco de Esquerda (BE), em Portugal, desde a proposta de um projeto de resolução na matéria, em 2010, que dava o tom do debate ao ser intitulado “em defesa da neutralidade da internet.” Esta proposta do BE sucedeu, no mesmo mês, o projeto de lei apresentado pelos deputados do Partido Comunista Português (PCP), que também dizia sobre a ameaça de uma alteração na política da Internet.

Diante das ameaças explícitas e recentes, a salvaguarda da neutralidade da rede é realizada como o maior perigo associado às disputas da Internet. Um sentido de medo é enfatizado pela construção discursiva de ameaça que constitui as práticas sociais de manutenção da Internet hegemónica.

#### **7.4. Nós, a salvar a Internet: a construção heroica dos guardiões da rede**

A construção da ameaça e do medo nos textos parlamentares sobre a neutralidade da rede levam a um sentido de uma necessária batalha para proteger a Internet de um perigo externo. Nesta narrativa, os parlamentares ganham importância e legitimidade através do papel social que desempenham na sociedade. A ideia de enfrentamento concede um papel ativo na representação destes, como aqueles que podem agir, deliberar e fazer a diferença na matéria. Nos trechos abaixo, as escolhas lexicais reforçam o papel destes como agente dos atos de “enfrentar”, “proteger”, “defender” e “garantir”. É assim que, em forma metonímica o ‘espírito’ da Internet se torna aquilo que tem de ser protegido.



Passagem do texto BRCD028 (Deputado Alessandro Molon – PT, 19/09/2012)

(...) Mas, em defesa dos usuários brasileiros da Internet, daqueles que navegam na Internet, em defesa da livre concorrência, da livre iniciativa e da inovação tecnologia brasileira na, nós vamos garantir e aprovar a neutralidade da rede no mês de outubro(...)

Passagem do texto BRCD013 ( Deputado Miro Teixeira – PDT, 07/09/2011)

Nós temos que fazer um enfrentamento à altura desta questão, para garantir aquilo que é hoje a ferramenta que vem levando ao debate de ideias mais plural da sociedade.

Passagem do texto BRCD028 (Deputado Alessandro Molon – PT, 20/09/2012)

Com a garantia da neutralidade da rede, nós estamos protegendo a liberdade de escolha do usuário, para que seja ele quem escolhe aquilo que vai acessar na rede mundial de computadores. E também estamos garantindo a livre concorrência na Internet(...)e estamos protegendo também a inovação.

Passagem do texto BRCD096 (Deputado Gustavo Petta – Pcdob, 19/03/2014)

Nós precisamos defender os direitos dos cidadãos usuários, não permitir a quebra da neutralidade para, assim, defender de fato uma Internet livre.

Passagem do texto BRCD073 (Deputado Ivan Valente – PSOL 12/11/2013)

Somos contra qualquer tratamento discriminatório na Internet, defendemos a neutralidade total da rede (...).

Passagem do texto EURPE08 (Eurodeputado Carlos Coelho - PSD, 11/02/2015)

(...)estamos a contribuir para garantir, no futuro, uma Internet aberta e independente, o acesso não discriminatório ao conhecimento, o estímulo ao crescimento e ao emprego, a promoção e a proteção da diversidade cultural e linguística e a garantir a proteção jurídica da neutralidade da Internet, pressuposto indispensável à salvaguarda da liberdade de expressão.

Passagem do texto PTAR03 (Projecto de Lei n.º 418/XI – PCP, 30/09/2010)

(...)E a resposta do Ministro nesta matéria foi explicitamente no sentido de afirmar e defender o princípio da neutralidade da rede, repudiando e distanciando-se das intenções de alguns que procuram pôr em causa esse princípio.

Observamos, nas passagens acima, que a maior parte das ações relacionadas aos parlamentares tem conotação positiva. Eles defendem os direitos dos cidadãos, contribuem para garantir uma Internet aberta e são contrários a qualquer tratamento discriminatório na Internet. As atividades a que estão

associados reforçam a imagem daqueles que estão a serviço de uma causa democrática. Podemos dizer que encontramos na representação dos parlamentares uma imagem que remete a uma autoridade política a que definimos como uma espécie de guardiões da Internet. Os guardiões são aqueles que protegem e defendem, mas também cuidam, são agentes decisivos para a manutenção das liberdades que, neste caso, estão associadas ao futuro da Internet.

A militarização discursiva demonstra-se essencial para a construção heroica da imagem parlamentar. A narrativa de luta demanda a formação de um grupo homogêneo, unido por uma causa comum: salvar a Internet. Vemos que, de entre os guerreiros que atuam como os guardiões da Internet, um deles é o mais reconhecido no caso brasileiro, o deputado Alessandro Molon, relator do Marco Civil da Internet. O deputado é referido por termos apreciativos, como “o arquiteto dessa vitória”, aquele que possui a “tenacidade de maestro” (BRSF067). O seu protagonismo é enfatizado por ter realizado “um trabalho hercúleo nesse projeto”. (BRCD032).

O protagonismo parlamentar é enfatizado no trecho a seguir, onde vemos a representação metafórica dos parlamentares como “guerreiros da liberdade”, virtuosos e protagonistas da ação. Aos militantes, da sociedade civil organizada e não organizada, é atribuída a virtude da paciência, um papel passivo e secundário na ação que levou à aprovação da neutralidade da rede no âmbito do Marco Civil da Internet.

Passagem do texto BRCD126 (Perpétua Almeida - PCdoB, 25/03/2014)

Quero parabenizar a todos os guerreiros da liberdade que estiveram presentes nesta Casa, todos os militantes que tiveram paciência, contribuíram com ideias para conseguirmos aprovar um projeto de alto nível, de alta significação para o nosso povo.

Notamos que apesar de a sociedade brasileira ter sido parabenizada pela construção do Marco Civil da Internet há a busca dos parlamentares por uma posição de vanguarda diante da representação de um momento histórico da democracia no país. Esta representatividade é expressa por um discurso patriótico no qual o Brasil é tomado por metonímia para representar o Congresso Nacional. Como vemos nos trechos abaixo, o parlamento é destacado como o palco para o qual o mundo inteiro olha. Neste palco os parlamentares estão “a um passo de fazer história”.

Passagem do texto BRCD092 (Deputado Vicenininho – PT, 19/03/2014)

(...) o Brasil é protagonista no debate sobre o papel e o futuro da Internet.

Passagem do texto BRCD036 (Deputado Dimas Fabiano – PP, 19/03/2013)

estamos a um passo de fazer história, com a aprovação do Marco Civil da Internet. Seremos, com essa legislação, uma das nações mais avançadas do mundo no que concerne à regulação da Internet (...) Esta é uma chance única que esta Legislatura tem de marcar sua atuação com uma nova legislação, que sem dúvida trará dividendos incalculáveis para todo o povo brasileiro(...).

Passagem do texto BRSF069 (Deputado Alessandro Molon, 06/11/2013)

O que nós fizemos aqui hoje é um exemplo não só para o Brasil, mas um exemplo para o mundo, porque é uma das legislações, nesse aspecto, das mais importantes que temos em nível mundial.

Passagem do texto BRCD092 (Deputado Vicentinho – PT, 19/03/2014)

o Brasil é protagonista no debate sobre o papel e o futuro da Internet. (...) A comunidade internacional acompanha atenta nosso pioneirismo nesse campo.

Passagem do texto BRCD096 (Deputado Gustavo Petta – Pcdob, 19/03/2014)

(...) O Brasil tem a chance de se tornar o primeiro país do mundo a estabelecer diretrizes claras para proteger os direitos de seus cidadãos na rede, (...) O mundo precisa de uma legislação como esta que estamos pretendendo aprovar agora.

O tom nacionalista, com que os parlamentares brasileiros referem às questões que dizem respeito a uma legislação para a Internet começou a se desenhar diante da denúncia de espionagem, em 2013, por parte dos Estados Unidos, à presidenta Dilma Roussef, aos seus assessores, e à empresa brasileira Petrobras. Uma resposta de repúdio teria vindo num “corajoso pronunciamento” (BRCD077) da presidenta na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas<sup>183</sup>. O discurso desdobrou-se num clima de “demonstração de independência e altivez de um novo Brasil”, “um país que não se acanha em dizer o que precisa ser dito” (BRSF022). Neste cenário, os parlamentares buscaram se destacar como protagonistas, retomando a coragem como uma expressão a ser reproduzida para o avanço da “proposta mais avançada já feita desde o surgimento da rede mundial de computadores” (BRCD096).

Apesar de menos explícito, encontramos o PCP a reivindicar um lugar de protagonismo no que refere às disputas da Internet ao enfatizar ter sido o primeiro partido político a apresentar na Assembleia da República uma iniciativa legislativa para as questões da neutralidade da rede. A voz do deputado Bruno Dias, representando o PCP, destaca-se pela posição de reivindicar, em plenário, uma posição do

---

<sup>183</sup> Este evento ocorreu em 24 de setembro de 2013.

próprio do Estado português sobre a questão da neutralidade da rede. A posição do partido é a de cobrar que a Assembleia da República produza legislação de forma independente do processo que se desenvolve no quadro da Comissão Europeia, não esperando por clarificação europeia; de forma que também no discurso parlamentar português há a afirmação da necessidade de uma abordagem ao nível legislativo nacional, a partir da qual o PCP busca se destacar como protagonista.

### **7.5. Nós e eles: a construção de um inimigo em comum**

O sentido metafórico da neutralidade da rede como um campo de batalha, nos textos brasileiros e portugueses analisados, permite, além da representação da ação social parlamentar em termos de protagonismo e luta, a configuração de um inimigo. Ao expor um cenário de ameaça, os textos pressupõem a presença de um inimigo externo a quem se deve combater. Se, por um lado, o discurso da neutralidade da rede é consensual e inclusivo, evitando abordar os antagonismos das disputas pela Internet, observamos, por outro lado, a representação de uma fragmentação entre "todos nós" e "eles".

Vemos, no trecho abaixo, a construção de um nós que inclui grupos diversos, os internautas, ou utilizadores da Internet, a academia, a imprensa, os órgãos de defesa do consumidor e as entidades governamentais. Deste lado está posicionada a democracia e os interesses dos cidadãos.

Passagem do texto BRSF032 (Deputado Alessandro Molon, PT – 02/10/2013)

Então, nós vamos ter de decidir se vamos ficar do lado do internauta ou de um único setor econômico que é o setor que resiste ainda à aprovação do projeto, porque, como se viu nesta Mesa, todos os demais setores apoiam o projeto: da academia à imprensa; dos órgãos de defesa do consumidor a órgãos do Governo; partidos os mais distintos

Em oposição, do outro lado, está representado, como vemos nos trechos a seguir, uma unidade que é referida como: o “setor econômico”, o “setor de telecomunicações”, os “provedores de conexão”, os “operadores de telecomunicações”, as “grandes empresas”, “grandes grupos comerciais” ou as “teles”, como são por vezes referidas as empresas de telecomunicações no *corpus* brasileiro. A este lado, denunciado como o inimigo, são atribuídos interesses contrários aos dos cidadãos.

Passagem do texto BRCD032 (Deputado Reguffe, PDT, 21/11/2012)

(...) nós temos de defender aqui aqueles que representamos e não interesses de grandes grupos comerciais.

Passagem do texto BRCD033 (Deputado Ivan Valente – PSOL, 21/11/2012)

Quem está atrás dessa questão são as grandes empresas de telefonia, que precisam ser denunciadas.

Passagem do texto PTAR03 (Projecto de lei n.º 418/xi, PCP, 30/09/2010)

São do conhecimento público algumas movimentações políticas de grandes empresas transnacionais do setor, designadamente junto das autoridades do EUA, mas também de alguns operadores de telecomunicações na Europa (...).

Passagem do texto PTAR05 (Deputado Bruno Dias - PCP, 2010/11/10)

No debate do anterior Orçamento do Estado — o Sr. Ministro estará recordado —, coloquei-lhe esta questão por considerarmos inaceitável a intenção de alguns «gigantes» das telecomunicações de discriminar as condições de acesso a conteúdos(...)

Estas empresas são referidas com adjetivos que expressam um sentido de grandeza, são “grandes operadoras nacionais e transnacionais” (PTAR01), “grandes grupos económicos” (PTAR04), “gigantes das telecomunicações” (PTAR05, BRCD128), “grandes grupos comerciais” (BRCD032). A grandeza com a qual são caracterizadas diz respeito ao fato de que os interesses comerciais das ofertas de telecomunicações e dos serviços de conteúdos e aplicações acabaram por convergir, resultando na integração vertical de negócios com grande poder de mercado. Além deste facto, a identificação por consecutivas repetições de adjetivos de grandeza é uma estratégia que reforça a representação de uma tarefa hercúlea, a qual os parlamentares têm de enfrentar, com coragem e bravura. A grandeza do inimigo demanda uma aliança entre os restantes setores, de forma a equilibrar as forças em disputa em dois únicos possíveis lados. Um lado é a favor dos cidadãos e da democracia, com os parlamentares, enfrentando os gigantes inimigos e o outro é contra os interesses dos cidadãos.

Já havíamos visto, na parte introdutória desta tese, que a neutralidade da rede incide sobre as práticas dos operadores de conexão, grandes ou pequenas empresas que oferecem o serviço de fornecimento de conexão à Internet. São empresas como a Meo e a Nos, em Portugal e, no Brasil, a Oi e a Vivo, etc. Estas últimas aparecem no *corpus* representadas pela Sinditelebrasil a defender, no parlamento, o fim da neutralidade da rede ou pelo menos a sua flexibilização de forma que houvesse uma adaptação aos modelos de negócios lucrativos das empresas fornecedoras de conexão.

Foi com este intuito, de sustentar e ampliar os seus modelos de negócios, que a liberdade de uso das infraestruturas comunicacionais para a oferta de serviços que tratam de modo discriminatório os dados esteve a ser defendida, no parlamento brasileiro, pelos operadores de conexão. As práticas

defendidas passam pelo bloqueio e pela discriminação dos dados, em velocidade ou em preço. A defesa, como vemos no trecho abaixo, foi feita com base na interrogativa da igualdade, com recurso à ironia para afirmar que “não somos iguais”, motivo que justificaria a demanda pela oferta de serviços segmentados. Além disso, as empresas, representadas pela SinditeleBrasil, alegaram que a impossibilidade de ofertar serviços a determinados segmentos constituiria um obstáculo ao próprio acesso aos conteúdos e às aplicações. Assim, o setor das telecomunicações defendeu explicitamente que os dados não poderiam ser tratados da mesma forma devido à necessidade de se ter produtos distintos para nichos distintos do mercado, em pacotes mais e menos populares.

Passagem do texto BRSF105 (Carlos Duprat - SinditeleBrasil, 25/03/2014)

Então, será que temos que fazer o Brasil só de iguais? Não somos iguais. Então, defendemos aqui – e esse é o tema da nossa apresentação – a liberdade no modelo de negócio. Para crescer, nós precisamos ter liberdade no modelo de negócio”

Tal abordagem foi repelida pela maioria dos parlamentares com recurso, nos textos brasileiros, à analogia de que uma lógica de “TV a cabo” estaria a ser implantada para a Internet, ou seja, estritamente mercantil. Por esta lógica, os serviços poderiam ser segmentados e vendidos separadamente. Como explica o deputado Domingos Sávio (PSDB), funcionaria através de “um valor para acessar apenas e-mails; outro, maior, para acessar blogs; outro, ainda maior, para acessar vídeos; e um maior ainda para acessar voz sobre IP” (BRCD097). As denúncias dos parlamentares fizeram-se atentas ao facto de que as empresas que fornecem televisão a cabo são as mesmas operadoras que, a partir de meados da década de 90, passaram a ofertar o serviço comercial de acesso à Internet em banda larga.

No final de 2017, a venda de pacotes separados, pela operadora MEO em Portugal, já havia sido divulgada por um congressista estadunidense,<sup>184</sup> ao denunciar que, em Portugal, os fornecedores estavam a fragmentar a internet. Estes tipos de oferta, no modelo de Internet móvel, funcionam pela cobrança por conteúdo e não por volume de tráfego e são compostas por pacotes com diferentes classificações - música, vídeo, redes sociais, mensagens. Estes continuam a ser ofertados no país<sup>185</sup>,

---

<sup>184</sup> A divulgação deu-se pela rede social Twitter e a publicação está disponível em: <https://twitter.com/rokhanna/status/923701871092441088>, acedido a outubro de 2020

<sup>185</sup> Ver: [https://www.meo.pt/servicos/casa/alterar-servicos/mais-net-no-telemovel?utm\\_source=google&utm\\_medium=adwords&utm\\_campaign=meobrand-outros\(nova\)&gclid=Cj0KCQiAzzs-BRCCARIsANotFgOS8duxYm4VXQdTTtpKXDr\\_UaeYkDd7kAywXFdfgTQwfXEYGL5N2UaAqcTEALw\\_wcB](https://www.meo.pt/servicos/casa/alterar-servicos/mais-net-no-telemovel?utm_source=google&utm_medium=adwords&utm_campaign=meobrand-outros(nova)&gclid=Cj0KCQiAzzs-BRCCARIsANotFgOS8duxYm4VXQdTTtpKXDr_UaeYkDd7kAywXFdfgTQwfXEYGL5N2UaAqcTEALw_wcB), acedido a dezembro de 2020.

assim como também o são no Brasil<sup>186</sup>. Tal facto evidencia uma contradição com o princípio da neutralidade da rede afirmada por diferentes mecanismos legislativos em cada um dos países.

A mesma contradição pode ser apontada para as ofertas *zero-rating*, que constituem de um bloqueio do tráfego de dados, e continuam a ser ofertadas, resultando no confinamento a determinados conteúdos. Esta última prática dá-se por meio de acordos entre os fornecedores de conexão e os de conteúdos e aplicações, resultando para o utilizador numa “falsa percepção de gratuidade” (Garcia e Silva & Marques, 2019, p. 9), com consequências socialmente desfavoráveis (Erhardt, 2016).

Se, por vezes, assistimos a acordos entre os agentes privados, como no caso das ofertas *zero-rating*, em outras vemos a disputa entre estes mesmos agentes, em lados opostos, no que diz respeito a um suposto congestionamento da rede. O argumento de que a oferta de dados ilimitados estaria a congestionar a rede foi utilizado pela Sinditelebrasil a dizer que “os grandes aplicativos deitam nas costas das operadoras, porque simplesmente, com banda ilimitada, fazem o que querem” (BRSF105).

Este discurso responde a uma gestão tecnocrata da rede que se baseia estritamente na expansão da lucratividade das empresas. Como apontaram Marques e Pinheiro (2014, p. 238), o congestionamento artificial da rede é utilizado para adiar os investimentos na ampliação da capacidade das redes, maximizando os lucros. Também nos acordos *zero rating* há uma busca por receita que provém da ampliação da base de clientes, do aumento da participação no mercado e do incremento das receitas por meio dos contratos com os operadores de conteúdo e aplicações (Garcia e Marques, 2019, p. 9). Além disso, o investimento nas infraestruturas de redes - sob a gestão das empresas privadas para atender a uma lógica comercial, por meio das concessões do serviço público - é feito com recurso aos investimentos estatais, empréstimos e a participação de bancos estatais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Brasil, e o Banco Português de Investimento (BPI), em Portugal. Ou seja, quando reivindicam o uso das infraestruturas para práticas discriminatórias, os operadores estão a reivindicar o direito de lucrar mais e por todos os lados. É neste cenário, no qual os operadores forçam o controlo do tráfego de dados, com a segmentação dos serviços, que o eurodeputado Miguel Viegas (PCP) refere ao facto de que “a web representa hoje um enorme potencial de receita à gula do grande capital” (EURPE20).

Enquanto a segmentação de serviços e o congestionamento da rede são os cenários de supressão da neutralidade da rede mais referidos entre os parlamentares brasileiros, em Portugal, a priorização paga é a que mais aparece associada ao debate, referindo à existência de várias velocidades no tráfego de dados. O projeto de lei n.º 418/XI (PCP) refere a “uma agenda de lucro máximo com uma

---

<sup>186</sup> Ver: <https://www.vivo.com.br/para-voce/produtos-e-servicos/para-o-celular/pre-pago/pacotes-pre>, acedido a dezembro de 2020.

Internet a duas (ou mais) velocidades” (PTAR03); o projeto de lei n.º 103 (PCP) diz ser necessário impedir “que as empresas possam pagar aos operadores de redes móveis para que os dados dos respetivos sites e serviços circulem mais depressa do que os de quem não pagar” (PTAR10) e o voto n.º 214/XII (BE) fala sobre “uma internet a duas velocidades: internet mais rápida, para quem pode pagar, internet mais lenta, para quem tem menos recursos” (PTAR16).

A preocupação com uma Internet diferente para os que têm menos recursos financeiros também aparece entre os parlamentares brasileiros, a respeito da criação de “guetos na Internet” (BRCD091) e de um “apartheid digital” (BRCD096). Há a menção ao facto de que os operadores “querem segregar a Internet: fazer uma internet de rico e outra internet de pobre” (BRCD055). As práticas discriminatórias em rede estariam a inaugurar uma “nova maneira de marginalizar” (BRCD082) num “terreno de exclusão virtual” (BRCD126).

É pela defesa destes tipos de práticas que o setor das telecomunicações é apontado, nos textos brasileiros, portugueses e no âmbito europeu, como o inimigo, aquele a quem “nós não podemos, aqui, neste Parlamento, nos render” (BRCD063). Ora, é claro que os agentes privados têm interesses económicos que são antagónicos ao interesse público, e isto é usado como a justificativa para que os parlamentares criem a representação destes como os inimigos superiores, a quem se deve combater. Assim, a narrativa parlamentar cria antagonismos que polarizam o debate; entre “nós, parlamentares”, numa aliança com a sociedade civil, e “eles, empresas”.

Neste modo de representar vemos que as forças ativas e dinâmicas são associadas ao setor privado, a quem os parlamentares buscam não ceder. Apesar da representação dessa expressa fragmentação, encontramos, nos textos brasileiros e portugueses, menções a pressões por parte de dois grupos económicos: as empresas de telecomunicações e a indústria de direitos autorais. O deputado Bruno Dias, do PCP, em reunião plenária na Assembleia da República<sup>187</sup>, referiu haver “uma opção de defender os interesses das empresas, dos operadores, dos interesses que se mobilizam neste setor” (PTAR09). No Brasil, sobretudo a partir dos textos dos deputados Chico Alencar e Ivan Valente, ambos do PSOL, são feitas denúncias relativamente a um “lobby das teles” (BRCD073) que estariam a influenciar o texto do Marco Civil da Internet quanto aos tipos de critérios e exceções no que toca à neutralidade da rede. Neste sentido haveriam “porta-vozes” (BRCD087) a empurrar a votação para o que poderia vir a ser um “marco comercial da internet” (BRCD041)<sup>188</sup>. O deputado Leo de Brito, do PT, ao incluir os parlamentares, refere que a existência de um “lobby, principalmente do SinditeleBrasil” (BRCD158) é conhecida no parlamento.

<sup>187</sup> A reunião deu-se a respeito de alterações na Lei das Comunicações Electrónicas.

<sup>188</sup> a ANATEL, como vimos no subcapítulo 3.4, não tem sob sua esfera de atribuição a regulação das camadas da Internet acima da infraestrutura de redes.



Estes textos, que denunciam o entranhamento do setor das telecomunicações no parlamento, inicialmente apontados como um inimigo externo e distante, são de alguma forma contra-hegemônicos, relativamente ao senso comum que polariza e fragmenta o debate, adotado na maioria dos textos analisados. Uma perspectiva contra-hegemônica mais efetiva é aquela que disputa a narrativa de que há um inimigo externo a ser enfrentado e aponta, como no caso do texto português, que as “opções” e “estratégias relativamente à linha de liberalização dos mercados” levaram à consagração do poder do mercado (PTAR09).

De uma forma mais ampla, os legisladores, apesar de em determinado momento do debate se colocarem em posição de protagonismo e luta, relativamente ao futuro da Internet, se colocam passivos perante à agência das empresas. A Tabela 7, a seguir, é demonstrativa das posições tomadas pelas empresas que, no papel de agente, ameaçam, impõem e pressionam enquanto os legisladores defendem, negociam e buscam não ceder às pressões.

<b>Empresa</b>	<b>Legislador</b>
Ameaça	Defende
Impõe	Negocia
Pressiona	Cede/Não Cede
Quer lucro	Quer democracia
Segmentar a Internet	Manter a Internet
Poder de persuasão	Poder de deliberação
Exclusão digital	Inclusão digital

**Tabela 7:** Representações empresa - legislador

Fonte: a autora

Vemos, nas escolhas verbais, a construção discursiva de um papel ativo (van Leeuwen, 1997, p. 187) para as empresas e passivo para os legisladores, que recebem e reagem às ações dos grupos empresariais. Os legisladores, ao se deixarem numa posição de defesa e descontrolo relativamente às iniciativas discriminatórias dos operadores, optam pelo afastamento dos mecanismos que levaram à apropriação da infraestrutura comunicacional pelos agentes privados. Tal modo representacional

distancia o debate das políticas públicas e contribui para a desresponsabilização do papel do Estado nas problemáticas do acesso à Internet que a muito têm sido legisladas a favor do mercado, em ambos os países, de diferentes formas. Afinal, resta lembrar que são as decisões políticas que levaram ao cenário, que melhor descrevemos no capítulo 3 desta tese, de consolidação da concentração da propriedade privada dos meios de comunicação e informação.

Observamos ainda a utilização de termos depreciativos para descrever as empresas, como abusivas (BRCD159) e retrógradas (BRSF061), sendo utilizadas em contraste com os termos apreciativos que, como vimos no subcapítulo 7.4 desta tese, são utilizados pelos parlamentares na representação da posição de guardiões da Internet. Assim, são construídas identidades distintas que reforçam a imagem positiva do governo e legitimam as suas propostas deliberativas como uma solução democrática.

Se, com o passar dos anos, os operadores deixaram de tratar o fluxo de dados de maneira isonómica, quebrando a neutralidade da rede, é porque, conforme a SinditeleBrasil refere no trecho abaixo, este é um serviço que foi entregue às mãos de um setor privado mais interessado na garantia de interesses económicos do que na de direitos fundamentais, facto que não é explicitamente assumido.

Passagem do texto BRSF105 (Carlos Duprat, SinditeleBrasil, 17/06/2016 )

Esse é um serviço privado. Essa liberdade comercial é a alavanca da competição. Eu entendo que vários defendem que isso deveria ser regime público, mas, sinto muito, não é. É privado. E, sendo privado, a liberdade é a regra, não tem controle de tarifa, e é competitivo. E, graças a Deus, o Brasil tem competição

O diretor executivo manifesta, através de frases curtas, na ordem direta e predominantemente declarativas, a concepção da Internet como um serviço privado. A respeito de uma reivindicação deste serviço como público, declara, com base em ironia: “mas, sinto muito, não é”. No fundo, o que o representante das operadoras lembra é que o debate sobre a neutralidade da rede, e os valores democráticos associados ao tema, sucedem às problemáticas de acesso e à expansão da Internet, que foi confiada, pelo governo, por meio das concessões de uso ao setor privado.

É por este motivo que as disputas associadas à Internet nem começam e nem se encerram com a neutralidade da rede. Vemos isto no facto de que a sua consagração, através de iniciativas legislativas, no âmbito brasileiro e europeu, apesar de afirmarem o carácter público da Internet, contraditoriamente, não estão a impedir, na prática, a oferta de uma Internet que abandona os princípios de igualdade estabelecidos por lei. De acordo com a legislação brasileira, as exceções ao tratamento igualitário dos dados, apenas se dariam pela priorização de serviços de emergência ou para atender a requisitos

técnicos indispensáveis<sup>189</sup>, assim como o Regulamento europeu refere a exceções previstas, e que em todo o caso indicam uma incompatibilidade, sobretudo com a oferta de Internet móvel.

Assim, a construção de um inimigo externo promove uma ilusão coletiva, amplamente difundida nos textos analisados, de que há um único setor interessado em desafiar a privacidade e a neutralidade da rede. Esta é uma disputa que, como vimos, não se encerra com a consagração da neutralidade da rede pelos mecanismos legislativos pois, na prática, depende de uma estrutura governativa e de arquitetura da Internet neutra, condição que requereria uma mudança na direção da construção do resgate do caráter público da comunicação e da Internet.

---

<sup>189</sup> Ver: art. 9º da lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, o Marco Civil da Internet.

## **CAPÍTULO 8. OS SENTIDOS IDEOLÓGICOS CONTIDOS NO DISCURSO DA NEUTRALIDADE DA REDE**

Nesta sessão investigamos os modos de operação da ideologia buscando responder sobre a potencialidade do discurso da neutralidade da rede para estabelecer e sustentar relações de poder. Tomamos, do escopo da ACD (Fairclough (2003, p. 29), a perspectiva de poder de Foucault que o vincula ao discurso e, a partir desta concepção, buscamos aceder às relações de dominação envolvidas nas deliberações de uma legislação para a neutralidade da rede no parlamento de Portugal e do Brasil. Com base em Thompson (2000, p.16), para quem a ideologia “é sentido ao serviço do poder” apontamos para algumas das estratégias que foram utilizadas pelos parlamentares para legitimar, dissimular, unificar e reificar os interesses envolvidos nas disputas associadas à neutralidade da rede.

Trataremos primeiro das estratégias de legitimação que Thompson (1995, p. 82) diz ser a representação das relações de dominação como legítimas. Nos textos que analisamos, a neutralidade da rede é representada como uma pauta democrática, popular e digna de ser apoiada pela sociedade. Estas considerações são feitas com base em fundamentos da tradição e da razão. Enquanto estes últimos fundamentos são embasados numa racionalidade instrumental, os primeiros fazem apelo à um caráter sagrado e sublime da Internet.

As fundamentações baseadas na sacralidade da Internet são encontradas nos textos parlamentares que utilizam como estratégia de construção simbólica a retórica do sublime tecnológico<sup>190</sup>. Nye (1996, p. 12), nos estudos sobre o sublime tecnológico na modernidade, fornece a ilustração da celebração dos 50 anos de construção da *Golden Gate Bridge*, em 1987, em São Francisco. A fotografia de longe revela a quantidade de pessoas que se amontoavam em uma estrutura cuja a estabilidade não havia sido testada para a inesperada concentração. A conclusão a que chega o autor é a de que “as pessoas claramente amavam a sua ponte”. No *corpus* em análise verificamos a presença de textos nos quais há um apelo ao olhar daqueles que amam “a nossa Internet” (BRCD056, BRCD092). E, tal como no caso da ponte, a preocupação com a sua infraestrutura e lógica de funcionamento é deixada em segundo plano diante da experiência do sublime. O sublime para Burke (1823, p. 74) é aquilo que “antecipa nossos raciocínios e nos ataca por uma força irresistível” tendo como efeito “admiração, reverência e respeito”.

Na narrativa do sublime tecnológico da Internet, presente no *corpus*, fica expressa, além da exaltação às suas características libertárias, um temor a que Nye (1996, p. 13) refere como os “medos

---

<sup>190</sup> A noção do sublime tecnológico é resgatada da ideia do sublime de Edmund . Enquanto o belo (Kant) é formal e limitado, o sublime é informe e ilimitado, e, como tal, causa desconforto à faculdade de apresentação. Se o belo harmoniza, o sublime desconcerta.

fundamentais”. Encontramos no discurso parlamentar sobre a neutralidade da rede o temor pela perda da essência da Internet. Esta narrativa, complementada pelos fundamentos da racionalidade instrumental, como veremos a seguir, diz sobre os perigos associados à ameaça duma estrutura conformada pelo progresso do capital. Encontramos nos textos a legitimação dos princípios da gestão privada da Internet, que, na prática social podem ser observadas, no caso brasileiro, no exemplo da sua administração tecnocrática, por instituições como o CGI e, em Portugal, no exemplo da relação promíscua consentida aos grupos empresariais que fornecem conexão à Internet e recusam e reprimem as recomendações da entidade reguladora<sup>191</sup>. Estes modos de gestão estão em contradição com a noção de democratização da Internet.

A racionalidade instrumental, por sua vez, se faz presente na ausência de crítica a respeito do contexto industrial pelo qual passou a sociedade ocidental. Nesta racionalidade a Internet é o próprio instrumento de desenvolvimento dos povos. Recuperamos, do olhar da teoria crítica da tecnologia (Feenberg, 2004), alguns apontamentos sobre de que forma a razão instrumental se encontra alojada no agendamento político. O olhar instrumental da técnica, ao considerar que o progresso técnico constitui o próprio progresso da humanidade, expõe uma contradição. Sendo inegável a presença da técnica na sociedade, logo torna-se evidente que esta possui repercussões nas diversas dimensões da sociedade, económicas, políticas, culturais e religiosas, ou seja, não é neutra. Desta contradição Feenberg antecipa duas conclusões. Na primeira, a política estaria subordinada à técnica e, na segunda, a técnica seria reconhecida pela sua dimensão política, o que revelaria também a sua não neutralidade.

Assim, encontramos, nos textos parlamentares sobre a neutralidade da rede, uma forma de deliberação que está agarrada a uma racionalidade instrumental, na qual a tomada de decisão aparece subordinada à imagem que se faz da Internet. Nestes textos, a política subordina-se à técnica, o que aparece refletido nos pressupostos da sociedade da informação. Neles, há a legitimação da Internet neutra, mesmo com todas as suas consequências, como no caso do convívio com as práticas de discriminação no tráfego de dados para efeitos comerciais e de vigilância, em confronto com as consagrações legislativas. Nesta racionalidade a Internet é gerida pelo seu potencial de inovação e acumulação de riqueza que, novamente, convive com o controlo e falta de privacidade em rede. Nestes textos, a problemática da neutralidade da rede é analisada prioritariamente sob o viés do mercado e em demarcações que se fazem a partir da noção de eficiência e da liberdade dos modelos de negócios. A racionalidade que encontramos nos textos fazem um retorno ao discurso de Viviane Reding<sup>192</sup> (2008, p.

---

<sup>191</sup> A recusa faz referência ao Ponto 46 do relatório sobre a neutralidade da rede (Anacom, 2017a), na aplicação dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho.

<sup>192</sup> Comissão da União Europeia para a Sociedade da Informação e os Media entre 2004 e 2010.

2) quando declarou que o “debate sobre a neutralidade da rede é sobre dinheiro vivo”, antes dos esforços de integração do tópico a uma agenda da defesa do interesse público, narrativa que passou a ser defendida mais a frente. Passamos assim a apresentar a primeira das estratégias de operação da ideologia que identificamos a serem utilizadas pelos legisladores: a legitimação das relações de dominação atreladas a uma Internet neutra conformada pelo mercado. Esta é sustentada a partir das estratégias típicas da narrativização, da universalização e da racionalização.

A narrativização consiste na estratégia de reproduzir uma história “que transcende a experiência do conflito, da indiferença e da divisão” (Thompson, 2011, p. 83), de forma que o passado legitima o presente. Esta é uma estratégia que identificamos na estrutura de texto que é utilizada pelos parlamentares ao contarem a história do nascimento da Internet com apoio das narrativas de liberdade atribuída à origem da rede. É uma estratégia que podemos observar a ser utilizada pelo grupo parlamentar do BE, em Portugal, quando refere, nos primeiros parágrafos do texto do projeto de resolução n.º 264/XI, a origem da Internet a partir de 1960, sucedida por um desenvolvimento que promoveu, até os dias de hoje, a manutenção de uma Internet “aberta e livre” (PTAR04). No decorrer deste desenvolvimento, com demarcações cronológicas, “a Internet e a navegação nela estiveram protegidos de qualquer prática discriminatória” (PTAR16). A história contada serve para legitimar a criação e o passado da Internet num ambiente parental mantido sob controlo, afastado dum conjunto de práticas culturais e de mercado. Não por acaso, os textos brasileiros recorrem à personificação do nascimento da Internet ao empregar a figura do “pai da Internet”, como vimos anteriormente nesta tese, Tim Berners-Lee. Assim, os textos apresentam a gestação de uma Internet num ambiente que o deputado Jorge Bittar (PT) refere ter sido, “a vinte e poucos anos”, um “espaço romântico” (BRCD098). Este ambiente harmonioso entra em contradição com os interesses de guerra que estão associados à origem da Internet.

Por meio da narrativização a neutralidade da rede é legitimada a partir de um tempo histórico passado, com apoio das narrativas de liberdade atribuídas à origem da rede. Mesmo que as práticas discriminatórias sejam denunciadas pelos parlamentares, estas são tidas como externas ao próprio desenvolvimento da Internet e não intrínsecas a ele, ignorando o fato de que a Internet desde a sua criação começou a ser apropriada por um modelo estatal passando a pertencer a modelos cada vez mais restritos e privados. A narrativa do desenvolvimento aberto da internet, principalmente no que toca a concepção de um ciberespaço, tem sido desmistificada pela produção crítica, a exemplo de autores como Mosco (2004) e Mcchesney (2013). São estudos que enfatizam a importância de que a origem e o desenvolvimento da Internet sejam contados sem o apagamento dos acontecimentos político-

económicos, de forma a evitar um olhar de aceitação da técnica como instrumento que serve ao desenvolvimento dos povos. A ênfase das narrativas, sob um olhar crítico, e não instrumental, enfatizaria que a tecnologia é o resultado de uma constante construção social que está em disputa.

Ainda no âmbito das estratégias que legitimam a Internet neutra, em associação com as relações de dominação que estão em causa, identificamos a estratégia de universalização. Esta é utilizada numa construção confluyente ao discurso neoliberal<sup>193</sup>, como na referência a uma “transformação digital” como “um processo absolutamente imparável” (EURPE22). Tal narrativa aceita a utilidade final das tecnologias de comunicação e informação mobilizadas para o mercado, numa lógica de reestruturação do ciclos capitalistas. A partir desta perspectiva particular, a Internet é legitimada como tecnologia entranhada ao desenvolvimento do capital, condição que sustenta e legitima a neutralidade da rede como solução democratizante para lidar com as práticas discriminatórias em rede, visto que uma solução fora da lógica do mercado não é considerada. Há, portanto, a universalização da Internet conformada por uma lógica de privatização das infraestruturas como um único sistema possível.

Os legisladores também legitimam a neutralidade da rede, por racionalização, como uma pauta associada a uma política pública efetiva de democratização da comunicação. Esta é uma estratégia que se expressa por um raciocínio deduzido, a partir do qual os legisladores apresentam efeitos causais que são desproporcionais ao alcance duma neutralidade da rede institucionalizada. Nesta estratégia, mais recorrente no *corpus* brasileiro, há o convencimento de que o apoio a neutralidade das rede é uma pauta que disputa a hegemonia pela Internet, o que não se constata se considerarmos que ela convive com a estrutura de uma Internet mobilizada para os fins do mercado. É ainda apresentada como aquilo que garantirá “acesso à informação” (BRCD038), “uma Internet livre e neutra, sem qualquer controlo económico, político, religioso, de qualquer ordem” (BRCD039). Nestes textos a deliberação institucional da neutralidade da rede é apresentada como a solução para problemas que vão além da gestão do tráfego de dados por operadores de conexão à Internet.

É verdade que a neutralidade da rede, ao impedir o comportamento discriminatório por parte os operadores e o privilégio de alguns dados em detrimento de outros, promovendo o processo concorrencial entre os capitais individuais, força o tratamento igualitário do conteúdo que trafega na Internet. Sem dúvida, quando os operadores abandonam este princípio, as distorções económicas provenientes dos acordos que se fazem possíveis levam a uma maior concentração do mercado, já monopolista. Esta condição amplia as possibilidades de desigualdades e relações assimétricas de poder, ao exemplo do poder informacional nos moldes colocados por Braman (2006). A garantia da

---

<sup>193</sup> Vimos no subcapítulo 1.2.3. desta tese que o neoliberalismo constitui de uma agenda cuja principal marca são as políticas de desregulamentação e de privatização.

neutralidade da rede, porém, não é, por si, uma solução para uma ampliação dos acessos à informação, ou para o combate ao controlo das mais diversas ordens. Isto porque a sua consagração não reverte a situação de concentração da propriedade e o consequente predomínio dos interesses privados.

Observamos, no entanto, que os legisladores apresentam uma lógica de raciocínio a partir da qual a neutralidade da rede é tomada como a solução para problemas estruturais resultantes de um modelo de sistema que, inseridos numa lógica do mercado e do lucro, são estruturalmente discriminatórios. Circunscrita a este modelo, a proposta da neutralidade da rede remedia algumas das possibilidades de controlo por parte dos operadores mas não soluciona, para além do que toca à intermediação técnica da rede por estes grupos empresariais, as questões mais amplas do controlo da privacidade dos utilizadores.

Há mais exemplos que apresentam a neutralidade da rede como solução para problemas que são históricos no setor das comunicações. Neles a neutralidade da rede seria responsável por combater “a formação de monopólios e qualquer mecanismo que signifique a censura por parte de empresas no conteúdo transmitido pela internet” (BRCD043). A neutralidade da rede é representada como o “ponto crucial”, aquilo que “vai efetivamente garantir os nossos direitos daqui para frente (BRCD051). É o que possibilitaria “o acesso livre dos internautas”, “a inclusão digital da juventude e dos usuários brasileiros” sendo a medida necessária para o “combate do encarecimento da rede e do acesso” (BRCD109). Além disso o utilizador também teria, com a imposição da neutralidade da rede, a garantia “de qualidade e segurança” (BRCD036). Todos estes efeitos, porém, não correspondem a algo que a neutralidade da rede pode, isoladamente, oferecer, sem que uma disputa mais ampla na orientação da democratização das infraestruturas da Internet seja travada.

Em Portugal, a estratégia de legitimação por racionalização também foi encontrada, porém com menos frequência. Está presente quando o PCP aponta que “o resultado socioeconómico da neutralidade da Internet é bem visível” o que é justificado com base nas expectativas que foram criadas em torno da Internet (PTAR04) e no texto do BE que conclui que “a defesa da neutralidade da rede é uma garantia democrática para os seus utilizadores e um impedimento para a criação da desigualdade na internet “(PTAR16). Vemos, nestas estruturas, uma relação entre causa e efeito que legitima, por racionalização, a neutralidade da rede como solução política de garantia democrática.

As estratégias de legitimação são complementadas por aquelas que dissimulam os contextos afim de evitar o confronto com as relações de dominação que já estão estabelecidas na sociedade. Nos textos encontramos estratégias de dissimulação com recurso ao deslocamento e às figuras de linguagem, ou “tropo”, na expressão utilizada por Thompson (2000, p. 84).



Quando a representante do Instituto de Defesa do Consumidor, no Brasil, coloca que o Congresso Nacional está diante de uma escolha, a de “manter a democracia na Internet” (BRCD062), vemos a reprodução de uma dissimulação que, por metonímia, promove a neutralidade da rede como a própria democracia. Este processo de recontextualização foi repetido inúmeras vezes pelos parlamentares enquanto outras medidas democráticas relativamente aos acessos às infraestruturas da Internet foram sendo ocultadas.

O espaço que foi dado para a neutralidade tomar, por avizinhamento, as características de uma totalidade democrática esteve a ser conquistado através da ideia de que “uma Internet neutra pode garantir a democracia e de que o acesso à Internet é uma das formas de garantia de uma democracia planetária” (BRCD075). O raciocínio metonímico que toma a neutralidade como democracia está presente também na noção de que a construção de um mercado único digital, com neutralidade da rede, é a oportunidade de uma melhor democracia (PTAR17).

Observamos, nesta dissimulação, a ideia de que uma construção democrática possa se concretizar com a liberdade concorrencial dos mercados. Esta lógica obscurece uma noção mais ampla da democracia como exercício de governo pelo próprio povo e ofusca o fato de que, consagrada a neutralidade da rede, a Internet continua a conviver com uma gestão antidemocrática e tecnocrática da rede. O uso generalizado da noção de democracia passa a ser um conceito ao qual os parlamentares recorrem para pouco dizer, aparentando, porém, dizer muito a respeito das estratégias de construção de uma Internet aproximada dos interesses públicos.

O uso repetitivo de valores associados à democracia nos textos dos legisladores funciona como uma estratégia que “desvia nossa atenção” ao “passar por cima de relações e processos existentes” (Thompson, 2011, p. 83), ao exemplo daqueles através dos quais o Estado negocia os sistemas de comunicação. Nestas negociações há a concessão dos usos dos sistemas comunicacionais para os grupos privados o que, ao mesmo tempo, impede que outros modelos alternativos e mais democráticos possam surgir, até mesmo nos locais onde os sistemas de comunicação oferecidos como serviço não chegam.

Outros pontos de instabilidade do debate sobre uma Internet neutra são dissimulados com o uso de metáforas a respeito do funcionamento da lógica da Internet. Vemos isto no uso da metáfora da rodovia ou autoestrada que apresenta a lógica de funcionamento da infraestrutura da Internet de forma redutora. Nesta metáfora, “os dados viajam” (PTAR03) pela Internet numa “grande rodovia em que tanto o carro lento quanto uma supermáquina” podem trafegar livremente, sem nenhum favorecimento, “nem por parte do governo, nem por parte das empresas que promovem o acesso (BRSF093). Tal metáfora

entretanto não considera os contextos económicos e políticos, ofuscando o fato de que a intermediação técnica da Internet está antes suspensa por diversas vias atreladas a uma governação de carácter transnacional sob a qual há interesses de diversos agentes em disputa.

Os antagonismos que poderiam ser apontados na visão de uma Internet neutra, conforme apresentada nos textos dos legisladores, comparativamente a uma Internet cuja finalidade fosse pensada a partir de uma racionalidade crítica, são apagados na construção de uma estratégia de unificação. A construção de uma identidade coletiva é característica fundamental do debate sobre a neutralidade da rede, sobretudo no caso brasileiro, no qual o princípio foi desenhado com articulação à exaltação do Congresso Nacional como principal fórum de representação do povo brasileiro.

No Brasil, o Marco Civil da Internet, projeto a partir do qual a neutralidade da rede foi consagrada, foi tomado como um “paradigma de participação popular na construção legislativa” (BRCD019). Vimos que a sociedade civil reivindicou a autoria deste projeto tomando-o para si e afirmando-o, tal como representado no parlamento, como “uma construção coletiva, com ampla participação popular que garantiu uma redação final em favor dos direitos dos internautas” (BRSF063). De tal forma que as diferenças e divisões que poderiam ser colocadas, pela sociedade civil, na afirmação de uma Internet com características populares e comunitárias foram apagadas por esta identidade coletiva. Identificamos, assim, a unificação como uma estratégia ideológica voltada para capturar a sociedade, os pesquisadores, os ativistas, a formar uma aliança com os parlamentares.

A unificação deste coletivo é mais perceptível no *corpus* brasileiro mas é uma estratégia que, quando utilizada em associação com a fragmentação de um setor económico, conforme apontamos no subcapítulo 7.5, possibilita a identificação de uma unificação também nos textos portugueses através da dualidade entre “nós e eles”. Não constatámos, porém, a estratégia de fragmentação com o propósito de segmentar um grupo que pudesse representar uma ameaça. Isto porque os interesses estruturais do setor económico, sintetizados pela apropriação das infraestruturas públicas, não são confrontados pelo discurso da neutralidade da rede. Por este motivo concluímos que a estratégia de unificação, nos textos dos legisladores, trabalha conjuntamente com a dissimulação por eufemização, numa estratégia de valorização positiva da deliberação parlamentar que busca ofuscar as relações de dominação que estão atreladas à manutenção da lógica de funcionamento de uma Internet corporativa e hegemónica.

Por último vemos a estratégia de reificação a ser utilizada pelos legisladores quando naturalizam a Internet oferecida como produto, numa lógica de mercado, como a única solução de acesso, em detrimento do acesso à tecnologia por infraestruturas públicas e como direito de afirmação dos povos, como colocaria Pinto (2005, p. 335). Os textos naturalizam a apropriação das infraestruturas

comunicacionais da Internet por empresas privadas como um resultado inevitável de características que são naturais de um processo de desenvolvimento e reestruturação do capital.

Vimos os parlamentares utilizarem estratégias que servem a uma governação antidemocrática, e tecnocrática da Internet. Estas estratégias operacionalizam sentidos à serviço da manutenção do poder e são apresentadas de forma sintetizada a seguir, sendo através delas que os parlamentares:

1. Legitimam a concepção de uma Internet neutra cuja finalidade está atrelada ao desenvolvimento do capital, condição que por sua vez sustenta e legitima a neutralidade da rede como a solução mais democratizante para lidar com as práticas discriminatórias em rede, visto que uma solução fora da lógica do mercado não é considerada.

- 1.1. Por meio da narrativização é legitimada a ideia da Internet como maquinaria neutra, a partir de um tempo histórico passado, com apoio das narrativas de liberdade atribuída à origem da rede;

- 1.2. Por meio da universalização há a legitimação da Internet conformada por uma lógica de privatização das infraestruturas comunicacionais;

- 1.3. Por meio da estratégia da racionalização a neutralidade da rede é legitimada como uma pauta associada com uma política pública efetiva de democratização da comunicação. Nesta estratégia há o convencimento de que o apoio à neutralidade da rede é uma pauta que disputa a hegemonia pela Internet.

2. Dissimulam o debate sobre a neutralidade da rede ao construir a ideia de que a liberdade concorrencial dos mercados garante a democracia e assim, os parlamentares evitam o confronto com as estruturas de privatização das infraestruturas comunicacionais.

3. Por meio da estratégia de unificação há o apagamento dos antagonismos que poderiam ser apontados entre uma Internet gerida por valores privados e uma Internet como bem comum.

4. Por meio da estratégia de fragmentação a problemática da discriminação dos dados na Internet é atribuída restritamente a fatores económicos e concorrenciais, de forma que o Estado se distancia do problema.

5. Reificam a Internet como mercadoria ao naturalizar o acesso por infraestruturas privadas, oferecido numa lógica comercial, em detrimento do acesso à tecnologia por infraestruturas públicas e geridas por valores públicos e coletivos.

Neste contexto é necessário relembrar que as deliberações para que a lógica de funcionamento da Internet, assim como para que os seus protocolos venham a ser neutros, é viável e possível mas está antes suspensa por uma disputa de interesses e de um conjunto de estruturas, práticas e acordos que

os indivíduos reproduzem enquanto sociedade. Na orientação desta disputa, defendemos, nesta tese, que o discurso sobre a neutralidade da rede, no parlamento, mais se adequa à afirmação de uma lógica hegemónica, legitimada por uma governação global da Internet, do que disputa a sua hegemonia por alternativas de reapropriação das infraestruturas comunicacionais como recurso de poder e soberania tecnológica dos povos.

### **8.1 Por qual Internet lutar? Reflexões para reorientar a disputa da hegemonia pela Internet**

“(...) os trabalhadores não podem tomar posse do aparelho capitalista de Estado e colocá-lo a seu serviço. Eles devem demoli-lo e substituí-lo por uma forma de poder político radicalmente diferente, democrático e não estático. A mesma idéia se aplica, mutatis mutandis, ao aparelho produtivo que, longe de ser “neutro”, traz em sua estrutura a marca de um desenvolvimento que favorece a acumulação do capital e a expansão ilimitada do mercado, o que o coloca em contradição com a necessidade de proteger o meio ambiente e a saúde da população. É por isso que devemos levar a cabo uma “revolução” do aparelho produtivo no panorama de um processo de transformação radical. (Löwy, 2009, p. 3)

A neutralidade da rede afirma um determinado modelo de intermediação técnica da rede por parte dos operadores de conexão, de forma a impor um tratamento não discriminatório dos dados, por preço ou por velocidade. Numa sociedade em que os dados constituem um fluxo informacional cada vez mais volumoso e disponível para ser manipulado em orientações diversas e ambivalentes, como para informar ou desinformar, libertar ou dominar, este é um debate fundamental de ser trazido para a arena legislativa. Regras que coibam as empresas de tratar de modo discriminatório os dados em rede, deliberadas por vias democráticas, são essenciais para disputar os interesses que estão em causa relativamente a uma governação da Internet. Vimos, no parlamento Europeu, de Portugal e do Brasil, a exaltação da neutralidade da rede como característica democrática. Neste mesmo sentido, defendemos, nesta tese, a neutralidade da rede como uma causa legítima e de suma importância sendo que a sua garantia deve continuar a ser disputada diante dos interesses de agentes para os quais a sua supressão significa uma maior possibilidade de acumulação e concentração do capital, em detrimento do pluralismo de vozes na Internet. Tendo isto afirmado, é necessário reforçar que a neutralidade da rede não é um debate sobre novas formas de governação da Internet e tampouco encerra as possibilidades de infraestruturas de Internet que possam ser mais democráticas. É preciso ter a clareza de que a

neutralidade da rede é um debate regulatório, orientado para estabelecer regras diante de um cenário específico.

A Internet hegemónica, que está em causa, resulta dos objetivos militares estadunidenses, num momento de transição do regime de acumulação do capital. O desenvolvimento desta Internet deu-se com o reforço das relações entre a produção de massa e lucro e das relações entre a indústria e o desenvolvimento das ciências e das tecnologias, com o objetivo de transacionar a sociedade para uma era pós industrial ou “da informação”. Atualmente, com a fusão do capital industrial e financeiro, o abandono do Estado de bem-estar social e com as políticas de desregulamentação e de privatização firmadas, a informação está circunscrita à uma regulação neoliberal. Nas mãos das empresas, as infraestruturas comunicacionais pelas quais trafegam a informação são regidas por valores privados e individuais. Neste panorama, também o debate sobre a neutralidade da rede encontra-se circunscrito num modelo neoliberal e que preza pela concorrência.

Vimos a exaltação do parlamento como principal fórum de representação do povo, no Brasil na atuação do Congresso Nacional; em Portugal, na atuação da Assembleia Legislativa e no âmbito europeu na atuação do Parlamento Europeu. Nestes espaços vimos também os parlamentares a utilizarem estratégias que servem a uma governação antidemocrática, antipopular e tecnocrática da Internet. Da análise que empenhamos chama a atenção a dissimulação a respeito da deliberação regulatória como promotora de um projeto mais amplo de democratização da Internet. É justamente este último aspecto que os textos parlamentares não tocam. A ver pelos textos que analisamos podemos constatar que uma pauta que contemple a necessidade de reapropriação da infraestrutura comunicacional está afastada dos parlamentos. Em vez disso, os textos promovem uma defesa da manutenção da lógica concorrencial da Internet hegemónica. Contraditoriamente, a democracia prometida no discurso sobre a neutralidade da rede, nos parlamentos, só poderá ser realizada com uma mudança de rota para a retomada do controle das infraestruturas comunicacionais.

Nesta orientação há um desafio que vai além duma luta que é representada nos textos com a polarização entre de um lado, o Estado e a sociedade civil e, do outro, o setor das empresas de telecomunicação. Diante do desafio do acesso universal à Internet, a neutralidade da rede promove uma defesa necessária mas a sua lógica de não discriminação diz, antes de tudo, sobre a possibilidade de se discriminar os dados em rede e sobre o modelo de aprisionamento dos utilizadores da Internet à uma lógica mercantil, mais do que sobre os caminhos para a sua libertação.

Morozov (2020) no texto em que procura refletir sobre as decisões políticas e as relações com o capitalismo e a economia digital, com foco à reflexão da socialdemocracia no espaço europeu, chama a

atenção para as medidas que, apoiadas numa agenda reguladora tecnocrática garantem as liberdades concorrenciais. Tais garantias são apontadas como importantes no cenário monopolista atual porém, a elas, não devem ser atribuídas as soluções para uma nova forma de coordenação social, mais solidária e participativa. Nesta relação há o risco de que as regulamentações sejam representadas, na expressão do autor, como “falsas prioridades” quando se trata de temas tecnológicos nos discursos políticos. Se isoladas de outras pautas, como as de inovação estrutural e social, as regulamentações podem vir a obstruir a imaginação acerca de outros modelos mais democráticos, além daquele baseado no mercado. Em textos anteriores, Morozov (2013) já havia criticado o “solucionismo tecnológico” como uma ideologia de reforço à ideia de que não há alternativas ao neoliberalismo. Estas soluções, baseadas no pressuposto da neutralidade da tecnologia, acabam por funcionar como curativos que remediam alguns sintomas sem que as causas do problema sejam confrontadas.

Como vimos, nos parlamentos, a neutralidade da rede esteve a ser fundamentada na pressuposição da Internet como maquinaria neutra, o que não se verifica no desenho dos seus modelos de protocolos, carregados de objetivos e valores incorporados. Atualmente os acessos à Internet são organizados por critérios de análise financeira de investimento. Defendemos que a representação da neutralidade da rede, conforme articulada nos textos parlamentares que analisamos, pode retardar o aparecimento de soluções políticas mais complexas que façam uma crítica acerca da finalidade do uso da Internet, de modo a confrontar o controle privado das infraestruturas comunicacionais.

A consagração da neutralidade da rede, ao criar regras de não discriminação e organizar as forças de liberdade concorrenciais não foi, nos textos analisados, acompanhada pela reflexão de soluções além das operadas pelo mercado. Este é um debate que não dispensa uma reflexão sobre a democratização da Internet e que precisa ser urgentemente retomado pela sociedade no sentido de ultrapassar o cenário atual, de uma Internet desenhada para atender a lógica de acumulação do capital que se dá, em sua expressão mais atual, através da economia da partilha e da atenção<sup>194</sup>.

Defendemos, deste modo que é preciso reorientar a disputa da hegemonia pela Internet. Isto implica fazer um debate que vá além da neutralidade da rede, fomentando a reflexão de uma Internet que além de neutra, seja coordenada de forma mais democrática e popular. Vimos, no subcapítulo 1.2.1 desta tese, o experimento cibernético soviético de Internet que se deu no fim da década de 60. Diferentemente do modelo estadunidense, que acabou por vigorar, a sua base de desenvolvimento não era militar mas, igualmente a este último, sua lógica de funcionamento esteve aportada numa concepção de desenvolvimento económico (Peters, 2016). Um outro modelo, distante do

---

<sup>194</sup> Sobre o assunto, ver: Goldhaber, M. (1997) e Saturnino (2019).

cenário estadunidense e soviético foi pensado na experiência do projeto chileno Synco, conhecido, em inglês, como o projeto *Cybersyn*. Este modelo de rede de computadores destacou-se como uma alternativa ao modelo de acumulação do capital, tendo sido pensado como um desenho de rede mais aberto à participação da sociedade, o que o aproximara de uma forma social de comunicação.

O projeto chileno foi planejado no âmbito do governo de Salvador Allende, no início da década de 70, e desenvolvido a partir da visão da cibernética organizacional do britânico Stafford Beer (1974, 1975). Foi interrompido com o golpe de governo de ditadura militar de Pinochet que implantou a primeira experiência de um governo neoliberal. Não por acaso a tomada do governo foi apoiada pelo grupo de economistas chilenos conhecidos como os *Chicago Boys*, defensores de um projeto económico conforme pensado pelo economista ultraliberal Milton Friedman. No âmbito do afastamento de um projeto socialista para a América Latina foi também interrompido e impedido o avanço de uma Internet, que, como aponta Mosco (2014, p. 35), ao mesmo tempo que considerava as relações sociais da tecnologia, poderia impulsionar um desenvolvimento nacional e promover a participação pública na vida política e económica da nação.

Experiências de redes menos centralizadas são representativas das possibilidades alternativas e democráticas para as redes de computadores. Mesmo no cenário atual, no qual temos uma Internet desenhada para o acúmulo do capital, podem daí surgir iniciativas que desafiam a lógica concorrencial. Albuquerque (2012) ao retomar os trabalhos do teórico Rosdolsky (2001 [1968]) demonstra que dentro do desenvolvimento capitalista podemos encontrar iniciativas que orientam para a construção de novos modelos de sociedade. Para ele, é necessário que estejamos atentos para "visualizar germes da nova sociedade na história vivida" (Albuquerque, 2012, p.14). Nesta orientação encontramos, na Internet hegemônica, iniciativas contemporâneas que se aproximam das formas sociais da comunicação, indo além do plano de acumulação do capital por vias mercantis.

Alternativas às plataformas das grandes corporações, que fogem à lógica dum "imperialismo de plataforma" (Jin, 2013, Fuchs, 2014, Fuchs & Saldoval, 2015) e dum "capitalismo de plataforma" (Srnicek, 2017) podem ser observadas no desenvolvimento de projetos que são mais transparentes quanto à privacidade dos seus utilizadores. Um exemplo é a rede social Diaspora<sup>195</sup> que dá ao utilizador a escolha de como os seus dados podem ser utilizados e onde são armazenados<sup>196</sup>. Na mesma orientação, da visualização dos "germes" de uma nova sociedade, a partir duma visão crítica da economia da

---

<sup>195</sup> A rede social pode ser acessada em: <https://joindiaspora.com/>. Para mais a respeito e críticas sobre o projeto ver Sevigani (2012)

<sup>196</sup> Ver: <https://wiki.diasporafoundation.org>, acedido a dezembro de 2020.

partilha, o cooperativismo de plataforma<sup>197</sup>, conforme proposto por Scholz (2016), indica alternativas a projetos que reforçam a precarização das condições de trabalho de diversas categorias de trabalhadores<sup>198</sup>.

O cooperativismo, na visão de autoras e autores como Luxemburgo (2015, [1900]), e refletido a partir dum cooperativismo de plataformas, na visão de Sandoval (2016, 2017) e Grohmann (2018), faz sentido quando associado à uma reflexão política. Para Scholz (2016, p. 60) há a possibilidade de “clonagem do coração tecnológico” de plataformas corporativas para um modelo a ser operado “por sindicatos inovadores, cidades e várias outras formas de cooperativas”<sup>199</sup>. Isto implicaria numa melhor distribuição do poder, para um movimento social, ao invés de concentrá-lo nas mãos de plataformas privadas. Iniciativas geridas por cooperativas estão em funcionamento em áreas tão diversas quanto; a agricultura<sup>200</sup>, os transportes e serviços de entregas<sup>201</sup>, o fornecimento de conexão à Internet<sup>202</sup>, a educação<sup>203</sup>, a música<sup>204</sup>, entre outras<sup>205</sup>. Estas resistem à lógica estritamente mercantil, com salários e jornadas de trabalho mais justos para os trabalhadores, em comparação às plataformas privadas. Aproximam-se daquilo que Murdock (2005, p. 227) refletira a respeito da necessidade de projetos mais colaborativos, com o acesso gratuito e universal, o que se torna possível com a recusa de fechamento a um modelo estritamente comercial. O contexto pandêmico, do coronavírus Covid-19, reavivou o debate sobre a construção de cooperativas como um importante instrumento de luta de classe diante da situação precária em que se encontram muitos trabalhadores<sup>206</sup>.

Porém, diante da “colonização do mundo da vida dos media social” (Fuchs, 2014) é necessário ir além dos usos contra-hegemônicos da rede. É preciso refletir criticamente a respeito das infraestruturas pelas quais trafegam as informações, um debate que se aproxima mais do nosso objeto de investigação. Numa sociedade cuja lógica de funcionamento situa-se fora das garantias de uma neutralidade da rede<sup>207</sup>, a construção de infraestruturas alternativas surge como uma forma de resistência à falta de privacidade dos dados a que estão suscetíveis os utilizadores da Internet e as próprias plataformas que funcionam numa lógica de cooperativa.

<sup>197</sup> Ver: <https://platform.coop/>, referência no cooperativismo de plataforma, acessado a dezembro de 2020.

<sup>198</sup> Exemplos de plataformas que funcionam numa lógica do “ubercapitalismo” (Scholz, 2016) são: o Uber, AirBnb, TaskRabbit, Airbnb, UpWork.

<sup>199</sup> Estas cooperativas, para Scholz (2017) podem ser “multissetoriais”, “de propriedade dos trabalhadores”, “ou plataformas cooperativas de propriedade dos produtores”

<sup>200</sup> Exemplo disponível para consulta em: <https://www.welcome.ai/tech/agriculture/agrilyst>, acessado a novembro de 2020.

<sup>201</sup> Alguns exemplos, no Brasil, podem ser consultados em: <https://despatronados.wixsite.com/cooperativa>, [https://www.instagram.com/senoritas\\_courier/](https://www.instagram.com/senoritas_courier/), <http://www.pedalexpress.com.br/>, <https://www.mensakas.com/>, <https://urbike.be/>, <https://coopcycle.org/>, <http://www.pedalexpress.com.br/>, acessados a novembro de 2020.

<sup>202</sup> Exemplo disponível para consulta em: <https://somconnexio.coop/>, acessado a novembro de 2020.

<sup>203</sup> Exemplo disponível para consulta em: <http://www.knowledgeatlas.com/>, acessado a novembro de 2020.

<sup>204</sup> Exemplo disponível para consulta em: <https://resonate.is/>, acessado a novembro de 2020.

<sup>205</sup> Uma lista com mais exemplos de plataformas cooperativas pode ser consultada em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1RQTMhPJVVdmE7Yeop1iwYhv46kgvVJQnn11EPGwzeY/edit#gid=674927682>, acessado a dezembro de 2020.

<sup>206</sup> Algumas experiências de cooperativas consolidadas, como no Brasil, no caso das associadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) podem inspirar a organização de cooperativas de plataformas mais integradas à movimentos sociais.

<sup>207</sup> tendo em conta que a sua consagração legislativa pode não surtir efeitos pois permanece suspensa por acordos de apropriação privada das infraestruturas.



A necessidade de uma rede de Internet alternativa, comunitária, neutra e pública tem sido enfatizada por diversos autores (Patelis, 2000; ; Atton, 2004; Fuchs, 2012d; Belisário e Lara, 2016; Belli, 2016). A Internet comunitária, construída e gerida em um processo colaborativo, promove a neutralidade da rede e desponta como uma saída para o exercício de uma autonomia relativa sobre a infraestrutura da Internet. Mesmo que estes acessos continuem a depender de um serviço de conexão à Internet hegemônica<sup>208</sup>, há uma maior autonomia e menor vigilância dos dados, pelo fato estas redes terem sido implementadas a partir de uma arquitetura de rede mais descentralizada<sup>209</sup>. As iniciativas de redes comunitárias resistem às práticas monopolistas dos fornecedores de conexão à Internet e são demonstrativas dos “germes” de uma nova sociedade, com uma Internet mais resiliente e que se aproxima das necessidades de autonomia dos povos, enquanto um bem comum.

Uma atenção especial deve ser dada às iniciativas comunitárias que promovem a implantação de redes de Internet em zonas negligenciadas pelos grandes fornecedores de conexão à Internet. Um destes casos é o de vila Fumaça, no Brasil, exemplar do potencial das iniciativas de pequena escala. O projeto, documentado por Belisário e Lara (2016, p. 281) seguiu a proposta de incentivar um esforço coletivo para a instalação de uma rede, encorajando os moradores do local a manusear e a preparar os equipamentos a serem instalados. A iniciativa reforça a importância do envolvimento dos moradores e do saber-fazer envolvido na implementação e manutenção das redes comunitárias de forma a produzir uma metodologia em comum que possa ser replicada em outros locais, com as suas particularidades. O potencial de expansão e cobertura dessas redes tem como exemplo as já existentes *Guifi.net*<sup>210</sup>, na Espanha; a rede *Freifunk*<sup>211</sup>, na Alemanha; a *Tetaneutral.net*<sup>212</sup>, na França; a rede Metropolitana Sem Fio de Atenas<sup>213</sup>, na Grécia; e as iniciativas argentinas mapeadas no âmbito do projeto Altermundi<sup>214</sup>.

A construção de redes comunitárias, diante da privatização das infraestruturas comunicacionais, lembra-nos que a orientação da práxis política ultrapassa as responsabilidades e as deliberações dos atores políticos e que as possibilidades transformacionais são realizáveis pela organização da sociedade civil organizada em movimentos sociais. Aliada a uma práxis política, a organização de uma Internet alternativa desponta como um espaço de acolhimento mais efetivo para o debate sobre a neutralidade da rede.

<sup>208</sup> O acesso à Internet dá-se por ligação à rede local ou *gateways* que encaminham o tráfego de dados para os *backbones* globais. Nesta etapa as disputas relativamente à uma rede neutra reaparecem sendo um desafio que tem sido refletido e confrontado, pelas iniciativas comunitárias de diferentes modos.

<sup>209</sup> As redes comunitárias podem seguir diversas topologias de rede, sendo mais ou menos centralizadas. Alguns exemplos de topologias de rede são: *ring*, *mesh*, *star*, *fully connected*, *line*, *tree*, *bus*. Para mais sobre o assunto ver Belli (2016) e Milan (2013).

<sup>210</sup> Consultar em: <http://guifi.net/>, acessado a dezembro de 2020.

<sup>211</sup> Consultar em: <https://freifunk.net>, acessado a dezembro de 2020.

<sup>212</sup> Consultar em: <http://tetaneutral.net/>, acessado a dezembro de 2020.

<sup>213</sup> Consultar em: [https://pt.qaz.wiki/wiki/Athens\\_Wireless\\_Metropolitan\\_Network](https://pt.qaz.wiki/wiki/Athens_Wireless_Metropolitan_Network), acessado a dezembro de 2020.

<sup>214</sup> Consultar em: <https://altermundi.net/documentacion/>, acessado a dezembro de 2020.

## CONCLUSÕES

Investigamos, nesta tese, os discursos sobre a neutralidade da rede a partir dos sentidos ideológicos pelos quais são conformados no parlamento de Portugal e do Brasil, com o objetivo de responder como estes estabelecem e sustentam relações de dominação e de poder relacionadas a uma governação global da Internet. Fez parte da nossa preocupação construir uma base de dados com a integração dos textos recolhidos para facilitar a análise ao nível discursivo. Também construímos um gráfico que possibilita a visualização das relações entre as diversas categorias analíticas que discriminamos, de forma a ser possível uma consulta prática às fontes a que recorreremos<sup>215</sup>.

No decorrer da investigação procuramos afastar-nos dos modos de ver a contemporaneidade como a “era da informação”, assim como dos pressupostos sobre a “sociedade da informação”, conceitos abstratos que interrogamos para assumir que as continuidades na sociedade atual são tão significativas quanto as rupturas que se deram com as novas possibilidades tecnológicas. Buscamos investigar o desenvolvimento da Internet circunscrito às determinações históricas da acumulação do capital, que tem na sua expressão mais atual a economia da partilha e da atenção. Esta escolha nos levou ao desenvolvimento de uma investigação ampla, a partir da qual abordamos os aspectos regulatórios e os problemas históricos das infraestruturas do setor das telecomunicações, em cada um dos países analisados, bem como no contexto europeu e estadunidense.

Fizemos esta escolha por entender que a compreensão da neutralidade da rede, enquanto fenómeno social, exige a exposição de como as possibilidades tecnológicas foram apropriadas por um mercado de serviços convergentes diante do qual soluções regulatórias precisaram ser deliberadas. Esperamos que a abordagem, pontual, não tenha sido maçante para o leitor pois a intenção foi a de localizá-lo diante dum panorama necessário para investigar o potencial ideológico dos discursos sobre a neutralidade da rede. Para tal, articulamos a abordagem da Análise Crítica do Discurso com a Economia Política da Comunicação, indispensáveis para a compreensão dos sentidos ideológicos associados aos discursos e às problemáticas que estão inseridas, de forma mais ampla, no âmbito da regulação e da governação da Internet.

---

<sup>215</sup> Com este procedimento verificamos, no decorrer das análises, que alguns dos endereços eletrónicos dos documentos brasileiros estiveram a ser removidos dos locais de onde foram inicialmente recolhidos e tampouco foi possível localizá-los em outro endereço. Este fato justifica que alguns dos textos analisados já não estão disponíveis para o acesso público. Isto não nos causou dificuldades pois já tínhamos todos os textos integrados ao Maxqda porém, inquietou-nos o fato que pode estar atrelado às tentativas de restrições a uma série de informações governamentais. Um trabalho futuro pode consistir de reunir os textos que foram removidos do acesso público e verificar o seu conteúdo buscando observar a relação entre eles e a sua importância para os debates sobre as políticas de comunicação.

Com este enquadramento buscamos uma apresentação que se desloca do mais geral para o mais particular, tendo sempre como objetivo articular respostas para a pergunta principal da investigação: como os discurso parlamentares sobre a neutralidade da rede, em Portugal e no Brasil, conformam sentidos ideológicos? Isto exigiu apresentar, num primeiro momento, as teorias e os métodos a partir do qual propomos investigar o objeto. A primeira empreitada do percurso investigativo foi compreender de que forma a crítica da ideologia, possibilitada pela Análise Crítica do Discurso seria por nós aplicada para responder a questão principal que colocamos. No capítulo em que apresentamos as escolhas metodológicas que orientam a parte mais teórica da tese, escolhemos localizar o leitor diante das contradições que se colocam na relação entre a ideologia e a tecnologia. No capítulo em que apresentamos as escolhas metodológicas que orientaram a parte empírica desta tese fomos mais uma vez pontuais com o intuito de proporcionar ao leitor a formação do desenho a partir do qual propomos fazer a crítica da ideologia do *corpus* discursivo que construímos. Também nestas partes da tese o intuito não foi maçar o leitor mas mantê-lo alinhado com uma proposta de análise que articula continuamente a teoria e a investigação empírica.

Para a análise do objeto de investigação foi importante a compreensão teórica de que a suspeição da neutralidade da rede como um discurso ideológico não indicava, necessariamente, um discurso falso. Isto porque compreendemos, a partir de Thompson (2011), que o seu caráter ideológico poderia consistir da sustentação das formas de dominação e poder. Nesta orientação constatámos que, ao falar e escrever sobre a neutralidade da rede, os parlamentares recorreram a estratégias de operacionalização da ideologia, pormenorizadas no capítulo 8 desta tese, para construir um discurso que não confronta as relações de poder e dominação já estabelecidas na sociedade. É neste sentido que afirmamos o discurso da neutralidade da rede, nos parlamentos em análise, como um discurso ideológico.

No âmbito da investigação encontramos a neutralidade da rede a ser construída pelos legisladores através de diferentes recursos textuais, dos quais destacamos: os pressupostos, aqueles que os parlamentares utilizam quando referem a uma Internet livre; metonímias que corroboram para a produção de sentidos ideológicos; falsas analogias; metáforas; além dos implícitos que reforçaram a Internet corporativa e hegemónica como solução democratizante. Estas estruturas serviram para produzir consenso, sem que fosse necessário trazer para o debate soluções políticas mais complexas e críticas acerca da finalidade do uso da Internet, assim como confrontar os acordos de apropriação das infraestruturas de redes. Os recursos linguísticos ajudaram a sustentar o ocultamento das

responsabilidades do Estado no reforço dos problemas históricos no setor das comunicações, relacionados com o predomínio dos interesses privados.

Esta tese buscou fazer uma crítica aos modos pelos quais os parlamentares inscreveram a neutralidade da rede num “discurso da democratização” (Fairclough, 2001) através do qual se criou uma expectativa política de que a sua deliberação serviria à superação de problemas tão complexos quanto a concentração do mercado. Apesar de as possibilidades de discriminação e vigilância em rede resultarem de escolhas e decisões, políticas e económicas, num projeto institucionalizado, os parlamentares materializaram discursivamente a representação da função de guardiões da Internet, aqueles que defendem a melhor solução para uma soberania tecnológica dos cidadãos, encobrindo outras alternativas. Tomamos como ideológicas as interpretações de que a neutralidade da rede possa promover a superação das relações desiguais de poder sustentadas pelo próprio Estado.

Ao escolher a ACD como instrumento de análise entendemos que os discursos sobre a neutralidade da rede, nos parlamentos, constituíam de representações e imaginários materializados naquilo que foi escrito e dito pelos parlamentares, o que reforça a afirmação de que não estivemos à procura de aceder a uma verdade totalizante a respeito da neutralidade da rede. Este é um debate que, de forma mais ampla ao nosso *corpus* de análise, envolve o trabalho de investigadores, de ativistas, da sociedade civil organizada, além de outros atores que estão comprometidos com os interesses de uma Internet neutra e mais democrática. Assim, ao chamar a atenção para os sentidos ideológicos que estão contidos no discurso parlamentar sobre a neutralidade da rede não tivemos o intuito de deslegitimar a totalidade do debate mas afirmar que este é um debate que deve integrar, de forma mais ampla, a disputa pela hegemonia da Internet. Isto porque uma rede efetivamente neutra depende das escolhas que levem à superação da atual lógica de funcionamento da internet, mobilizada para a acumulação de capital. Numa direção contrária, o debate desenvolvido nos parlamentos propõe a livre competição, numa lógica concorrencial, como solução para a construção de redes neutras e democráticas, o que não é realizável por esta via. Esta contradição do debate acaba por servir de suporte ideológico para o discurso neoliberal e o da colonização corporativa da Internet.

Os caminhos que escolhemos adotar nesta investigação levam-nos a confirmar as diversas contradições que encontramos nos discursos parlamentares sobre a neutralidade da rede como demonstrativas do potencial de integração à linguagem do novo capitalismo (Fairclough, 2001 [1992], 2001b). A análise que aplicamos pode servir de exemplo da representação do discurso político prescrito pelo novo capitalismo, recorrente nos discursos sobre tecnologia e informação e cada vez mais presente em diversos campos.

É também do campo teórico da ideologia, a partir da abordagem gramsciana de hegemonia, que analisamos os discursos enquanto momentos de disputa, por ruptura ou manutenção, das estruturas de dominação e poder. Diante disto concluímos que, discursivamente, a neutralidade da rede está mais próxima da manutenção das lógicas de poder hegemónicas do que poderíamos supor antes de concluir as análises. Tão próxima que, diante das tantas rupturas necessárias para tornar a Internet mais neutra e democrática, o debate sobre a neutralidade da rede, conforme feito no parlamento, pode retardar o aparecimento de soluções contra-hegemónicas. Por outro lado, a supressão da neutralidade da rede por governos, pode levar a sociedade civil à construção de alternativas numa lógica de urgência pela reapropriação das infraestruturas comunicacionais.

No decorrer do percurso de desenvolvimento desta tese sentimos a necessidade de uma análise mais ampla que pudesse contemplar os estudos que têm sido empenhados pelas entidades reguladoras, a quem compete a tarefa de verificar o cumprimento das disposições relativas à neutralidade da rede. Entendemos que existe a necessidade de investigar estes documentos em conjunto com uma investigação das ofertas que estão a ser oferecidas pelo mercado de fornecimento de conexão à Internet, em Portugal e no Brasil, afim de responder de que forma as redes estão, ou não, mais neutras após a consagração legislativa da neutralidade da rede. Ao mesmo tempo, surge a necessidade de se avançar para uma investigação mais aproximada das práticas que fomentam a neutralidade da rede por vias dos modelos alternativos de Internet. Acreditamos que a aproximação da investigação académica com os movimentos sociais que promovem redes comunitárias, recorrendo à pesquisa de campo, pode ser útil frente aos desafios que se colocam ao alcance de uma rede que além de neutra, seja coordenada de forma mais democrática e popular. Investigações que adentrem este campo serão importantes para complementar a análise dos textos parlamentares, indo além dos discursos dominantes, para a investigação dos discursos de resistência, de onde importa atentar para a identificação dos “germes” de uma nova sociedade, mais coletiva e menos desigual.

Com este trabalho esperamos ter contribuído, modestamente, para a aproximação dos estudos críticos do discurso com o campo da Economia Política da Comunicação. Entendemos que é pelas vias do pensamento crítico e interdisciplinar que a neutralidade da rede poderá vir a ser apropriada como um discurso contra-hegemónico. Esperamos também ter oferecido, com esta investigação, uma contribuição para a necessidade de integração urgente do debate sobre a neutralidade da rede no âmbito dos desafios da reapropriação das infraestruturas públicas comunicacionais e da disputa da hegemonia pela Internet.

## Referências Bibliográficas

- Aaron, C. (2012, dezembro). What's so funny about the FCC's failures? *The Huffington Post*. Retirado de [http://www.huffingtonpost.com/craig-aaron/whats-so-funny-about-the\\_b\\_2289958.html](http://www.huffingtonpost.com/craig-aaron/whats-so-funny-about-the_b_2289958.html)
- Abbatte, J. (1999). *Inventing the Internet*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Abril, N.P. (2007). *Cómo hacer análisis crítico del discurso. Una perspectiva latinoamericana*. Santiago de Chile: Frasis.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985 [1947]). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Afonso, C.A. (2005). *Governança da Internet: contextos, impasses e caminhos*. São Paulo: Petrópolis; Rio de Janeiro: RITS.
- Albuquerque, E.M. (2012). *Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: EDUFMG.
- Allen, M. (2008). Web 2.0: An Argument Against Convergence. *First Monday*, 13(3). DOI: [10.5210/fm.v13i3.2139](https://doi.org/10.5210/fm.v13i3.2139)
- Althusser, L. (1980 [1970]). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Martins Fontes.
- Althusser, L. (1999 [1971]). *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Álvares, C. (2012). Discursos do exótico nas revistas femininas: uma análise dos 'outros' do Pós-Feminismo. *Comunicação e Sociedade*, 21: 151 – 16.
- Álvares, C. (2012). Discursos do exótico nas revistas femininas: uma análise dos 'outros' do Pós-Feminismo. *Comunicação e Sociedade*, 21: 151 – 16.
- Anacom. (2017a). *Relatório relativo à aplicação dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2015*. Retirado de [https://www.anacom.pt/streaming/RelatorioNeutralidadeRede29062017.pdf?contentId=1413175&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/RelatorioNeutralidadeRede29062017.pdf?contentId=1413175&field=ATTACHED_FILE)
- Anacom. (2017b). *Regulação, supervisão e outras atividades 2017*. Retirado de <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1459140>
- Anacom. (2018a). *Decisão relativa a práticas comerciais de zero-rating e similares em Portugal*. Retirado de <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1429933>
- Anacom. (2018b). *Relatório relativo à neutralidade da rede. Aplicação dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2015*. Retirado de [https://www.anacom.pt/streaming/RelatorioNN\\_201705\\_201804.pdf?contentId=1456095&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/RelatorioNN_201705_201804.pdf?contentId=1456095&field=ATTACHED_FILE)
- Anacom. (2018c). *Relatório de regulação, supervisão e outras atividades 2018*. Retirado de <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=1479270>

- Anacom. (2019). *Relatório relativo à neutralidade da rede Aplicação dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015*. Retirado de [https://www.anacom.pt/streaming/RelatorioNN\\_2018.pdf?contentId=1474986&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/RelatorioNN_2018.pdf?contentId=1474986&field=ATTACHED_FILE)
- Anacom. (2019b) *Serviços Móveis 2018*. Retirado de [https://www.anacom.pt/streaming/SM\\_4T2018.pdf?contentId=1472413&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/SM_4T2018.pdf?contentId=1472413&field=ATTACHED_FILE)
- Anatel. (2016b). *Relatório Ouvidoria da Anatel*. Retirado de <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=343764&pub=original&filtro=1&documentoPath=343764.pdf>
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Aronova, E. (2012). The Congress for Cultural Freedom, "Minerva", and the Quest for Instituting "Science Studies" in the Age of Cold War. *Minerva*, 50(3), 307-337.
- Artigo19. (2017). *Como montar e regularizar um provedor comunitário*. Retirado de <https://artigo19.org/centro/wp-content/uploads/2017/04/Como-Montar-e-Regularizar-um-Provedor-Comunit%C3%A1rio1.pdf>
- Atton, C. (2004). *An Alternative Internet*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Aufderheide, P. A. (1999). *Communications policy and the public interest: The Telecommunications Act of 1996*. New York: Guilford Press.
- Bagdikian, B. (2004). *The New Media Monopoly*. Boston: Beacon Press.
- Banathy, B.H. (1996). *Designing social systems in a changing world*. New York: Plenum.
- Bangemann, M. et al. (1994). *Recommendations to the European Council: Europe and the global information society*. Retirado de <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/44dad16a-937d-4cb3-be07-0022197d9459>
- Barbrook R. & Cameron, A. (1996). The Californian ideology. *Science as Culture*, 6:1, 44-72, DOI: 10.1080/09505439609526455
- Barbrook, R. (2009). *Futuros Imaginários. Das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Peirópolis.
- Barros, S. M. (2009). Análise crítica do discurso e realismo crítico: reflexões interdisciplinares. *Polifonia*, vol. 17, 141-157.
- Barros, S. M. (2015). *Realismo crítico e emancipação humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes.
- Baudrillard, J. (1983). *In the shadow of the silent majorities; or, the end of the social and other essays*. New York: Semiotext(e).
- BCG. (2018). O impacto do Digital na economia portuguesa. Retirado de [https://image-src.bcg.com/Images/O-impacto-do-Digital-na-economia-portuguesa\\_tcm72-214461.pdf](https://image-src.bcg.com/Images/O-impacto-do-Digital-na-economia-portuguesa_tcm72-214461.pdf)
- Beck, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage.
- Beer, S. (1975). *Platform for Change: A Message from Stafford Beer*. New York: Wiley.

- Beer, S. (1974). *Designing Freedom*. New York: J. Wiley.
- Beer, D. (2017). The social power of algorithms. *Information, Communication & Society*, 20:1, 1-13.
- Belisário, A. & Lara, P.J. (2016). Comunicação, vigilância e infraestrutura: tecnopolíticas do espectro eletromagnético. *Liinc em Revista*, 12, 271-285. DOI: 10.18617/liinc.v12i2.904
- Bell, D. (1980 [1960]). *O fim da ideologia*. Brasília: UNB.
- Bell, D. (1977 [1973]). *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Cultrix.
- Bell, D. & Graudbard, E. (1997 [1967]). *Toward the Year 2000: Work in Progress*. Cambridge: The MIT Press.
- Benjamin, W. (1992 [1936]). *A obra de arte na época da sua reprodutibilidade. Sobre arte, técnica, linguagem e política*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: how production networks transform markets and freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Berardi, L. (2003). *Análisis Crítico del Discurso. Perspectivas latino-americanas*. Santiago de Chile: Frasis.
- Berec. (2011). *Guidelines on Net Neutrality and Transparency: Best practices and recommended approaches*. Retirado de [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/public\\_consultations/235-draft-berec-guidelines-on-net-neutrality-and-transparency-best-practices-and-recommended-approaches](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/public_consultations/235-draft-berec-guidelines-on-net-neutrality-and-transparency-best-practices-and-recommended-approaches)
- Berec. (2012). *Guidelines for quality of service in the scope of net neutrality*. Retirado de [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/regulatory\\_best\\_practices/guidelines/1101-berec-guidelines-for-quality-of-service-in-the-scope-of-net-neutrality](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/regulatory_best_practices/guidelines/1101-berec-guidelines-for-quality-of-service-in-the-scope-of-net-neutrality)
- Berec. (2014a). *Report on Monitoring quality of Internet access services in the context of net neutrality*. Retirado de [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/download/0/4337-notice-to-launch-public-consultations-on\\_0.pdf](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/download/0/4337-notice-to-launch-public-consultations-on_0.pdf)
- Berec. (2014b). *Monitoring quality of Internet access services in the context of net neutrality*. Retirado de [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/reports/4602-monitoring-quality-of-internet-access-services-in-the-context-of-net-neutrality-berec-report](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/reports/4602-monitoring-quality-of-internet-access-services-in-the-context-of-net-neutrality-berec-report)
- Berec. (2016). *Guidelines on the Implementation by National Regulators of European Net Neutrality Rules*. Retirado de [https://berec.europa.eu/eng/document\\_register/subject\\_matter/berec/regulatory\\_best\\_practices/guidelines/6160-berec-guidelines-on-the-implementation-by-national-regulators-of-european-net-neutrality-rules-out.2020](https://berec.europa.eu/eng/document_register/subject_matter/berec/regulatory_best_practices/guidelines/6160-berec-guidelines-on-the-implementation-by-national-regulators-of-european-net-neutrality-rules-out.2020)
- Bhaskar, R. (1979). *The Possibility of Naturalism*, Hassocks: Harvester.
- Bhaskar, R. (1989). *Reclaiming Reality*, London: Verso.
- Bhaskar, R. (1998). *Critical realism. Essential readings*. London: Routledge.
- Bioni, B. & Cabarro, D. (2016). *A Internet no Congresso: um panorama dos números relacionados à regulação da rede no Brasil*. Retirado de <https://medium.com/direitos-na-rede/a-internet-no-congresso-um-panorama-dos-números-relacionados-à-regulação-da-rede-no-brasil-55e1f5c01fae>
- Bloch, E. (2005). *O Princípio Esperança*. EDUERJ: Contraponto. Rio de Janeiro.



- Bolaño, C. & Brittos, V. C. (2007). Políticas de comunicação, governo lula e TV digital. *Liinc em revista*, v. 3, n. 2. DOI: 10.18617/liinc.v3i2.228
- Bolaño, C. & Castañeda, M. (2004). A economia política da internet e sua crise. In: Jambeiro, O.; Bolaño, C.; Brittos, V. *Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder*. Salvador: EdUFBA, 43-65
- Bolaño, C.; Herscovici, A.; Castañeda, M. & Vasconcelos, D. (2011). *Economia Política da Internet*. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Ed. UFS.
- Bolaño, C.; Jambeiro, O. & Brittos, V. C. (2004). *Comunicação, Informação e Cultura - dinâmicas globais e estruturas de poder*. Salvador: EDUFBA.
- Bolaño, C. & Vieira, E.S. (2014). Economia política da internet e os sites de redes sociais. *Revista Eptic*. vol. 16, n. 2., p. 75-88.
- Bolaño, C. & Reis, D. (2016). Banda larga, cultura e desenvolvimento. *Nova Economia*, 25(2). Retirado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2090>
- Bolaño, C. & Sousa, H. (2004). Relações entre as políticas audiovisuais de Portugal e do Brasil face à globalização e às propostas supra-nacionais da União Europeia e do Mercosul. Uma introdução". *Actas dos Congressos em Ciências da Comunicação*, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Braman, S. (2006). Information, policy, and power in the informational state. In *Change of state: Information, policy, and power*, pp. 1-8. Cambridge, MA: MIT Press.
- Brasil. (1995). *Nota conjunta do Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério das Comunicações*. Retirado de <https://www.cgi.br/legislacao/notas/nota-conjunta-mct-mc-maio-1995>
- Brasil. (1995b). *Norma 04/1995 Uso de meios da rede pública de telecomunicações para acesso à internet*. Retirado de [https://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito\\_Telecomunicacoes/TextoIntegral/ANE/prt/minicom\\_19950531\\_148.pdf](https://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito_Telecomunicacoes/TextoIntegral/ANE/prt/minicom_19950531_148.pdf)
- Brasil. (1999). *Bases de um programa brasileiro para a sociedade da informação*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Retirado de <http://www.mct.gov.br/Temas/Socinfo/socinfo-ok.pdf>
- Brasil. (2000). *Sociedade da informação no Brasil*. Brasília : Ministério da Ciência e Tecnologia. Retirado de <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>
- Brasil. (2014). Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014. *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil*. Retirado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)
- Brasil. (2016). *Decreto N° 8.771, de 11 de maio de 2016*. Retirado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8771.htm)
- Brittos, V.; Bolaño, C.; Leal, S. & Hage, L. (2009). O Governo Lula e o debate em torno das políticas para o audiovisual no Brasil no biênio 2007-2008. *XVIII Encontro da Compós*, Belo Horizonte.
- Brzezinski, Z. (1971). *Between two Ages: America 's Role in the Technetronic Era*. Nova York: Viking Press.

- Bühl, A. (1997). *Die virtuelle Gesellschaft*. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag.
- Burke, E. (1823). *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful*. London: Thomas M'lean, Haymarket.
- Belli, L. (2016). *Community Connectivity: Building the Internet from Scratch Annual Report of the UN IGF Dynamic Coalition on Community Connectivity*. Retirado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17528>
- Capurro, R. (2003). *Ethik im Netz*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag. *Schriftenreihe Medienethik*, Bd. 2 278 S. Retirado de <http://www.capurro.de/ethikimnetz.html>
- Cardoso, G. (1999). As causas das Questões ou o Estado à Beira da Sociedade da Informação. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 30. Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/837>
- Carvalho, M.S.R.M de. (2006). *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. Dissertação de mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE.
- Carvalho, A. (2015). Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 9, 175-199.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. vol I. 6 edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2004). A Internet e a Sociedade em Rede In. *Comunicação, cultura e tecnologias de informação* Orgs Cardoso, G. Barreiros, J.J. & Paquete de Oliveira, J.M. Lisboa: Quimera Editores.
- CGI. (2009). Resolução do Comitê Gestor da Internet no Brasil RES/2009/003/P. Retirado de <https://cgi.br/resolucoes/documento/2009/003>
- Charaudeau, P. (2011). “Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”. *Revista Diadorim* 10. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2011.v10n0a3932>
- Chiapello, E. & Fairclough, N. (2002). Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse & Society*, 13(2), 185–208. <https://doi.org/10.1177/0957926502013002406>
- Chilton, P. & Schäffner, C. (1997). Discourse and Politics. In *Discourse as Social Interaction*, ed. Teun Van Dijk, 206-230. London: Sage.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press
- Comissão Europeia. (1987). Para uma economia europeia dinâmica, *Livro Verde sobre o desenvolvimento de um mercado comum dos serviços e equipamentos de telecomunicações*, COM(87)290. Retirado de <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51987AC1073&from=EN>
- Comissão Europeia. (1997). *Livro verde relativo à convergência dos sectores das telecomunicações, dos meios de comunicação social e das tecnologias da informação e às suas implicações na regulamentação* COM(97)623. Retirado de [https://www.anacom.pt/streaming/livroverde.pdf?categoryId=18043&contentId=26202&field=ATTACHED\\_FILE](https://www.anacom.pt/streaming/livroverde.pdf?categoryId=18043&contentId=26202&field=ATTACHED_FILE)

- Comissão Europeia. (2000). Para uma Europa da inovação e do conhecimento. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32015R2120&from=PT>
- Comissão Europeia. (2008b). Comunicação sobre as futuras redes e a Internet. Retirado de [http://www.unic.pt/images/stories/com2008\\_0594pt01.pdf](http://www.unic.pt/images/stories/com2008_0594pt01.pdf)
- Comissão Europeia. (2009a). *Telecoms Reform: 12 reforms to pave way for stronger consumer rights, an open internet, a single European telecoms market and high-speed internet connections for all citizens* MEMO/09/513 EU Retirado de [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO\\_09\\_513](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/MEMO_09_513)
- Comissão Europeia. (2011). *Abertura e neutralidade da Internet na Europa*. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0222&from=PT>
- Comissão Europeia. (2015a). Regulamento (UEE) 2015/2120 Do Parlamento Europeu E Do Conselho de 25 de novembro de 2015. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:32015R2120>
- Comissão Europeia. (2015b). *Commission Staff Working Document Implementation of the EU regulatory framework for electronic communication*. Retirado de <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/implementation-eu-regulatory-framework-electronic-communications-2015>
- Comissão Europeia. (2019). Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação das disposições do Regulamento (UE) 2015/2120 respeitantes ao acesso à Internet aberta. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52019DC0203&from=PT>
- Conselho da Europa. (2001). Convenção sobre o cibercrime. Retirado de <https://www.cicdr.pt/documents/57891/128776/Conven%C3%A7%C3%A3o+Cibercrime.pdf/3c7fa1b1-b08e-4f66-9553-f4470f502b9c>
- Correia, J.C. (2009). *Teoria Crítica do Discurso Noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Crosland, A. (1957). *The future of socialismo*. London: J. Cape.
- Dahlberg, L. (2010). Cyber-libertarianism 2.0: A discourse theory/critical political economy examination. *Cultural Politics: An International Journal*, 6, 331–356. doi: 10.2752/175174310X12750685679753
- Dantas, M. (2013). *Comunicações, desenvolvimento, democracia: desafios brasileiros no cenário da mundialização mediática*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Dantas, M. (2016). Tornar mais eficaz a competência do CGI.br nos assuntos relativos à internet, In CGI *Compilação de todas as contribuições*. Retirado de <https://consulta.cgi.br/relatorios/finalConsulta.pdf>
- Davies, D. W. (1965). *Proposal for the Development of a National Communications Service for On-Line Data Processing*. Retirado de <http://www.dcs.gla.ac.uk/~wpc/grcs/Davies05.pdf>
- Drucker, P. (1970). *Uma era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dyson, E.; Gilder, G.; Keyworth, G. & Toffler, A. (1994). *Cyberspace and the American Dream: Magna Carta for the Knowledge Age*. Retirado de <http://www.pff.org/issues-pubs/futureinsights/fil1.2magnacarta.html>

- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Ellul, J. (1968). *A Técnica e o Desafio do Século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Erhardt, A. (2016). A prática do Zero Rating e o Princípio da Neutralidade de Rede previsto na Lei nº 12.965/14: reflexões sobre o fenômeno da inclusão digital e o desenvolvimento de novas tecnologias. *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*, v.8, n.1, p.193-207.
- Fairclough, N. (1989). *Language and Power*. New York: Longman.
- Fairclough, N. (1992). Intertextuality in critical discourse analysis. *Linguistics and Education*, 4(3-4), 269–293. doi:10.1016/0898-5898(92)90004-g
- Fairclough, N. (1993). Critical Discourse Analysis and the Marketization of Public Discourse: The Universities. *Discourse and Society*, 4, 133-168. <https://doi.org/10.1177/0957926593004002002>
- Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: Papers in the Critical Study of Language*. London: Longman.
- Fairclough, N. (1996) 'A reply to Henry Widdowson's discourse analysis: a critical view'. *Language and Literature*, 5:1-8
- Fairclough, N. (2001 [1992]). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2001b). Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In R. Wodak e M. Meyer, Orgs., *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: SAGE.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (2005) Critical discourse analysis in transdisciplinary research. In: Wodak, R. & Chilton, P. *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity*. Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, p. 3; 6; 53-70
- Fairclough, N; Jessop, B. & Sayer, A. (2002) Critical Realism and Semiosis, *Alethia*, 5:1, 2-10, DOI: 10.1558/aleth.v5i1.2
- Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). Critical Discourse Analysis. In T. van Dijk (Ed.), *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction* (Vol. 2, pp. 258-284). London: Sage.
- FCC. (2002). *Declaratory Ruling and Notice of Proposed Rulemaking in the Matter of Inquiry Concerning High-Speed Access to the Internet Over Cable and Other Facilities, Internet Over Cable Declaratory Ruling*. Retirado de <https://www.fcc.gov/document/inquiry-concerning-high-speed-access-internet-over-cable-and-other-1>
- FCC. (2005a). *Consent decree in the matter of Madison River Communications, LLC and affiliated companies*. Retirado de <https://docs.fcc.gov/public/attachments/DA-05-543A2.pdf>
- FCC. (2005b). *Report and order and notice of proposed rulemaking* (FCC 05-150). Retirado de <https://docs.fcc.gov/public/attachments/FCC-05-150A1.pdf>
- FCC. (2005c). *Policy Statement* (FCC 05-151). Retirado de [http://hraunfoss.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-05-151A1.pdf](http://hraunfoss.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-05-151A1.pdf)

- FCC. (2010). *Report and Order*. (Open Internet Order). Retirado de [https://apps.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/FCC-10-201A1\\_Rcd.pdf](https://apps.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/FCC-10-201A1_Rcd.pdf)
- FCC. (2015). *FCC Releases Open Internet Order*. Retirado de <https://www.fcc.gov/document/fcc-releases-open-internet-order>
- FCC (2017a). Release of Report on Policy Review of Mobile Zero-Rating Practices. Retirado de <https://www.fcc.gov/document/release-report-policy-review-mobile-zero-rating-practices>
- FCC. (2017b). *Statement of commissioner Michael O’Rielly on conclusion of zero rating inquiries*. Retirado de [https://apps.fcc.gov/edocs\\_public/attachmatch/DOC-343340A1.pdf](https://apps.fcc.gov/edocs_public/attachmatch/DOC-343340A1.pdf)
- Freire, P. (2009). A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora.
- Freire, P.; Gadotti, M. & Guimarães, S. (2008). *Pedagogia: diálogo e conflito*. 8. ed. São Paulo: Cortez.
- FCT.(2014). Fórum para a Sociedade da informação e Governação da Internet. Retirado de [https://www.fct.pt/dsi/docs/fsi\\_governacao\\_da\\_internet\\_2014.pdf](https://www.fct.pt/dsi/docs/fsi_governacao_da_internet_2014.pdf)
- Fernandes, J.M.C.D. (2017). O contrato de fornecimento de acesso à internet e o princípio da neutralidade da rede: contributo para a regulação do ciberespaço. *Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Porto*. Retirado de [https://cije.up.pt/client/files/0000000001/2\\_610.pdf](https://cije.up.pt/client/files/0000000001/2_610.pdf)
- Fernandes S, V. O. (2018). *Regulação de serviços over-the-top (OTT) e pós-convergência tecnológica: uma análise do regime jurídico setorial de serviços OTT de voz nos EUA e no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, Brasília.
- Feenberg, A. (2002). *Transforming technology: a critical theory revisited*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Feenberg, A. (2003). *What is philosophy of technology? Lecture for the Komaba Undergraduates*. San Diego State University. Retirado de [https://www.sfu.ca/~andrewf/books/What\\_is\\_Philosophy\\_of\\_Technology.pdf](https://www.sfu.ca/~andrewf/books/What_is_Philosophy_of_Technology.pdf)
- Feenberg, A. (2004). *Heidegger, Marcuse and technology: the catastrophe and redemption of enlightenment*. Londres: Routledge.
- Feenberg, A. (2017). *Entre a razão e a experiência. Ensaios sobre tecnologia e modernidade*. Lisboa: MIT Portugal e Inovatec. Retirado de <https://www.sfu.ca/~andrewf/Entre%20a%20razao.pdf>
- Figueiredo, A.D. (2007). A dimensão crítica da sociedade de informação em Portugal. In J. Dias Coelho (Ed.), *“Sociedade da Informação: o Percorso Português”*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda., pp. 139-147. ISBN: 978-972-618-462-1.
- Filho, J.E.P. (2002). A Embratel: da era da intervenção ao tempo da competição. *Revista de Sociologia e Política*, (18), 33-47. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782002000100004>
- Fisher, E. (2010). *Media and new capitalism in the digital age. The spirit of networks*. New York: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (1972). *The archaeology of knowledge*. London: Tavistock Publications
- Fowler, R.; Hodge, B.; Kress, G. & Trew, T. (1979). *Language and control*. London/Boston/Henley: Routledge and Kegan Paul.

- Fuchs, C. (2008). *Internet and Society. Social Theory in the Information Age*. New York: Routledge.
- Fuchs, C. (2010a). New imperialism: Information and media imperialism? *Global Media and Communication*, 6(1), 33–60. <https://doi.org/10.1177/1742766510362018>
- Fuchs, C. (2010b). Critical Globalization Studies and the New Imperialism. *Critical Sociology*, 36(6), 839–867. <https://doi.org/10.1177/0896920510379441>
- Fuchs, C. (2012a). Internet and Surveillance: The Challenges of Web 2.0 and Social Media. *Contemporary Sociology*, 41(4), 532–533. <https://doi.org/10.1177/0094306112449615d>
- Fuchs, C. (2012b). The Political Economy of Privacy on Facebook. *Television & New Media*, 13(2), 139–159. <https://doi.org/10.1177/1527476411415699>
- Fuchs, C. (2012c). Implications of Deep Packet Inspection (DPI) Internet Surveillance for Society. *The Privacy & Security Research Paper Series*, Issue. Retirado de <http://fuchs.uti.at/wp-content/uploads/DPI.pdf>.
- Fuchs, C. (2012d). Towards marxian internet studies. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 10(2), 392–412. DOI: 10.31269/triplec.v10i2.277
- Fuchs, C. (2013) Societal And Ideological Impacts Of Deep Packet Inspection Internet Surveillance, *Information, Communication & Society*, 16:8, 1328-1359, DOI: 10.1080/1369118X.2013.77054
- Fuchs, C. (2014) Social Media and the Public Sphere. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique* 10(3). DOI: <https://doi.org/10.31269/triplec.v12i1.552>
- Fuchs, C. (2016). *Reading Marx in the Information Age: A Media and Communication Studies Perspective on Capital Volume 1*. New York: Routledge.
- Fuchs, C. & Sandoval, M. (2015). The political economy of capitalist and alternative social media. In *The Routledge companion to alternative and community media*, ed. Chris Atton, 165-175. London: Routledge.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Garcia e Silva, H.B. & Marques, R.M. (2019). Falsa percepção de gratuidade: a prática do zero-rating e o Marco Civil da Internet. *Transinformação*. 31(18). DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e180021>.
- Garnham, N. (1990). *Capitalism and Communication*. Londres: Sage.
- Garnham, N. (2000). ‘information society’ as theory or ideology: a critical perspective in technology, education and employment in the information age- *Information, Communication & Society*, 3:2, 139-152, DOI: 10.1080/13691180050123677
- Garnham, N. & Fuchs, C. (2014). “Revisiting the political economy of communication.” *tripleC: Communication, Capitalism & Critique* 12, no. 1: 102-141.
- Garnham, N. (2011). “The Political Economy of Communication Revisited”. In Wasko, J., Murdock, G-, Sousa, H. (eds.) *The Handbook of Political Economy of Communications*. London: Blackwell Publishing.
- Giddens, A. (1990). *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.

- Gindre, G. (2007). Agenda de regulação: uma proposta para o debate. In: Gindre, G.; Brant, J.; Werbach, K.; Silveira, S.; Benkler, Y. *Comunicação Digital e a Construção dos Commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Gindre, G. (2016). Controvérsias a respeito da governança da Internet: primeiro mapeamento. Scientiarum História IX 9 congresso em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. UFRJ, Rio de Janeiro. Retirado de <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh9/SH/trabalhos%20posteriores%20completos/CONTROVERSIAS-A-RESPEITO.pdf>
- Glyn, A. (2007). *Capitalism Unleashed: Finance, Globalization and Welfare*. Oxford: Oxford University Press
- Golumbia, D. (2015). Ciberlibertarismo: los fundamentos extremistas de La 'Libertad Digital'. *Prometeica - Revista De Filosofía Y Ciencias*, (10), 105 - 127. DOI: <https://doi.org/10.24316/prometeica.v0i10.104>
- Gouveia, C.A.M. (2002). Análise Crítica do Discurso: Enquadramento Histórico. In Mateus, Maria Helena & Correia, Clara Nunes (eds): *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos* 335-351. Lisboa: Edições Calibri.
- Goldhaber, M. H. (1997). The attention economy and the Net. *First Monday*, 2(4). DOI: <https://doi.org/10.5210/fm.v2i4.519>
- Grohmann, R. (2018). Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. *Liinc Em Revista*, 14(1). DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v14i1.4149>
- Gramsci, A. (1996 [1930-32]). 'State and Civil Society' In Q. Hoare et al. (orgs.), *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, 206-276. Londres: Lawrence and Wishart.
- Gramsci, A. (1999 [1948-51]). *Cadernos do cárcere, Volume 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2001 [1948-51]). *Cadernos do cárcere, Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2007[1948-51]) *Cadernos do cárcere, Volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Greenwald, G. (2014). *Sem esconderijo: o caso Snowden nas palavras de quem o revelou*. Lisboa: Bertrand.
- Habermas, J. (1987 [1968]). Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa: Edições 70.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? the impact of normative theory on empirical research, *Communication Theory*, 16(4), 411–426. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Habermas, J. (2008). Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Libero*, ano XI, no. 21, p. 09-20
- Habermas, J. (2009): Técnica e ciência como ideologia, Lisboa, Edições 70.
- Habermas, J. (2012a[1962]). Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social (Vol. I). São Paulo: Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012b [1962]). Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista (Vol. II). São Paulo: Martins Fontes.

- Harper, S., & Garland, C. (2016). Did somebody say neoliberalism? On the uses and limitations of a critical concept in media and communication studies. In C. Fuchs, & V. Mosco (Eds.), *Marx and the political economy of the media*, 219-237. Retirado de <http://www.brill.com/products/book/marx-and-political-economy-media>
- Harvey, D. (2008). *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola
- Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Halliday, M. A. K. (1973). *Explorations in the functions of language*. London: Edward Arnold.
- Heidegger, M. (2002 [1954]). A questão da técnica. In M. Heidegger, *Ensaio e Conferências*, 11-38. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Hobsbawm, E.J. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hofkirchner, W. (2010). A taxonomy of theories about ICTs and society. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique* 8(2), 171-176.
- Horkheimer, M. (1976). *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Ed. Labor.
- Hofkirchner, W., & Fuchs, C. (2003). The architecture of the information society. In J. Wilby & J.K. Allen (Eds.), *Proceedings of the 47th Annual Conference*, 1-10. York: International Society for the Systems Sciences Business Office.
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph.
- Jin, D. Y. (2013). The Construction of Platform Imperialism in the Globalization Era. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*. 11 (1), 145-172.
- Jupp, V. (1996). Documents and critical research. In R. Sapsford, & V. Jupp (Eds.). *Data collection and analysis*. London: Sage.
- Jupp, V., & Norris, C. (1993). Traditions in documentary analysis. In M. Hammersley, (Ed.), *Social Research: Philosophy, Politics and Practice*. London: Sage.
- Karr, T. (2018, janeiro). Net neutrality violations: a brief history. *FreePress.net*. Retirado de <https://www.freepress.net/our-response/expert-analysis/explainers/net-neutrality-violations-brief-history>
- Keynes, J. M. (1926). *The end of laissez-faire*. London: The Hogarth Press.
- Kristeva, J. (1986). Word, dialogue and novel. In T. Moi (Ed.), *The Kristeva reader*. Oxford, England: Basil Blackwell.
- Kroes, N. (2010a). *Net neutrality in Europe Address at the ARCEP Conference* (speech/10/153). Retirado de [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_10\\_153](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_10_153)
- Kroes, N. (2010b). *Net neutrality: the way forward* (speech/10/643). Retirado de [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_10\\_643](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_10_643)
- Kroes, N. (2012) *A European vision for Internet governance*. Retirado de [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_12\\_444](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_12_444)



- Kroes, N. (2013) The EU, safeguarding the open internet for all. Retirado de [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_13\\_498](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_13_498)
- Kroes, N. (2014). Open letter to Members of the European Parliament. Retirado de [https://ec.europa.eu/archives/commission\\_2010-2014/kroes/en/content/open-letter-members-european-parliament.html](https://ec.europa.eu/archives/commission_2010-2014/kroes/en/content/open-letter-members-european-parliament.html)
- Kuhn, T. S. (1987 [1962]). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Lawrence, G.R. (1967). Multiple computer networks and intercomputer communication. In *Proceedings of the first ACM symposium on Operating System Principles* (SOSP '67). Association for Computing Machinery, New York. DOI:<https://doi.org/10.1145/800001.811680>
- Lee, M. (2016). *Restoring Internet Freedom Act*, S.2602. Retirado de <https://www.congress.gov/bill/114th-congress/senate-bill/2602/text>
- Lemley, M.A & Lessig, L. (2000). *The End of End-to-End: Preserving the Architecture of the Internet in the Broadband Era*. *UCLA Law Review* 48. Retirado de [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=247737](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=247737)
- Lenin, V.I. (1917). Imperialism, the Highest Stage of Capitalism. In Henry M. Christman (ed.) *Essential Works of Lenin*, 177–270. New York: Dover.
- Lessa, S. (2009). Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. *Crítica Marxista*, 28, 163-165. São Paulo, Ed. Unesp.
- Lessig, L. (2002). *The Future of Ideas*. New York: Random House
- Liguori, G. (2007). *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Löwy, M. (2009). Ecosocialismo e planejamento democrático. *Crítica Marxista*, 28, 35-50
- Löwy, M. (2015). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez.
- Lukács, G. (2012). *Para uma Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo.
- Luxemburgo, R. (2015, [1900]). Reforma ou revolução. São Paulo: Expressão Popular.
- Lyon, D. (2001), *Surveillance Society: Monitoring Everyday Life*. Open University Press.
- Lyotar, J.F. (2002 [1979]). *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio.
- Machado, H. & Frois, C. (2014). "Aspiring to Modernization. Historical Evolution and Current Trends of State Surveillance in Portugal." In *Histories of Surveillance in Europe and Beyond*, edited by Boersma, Kees, Brakel, Rosamunde van, Fonio, Chiara, Wagenaar, Pieter, 65–78. New York: Routledge.
- Macedo, L. (2005). 'Políticas para a Sociedade da Informação em Portugal: da concepção à implementação', In *Comunicação e Sociedade*, 7, 71-93
- Machlup, F. (1962). *The production and distribution of knowledge in the United States*. New Jersey: Princeton University Press.

- Masuda, Y. (1972). *The plan for information society: A national goal toward the year 2000*. Tokyo: Japanese Computer Usage Development Institute.
- Masuda, Y. (1982). *A sociedade da informação como sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: Editora Rio.
- Magalhães, I. (1986). Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. *D.E.L.T.A* 2(2). Retirado de <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/31247/21729>
- Magalhães, I. (2005). Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.*, 21,1-11. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502005000300002>
- Marglin, S. & Schor, J. (1990). *The golden age of capitalism, reinterpreting the postwar experience*. New York: Clarendon Press.
- Marques, R.M. & Pinheiro, M.M.K. (2014). Marco Civil da Internet – Uma análise sob a ótica da razão jurídica. In: Moura, M. (Org.). *A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões*, 235-250. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Marx, Gary. T. (1988). *Undercover. Police Surveillance in America*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Marx, Gary T. (2002). What's new about the "new surveillance"? *Surveillance & Society* 1 (1). Retirado de <https://ojs.library.queensu.ca/index.php/surveillance-and-society/article/download/3391/3354>
- Marx, K. (2008 [1959]). *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2014 [1867]). *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial
- Marx, K. & Engels, F. (2001 [1932]). *A ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes.
- Marx, K. & Engels, F. (2011 [1845]). *A Sagrada Família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e seus consortes*. São Paulo: Boitempo
- Magro, A.R. (2017). Análise legal do serviço de acesso à internet: da neutralidade de rede à franquia de dados. *Intertem@s*, 3. Retirado de <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/view/6016>
- Marcuse, H. (1973 [1964]). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- Marcuse, H. (1999 [1941]). Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In H. Marcuse & D. Kellner (Eds.), *Tecnologia, guerra e fascismo: coletânea de artigos de Herbert Marcuse*, 73-104. São Paulo: UNESP.
- Martins, M. de L. (2013). O Trágico como Imaginário da Era Mediática. *Comunicação E Sociedade*, 4, 73-79. DOI: [https://doi.org/10.17231/comsoc.4\(2002\).1265](https://doi.org/10.17231/comsoc.4(2002).1265)
- Mattelart, A. (2001). A era da informação: gênese de uma denominação descontrolada. *Revista FAMECOS*, 8(15), 07-23. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2001.15.5399>
- Mattelart, A. (2002). *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola.
- McChesney, R. W. (2004). Media Policy Goes to Main Street: The Uprising of 2003. *The Communication Review*, 7(3), 223–258. DOI: 10.1080/10714420490492139

- McChesney, R. W. (2008). *The political economy of media: enduring issues, emerging dilemmas*. New York: Monthly Review Press.
- McChesney, R. W. (2013). *Digital disconnect: How capitalism is turning the Internet against democracy*. New York: The New Press.
- McLuhan, H. M. (1969). *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix.
- McLuhan, H. M. (1972). *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Medina, E. (2011). *Cybernetic Revolutionaries: Technology and Politics in Allende's Chile*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Meinrath, S. D., & Pickard, V. W. (2008). Transcending net neutrality: Ten steps toward an open Internet. *Journal of Internet Law*, 12(6), 1, 12–21
- Miola, E. (2012). *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa*. Tese de doutorado em Comunicação Social. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Mosco, V. (2004). *The digital sublime: myth, power and cyberspace*. Cambridge: MIT Press.
- Mosco, V. (2005). From the myth of cyberspace to the political economy of computer communication. *Comunicação e Sociedade*, 7, 49-67.
- Mosco, V. (2014). *To the cloud: Big data in a turbulent world*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Milan, S. (2013). *Social movements and their technologies: wiring social change*. Palgrave Macmillan: New York.
- Morozov, E. (2013). To save everything, click here: the folly of technological solutionism. New York: Public Affairs.
- Morozov, E. (2020). Digital socialism Reimagining social democracy for the 21st century. *Eurozine*. Retirado de <https://www.eurozine.com/digital-socialism/>
- Muatiacale, S. A. A. L. (2007). Estratégias discursivas dos telejornais de Moçambique: análise crítica do jornal nacional e do jornal da noite. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Murdock, G. (2005). Building the Digital Commons: Public Broadcasting in the Age of the Internet. In *Cultural Dilemmas of Public Service Broadcasting*, ed. by Per Jauert and Gregory F. Lowe, 213–230. Gothenburg: Nordicom.
- Murdock, G. (2011). Political Economies as Moral Economies. Commodities, Gifts, and Public Goods. In *The Handbook of the Political Economy of Communications*, eds. Janet Wasko, Graham Murdock and Helena Sousa, 13-40. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Musiani, F., Cogburn, D.L., Denardis, L. & Levinson, N.S.. (2016). *The Turn to Infrastructure in Internet Governance*. UK: Palgrave Macmillan.
- Newman, R. & Scott, B. (2005). The fight for the future of media. In R. McChesney, R. Newman & B. Scott (Eds.), *The future of media: Resistance and reform in the 21st century*, 21-40. New York: Seven Stories Press

- Negroponte, N. (1995). *Being Digital*. New York: Knopf.
- Negri, A. & Hardt, M. (2001). *Império*. São Paulo: Record.
- Nye, D. E. (1996). *American Technological Sublime*. Cambridge: MIT Press.
- OECD. (1996). "Global Information Infrastructure and Global Information Society (GII-GIS): Statement of Policy Recommendations Made by the ICCP Committee", *OECD Digital Economy Papers*, 18. Paris: OECD Publishing. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/237382063227>
- Ortega y Gasset, J. (1963). *Meditação sobre a técnica: vicissitudes das ciências - cacofonia na Física*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano
- Pardo, M. L. (2008). *El discurso de la pobreza en América Latina*. Santiago de Chile: Frasis.
- Parlamento Europeu. (2009). *Directiva 2009/140/CE do Parlamento Europeu e do Conselho*. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:337:0037:0069:pt:PDF>
- Parlamento Europeu. (2011). *Resolução do Parlamento Europeu sobre a Internet aberta e a neutralidade da rede na Europa*. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011IP0511&from=ES>
- Parlamento Europeu. (2015). *Regulamento (UE) 2015/2120 do Parlamento Europeu e do Conselho*. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A32015R2120>
- Patelis, K. (2000). The Political Economy of the internet. In: Curran, J. (Ed.). *Media Organisations in Society*. Londres: Arnold.
- Patschiki, L. (2011). Arquitetura e governança global da internet. Os EUA, o ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) e as teias do capital-imperialismo.. In: *II Congresso Internacional de História da UFG*, Jataí. Retirado de <http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%2032.pdf>
- Patschiki, L. & Santo, J. P. E. (2012). O controle autoritário da Internet no Brasil: o CGI.br. *Revista Educação & Tecnologia*. Retirado de <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/download/1529/1253>
- Pedro, M. E. (1997). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Peters, B. (2016). *How not to network a nation: the uneasy history of the soviet Internet*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Pinto-Coelho, Z. (2002). *Drogas em campanhas de prevenção: dos discursos às ideologias*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29460>
- Porat, M.U. (1977). *The information economy: definition and measurement*. Washington: United States Department of Commerce.
- Portugal. (1997). *Livro verde para a sociedade da informação em Portugal*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia. Retirado de <http://www.cisi.mct.pt/ficheiros/si/docsProg/fsidp004.pdf>
- Poster, M. (1995). *The Second Media Age*. Cambridge: Polity Press.

- Polo, M. (2019). Os fornecedores de internet em Portugal e os desafios em relação à Agenda Digital para a Europa. In A. M. Costa e Silva, I. Macedo & S. Cunha (Eds.), *Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação*, 173-191. Braga: CECS.
- Pool, I. de S. (1983). *Technologies of Freedom*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press.
- Ramalho, V. (2007). Diálogos teórico-metodológicos: Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 8, p. 78-104.
- Ramalho, V. (2008). *Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: um estudo crítico sobre mudanças sociais discursivas*. Tese de doutorado em Linguística, Universidade de Brasília: Brasília.
- Ramalho, V. (2012). Gêneros discursivos e ideologia: elementos para estudos críticos In: Melo, I. (org.). *Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática*, 139-187. Campinas: Pontes.
- Ramalho, V. & Resende, V. (2004). Linguagem em (Dis)curso - *LemD, Tubarão*, 5(1), 185-207
- Ramalho, V. & Resende, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes.
- Reding, V. (2008). *Net neutrality and open networks - Towards a European Approach*. European Commission SPEECH/08/473. Press Release. Retirado de [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_08\\_473](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_08_473)
- Reed, D., Saltzer, J. & Clark, D. (1998) 'Active Networking and End-to-End Arguments', Retirado de <http://web.mit.edu/Saltzer/www/publications/endtoend/ANe2ecomment.html>
- Reicher, A. (2011). Redefining Net Neutrality after Comcast v. FCC. *Berkeley Technology Law Journal* (26). Retirado de <https://ssrn.com/abstract=1940141>
- Resende, V. (2009). Reflexões teóricas e epistemológicas em torno da Análise de Discurso Crítica. *Polifonia*, Cuiabá, 17(15), 125-140.
- Resende, V. & Ramalho, V. (2006). *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- Resende, V. & Acosta, M. (2018). Apropriação da análise de discurso crítica em uma discussão sobre comunicação social. *Revista de Estudos da Linguagem*, 26 (1), 421-454.
- Rezende, P.A. (2016). A liberdade vigiada: sobre privacidade, anonimato e vigilantismo com a Internet. *Cadernos IHU Ideias*. Retirado de [http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/250\\_cadernosihuideias.pdf](http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/250_cadernosihuideias.pdf)
- Richa, R. (1972 [1967]). *Economia socialista e revolução tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- Ricoeur, P. (2017). *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Formato E-book Kindle. Retirado de <http://www.amazon.com.br> ASIN: B071LQV1Y3.
- Rosdolsky, R. (2001 [1968]). *Gênese e estrutura de O capital de Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ/ Contraponto.
- Ross, W.D. (1979), Ética a Nicômaco. In: *Os Pensadores vol.II*. Trad. Leonel Vallandro & Gerd Bornheim. São Paulo. Abril Cultural.

- Rosa, A.M. (2012). As origens históricas da Internet: uma comparação com a origem dos meios clássicos de comunicação ponto a ponto. *Estudos em Comunicação*, 113-140. Retirado de <http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-05.pdf>
- Rudiger, F. (2011). Cultura e Cibercultura - princípios para uma reflexão crítica. *Logos*, 18(1). DOI: <https://doi.org/10.12957/logos.2011.1502>
- Sadin, E. (2018). *La siliconización del mundo: la irresistible expansión del liberalismo digital*. Buenos Aires: Caja Negra.
- Saltzer, J.; Reed, D. & Clark, D. (1984). 'End-to-End Arguments in System Design'. *ACM Transactions on Computer Systems* 2/4: 277-88.
- Sandoval, M. (2016). What would Rosa do? Cooperatives and radical politics. *Soundings*, 63.
- Sandoval, M. (2017). Enfrentando a Precariedade com Cooperação: cooperativas de trabalhadores no setor cultural. *Revista Parágrafo*, 5 (1).
- Sandholtz, W. (1993). Institutions and Collective Action: The New Telecommunications in Western Europe. *World Politics*, 45(02), 242–270. DOI:10.2307/2950659
- Santos, T. Dos. (2004). *Do terror à esperança. auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Ideias e Letras.
- Saunders, F. S. (2013). *The cultural cold war: the CIA and the world of arts and letters*. New York: New Press.
- Sayer, A. (2014). Características chave do realismo crítico na prática: um breve resumo. Estudos de Sociologia - ISSN: 2317-5427, 2(6), 7-32. Retirado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235465>
- Saturnino, R. (2019). Partilhar é cuidar? *Communitas Think Tank – Ideias*. Retirado de <http://www.communitas.pt/ideia/partilhar-e-cuida>
- Schiller, D. (1999). *Digital capitalism: Networking the global market system*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Scholz, T. (2008). Market Ideology and the Myths of Web 2.0. *First Monday*, 13 (3).
- Scholz, T. (2016). *Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária.
- Scott, J. (1990). *A matter of record : documentary sources in social research*. Cambridge: Polity Press.
- Serra, P. (1998). A informação como utopia. *Estudos em Comunicação*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Silva, E. C. (2012). Concentração: os desafios à entidade reguladora da comunicação social. *Comunicação e Sociedade*, 11, 87-98. [https://doi.org/10.17231/comsoc.11\(2007\).1132](https://doi.org/10.17231/comsoc.11(2007).1132)
- Silva, E. C., Fidalgo, J. & Sousa, H. (2011) 'Regular para a liberdade: o caso português'. *Derecho a Comunicar*, 1: 80-97.
- Silva, M. (2008). *A geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial da sociedade da informação*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- Silveira. (2020). Discursos sobre regulação e governança algorítmica. *Estudos de sociologia*, 25 (48).

- Sousa, H. (1993). O impacto da política de comunicações da CE em Portugal. Artigo para a Conferência da Associação Internacional para Pesquisa em Comunicação de Massa (IAMCR) sobre a Europa em Turbulência: Perspectivas Globais, Dublin: Irlanda.
- Sousa, H. (2000). Políticas da Comunicação: Reformas e Continuidades, In Pinto, M. *A Comunicação e os Media em Portugal (1995-2000) Cronologia e Leituras de Tendências*, Braga, Departamento de Ciências da Comunicação, 31-51.
- Sousa, H. (2001) “Políticas da Comunicação em Portugal: Actores, decisões e não decisões”, comunicação apresentada na Sessão Temática «Políticas de Comunicação» do I *Congresso Ibérico de Comunicação, Málaga*.
- Sousa, H. (2006a) “A Política de Comunicação da UE e Portugal: uma perspectiva histórica” in Faustino, P. (org.) *O Alargamento da União Europeia e os Media, Impactos no Sector e nas Identidades Locais*, Lisboa: Media XXI.
- Sousa, H. (2006b). Políticas da Comunicação no Novo Milénio: Crises, Impasses e Fracturas. *E-Compós*. <https://doi.org/10.30962/ec.107>
- Sousa, H. (2009). Economia política dos Media: origem e percursos. In M. Coelho (org) *Não Poupes no Semear: trinta anos de comunicação*, Anibal Alves. Coimbra: Pé de Página Editores.
- Sousa, H. (2011). ‘Economia Política dos Media: origens e percursos, características nucleares e grandes temáticas’. *Alicerces*, 4: 383-407.
- Sousa, H. & Silva, E. C. (2003). Os caminhos incertos da convergência: o caso da Portugal Telecom. In Redes. Com, *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación*., Instituto Europeu de Comunicación y Desarrollo, Sevilha.
- Sousa, H. et al. (2012). A regulação dos média na Europa dos 27. Braga: CECS. [ebook]. Retirado de <http://www.cecs.uminho.pt/publicacao/a-regulacao-dos-media-naeuropa-dos-27/>
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. London: Polity.
- Streeter, T. (1996). *Selling the Air: A Critique of the Policy of Commercial Broadcasting in the United States*. University of Chicago Press, Chicago.
- Steger, M. (2002), *Globalism: The New Market Ideology*, Lanham: Rowman and Littlefiel
- Strand, D. (2016). *No alternatives: The end of ideology in the 1950s and the post-political world of the 1990s* Stockholm University, Faculty of Humanities, Department of Culture and Aesthetics.
- Terra, A.L.S. (2008). As políticas de informação e de comunicação da União Europeia: uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação [em linha]. [S.l.] : Universidade de Coimbra. Dissertação de doutoramento. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316/11215>
- Thierer, A. & Szoka, B. (2009). Cyber-Libertarianism: The Case for Real Internet Freedom. *The Technology Liberation Front*. Retirado de <https://techliberation.com/2009/08/12/cyber-libertarianism-the-case-for-real-internet-freedom/>
- Thompson, J. B. (2011 [1990]). Ideologia e Cultura Moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

- Thompson, J. B. (1984). *Studies in the theory of ideology*. Cambridge: Polity Press.
- Titscher, S., Meyer, M., Vetter, E., & Wodak, R. (2000). *Methods of Text and Discourse Analysis*. London: Sage.
- Toffler, A. (1995). *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record.
- UMIC.(2003). *Plano de Acção para a Sociedade da Informação*. Retirado de <http://purl.pt/266/1/>
- UMIC. (2010). Forum para a sociedade da informação. Governação da Internet. Retirado de [https://www.fct.pt/dsi/docs/fsi\\_gi\\_2010\\_mensagens\\_de\\_lisboa.pdf](https://www.fct.pt/dsi/docs/fsi_gi_2010_mensagens_de_lisboa.pdf)
- Vandenberghe, F. (2010). Teoria social realista. Um dialogo franco-britânico. Belo Horizonte: UFMG.
- van Dijk, T. A. (1980a). *Macrostructures. An interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction, and cognition*. Hillsdale, Erlbaum.
- Van Dijk, T. A. (1980b). *Estructuras y funciones del discurso*. México, D.F.: Siglo XXI editors.
- Van Dijk, T.A. (1989). *La ciência del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona; Paidós.
- Van Dijk, T. A. (1993). Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse and Society*, 4, 249-283. <https://doi.org/10.1177/0957926593004002006>
- Van Dijk, T.A. (1997). What is Political Discourse Analysis? *Belgian Journal of Linguistics*; 11(1); 11-52. DOI: <https://doi.org/10.1075/bjl.11.03dij>.
- Van Dijk, T. A. (2002). Political discourse and ideology. In C. U. Lorda & M. Ribas (org.); *Anàlisi del discurs polític: Producció; mediació i recepció*, 15-34. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA).
- Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia – Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Van Dijk, T. A. (2006) 'Politics, ideology, and discourse', in Brown, K.(ed), *The Encyclopedia of language and linguistics*. Vol. 9 Oxford ; New York: Pergamon Press, 728-740.
- Van Dijk, T.A. (2006). Ideology and Discourse Analysis. *Journal of Political Ideologies*. Routledge 11(2), 115-140.
- van Dijk, T. A. (2016). Ideologia. *Letras De Hoje*, 50(5), s53-s61. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23139>
- van Dijk, T. A. & Kintsch, W. (1983). *Strategics in Discourse Comprehension*. New York, N.Y.: Academic Pre.
- van Leeuwen, T. (1997). A representação dos actores sociais. In: Pedro, E. R. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho.
- van Leeuwen, T. (2005). Three models of interdisciplinarity. In: Wodak, R. & Chilton, P. *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology and interdisciplinarity*. Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, 2005. p. 3; 6; 7-8.
- Vattimo, G. (1992). *A Sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'água.



- Veloso, E. M. (2009). Legislação sobre internet no Brasil. Consultoria Legislativa da Câmara de Deputados. Retirado de [http://www2.camara.gov.br/documentos-e\\_pesquisa/fiquePorDentro/temas/regulacao\\_da\\_internet/2009-6863%20Estudo%20Internet.pdf](http://www2.camara.gov.br/documentos-e_pesquisa/fiquePorDentro/temas/regulacao_da_internet/2009-6863%20Estudo%20Internet.pdf)
- Pinto, A.V. (2005a). *O conceito de tecnologia*, vols 1. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Pinto, A.V. (2005b). *O conceito de tecnologia*, vols 2. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Pinto-Coelho, Z. (2002). Drogas em campanhas de prevenção: dos discursos às ideologias. Tese de Doutorado, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29460>
- Webster, F. (2004). Desafios globais e respostas nacionais na Era da Informação. In Oliveira, J.M.P., Cardoso, G. & Barreiros, J.J. (org), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, 53-74. Lisboa: Quimera
- Webster, F. (2006). *Theories of the Information Society*. Londres: Routledge.
- Widdowson, H.G. (1995). Discourse analysis: a critical view'. *Language and Literature*, 4 (3): 157-72.
- William, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Wimmer, M.; Pieranti, O.P. & Aranha, M.I. (2009). O paradoxo da internet regulada : a desregulação dos serviços de valor adicionado no Brasil. *Eptic On-Line* (UFS), v. 11, n. 3.
- Winner, L. (1997). Cyberlibertarian myths and the prospects for community. *Acm Sigcas Computers and Society* 27 (3):14-19.
- Wodak, R. (2001). The discourse-historical approach. In R. Wodak, & M. Meyer (Eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*, 63-95. London: Sage.
- Wodak, R. (2004). Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, 4, 223-243. Retirado de [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/297](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297)
- Wodak, R. (2005). Feminist critical discourse analysis: New perspectives for interdisciplinary gender studies. In *Symposium on CDA: Feminist CDA and interdisciplinary*, right wing populism local answers to global issues.
- Wodak, R. (2013). *Critical Discourse Analysis*. Volume I Concepts, History, Theory. London: Sage.
- Wodak, R. & Chilton, P. (Org.). (2005). *A new agenda in (critical) discourse analysis: theory, methodology, and interdisciplinary*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Wodak, R., & Meyer, M. (2001). *Methods of critical discourse analysis*. London: Sage.
- Wodak, R., & Meyer, M. (2008). *Critical Discourse Analysis: History, Agenda, Theory, and Methodology*. Methods for Critical Discourse Analysis. London: Sage.
- Wolton, D. (2003). *Internet, e depois? – uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Wolton, D. (2010). *Informar Não é Comunicar*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Wu, T. (2002). *Proposal for Network Neutrality*. Charlottesville: University of Virginia.

Wu, T. (2003). Network neutrality, broadband discrimination. *Journal on Telecommunications and High Technology Law*, 2, 141–179.

Wu, T. (2010). Network Neutrality FAQ. Retirado de [http://www.timwu.org/network\\_neutrality.html](http://www.timwu.org/network_neutrality.html)

Zuboff, S. (2015). “Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization”. *Journal of Information Technology*, v. 30, 2015, p. 75-89.

Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism*. Vol. 1. New York: PublicAffairs, 201

## ANEXOS

### Anexo 1. Macroproposições

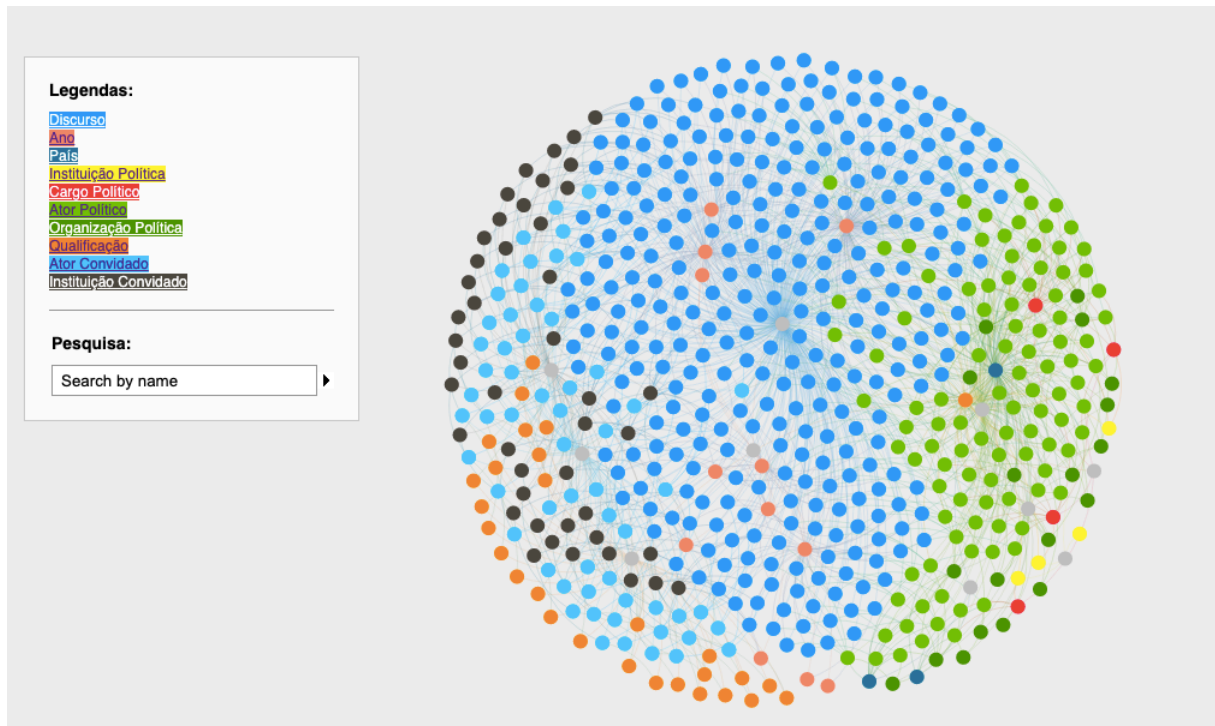
Imagens sobre a Internet	
<b>M1.</b>	<b>1. A Internet nasceu e se estruturou de forma livre, não foi criada por governos ou empresas</b>
	<b>1.1. A origem da Internet é representativa de um espírito libertário</b>
EURPE11	os ataques à Internet livre, universal e neutral são ataques ao património comum da humanidade.
PTAR04	a Internet mantém-se aberta e livre até aos dias de hoje
PTAR02	a Internet foi constituída e criada no mundo em um regime democrático, tendo crescido de uma maneira democrática
BRCD093	a Internet nasceu espontaneamente
BRCD014	a Internet não foi criada por governos
BRCD089	a internet nasceu sob os signos da liberdade, da pluralidade, do compartilhamento, do conhecimento
BRSF085	a Internet tem de ser mantida com o mesmo espírito que ela foi criada.
BRSF078	a Internet é livre. E não foi criada por nenhum governo.
BRCD086	a Internet como nós a conhecemos é uma rede livre, aberta, democrática, descentralizada
BRCD133	a Internet nasceu para ser livre
EURPE08	deve-se manter a internet como sempre foi um recurso aberto, livre e não discriminatório, sem o controle do pelo Estado
PTAR16	a internet e a navegação estiveram protegidos de qualquer prática discriminatória. eve-se manter a internet como sempre foi um recurso aberto, livre e não discriminatório
BRSF006	a Internet trouxe evolução para humanidade.
BRSF032	que a internet continue sendo uma rede aberta, democrática, descentralizada, livre de barreiras e aberta à inovação

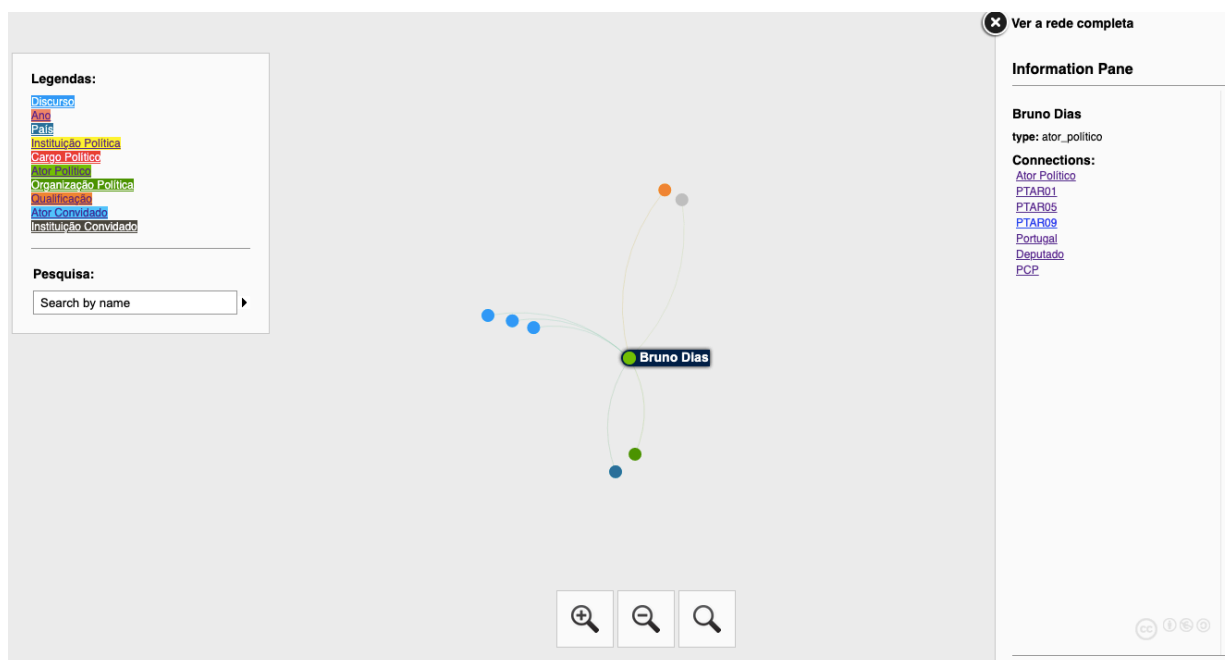
BRSF092	mostrando que a Internet é do povo, neutra, e é para o povo também.
BRCD001	a Internet deixou de ser um serviço com um sentido libertário próprio,
BRSF098	já foi um espaço romântico, quando foi criada.
	<b>1.3.0 início da Internet passar pelo complexo militar estadunidense</b>
BRSF090	o início da internet passa pela Guerra Fria
BRSF78	Inicialmente estava restrita ao meio acadêmico e militar.
BRSF110	A ideia da internet passa por um fundamento militar
PTAR04	A Internet tem a sua origem em investigações de instituições militares e universitárias norte-americanas.
BRCD001	começa com o interesse militar dos Estados Unidos em descentralizar seus servidores
BRSF031	A internet foi criada em 1969, num projeto do Governo americano de comunicações militares
	<b>2.2.A internet define-se pelo TCP/IP</b>
PTAR04	A Internet é um sistema global de redes informáticas interligadas, que usam o protocolo Internet Protocol Suite (TCP/IP) para comunicação
BRCD009	Na rede, o que garante o controle não é a lei do Parlamento. O que garante o controle da rede é o protocolo TCP/IP, que é um protocolo de controle
BRCD009	Eu sei exatamente, eu não navego na rede sem TCP/IP. TCP significa Transmission Control Protocol.
BRCD020	Para haver interação na Internet é preciso haver controle, e o controle é dado pela suíte de protocolo TCP/IP, é uma rede de control
BRCD171	o Protocolo TCP/IP faz com que as máquinas conversem entre si e estabeleçam uma conexão.
BRSF026	No mundo da internet, que se chama de TCP/IP, chama-se a tudo isso de aplicação.

<b>M2</b>	<b>1. Tem espírito livre, o que proporciona a inovação em rede</b>
PTAR04	são muitos e variados os exemplos de serviços que emergiram devido à inovação da Internet
PTAR03	a neutralidade da rede se revela um factor de desenvolvimento e inovação
BRCD086	a Internet é uma rede livre, aberta, democrática, descentralizada, um instrumento de desenvolvimento dos povos

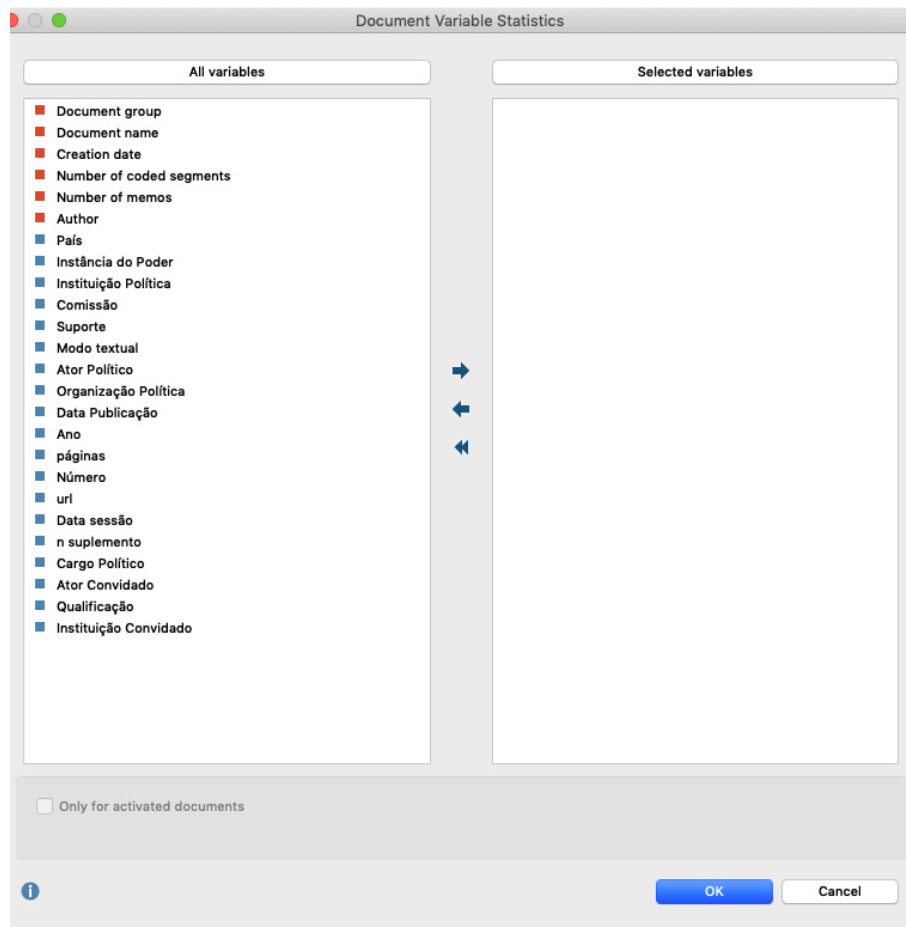
BRCD053	A Internet criou inúmeras oportunidades e inovações, motivo pelo qual deve-se preservar a neutralidade da rede
BRCD004	A Internet trouxe casos de sucesso empresarial
BRCD015	A rede possibilita a inovação e o fomento de novas tecnologias
BRCD023	são exemplos de inovação as plataformas Web 2.0 e todos os e-mails
BRCD028	a neutralidade da rede garante a livre concorrência na Internet e protege a inovação.
BRCD031	a Internet que os brasileiros querem e merecem é aberta, livre, democrática, descentralizada, propícia à inovação
BRCD035	a neutralidade da rede realiza novos empreendimentos na Internet
BRCD036	Ao aprovarmos o Marco Civil da Internet, será garantida a mais plena liberdade de inovação na Internet
BRCD037	se não houver neutralidade na Rede, os pequenos empreendedores não poderão tornar-se sucesso na rede
BRCD053	A grande vantagem do Marco Civil da Internet é proteger o usuário sem engessar os negócios
BRCD057	As decisões sobre o Marco Civil da Internet dermarcam o destino da competitividade e da capacidade de inovação
BRCD057	O Brasil já é uma economia digital de sucesso. É preciso pegar esse sucesso e levá-lo mais adiant
BRCD058	Proteger a neutralidade da rede vai assegurar o empreendedorismo
BRCD059	a rede ampliou a capacidade de inovação.
BRCD004	Há ideias que nascem na casa das pessoas, são transplantadas para a Internet e viram um negócio lucrativo
BRSF042	A internet estrutura-se de forma livre, de que dão mostra clara as chamadas redes sociais.
BRCD148	a teoria econômica clássica deixou de funcionar com a Internet
BRCD053	é isto que precisamos preservar na Internet: possibilidade da inovação.
BRCD059	a rede ampliou a capacidade de inovação
BRCD162	A chamada economia digital floresceu e colocou países, a exemplo de Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão, como grandes potências mundiais nas últimas décadas.
BRCD141	Se nós queremos ir à inovação aberta nós temos que deixar que os pacotes fluam nessa rede
BRCD036	a neutralidade da rede é a garantia de que se receberá uma ampla gama de serviços pela Internet de maneira igualitária
BRCD037	Sem neutralidade da rede há o risco de que os empreendimentos não tenham sucesso na rede
BRCD019	temos a plena noção de que a Internet é totalmente permeada por relações de consumo
BRSF041	o Brasil hoje é o terceiro maior mercado de tecnologia da informação e comunicação do mundo,

## Anexo 2. Visualizações da base de dados do *corpus*





### Anexo 3. Variáveis na base de dados no MAXQDA





## Anexo 4. Participação dos atores políticos

### Anexo 4.1. Participação dos deputados portugueses

PARTIDO	AUTORIA	FREQUENCIA
PCP	Bruno Dias	3
PCP	Miguel Tiago	2
PCP	Bernardino Soares	2
PCP	Rita Rato	2
PCP	João Ramos	2
PCP	Jorge Machado	2
PCP	Paula Santos	2
PCP	Honório Novo	2
PCP	António Filipe	2
PCP	João Oliveira	2
BE	Pedro Filipe Soares	2
BE	José Manuel Pureza	1
BE	Helena Pinto	2
BE	José Moura Soeiro	1
BE	João Semedo	1
BE	Luís Fazenda	2
BE	Ana Drago	1
BE	Pedro Soares	1
BE	Cecília Honório	2
BE	Mariana Aiveca	1
BE	Francisco Louçã	1
BE	José Gusmão	1
BE	Heitor Sousa	1
BE	Catarina Martins	2
BE	Rita Calvário	1
PCP	Agostinho Lopes	1
PCP	Francisco Lopes	1
PCP	Paulo Sá	1
PS	Mariana Mortágua	1
PS	Carlos César	1
PS	José Magalhães	1
PS	Pedro Delgado Alves	1
PS	Filipe Neto Brandão	1
PS	Bacelar de Vasconcelos	1
PS	Porfírio Silva	1

PARTIDO	FREQUENCIA
PCP	13
BE	15
PS	7
	35
	PARLAMENTARES

**Anexo 4.2. Participação dos eurodeputados portugueses**

PARTIDO	ATOR	FREQUENCIA
PCP	João Ferreira	4
PSD	Paulo Rangel	1
PS	Liliana Rodrigues	1
PCP	Inês Cristina Zuber	4
PS	Carlos Zorrinho	5
PSD	Fernando Ruas	1
PSD	Cláudia Monteiro de Aguiar	1
PSD	José Manuel Fernandes	1
PSD	Carlos Coelho	2
PCP	Miguel Viegas	1
BE	Marisa Matias	1

7 eurodeputados
4 eurodeputadas

**Anexo 4.3. Participação dos deputados e senadores brasileiros**

PSDB	Senador	Aécio Neves	1
PT	Deputado	Alessandro Molon	19
PR	Senador	Alfredo Nascimento	0
PCdoB	Deputada	Alice Portugal	4
PSDB	Senador	Aloysio Nunes Ferreira	0
PT	Deputado	Amauri Teixeira	3
PP	Senadora	Ana Amélia	1
PT	Senadora	Ana Rita	1
PT	Senadora	Angela Portela	1
PCdoB	Deputada	Angela Albino	2
PT	Senador	Anibal Diniz	0
PT	Deputado	Anselmo de Jesus	0
PSD	Deputado	Arolde de Oliveira	2
PT	Deputada	Benedita da Silva	0
PSB	Deputado	Beto Albuquerque	1
PT	Deputado	Biffi	0
PT	Deputado	Bohn Gass	0
PSC	Deputado	Carlos Eduardo Cadoca	1
PSOL	Deputado	Chico Alencar	5
PT	Deputado	Cláudio Puty	1
PRB	Deputado	Cleber Verde	1
PSC	Deputado	Costa Ferreira	2
PSDB	Senador	Cyro Miranda	1
PCdoB	Deputado	Daniel Almeida	1
PCdoB	Deputado	Delegado Protógenes	1
PP	Deputado	Dimas Fabiano	1
PSDB	Deputado	Domingos Sávio	3
PSDB	Deputado	Duarte Nogueira	1
PMDB	Deputado	Edinho Bez	1
PMDB	Senador	Eduardo Braga	2
PMDB	Deputado	Deputado Eduardo Cunha	2
PT	Senador	Eduardo Suplicy	2
DEM	Deputado	Eli Corrêa Filho	1
PSDB	Deputado	Emanuel Fernandes	1
PT	Deputado	Emiliano José	3
PP	Deputado	Esperidião Amin	1
PT	Deputado	Fernando Francischini	2
PDT	Deputado	Giovani Cherin	1
PCdoB	Deputado	Gustavo Petta	3
PMDB	Senador	Hélio José	1
PP	Deputada	Iracema Portella	3
PSOL	Deputado	Ivan Valente	7

Senado Federal	28
Câmara dos Deputados	60
	88 parlamentares

PR	Deputado	Izalci	1
PP	Deputado	Jair Bolsonaro	1
PCdoB	Deputada	Jandira Feghali	2
PSD	Deputado	Jefferson Campos	3
PSB	Deputado	JHC	3
PMDB	Deputado	João Arruda	1
PT	Deputado	Jorge Bittar	2
DEM	Deputado	Jorge Tadeu Mudalen	1
PT	Senador	Jorge Viana	1
PSD	Senador	José Medeiros	1
DEM	Senador	José Agripino	2
PT	Deputado	Leo de Brito	3
PT	Deputado	Leonardo Monteiro	1
PT	Senador	Lindbergh Farias	2
PMDB	Senador	Lobão Filho	1
PCdoB	Deputada	Luciana Santos	2
PMDB	Senador	Luiz Henrique	2
PSB	Deputada	Luiza Erundina	1
PCdoB	Deputada	Manuela D'ávila	1
PT	Deputado	Márcio Macêdo	3
PMDB	Deputado	Marcos Rotta	1
PMDB	Deputada	Marinha Raupp	1
DEM	Deputado	Mendonça Fiho	2
PROS	Deputado	Miro Teixeira	3
PT	Deputado	Newton Lima	1
PP	Deputado	Paulo Henrique Lustosa	1
PT	Senador	Paulo Paim	3
PT	Deputado	Paulo Teixeira	2
PCdoB	Deputada	Perpétua Almeida	2
PSOL	Senador	Randolfe Rodrigue	4
PDT	Deputado	Reguffe	2
PMDB	Senador	Ricardo Ferraço	2
PMDB	Senador	Roberto Requião	1
PSB	Senador	Rodrigo Rollemberg	1
PTB	Deputado	Ronaldo Nogueira	1
PPS	Deputado	Rubens Bueno	3
PSD	Deputado	Sandro Alex	2
PT	Deputado	Sibá Machado	1
PT	Deputado	Valmir Assunção	5
PCdoB	Senadora	Vanessa Grazziotin	7
PT	Deputado	Vicentinho	1
PDT	Deputado	Vieira da Cunha	1
PMDB	Senador	Vital do Rêgo	5
PT	Senador	Walter Pinheiro	11
PDT	Deputado	Weverton Rocha	2
PDT	Senador	Zeze Perrella	3